

**ANDREA MARCIA DE TOLEDO PENNACCHI**

**As influências do realismo político e do complexo industrial-militar  
no expansionismo norte americano (1990-2004)**

**ASSIS**

**2006**

**ANDREA MARCIA DE TOLEDO PENNACCHI**

**As influências do realismo político e do complexo industrial-militar  
no expansionismo norte americano (1990-2004)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP - Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Clodaldo Bueno

**ASSIS**

**2006**

**ANDREA MARCIA DE TOLEDO PENNACCHI**

**As influências do realismo político e do complexo industrial-militar  
no expansionismo norte americano (1990-2004)**

Assis, 23 de maio de 2006.

---

Prof. Dr. Clodoaldo Bueno - UNESP /Campus de Assis

---

Prof. Dr. Milton Carlos Costa - UNESP /Campus de Assis

---

Prof. Dra. Janina Onuki – PUC/Campus de São Paulo

## AGRADECIMENTOS

*a meus pais, Milton e Marlene, por todos os incentivos à curiosidade intelectual, sempre brindando-me com muitos, muitos livros;*

*a meu marido e companheiro, José Roberto, pela paciência em ler e discutir os textos comigo, fazendo sugestões sempre muito pertinentes;*

*a meus filhos, Gabriela, Fabiana e Eduardo pelo incentivo de todas as horas,*

*ao Prof. Dr. Clodoaldo Bueno pelo acolhimento, orientação e por ter sempre acreditado na concretização deste trabalho;*

*às Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” pelo apoio material e pelo incentivo à pesquisa científica;*

*ao Prof. Dr. Milton Carlos Costa, pelas aulas brilhantes, entusiásticas e preciosas que resgataram em mim a historiadora transformada em cientista social;*

*à minha amiga Marilena Castilho, pelo aconselhamento, correções, apoio moral e por todas as coisas boas que só um amigo de verdade pode nos oferecer;*

*ao Google, pela incomparável contribuição à ciência e ao conhecimento humano, reduzindo distâncias e permitindo não apenas que pesquisadores em todos os continentes possam comunicar-se instantaneamente para a troca de informações, como também dando acesso direto a importantes bancos de dados espalhados por todo o mundo.*

*Se não queres repetir o passado, estuda-o.*

Baruch Benedict Spinoza

## RESUMO

No final do século 19, nos anos que se sucederam à Guerra Civil, os Estados Unidos se consolidaram como nação industrial e também vivenciaram, como a Europa e o Japão, os problemas causados pela super-produção e pela gradual escassez de recursos naturais. Em busca de uma solução para tais dificuldades e a despeito de seu discurso isolacionista e liberal, os Estados Unidos iniciaram um processo expansionista que gradualmente estendeu sua influência econômica, política e cultural por todos os continentes. Um novo tipo de domínio, esse expansionismo se consolidou como resultado de uma conjuntura histórica, ideológica, tecnológica e religiosa e caracterizou-se por não ter limites, nem fronteiras; por englobar a totalidade do espaço do mundo e por penetrar na vida das populações subjugadas, não apenas nas suas relações com a grande potência, mas também em seus corpos, mentes, ideários e religiosidade. No passado, nenhuma ordem política ocupou tantas dimensões ou exerceu tanto controle sobre o mundo. A velha sociedade disciplinar tradicional e seus valores políticos foram substituídos por uma nova sociedade de controle e a hegemonia norte-americana passou a ser consolidada por uma rede de bases militares espalhadas por todos os continentes e por meio de sofisticados sistemas de comunicação e informações, além de atividades de enquadramento com coerção militar. Este estudo pretende aprofundar o conhecimento sobre essa nova forma de expansão e domínio, concentrando-se na teoria política do realismo, no fortalecimento do militarismo nos Estados Unidos e nas relações existentes entre o governo e o grande conglomerado das indústrias da defesa instalado no país.

**Palavras Chave:** Realismo. Imperialismo. Complexo Militar-Industrial. Segurança Internacional.

## ABSTRACT

In the end of the 19<sup>th</sup> century, after the Civil War and its consolidation as an industrial power, the United States also suffered the consequences caused by overproduction. Looking for a way out of it and in spite of its isolationism and political critics on European imperialism, the United States ingeniously began its own imperial expansion, favored by military events which allowed them to increase its economical, political and cultural influence all over the world. The expansion performed by the United States is a form of dominance that emerged in the last decades as result of political and military interests, added to all technological transformations that humanity has been through, being quite distinct from the political power exercised over men in past eras: it has no limits or frontiers; it comprises all the world and involves the lives of entire populations, affecting their bodies, minds, ideals and religiosity. Never before a political order has taken such a dimension or has exercised such a control over the world. In this context, the old and traditional disciplinary society and its political conventions had to give way to a new society of control, ready to rule all over people through a net of defensive military basis set quietly and regularly over all continents, and through communications systems, high-tech information nets and deadly potent armaments. This work is, therefore, dedicated to collect data and explain the historical evolution of this expansion and is focused in the connection among the political theory of realism, the escalation of militarism in the United States and in the close relations that tie some sectors of the government to the economical conglomerate of defense industries.

**Key words:** Realism. Imperialism. Military-Industrial Complex. Arms Industry. International Security.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gastos militares dos EUA, Inglaterra, China e Japão – 2004.....	76
Tabela 2 - Gastos militares de Israel, Kuwait, Coréia do Norte e Arábia Saudita - 2004 .....	77
Tabela 3 - US Treasury Debt - 1900-1999.....	79
Tabela 4 - Gastos com o Projeto Manhattan: 1942-1945.....	100
Tabela 5 - Os maiores empreiteiros de armas por país - 2000 .....	117
Tabela 6 - Maiores produtores de armas e maiores receitas em defesa - 2003 .....	118
Tabela 7 - Gastos militares globais em US\$ bilhões por região: 1994-2003 .....	124
Tabela 8 - Discriminação de gastos militares dos Estados Unidos: 1955-200.....	134
Tabela 9 – Efetivos militares e empregos em Defesa nos Estados Unidos: 1990-2003 .....	137
Tabela 10 - Distribuição regional de conflitos armados: 1990-2003.....	149
Tabela 11 - Comparação de gastos de países de alta renda: 2004 .....	151
Tabela 12 - Comparação de gastos de países de baixa renda: 2004 .....	152
Tabela 13 - Contribuições eleitorais da Lockheed Martin: 1990–2004.....	237
Tabela 14 - Balancete consolidado da Boeing: 2000–2004 .....	242
Tabela 15 - Contribuições eleitorais da Boeing: 1990-2004.....	243
Tabela 16 - Demonstrativo de resultados da BAE Systems em 2003-2004.....	248
Tabela 17 - Demonstrativo de resultados da Raytheon: 2000-2004.....	256
Tabela 18 - Contribuições eleitorais da Raytheon: 1990–2004.....	258
Tabela 19 - Demonstrativo de resultados da Northrop Grumman: 2002-2004.....	262
Tabela 20 - Portfólio setorial da Northrop Grumman: 2004 .....	262
Tabela 21 - Portfólio de clientes da Northrop Grumman: 2004 .....	263
Tabela 22 - Contribuições eleitorais da Northrop: 1990–2004 .....	263



**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1 – Dívida norte-americana: 1940-1999.....	82
Gráfico 2 – Gastos de Defesa com percentagem do PIB: 1950-2003.....	129
Gráfico 3 – Gastos Militares Mundiais: 1995-2004. ....	159

**LISTA DE SIGLAS**

AIEA – Associação Internacional de Energia Atômica

BAT – Boeing Air Transport

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

C4ISR - Sistema eletrônico de Comando, Controle, Comunicação, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento da Força Aérea.

CCBM – Comitê do Conselho para Biologia e Medicina

CEA – Comissão de Energia Atômica

CLM – Comitê de Ligação Militar

DBM – Divisão de Biologia e Medicina

DoD - Departamento de Defesa

DSCS - Defense Satellite Communications System

EDPC – Escritório de Desenvolvimento e Pesquisa Científica

FAO – Food and Alimentation Organization

FCN – Fundação de Ciência Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRES - Future Rapid Effects System

GEC – General Electric Company (Européia)

ICAO – International Civil Aviation Organization

ICBM –Intercontinental Ballistic Missile

IMA – Organização Internacional Marítima

IMN – Instituto Militar Nacional

IRBM – Intermediate Range Ballistic Missile

MED – Manhattan Engineer District

MIRV – Multiple Independently Targetable Re-entry Vehicles

NASA – National Aeronautics and Space Administration

NRC – Nuclear Regulatory Commission

NWFZ – Nuclear Weapons Free Zone

OIT – Organização Internacional do Trabalho

O&M – Organização e Método

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial de Saúde

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

SAS – Special Air Service

SBS – Special Boat Service

SST – Supersonic Transport

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

UDI – United Defense Industries, Inc.

UIT – União Internacional de Telecomunicações

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VHSIC - Very-High-Speed Integrated Circuit

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 Relações de força e poder no Realismo .....</b>	<b>25</b>
1.1 As origens históricas e teóricas do realismo político .....	25
1.2 O realismo na formulação da política externa norte-americana .....	39
<b>2 O Imperialismo como forma de dominação.....</b>	<b>51</b>
2.1 As raízes do imperialismo moderno.....	51
2.2 Estados Unidos: militarismo e expansionismo contemporâneo .....	74
<b>3 O complexo militar-industrial norte-americano.....</b>	<b>96</b>
3.1 Projeto Manhattan e desenvolvimento armamentista durante a Guerra Fria .....	96
3.2 O complexo militar-industrial norte americano.....	108
3.3 O mundo estratégico da guerra .....	120
<b>4 Militarismo, Imperialismo e Retomada Armamentista .....</b>	<b>128</b>
4.1 Os números do mundo das armas .....	128
4.2 O clima de ‘paz armada’ na Nova Ordem Internacional.....	148
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>168</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	188
APÊNDICE A - Armas.....	201
APÊNDICE B - Tratados de Desarmamento .....	223
APÊNDICE C - A grande indústria armamentista norte-americana.....	232

*"Onde você vê coisas ideais, eu as vejo como elas são  
– humanas, ora, mais do que humanas!  
Eu conheço bem os homens."*

Friedrich Nietzsche

## INTRODUÇÃO

O cenário internacional no início de 1990 era de otimismo. Lenta, mas conscientemente, a humanidade iniciou a década respirando mais aliviada, após quase meio século de tensão causada pelo conflito ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, que colocara todos os povos do planeta sob risco de total destruição por armas nucleares.

O fim das disputas entre as duas super-potências trouxe, entre outras conseqüências, uma significativa diminuição dos riscos de confrontação global e permitiu que o mundo criasse expectativas de superação de conceitos como o da “destruição mútua assegurada” e do “equilíbrio do terror”, substituindo-os por movimentos de “desarmamento” e “desmilitarização”.

Foram renovadas as esperanças de todos os povos viverem de forma harmônica e por todos os discursos que proferiram em nome da liberdade e da participação popular no governo, esperava-se que, por sua posição hegemônica, os Estados Unidos pudessem partilhar com os povos de todos os continentes a sua economia bem sucedida e colocar sua tremenda força militar a serviço da segurança internacional.

Os conflitos desapareceriam, desejava-se. A hegemonia americana deveria se estender à economia, à moeda, ao estilo de vida, ao idioma, aos produtos de cultura de massa que inundavam o mundo, formando o pensamento e atraindo culturalmente até mesmo seus inimigos, mas levando consigo o desenvolvimento e a paz. Ícones e ídolos americanos transformariam a cara do mundo, que seria livre e democrático.

Ao longo da década de 1990, entretanto, a grande ilusão idealista foi gradualmente se diluindo na realidade. Ao contrário do que os mais otimistas esperavam, tão logo se viram sozinhos e sem desafiantes para questionar seu domínio total sobre o mundo, os Estados

Unidos desnudaram-se perante seus aliados e inimigos. O disfarce republicano e democrático foi sendo gradualmente abandonado e, quanto mais se sentiam seguros, mais seus governantes – Democratas ou Republicanos – renovavam a essência do discurso liberal.

Apoiados num realismo político que atendia amplamente os interesses econômicos e políticos de um setor militarista bem posicionado no governo, os Estados Unidos passaram então a praticar, nas suas relações internacionais, um expansionismo sutil que impunha aos outros povos na forma da globalização.

Como esse processo teria ocorrido?

Logo após o fim da Guerra Fria, uma onda de otimismo pacifista e os efeitos do colapso econômico da década anterior tiveram por consequência promover uma grande redução da indústria armamentista em escala global. Apesar de terem surgido algumas perspectivas de reconstrução e de crescimento econômico e político em algumas nações, como os Tigres Asiáticos e alguns países produtores de petróleo no Oriente Médio, a globalização e seus efeitos negativos acabaram abrindo espaço para o aparecimento de outras agressões sociais, tais como o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo, ameaças esparsas que fugiam completamente ao controle do Estado.

A globalização fazia parte de um contexto geopolítico onde a maioria das pessoas, tanto na África, quanto na Ásia Ocidental e na América Latina, havia se tornado mais pobre e como consequência de constantes crises sociais e econômicas. Muitos países atrasados desses continentes entraram na nova década assoberbados por pesados serviços de dívida externa e por movimentos sociais reivindicatórios, enquanto sua elite produtiva procurava encontrar meios para modernizar a produção e fazer frente à concorrência que sofria das nações mais industrializadas.

No início da década de 1990, muitos desses Estados se sentiram mais seguros em relação a seus vizinhos e, menos pressionados externamente com o fim das disputas ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética, passaram a gastar apenas o mínimo necessário em equipamentos bélicos.

Sem a disputa entre norte-americanos e soviéticos, sem o investimento das grandes potências no equilíbrio da defesa e sem os recursos econômicos da maior parte dos países do Terceiro Mundo que haviam alimentado o seu crescimento desde o fim da 2<sup>a</sup>. Guerra, a grande indústria de armas viu seu mercado minguar e mergulhou em uma crise ainda mais profunda do que a que afetou os demais setores econômicos no período.

O cenário internacional passava por um momento de forte retração econômica. Desemprego estrutural e transformações radicais na produção grassavam entre todos os países, que procuravam se adequar às novas demandas da globalização. A redução de receitas oriundas do setor armamentista ajudou a reforçar a crise doméstica em países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, considerados os três maiores produtores de armas do mundo ocidental.

Em busca de alternativas para melhorar seus índices financeiros e aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), alguns países começaram a considerar com maior atenção a possibilidade de se apoiarem mais em blocos econômicos para solucionar os desafios de um mundo globalizado e a Europa, principalmente, passou a intensificar debates internos sobre os novos estágios de sua proposta de integração regional. A idéia era boa, mas quanto mais os países industrializados se voltavam para globalização e para a formação desses blocos econômicos, mais os países pobres se tornavam reféns de sua pobreza e de seu despreparo técnico para acompanhar a modernização e com isso, mais se acentuava a difícil situação dos povos da periferia.



Os acontecimentos que atingiram os Estados Unidos em 2001, com os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, evidenciam o clímax desse cenário. A brutalidade do ataque terrorista foi um aviso de que a temperatura mundial - aparentemente sob controle - na realidade, estava a ponto de explodir e por isso, merecia uma atenção especial. Ao invés de perceber o verdadeiro sentido oculto por trás desse alerta e de trabalhar diplomaticamente para resolvê-lo, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos aproveitou-se da oportunidade para – no papel de vítima – apropriar-se de um enorme capital de solidariedade internacional e para, além disso, justificar perante a opinião pública internacional um violento revide armado.

O contra-ataque norte americano, invadindo o Afeganistão sob o argumento de punir aqueles que haviam apoiado e abrigado militantes do mundo árabe em sua cruzada contra o Ocidente foi providencial, não só para incentivar um novo surto de produção bélica e uma poderosa exibição de tecnologia de ponta, mas também para oferecer aos Estados Unidos a oportunidade de ostentar publicamente seu extraordinário poderio militar e de consolidar seu papel de potência “policia”.

George W. Bush não demonstrou importar-se se sua atitude agressiva e autoritária contribuisse para o aumento do clima de insegurança e para a sensível deterioração das relações internacionais e - obsessivo na perseguição de culpados - radicalizou ataques contra todos os que adotassem posições contrárias às suas – fossem eles aliados nominais, ou não.

Assim, a consciência de novas ameaças difusas por todo o mundo e a recuperação econômica de vários países asiáticos e árabes nos últimos anos da década de 1990, levaram muitos Estados daquelas regiões a investir parte significativa de seu PIB em armas, intensificando a movimentação mundial da indústria bélica e permitindo que suas vendas, mesmo que timidamente, a princípio, voltassem a crescer.

Outros países, não tão favorecidos economicamente quanto os asiáticos e árabes, mas sentindo-se ameaçados pelas medidas de segurança tomadas por seus vizinhos, também procuraram se armar defensivamente, impulsionando uma nova corrida armamentista e quase retornando aos números de pico dos gastos militares ocorridos durante a Guerra Fria.

O século XXI, que se imaginava ser possível inaugurar como uma era de paz e prosperidade, portanto, alvoreceu já infectado pela guerra. O mundo voltara a ser um lugar inseguro e cada vez mais perigoso para se viver.

Que tipo de evolução histórica teria gerado essa guinada nas relações internacionais? Quais as suas origens econômicas e políticas e que tipo de instrumentos ou de justificativas teriam sido utilizados pelos Estados Unidos – interna e externamente - para gerar e alimentar um expansionismo de tais proporções no seio de uma república liberal e democrática, cujos valores sempre foram contrários a essa postura?

Como teria se desenvolvido o processo que levou os Estados Unidos a abandonar publicamente o papel de “superpotência relutante” e “isolacionista” assumido por governantes anteriores e a adotar uma política beligerante e realista?

Para que se possa entender o desenvolvimento desse processo, este trabalho foi iniciado com um estudo dos dois componentes teóricos mais importantes sobre o assunto: o Realismo e o Imperialismo.

No capítulo 1, que discute as bases teóricas do realismo político, procurou-se abordar inicialmente as origens históricas do termo e fazer uma revisão bibliográfica de vários pensadores da área, como Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz e Nicolau Maquiavel.

No item 1.2, foram levantadas as principais diretrizes teóricas do realismo e analisadas algumas características do movimento que se opôs a ele, o idealismo, através da ação do “terceiro ausente”, termo utilizado por Norberto Bobbio para nomear uma entidade supra-estatal que pudesse exercer o papel de mediador objetivo para solucionar conflitos e contendas de toda ordem entre nações.

Foram analisados também alguns tratados firmados durante a Guerra Fria de forma multilateral, bilateral e multinacional, listados de forma mais esclarecedora no Apêndice B.

O capítulo 2 versa sobre o imperialismo. No item 2.1 procurou-se resgatar as raízes históricas desse processo de dominação antes de se colocar em discussão as suas várias interpretações. Ao se tratar da interpretação economicista, foram retomados os escritos de Hilferding, Lênin e Rosa de Luxemburgo para explicar o papel do império no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Na interpretação política, avaliou-se o imperialismo como uma forma das nações obterem poder, prestígio, segurança e vantagens diplomáticas nas suas relações com os demais membros do concerto internacional.

Finalmente, tratou-se do imperialismo sob o ponto de vista cultural, cuja justificativa de expansão e a dominação de povos na Ásia e na África está apoiada no conceito eurocentrista do “fardo do homem branco”, criado por Rudyard Kipling no século 19 e das suas relações com o conceito do “destino manifesto” criado pelos Estados Unidos para cumprir a “missão colonizadora” que lhes foi confiada pela Providência, qual seja, a de disseminarem a liberdade e a democracia entre todos os povos.

Para encerrar o tema do imperialismo, foi revista a opinião de vários pensadores sobre a atual postura expansionista adotada por atores governamentais ao elaborar a política externa norte-americana.

Andrew Bacevich discute a expansão do domínio dos Estados Unidos sobre o mundo como um fato claro e definitivo, mas não acredita que seu país esteja preparado para assumir as responsabilidades imperiais que tal posição exige.

Michael Hardt e Antonio Negri questionam os vários dilemas que envolvem as identidades nacionais, enfatizando mais o idealismo dialético que o materialista de Bacevich.

Patrick Buchanan é um pensador nacionalista da direita ultra conservadora. Xenófobo, como seus pares, gostaria que os Estados Unidos continuassem a respeitar os princípios liberais que motivaram sua fundação e responsabilizou as intervenções no exterior por agressões como o ataque de 11 de Setembro de 2001.

Niall Ferguson, ao mesmo tempo em que cria polêmica contra a utilização exagerada da justificativa econômica para o imperialismo norte-americano, é favorável à intervenção dos Estados Unidos em uma série de situações, dada sua importância internacional e as responsabilidades que advém dessa posição.

O que se procurará mostrar, em síntese, é que os distintos enfoques sobre o tema imperial tanto versam sobre o processo de expansão territorial, quanto sobre a exploração dos países contemporâneos, seja ela de forma econômica, seja cultural, seja política.

No item 2.2 do capítulo sobre o imperialismo, foram tratadas as relações entre o militarismo e o imperialismo, começando com a conceituação de militarismo e de suas principais características. Foram demonstrados alguns dados sobre os gastos militares dos Estados Unidos na última década, relacionando-os com os gastos militares de alguns países que, por diversos motivos, apresentam características beligerantes com seus vizinhos. Dado o contexto, procurou-se entrelaçar esses dados com a dívida externa norte-americana - cujos números acentuaram-se gravemente em períodos pontuados por belicosidade interna ou externa - e tentou-se levantar sua importância na motivação ao expansionismo.

No capítulo 3, analisa-se a evolução histórica do complexo militar-industrial norte-americano que deu origem à supremacia das indústrias da defesa. No item 3.1 o Projeto Manhattan é revisto a partir de suas origens e custos e procurou-se identificar nesse período o início da ação governamental que levou à intensificação do processo de produção científica e tecnológica e ao aperfeiçoamento de armas cada vez mais poderosas. Procurou-se analisar também até que ponto a estreita ligação criada entre a produção científica, as indústrias armamentistas e o governo permitiram que, durante a Guerra Fria, se formasse uma elite lobista especializada ligando os departamentos de compra governamentais e as mega-indústrias produtoras de armamentos.

No item 3.2 tratou-se do complexo militar-industrial na Nova Ordem, conceituando-se os vários tipos de armas utilizadas no processo de dominação e controle da nova sociedade global, citando armas de fogo, mísseis e outros artefatos mais sofisticados de combate aéreo, terrestre e submarino, cuja discriminação detalhada e ilustrações podem ser encontrados no Apêndice A. Foi discutido também o fato de estarem sediadas nos Estados Unidos quatro das cinco maiores indústrias produtoras mundiais de armas do mundo e a importância de seu papel econômico e social no desenvolvimento do país, num momento em que a escalada do déficit externo norte-americano dobra valores - US\$3,23 bilhões em 1990 e chegando à cifra de US\$ 8 trilhões de dólares em fevereiro de 2006.

Uma análise política e econômica do desenvolvimento histórico e científico dessas cinco mega organizações, bem como o seu relacionamento com os comitês de compra de armas do Senado e com o Pentágono, está detalhada no Apêndice C e é de grande importância para a compreensão dos objetivos deste trabalho.

No último item do capítulo – o 3.3 – foi analisado o ônus que o consumo de armas provocado pelo militarismo exige do Estado e a interdependência que se cria entre ambos,

seja em função da necessidade política de se manter a hegemonia pela força, seja pela necessidade da indústria armamentista encontrar meios para sobreviver economicamente em um mercado razoavelmente limitado pelos interesses pacifistas do pós-Guerra Fria.

No Capítulo 4, item 4.1, procurou-se amarrar a relação existente entre Militarismo, Imperialismo e a retomada armamentista nos Estados Unidos através dos números apresentados pelo mercado. A princípio, trata-se das duas diferentes formas encontradas pelo homem para lidar com seus conflitos: de um lado, o realismo agressivo incentivando a indústria bélica e a distribuição de seus produtos por todo o mundo, atendendo a interesses políticos e econômicos domésticos; e de outro, as tendências para que o mundo se acomodasse pacificamente após a Guerra Fria, dando fim às incertezas causadas pela corrida armamentista.

Nos primeiros anos da década de 1990, os números indicam que os pacifistas foram mais bem sucedidos nesse embate e o desarmamento chegou a se tornar a ordem do dia, mas a partir de 1998 - principalmente - as tendências demonstram que o processo realista dos Falcões<sup>1</sup> foi retomado e que a segurança voltou a ser prioridade absoluta do governo de Washington. Nesse item, procurou-se também analisar como e porque houve esse retorno à corrida armamentista.

O último item do capítulo - o 4.2 - procura demonstrar os fatos que apontam essa retomada realista, levando em consideração os conflitos mundiais regionais e a evolução crescente dos gastos com segurança em vários países do mundo, sejam eles de alta ou de baixa renda. Levantou-se também a questão da dívida externa norte americana com a descrição da abertura do mercado de armas e com as vendas efetuadas para os países aliados

---

<sup>1</sup> O uso do termo 'Falcão' ou '*hawk*' na política norte-americana começou a ser adotado durante a Guerra de 1812 contra a Inglaterra e descreve políticos - em geral republicanos - com posições agressivas em relação à guerra e que exigiam posição mais firme do governo ou de organizações econômicas nacionais, em relação a seus pares internacionais. Contrapõe-se ao termo 'Pomba' ou '*dove*' que indica políticos que defendem uma política conciliadora e pacifista, contrária à guerra ou que a aceitam apenas como último recurso.

no Oriente Médio e na América Latina, cujos valores cresceram em todo o mundo de forma ainda mais extraordinária – e conveniente – após os ataques do dia 11 de Setembro.

A indústria de armas teve portanto, a oportunidade de viver um renovado surto de desenvolvimento graças às ameaças que emergiram com força contra os Estados no fim da Guerra Fria – terrorismo, narcotráfico e conflitos étnicos, religiosos, sociais e territoriais – que foram se somando a ameaças militares concretas em países como a Coreia do Norte, China, Índia e Paquistão. Estes, culturalmente distintos do Ocidente e detentores de suficiente tecnologia termo-nuclear, construíram seus artefatos atômicos e adentraram na arena internacional na contramão da Nova Ordem esperada, gerando novas necessidades de defesa internacional e sendo um dos fatores de incentivo ao aumento da produção armamentista mundial.

Ao estudar os números da indústria armamentista e suas origens históricas, o que se pretende, portanto, é analisar o papel que exerceram na economia, na política e nas sociedades na década de 1990 e qual a influência que tiveram, seja na atual política externa agressiva adotada por muitos países, seja nas estreitas relações entre o governo dos Estados Unidos e o complexo industrial-militar.

Esses números também poderão apontar tendências sobre a crise que se instalou no setor com o fim do conflito entre as duas maiores potências mundiais, indicando se foi apenas mais um refluxo natural, causado pelas dificuldades econômicas por que passavam os países que haviam sido afetados pela crise dos anos 1980, ou se refletem um outro conjunto de fatores no cenário nacional, fatores esses que podem ter se somado para impulsionar os Estados Unidos a atuarem novamente de forma expansionista, vocação que carregaram desde as guerras Hispano-Americanas de 1898.

*“Um homem sábio disse um dia:*

*“Tenho dentro de mim dois cachorros que sempre brigam.*

*Um deles é muito mau e o outro é muito bom”.*

*Quando lhe perguntaram quem era o vencedor desse conflito,*

*ele refletiu e respondeu:*

*“Aquele que eu alimentar....”*

(Autor Desconhecido)



## 1 RELAÇÕES DE FORÇA E PODER NO REALISMO

### 1.1 As origens históricas e teóricas do realismo político

O termo realismo político em seu sentido moderno é freqüentemente associado com o termo germânico *realpolitik*, uma combinação de duas palavras que significa “verdadeira política”. Essa expressão foi muito usada por Otto Von Bismark<sup>2</sup> quando este seguiu a política de equilíbrio de poderes praticada pelo Príncipe Von Metternich<sup>3</sup> para a manutenção dos impérios europeus em meados do século 19. No final do século, essa política de manutenção de equilíbrio – por meio de alianças que tinham por objetivo a manutenção da paz num cenário internacional onde prevaleciam um clima imperialista e disputas expansionistas e que iriam colocar frente a frente interesses econômicos da Inglaterra e da Alemanha - acabou culminando na 1ª. Guerra Mundial.

Posteriormente, na década de 1920, o Realismo passou a ter um significado mais amplo, surgindo como uma teoria da política internacional que enfatizava o papel do Estado-

---

2 Otto Von Bismarck (1815-1898) Um dos mais eminentes aristocratas e estadistas europeus no século dezenove, foi Primeiro Ministro da Prússia, arquitetou a unificação da Alemanha e posteriormente, assumiu as funções de Chanceler, recebendo a alcunha de Chanceler de Ferro. *Junker*, nutria fortes sentimentos monarquistas, aristocráticos e nacionalistas. Conservador, na política interna combateu movimentos liberais e socialistas, colocando fora da lei várias organizações e limitando a liberdade de imprensa. Para satisfazer os trabalhadores e amenizar os conflitos de classe que surgiram com a crescente industrialização de seu país, ele fez uma série de reformas sociais, criando um fundo público para a saúde, seguro contra acidentes e pensões para os idosos e enfermos. Seu maior objetivo político era ampliar a área de influência da Prússia através da unificação da Alemanha e para atingi-lo, utilizou de extrema habilidade diplomática e de uma série de guerras. Após a unificação, a Alemanha tornou-se uma das mais poderosas nações da Europa e a França, que havia sido devastada pelas guerras de Bismarck, tornou-se um de seus maiores inimigos. A Áustria também ficou enfraquecida com a criação do Império Germânico. Durante os quase trinta anos em que esteve no poder, Bismarck manteve um controle indiscutível sobre as políticas governamentais, fato não conseguido por nenhum de seus sucessores.

3 Klemens Von Metternich (1773–1858) Político e estadista austríaco nascido na pequena nobreza de Westfália, cujas habilidades diplomáticas lhe valeram o posto de embaixador na França. Após a derrota da Áustria em 1809, Metternich foi nomeado Ministro das Relações Exteriores e perseguiu ativamente uma política pró-francesa até a derrota de Napoleão na Rússia, em 1812, quando passou a praticar uma política de neutralidade. Após 1814, ele apoiou a restauração dos Bourbons na França e foi um dos principais negociadores do Congresso de Viena. Um grande reacionário, protetor dos direitos de reis e imperadores em uma era onde o sentimento democrático era crescente, ele conduziu os assuntos externos da Áustria por quase 30 anos, especialmente após a morte do Imperador Francisco, quando seu filho Ferdinando assumiu o trono. Caiu durante as revoluções de 1848, e fugiu para a Inglaterra. Quando voltou à Áustria, três anos depois, tornou-se conselheiro pessoal do Imperador Francisco José. Sua visão conservadora sobre a natureza do Estado influenciou muito o Congresso de Viena. Ele acreditava sinceramente que as pessoas haviam se acostumado com a antiga ordem e que revoluções nacionais como as que ocorreram na França e na Grécia eram ilegítimas. O princípio de legitimidade suscitado por ele teve importante papel na restauração dos estados papais na Itália e da monarquia Bourbon na França. Ele colocou policiamento nas universidades para observar as atividades de professores e estudantes, que ele acreditava serem os responsáveis pela disseminação das idéias liberais radicais. Apesar de ter sido considerado por muitos de seus contemporâneos um mentiroso incurável e um diletante amador, Metternich foi admirado pelas gerações posteriores por sua enorme habilidade em lidar com a política externa.

nação e que tinha por pressuposto que o Estado era o único ator legalmente reconhecido para relacionar-se diplomaticamente com seus pares e que a governança deveria ser motivada pelo interesse de preservar a autonomia política e a integridade de cada território nacional.

Duroselle (2000) afirma que quando essas duas premissas – autonomia política e integridade nacional - são garantidas, as motivações expansionistas do Estado podem tomar formas diferentes: alguns podem querer garantir mais recursos ou terras, como ocorreu com Portugal e Espanha entre os séculos 16 e 19, com a finalidade de explorar os territórios do Novo Mundo em benefício de sua própria economia. Outros podem querer expandir seu próprio sistema econômico e político para outras áreas, como fez a Inglaterra no período do imperialismo clássico na Ásia e África, não apenas promovendo a exploração dos territórios conquistados, mas também exportando toda a ideologia e *modus vivendi* europeu, o que levou à alteração de toda a estrutura econômica, social, política e cultural dos países dominados.

Outros ainda, queriam apenas ser deixados em paz, como o Egito na Antiguidade ou o Japão no período Moderno, que se apoiaram em suas fronteiras geográficas – desertos, montanhas e/ou oceanos – para se manterem isolados e promoverem seu próprio desenvolvimento interno.

Entretanto, todos – de uma forma ou de outra – sempre necessitaram do uso da força militar para poder atingir a seus objetivos.

Paul Kennedy (1989) faz um estudo sobre o assunto, onde afirma que a força relativa das principais nações no cenário mundial nunca permanece constante, seja pela taxa de crescimento desigual entre as diferentes sociedades, seja pelas inovações tecnológicas e organizacionais que proporcionam a uma sociedade maior vantagem que a outras. Por exemplo, o aparecimento do navio a vela protegido por canhões de grande alcance no século 14 e o crescimento do comércio atlântico no século seguinte para nações como Portugal e

Espanha, não apresentou benefícios igualmente vantajosos para todos os estados europeus. Assim, as nações privilegiadas com essa inovação tecnológica tiveram maior acesso a terras além mar e garantiram a ampliação de seus recursos econômicos, tornando-se hegemônicas.

Ao ampliar seus recursos econômicos através da exploração de colônias, esses países ibéricos puderam arcar com o ônus dos armamentos em larga escala em tempo de paz e de manter e abastecer grandes exércitos e armadas que protegessem a riqueza por eles adquirida. Como, entretanto, os muitos recursos às vezes são desviados da criação de riqueza e atribuídos a fins militares, uma desproporcionalidade entre eles poderia debilitar o poderio nacional a longo prazo. Quando há guerras demasiado onerosas ou quando o Estado se excede em gastos para promover a conquista de territórios, as vantagens potenciais que teria com a expansão passam a ser superadas pelas grandes despesas exigidas, principalmente quando o país em questão tiver entrado em um período de declínio econômico relativo.

Giovanni Arrighi (2003) trata da questão sob um prisma semelhante, mas enfatiza principalmente o caráter cíclico dos processos de dominação e sua relação com o endividamento das nações para manter sua hegemonia.

Ele analisa nações capitalistas dominantes ao longo do período moderno e contemporâneo, todas formadas por unidades com dimensões, recursos e poderio mundial sempre crescentes, como Veneza, Portugal e Espanha, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos, e afirma que a expansão do poder está centrada não apenas na competição interestatal pelo capital circulante, mas também na formação de estruturas políticas – e militares – cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político e promover a acumulação do capital em escala mundial.

Quando trata da história cíclica, todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial atingem os limites determinados pela episteme de cada período,

surtem longos períodos de lutas inter-estatais e, durante esses períodos, o Estado que controlava ou que passou a controlar as fontes mais abundantes de excedentes de capital, tendeu a adquirir a capacidade organizacional para promover, organizar e regular uma nova fase – ou ciclo – da expansão capitalista, cujo alcance e escala serão sempre maiores que a anterior.

Apesar de tratar principalmente do papel do capital financeiro nos ciclos sistêmicos de acumulação e suas conseqüências na dominação hegemônica, Arrighi cita Gramsci e Maquiavel em sua análise do processo político envolvido na questão. Em sua leitura de Gramsci, ele aponta que a hegemonia no plano nacional é a supremacia de um grupo e tanto pode ser “dominação”, como “liderança intelectual”, sendo que a dominação ocorre quando um grupo social se utiliza da força das armas para liquidar ou subjugar os grupos antagônicos, ou para, posteriormente, continuar a liderar. (ARRIGHI, 2003, p. 28)

Essa idéia de Gramsci pode ser interpretada como uma reformulação da concepção maquiavélica sobre o poder, como uma combinação entre consentimento e coerção. Ou seja, enquanto a coerção implica o uso da força ou uma ameaça digna de crédito, o consentimento implica a liderança moral.

Gramsci (1971) também assinala o fato de que o Estado é visto como instrumento de um grupo particular, destinado a criar condições favoráveis que permitam sua expansão e que, apesar de serem específicas a seus próprios interesses, apresentam seus projetos de governo ou ideologias como a força motriz de uma expansão universal, concentrando assim todas as energias nacionais para seu desenvolvimento.

Neste estudo sobre o processo expansionista de um grupo militarista e ultra-conservador que ocupa altos cargos no governo de Washington, portanto, os conceitos gramscinianos sobre a apropriação do poder por um grupo de liderança com interesses

específicos, são muito adequados para explicar a imposição do ideal de segurança – que é característico da facção governamental composta pelos Falcões - sobre todos os demais itens da agenda pública norte-americana, especialmente após os ataques terroristas de 11 de setembro.

Além dessa linha de argumentação, há também outros fatores que levaram à atual situações da política externa norte-americana: a escalada da dívida pública, a queda na produção industrial do país com o enorme fluxo de importações e o crescente investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) pelas indústrias armamentistas em parceria com os setores militares do governo, todos eles onerando o orçamento público com defesa e relegando outras áreas voltadas para a produção ou para o atendimento do bem-estar social a um segundo plano. Esses fatores nos levam ao estudo efetuado por Paul Kennedy (1989) sobre a relação custo-benefício da guerra de expansão, cujo ônus pode superar vantagens potenciais a serem obtidas, principalmente quando o país estiver vivendo uma crise ou declínio econômico relativo.

Até que ponto, a longo prazo, haverá correlação entre a capacidade dos Estados Unidos em gerar receitas – financeiras, industriais ou primárias – e a sua capacidade de continuar financiando uma ostensiva força militar? Os Estados Unidos estariam vivendo uma desproporcionalidade negativa nesse processo por ineficiência de seus governantes, ou ela estaria ocorrendo porque, de acordo com a teoria realista, para defenderem o interesse nacional e se manterem hegemônicos, não lhes resta racionalmente qualquer outra opção num ambiente internacional competitivo e agressivo?

Hans Morgenthau<sup>4</sup>, um dos mais importantes teóricos do realismo adotado pelo atual governo norte-americano acredita que o interesse nacional no Realismo deve ser definido em termos de poder absoluto, derivado da concepção de que o sistema internacional é um ambiente anárquico, onde todos os Estados devem confiar apenas em seus próprios recursos, seja para garantir seus interesses, seja para colocar em prática qualquer acordo que tenha feito com outros Estados, seja para manter uma razoável ordem interna e externamente. Nesse ambiente anárquico - no sentido de des-ordem e não de inexistência de governo - não existe uma autoridade maior sobre o estado-nação - nem deve existir - segundo os realistas.

Apoiando-se na idéia da *Bellum omnia omnes*<sup>5</sup> de Hobbes e das *ragionni di Stato*<sup>6</sup> de Machiavel, ele afirmou que a política internacional é sujeita a certos princípios resultantes da natureza humana. Hobbes afirmava:

[...] tudo, portanto, que advém de um tempo de guerra, onde cada homem é inimigo de outro homem, igualmente advém do tempo em que os homens vivem sem outra segurança além do que sua própria força e sua própria astúcia conseguem provê-los. Em tal condição, não há lugar para a Indústria; porque seu fruto é incerto; e, conseqüentemente, nenhuma Cultura da Terra; nenhuma Navegação, nem uso algum das mercadorias que podem ser importadas através do Mar; nenhuma Construção confortável; nada de Instrumentos para mover e remover coisas que requerem muita força; nenhum Conhecimento da face da Terra; nenhuma estimativa de Tempo; nada de Artes; nada de Letras; nenhuma Sociedade; e o que é o pior de tudo, medo contínuo e perigo de morte violenta; e a vida do homem, solitária, pobre, sórdida, brutal e curta. (HOBBS, 2002. Parte 1, cap. 13)

Como consequência dessa natureza agressiva e competitiva do homem, tanto o Estado quanto sua população tendem a viver anarquicamente, ou seja, na ausência de uma autoridade

---

4 Hans Morgenthau (1904-1980). Influente teórico de Relações Internacionais de nossa era, juntamente com Edward Carr, foi um dos principais autores da escola realista, cujo principal objeto de estudo é a Segurança. Ele definiu literalmente o campo das Relações Internacionais em 1948, ao refletir a mudança do pensamento norte-americano sobre a diplomacia no pós-guerra: “Política internacional, como qualquer outra política, é uma luta pelo poder” In MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**. Brasília: IBRI/UNB, 2003.

5 *Bellum omnia omnes* para ‘todos guerreiam contra todos’

6 *Raggioni di Stato* para “razões de Estado”.

maior ou de um poder central regulador e portanto, sua sobrevivência somente estaria garantida se estivesse baseada em política de poder e de auto-afirmação.

O que Hobbes assinala como o “medo contínuo” e o “perigo de morte violenta”, portanto se sobrepõem sobre todas as demais necessidades da sociedade, tornando a segurança um valor fundamental para a continuidade de qualquer agrupamento humano e justificando toda a qualquer ação do Estado para persegui-lo.

É importante reconhecer nessa afirmativa as implicações do não-reconhecimento pelo Estado de um poder central regulador no sistema internacional, já que o realismo político teme qualquer autoridade que não seja uma forma de poder derivada de seu próprio Estado. A descentralização do sistema internacional nesse tipo de sistema anárquico permite que haja uma diversidade política maior do que a que haveria em um império, por exemplo, mas como existe uma tendência natural nos Estados de aumentar seu poder, a manutenção de um sistema assim descentralizado – por causa do choque de interesses expansionistas - só ocorreria se cada Estado se utilizasse de força militar para conservar sua soberania.

Um processo como esse, com extrema valorização da segurança por todos os estados do sistema, é o que acaba levando a uma corrida armamentista como a que está sendo observada no atual cenário internacional. No início do século 21, não existem no sistema internacional guerras de grande porte, mas em 2004, paradoxalmente, os países que o compõem investiram em preparativos militares cerca de US\$ 1 trilhão, dos quais, 40% foram dispendidos exclusivamente pelos Estados Unidos.

Mario Flores (2006), por exemplo, afirma que muitos dos países envolvidos nessa corrida armamentista apresentam forças desproporcionalmente altas em relação a eventuais ameaças contra sua soberania ou território nacional e para mantê-las ativas e justificar os gastos realizados por elas, as utilizam para controle interno da ordem – alterando o equilíbrio

doméstico da democracia, principalmente em países com maiores desigualdades sociais e gerando um desequilíbrio estrutural.

Assim, o uso de força militar para preservar esse tipo de sistema anárquico é regulado por um sistema chamado de equilíbrio de poderes. Esse sistema funciona quando as grandes potências concordam – ao menos tacitamente – que a preservação da autonomia estatal de cada membro do concerto de nações seja um importante objetivo a ser alcançado e favorecem uma certa ordem na desordem anárquica internacional constringendo, através de aparato militar maior, quaisquer guerras de expansão que eventualmente possam vir a ocorrer.

Além disso, para maximizar os efeitos dessa política defensiva – ou agressiva, quando for o caso - um outro ponto é levantado por Hans Morgenthau (2003). Para ele, alianças que garantam a segurança – objetivo maior do estado realista – são úteis e podem ser feitas por algum tempo, desde que tenham exclusivamente a finalidade de servir aos propósitos de seus participantes. É interessante notar que essa formulação teórica é coincidente, no tempo e no espaço, com duas das principais alianças militares do século 20: a OTAN em 1948, cuja finalidade era fortalecer o Ocidente militarmente contra uma eventual expansão do socialismo soviético e o Pacto de Varsóvia, que tinha o mesmo objetivo estratégico, mas cujos atores, ao contrário, se alinharam para combater o capitalismo.

Seguindo a linha clássica do realismo prevista por Machiavel, Morgenthau ainda alerta que alianças de longo termo não são viáveis - pois não há amigos que estejam lado a lado para sempre, nem inimigos que não se unam eventualmente contra ameaças comuns - e completa afirmando que na prática, as relações entre os Estados são muito mais influenciadas pela concorrência e pelo conflito, do que pela cooperação.

Esse conceito de aliança e/ou inimizade por interesse pode ser observado, por exemplo, nas relações entre França e Alemanha no decorrer do último século. A Alsácia-



Lorena, rica região limite entre os dois Estados, foi motivo de intensa disputa entre eles em 1870, 1914 e 1939, gerando revanchismos e sentimentos de desconfiança mútua. Quando após a Segunda Guerra e principalmente no contexto da Nova Ordem internacional, interesses econômicos comuns de sobrevivência em um mundo globalizado tornaram-se mais importantes que as disputas que os rivalizara anteriormente, os antigos adversários tornaram-se aliados e se posicionaram de forma razoavelmente conjunta para dar vida à União Européia.

Outro importante teórico do realismo<sup>7</sup>, Raymond Aron trata da questão do poder absoluto relativizando os recursos de cada Estado. Ele afirma que quando há um sistema internacional estruturado em relações de poder, um Estado sempre será mais ou menos poderoso considerando-se suas forças militares, somadas às de seus aliados e comparadas às forças de seus adversários.

Por que o conceito de força é tão importante para os realistas? Segundo Aron (2002), porque em função da agressividade imanente da natureza humana, quer seja na família, quer seja na comunidade, quer seja no mundo em geral, é inconcebível a existência de qualquer contato social que não resulte em conflitos ocasionais. Sendo assim, como relações interestatais implicam muitas vezes em choque de interesses – seja comercial, por fronteiras, religioso ou cultural - sempre existirá o risco de um vizinho se tornar um inimigo e um governante sábio e previdente deverá estar permanentemente preparado, tanto para defender-

---

<sup>7</sup> Raymond Aron (1905-1983) – Filósofo francês, sociólogo e comentarista político, conhecido por seu profundo conhecimento da ideologia esquerdista francesa do século XX, a qual analisou com grande ceticismo. Judeu, concluiu doutorado em Filosofia da História na École Normale Supérieure e foi professor de filosofia na Alemanha durante da República de Weimar. Durante a 2ª. Guerra, ingressou na Força Aérea e em 1940, juntou-se às Forças de Libertação. Editou seu jornal “France Libre” de 1940 a 1944. Após a Guerra, ensinou Sociologia na Ecole Nationale d’Administration e de 1955 a 1968, ensinou na Sorbonne. Em 1970, foi para o College de France. Sempre um jornalista, foi colunista influente no Le Figaro de 1947 até 1967, quando passou a escrever para o L’Express até sua morte. Ele sempre advogou um humanismo racionalista que contrastava com o marxismo existencialista de seu grande contemporâneo, Jean Paul Sartre. Apesar de seu enfoque ser mais estreito que o de Sartre e seu renome internacional ser menor, ele ocupou uma posição de autoridade intelectual entre os moderados e conservadores franceses que quase rivalizava a de Sartre na esquerda. Entre seus trabalhos intelectuais mais influentes está “O ópio dos intelectuais” (1955), que criticava o conformismo da esquerda e as tendências totalitaristas do regime marxista. Em “Tragédia algeriana” (1957) ele verbalizou seu apoio à independência da Argélia e em “República Imperial: os Estados Unidos no mundo, 1945-1972” (1973) ele atacou a impensada hostilidade dos esquerdistas franceses contra os Estados Unidos. Um tema constante em seus escritos é a violência e a guerra, como evidenciado em seu trabalho “Paz e guerra entre as nações” e em seu livro sobre o teórico militar Carl von Clausewitz. Ele também escreveu uma influente história da sociologia intitulada “As etapas do pensamento sociológico” (1967). Suas memórias foram publicadas em 1983.

se, quanto para atacar, com a melhor estrutura bélica que seus recursos puderem disponibilizar.

É o que foi exemplificado em parágrafos anteriores sobre as disputas entre Alemanha e França - e o mesmo exemplo pode também ser estendido para definir as relações entre China e Índia, ou Japão e Coreia, Irã e Iraque e muitos outros – só citando o período contemporâneo.

Kenneth Waltz<sup>8</sup>, do outro lado do Atlântico, já vê a questão do realismo sob outro enfoque - o do neo-realismo - e amplia a idéia do poder absoluto e relativo, quando afirma que os riscos ao poder de um governante não se restringem apenas aos que podem ocorrer através de ameaças de vizinhos ou de outros Estados que cobicem seu território ou hegemonia: há também o risco de conflitos internos que podem abalar a estrutura de uma nação.

As guerras mais destrutivas dos últimos cem anos não ocorreram entre os Estados, mas sim dentro deles, principalmente em função de conflitos que eram pré-existentes, seja por disputas de fronteiras, seja por razões raciais ou sociais, ele afirma. Como exemplo, Waltz cita Stalin e sua coletivização forçada, que eliminou cinco milhões de russos e Hitler, que exterminou seis milhões de judeus alemães. Afirma ainda que entre 1948 e 1957, cerca de duzentos mil colombianos foram mortos em conflitos civis (WALTZ, 2002, p. 143-144).

---

<sup>8</sup> Kenneth N. Waltz é um dos fundadores da teoria neo-realista ou estruturalista nas Relações Internacionais. Professor Emérito de Ciência Política da Universidade de Berkeley na Califórnia, sua principal contribuição para o conhecimento é o desenvolvimento da idéia do realismo onde as ações do Estado podem ser previstas e compreendidas através da verdadeira estrutura de poder. Nesse linha de pensamento, o objetivo principal do governante é assegurar o poder e/ou a segurança através da força militar ou da persuasão política. Além disso, Waltz acredita que o mundo existe em um estado de perpétua anarquia (falta de uma autoridade central sobre os Estados) já que nenhum estado pode confiar ou compreender a política de outro. Daí a sua visão de que os Estados mundiais agem livremente como querem até que um estado mais poderoso restrinja sua ação através do poder militar. Para Waltz, o objetivo maior de cada estado é tornar-se cada vez mais poderoso e manter seu poderio no mundo. Para tanto, ele deverá tomar todas e quaisquer medidas que puder para se manter no poder. Kenneth Waltz doutorou-se na universidade de Columbia, onde lecionou até 1957. Desde então, ensinou em Swarthmore, Brandeis e Berkeley e apresentou diversas conferências em Harvard, na London School of Economics e na Universidade de Pequim. Em 1997 regressou à Universidade de Columbia, onde é atualmente professor Adjunto de Ciência Política.

Waltz também considera que em função dos estados serem inerentemente agressivos, o sistema internacional acaba sendo levado a um dilema de segurança, qual seja, o investimento militar de um determinado país, mesmo que voltado apenas para sua segurança interna, pode gerar grande instabilidade política em seu entorno, pois um vizinho ou oponente também pode armar-se para se sentir seguro.

Tome-se novamente, por exemplo, a disputa entre Estados Unidos e Coréia do Norte em relação à construção da bomba-atômica por aquele país asiático. Não há interesse para os Estados Unidos, uma grande potência com armas atômicas, que outros estados detenham essa tecnologia pois poderiam afetar seu *status quo* atual. Nem interessa à China, também nuclear, que algum vizinho belicoso construa uma bomba atômica em seus flancos e com isso provoque uma corrida armamentista ou ameace o equilíbrio militar de sua região geopolítica.

Portanto, apesar de adversários ideológicos, além de ambos participarem igualmente de tratados que pregam a não-proliferação de armas e serem rigorosos em cobrar da Associação Internacional de Energia Atômica (AIEA) uma fiscalização intensa sobre todos os países membros, também uniram seus esforços diplomáticos na tentativa de convencer a Coréia do Norte a desistir dos planos nucleares que estava desenvolvendo.

A Coréia do Norte, por outro lado, visando obter uma série de vantagens com esse impasse e ciente de que suas forças militares ou políticas apenas incomodariam os dois grandes adversários, montou uma estratégia de jogo em que, após várias ameaças e impasses acompanhados pela imprensa internacional, finalmente abriu negociações para obter alguns benefícios comerciais em troca de abrir mão do programa atômico.

Recentemente<sup>9</sup> as partes chegaram a um acordo que, se for efetivamente implementado, satisfará de forma razoável todos os envolvidos, mas abriu-se um precedente diplomático que foi imediatamente aproveitado pelo governo do Irã. Esse país, atualmente na fase inicial do jogo de forças e consciente de sua importância no fornecimento de recursos energéticos a países industrializados, também espera beneficiar-se política ou comercialmente nas negociações.

Conclui-se portanto que, para os adeptos da utilização da força militar de maneira geral, o que deve ser sempre considerado é que, independentemente do momento e da capacidade de cada Estado - mesmo em períodos de paz – suas forças armadas sempre devem estar preparadas, seja para conter ameaças às suas fronteiras, seja para sufocar rebeliões internas que coloquem em risco o poder dos governantes e, com esse objetivo em mente, os governantes devem utilizar de todas as estratégias necessárias para proteger a população nacional e sua estrutura política.

Nessa teoria onde a força está acima de tudo, um ponto que ficou bem evidenciado é o conceito maquiavélico relacionado a tratados e alianças. Todos são, evidentemente, firmados para manter o chamado equilíbrio de poderes e para promover a segurança necessária a cada Estado, mas o pensador renascentista afirma que como as regras que estruturam os acordos políticos são fluidas e circunstanciais, em termos morais, podem ser rompidas unilateralmente sempre que o exigirem as condições do cenário internacional ou conforme as necessidades das *ragionni di Stato*.

Nesse aspecto da moralidade política, os realistas se apóiam na idéia de que:

[...] existem duas maneiras de se combater: uma pelas leis e a outra pela força. A primeira é própria do homem, a segunda, dos animais. Como porém, muitas vezes,

---

<sup>9</sup> Em setembro de 2005 a Coreia finalmente concordou em desistir de seu programa nuclear. Ainda não foram definidas datas para que isso ocorra, pois o governo de Seul exige que os Estados Unidos a auxiliem a construir um reator nuclear para uso pacífico.

a primeira não é suficiente, é preciso recorrer à segunda. O príncipe deve saber empregar convenientemente, o homem e da besta que existe dentro dele [...] e saber como usar as duas naturezas, pois uma sem a outra é razão de instabilidade. Sendo compelido a servir-se da natureza da besta deve tirar dela as qualidades da raposa e do leão, porque este não tem defesa contra os laços e a raposa, contra os lobos. Assim, é necessário a raposa para descobrir as serpentes e o leão para atemorizar os lobos. Aqueles que só confiam no leão podem não compreender a sua verdadeira função. Portanto, um senhor sábio não pode e não deve manter sua palavra quando ela apresentar riscos de se voltar contra ele e quando as razões que o fizeram jurá-la não mais existirem. Se os homens fossem totalmente bons, esse preceito não teria sentido, mas dado que são pérfidos e não a observariam a teu respeito, também não és obrigado a cumpri-la para com eles. Não faltarão razões legítimas para que um príncipe se escuse de manter um tratado: muitos exemplos modernos poderiam ser dados, mostrando quantas convenções e promessas se tornaram irritas e vãs pela infidelidade dos príncipes. E dentre eles, aquele que melhor soube valer-se de suas qualidades da raposa, saiu-se melhor. (MAQUIAVEL, 1996, p.101-102)

Ou seja, segundo Maquiavel, a força do leão deve ser complementada pela astúcia da raposa. Os príncipes que fizeram grandes coisas e foram bem sucedidos nelas, tiveram em pouca conta a palavra dada e souberam, pela astúcia, transtornar a cabeça dos homens e superar em atos aqueles que se mantiveram fiéis à seus compromissos.

Os realistas concordam que o que não puder se atingido pela força do leão, deve ser perseguido pela astúcia da raposa e nesse caso, o que está acima de tudo é evitar que, ao dar sua palavra em acordos ou tratados, esta se volte contra o governante. Também acreditam que em política, deve-se evitar o compromisso assumido quando houverem desaparecido as circunstâncias que fizeram com que fosse empenhado.

A crueza do pensamento realista de Maquiavel, na contra-mão da ética cristã pregada pela Igreja por toda a Idade Média, pode ser considerada “canalha” pelos puristas de plantão, mas na prática, é um dos mais importantes pilares da teoria política moderna. Tanto para Maquiavel, como para muitos dos pensadores contemporâneos – em especial um grupo de

“intelectuais da defesa” que tem prevalecido na formulação da política externa norte-americana - o aspecto violento e competitivo da verdadeira natureza humana não permite ao príncipe contemplanções idealistas ou éticas.

A *virtú* de um príncipe está em saber o momento exato criado pela *fortuna*<sup>10</sup> para o êxito da ação política, agindo com neutralidade moral quando está em jogo o bem-estar maior de um povo ou as *raggioni di Stato*.

Ao longo da História, não nos faltam exemplos de como a ação política dos governantes passava ao largo dos valores ético-filosóficos ocidentais e como, no calor de uma ameaça comum, alianças oportunistas e amorais acabavam sendo firmadas entre adversários potenciais.

No Período Clássico, por exemplo, as cidades-estado de Atenas e Esparta, se uniram militarmente através da Liga de Delos para conter a invasão persa, mas assim que viram finda a ameaça e se sentiram seguras, passaram a disputar entre si a hegemonia sobre os gregos por meio da Guerra do Peloponeso. Nos nossos dias, pode ser citado o Pacto Ribbentrop-Molotov, acordo mútuo de não agressão feito secretamente entre os arqui-inimigos Hitler e Stalin em 1939, às vésperas da 2ª Guerra Mundial. Da mesma forma que os gregos, assim que consolidou suas fronteiras ocidentais, Hitler não hesitou em quebrar o acordo no Leste e invadir a Rússia com a nata de suas tropas.

Mais recentemente ainda, já em fins do século 20, observamos que em 1972, sob o peso da Guerra do Vietnã, da crise do petróleo e visando diminuir seus gastos com armas, os Estados Unidos acabaram aderindo ao Tratado de Proibição de Mísseis Anti-balística<sup>11</sup> (ABMT), também firmado pela União Soviética. Após os ataques do 11 de Setembro,

---

10 *Virtu* está para ‘sabedoria’ e *Fortuna* está para ‘sorte’.

11 Tratado de Proibição de Mísseis de Anti-balística (ABM Treaty) e de Limitação de Armas (SALT I e II) firmado multilateralmente com a União Soviética em 1972.

entretanto, já num contexto monopolar e sem contendores militares à sua altura, foi natural – e não amoral - para Washington retirar-se do acordo, argumentando que seus termos haviam caducado diante das novas ameaças que tornavam inseguro o ambiente internacional.

*Raggioni di stato*, justificam os mais preocupados com julgamentos morais. Realismo político e tendências imperialistas e hegemônicas, rebatem outros, menos ortodoxos. Mas um ponto é indiscutível: só quebra um acordo ou aliança militar unilateralmente quem se sente absolutamente seguro de suas próprias forças, ou aqueles que querem se desvencilhar de incômodos parceiros para terem maior leveza para alçar vôos mais elevados nas esferas do poder.

Quando um Estado se sente suficientemente forte para prescindir de alianças firmadas com seus iguais, é porque acredita estar em situação confortável e segura o suficiente para andar com as próprias pernas. Portanto, é um Estado que pode tender à prática do imperialismo ou à expansão territorial, mesmo que seu discurso dissimule esses objetivos e que a princípio, não represente uma ameaça à paz internacional.

## ***1.2 O realismo na formulação da política externa norte-americana***

Na análise feita sobre o realismo, observou-se que essa teoria política defende o comportamento amoral nas relações internacionais, quando necessário, por acreditar que a função maior de um governante é prover a segurança e o bem estar de seus cidadãos, protegendo-lhes a integridade territorial e as instituições.

Para tanto, maquiavelicamente ou realisticamente, cabe transgredir – sem qualquer constrangimento moral – regras e direito internacional, em nome de uma causa maior. Para

bem governar, todos os recursos humanos e bélicos nacionais devem ser arregimentados para a defesa da nação, mesmo que essa conduta possa ser considerada ameaçadora por qualquer vizinho e mesmo que tal atitude, por sua vez, leve ao armamento deste, igualmente com a finalidade de resguardar-se.

Na década de 1950, principalmente, um cenário mundial de conflito ideológico - ou de permanente defesa contra ele - foi mantido pelos Estados Unidos e pela União Soviética, através de uma corrida armamentista com intenso investimento em indústria bélica. Esse confronto estava em conformidade com o axioma realista conceituado acima e consolidou-se nos Estados Unidos com uma política externa adequadamente formulada a partir das idéias expressas por Morgenthau em 1948.

As principais características do paradigma neo-realista defendido por ele – e adotado pelo Departamento de Estado norte americano como pilar ideológico da política externa norte-americana a partir de 1945, com o aval de George Kennan<sup>12</sup> e posteriormente, de Henry Kissinger<sup>13</sup> - podem ser sumarizadas em três aspectos fundamentais:

a) Política interna e política internacional são duas áreas distintas e independentes entre si. Os princípios morais que norteiam a política interna, inclusive os valores democráticos nacionais, não se aplicam às relações internacionais, pois nelas devem

---

12 **George Kennan** (1904-2005) Diplomata americano no *front* soviético - fluente na língua e nos assuntos russos e declaradamente anticomunista - que começou sua carreira naquele país como observador logo após a Guerra Civil Russa. Ele testemunhou a coletivização e o terror bem de perto e em 1946, aos 44 anos, enviou um telegrama a Washington como chefe da missão e consultor do Embaixador Averell Harriman. Nesse telegrama está a origem da Guerra Fria, que para Kennan, deu aos EUA a sua oportunidade histórica de assumir a liderança do que seria posteriormente descrito como “o mundo livre”. Durante o período em que dirigiu a área de Planejamento Político do Departamento de Estado, em fins de 1940, seus escritos deram suporte à Doutrina Truman e à política externa norte-americana de contenção da União Soviética, ao argumentar que o regime soviético era expansionista e que sua influência tinha que ser ‘contida’ em áreas de vital importância estratégica para os Estados Unidos. Teve importante papel no desenvolvimento de programas e de instituições criados durante a Guerra Fria, como o Plano Marshall.

13 **Henry Kissinger**. De nacionalidade alemã, naturalizou-se norte-americano em 1953. Assumiu funções de 560. Secretário de Estado dos Estados Unidos, de 1973 to 1977. Foi Assistente da Presidência para Assuntos de Segurança Nacional de 1969 até 1975. De 1954 a 1971 foi membro de Harvard no Departamento de Governo e no Centro de Assuntos Internacionais, trabalhando em programas como Armas Nucleares e Política Externa e Estudos de Defesa, também em Harvard. Escreveu muitos livros e artigos sobre política externa norte americana e história diplomática, tendo recebido muitos prêmios. Foi consultor do Departamento de Estado (1965-68) da Agência de Controle de Armas e Desarmamento dos Estados Unidos (1961-69), do Conselho Nacional de Segurança (1961-62), da Diretoria de Estratégia Psicológica (1952) e do Escritório de Pesquisas Operacionais (1951). Durante a guerra, serviu no serviço secreto, permanecendo nele até 1949.



prevalecer apenas as questões de poder e segurança (*high politics*) em detrimento dos demais temas internacionais, como economia, meio ambiente ou direitos humanos (*low politics*).

b) Somente os Estados são reconhecidos como atores internacionais pelos realistas, pois são considerados racionais e seus comportamentos são bem definidos em termos de poder. Juridicamente, só os Estados podem negociar, firmar e ratificar tratados internacionais. Apesar desse paradigma ser claro e indiscutível, recentemente, em virtude de uma série de transformações no cenário ensejado pela globalização, pode ser observado que esse *status* vem sendo consignado também a organizações inter-governamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), por sua crescente participação e envolvimento em questões interestatais.

c) Finalmente, o poder, traduzido na legalização do uso da violência institucional, é a obsessão dos realistas e para eles a relação entre nações é marcada pelo império da força e interpretada como uma luta constante por domínio. A partir dessa premissa, a paz e a segurança internacionais só podem ser atingidas mediante um equilíbrio de poder entre os Estados mais fortes.

Portanto, fica claro que o fortalecimento militar dos Estados Unidos, que se consolidou a partir do Projeto Manhattan e que atingiu um crescendo durante a Guerra Fria, além de ter sido uma medida imperativa adotada pelos governantes daquele país para fazer frente às necessidades militares do conflito Leste/Oeste, também foi resultado da adoção de uma política realista por alguns setores do governo, centrados principalmente na questão da defesa.

Em razão das novas necessidades de segurança que surgiram principalmente no período que se estendeu desde 1945 até 1989, desenvolveu-se uma corrida armamentista

entre as duas maiores potências mundiais e a paz relativa só se manteve por meio de um “equilíbrio do terror” e da dissuasão nuclear.

Essa paz relativa, fundamentada em tratados multilaterais e apoiada em valores idealistas que visavam acabar com todas as guerras, teve seu momento de glória com os 14 Pontos de Wilson, com a Liga das Nações e posteriormente, com a criação da ONU, mas tinha seu preço.

Afinal, afirmam os realistas, para que o mundo não funcionasse de forma totalmente anárquica, caberia naturalmente às grandes potências – as de maior influência, prestígio, riquezas e poder - a responsabilidade sobre a manutenção da segurança e da paz internacional e portanto, deveriam ser escritos e cumpridos segundo seus interesses e concepções.

Miyamoto e Carvalho (2003) consideram legítimo o comportamento “leonino” das grandes potências nas relações internacionais pois, por serem detentores de maior poder militar, era natural que pelo uso da força, a eles coubesse ditar as regras de funcionamento do sistema e forçar o seu cumprimento por todos os demais.

Pode deduzir-se, portanto, que as grandes potências se auto-qualificam para usar violência institucional em nome da estabilidade do sistema se necessário e que, quando não estão satisfeitas com o *status quo* vigente, apóiam-se em sua capacidade de dissuasão para redistribuir o poder pacificamente.

Esse privilégio não lhes é exclusivo. As pequenas ou médias potências, quando detentoras de um poder militar ou de tecnologia nuclear significativos, não costumam igualmente respeitar acordos ou tratados internacionais e geralmente usam chantagem para impor seus interesses, como é o caso de Índia, Paquistão e agora Coréia do Norte e Irã, que estão desenvolvendo seus programas nucleares à revelia do Ocidente. Aos demais, entretanto,

que não dispõem de uma força militar devidamente persuasiva, não resta outra alternativa senão submeter-se ao sistema.

Em algumas situações, a imposição dos poderosos sobre os mais fracos ou as guerras que promovem longe de seus territórios, colonizando continentes inteiros e escravizando nações, podem eventualmente resultar em um forte descontentamento dos nativos que, mais cedo ou mais tarde, acabam se rebelando de forma violenta para tentar mudar a ordem onerosa que pesa sobre eles.

As revoltas eventuais dos estados menores são uma válvula de escape para o sistema e permitem que a ordem internacional não permaneça necessariamente imutável ou seja um espaço onde sempre prevaleça a ditadura dos mais forte. Um exemplo desse fenômeno é o Afeganistão, um dos países mais miseráveis do mundo, nas suas relações com os Estados Unidos.

Mesmo tendo seu território literalmente arrasado pela superpotência após os ataques do 11 de Setembro, sob a justificativa de estar abrigando o responsável pelo ataque terrorista, em nenhum momento a população afegã se sentiu tentada a entregar Osama Bin Laden a seus perseguidores. Não seria essa uma forma silenciosa de manifestar revolta e descontentamento? Em torno deles – dos afegãos – formou-se uma corrente árabe de solidariedade, a despeito de todos os discursos públicos de adesão à indignação dos Estados Unidos e essa corrente é tão forte que hoje, quase um lustro depois dos ataques, além de Osama Bin Laden ainda continuar livre e impune, ainda foi transformado em herói pelos povos islâmicos.

Ou seja, conforme a idéia idealista, se alguns povos menores se aliarem em função de interesses mútuos ou comuns – no caso a cultura islâmica e oriental - e criarem recursos para

enfrentar um Estado mais poderoso, podem ficar mais seguros e eventualmente, promover mudanças num sistema que, regra geral, sempre tende para o lado dos mais fortes.

Uma das formas de se promover institucionalmente o fortalecimento dos estados menos favorecidos militarmente e com isso manter a paz no sistema, seria a utilização de organizações internacionais como a ONU. Por estarem estruturadas de forma mais adequada, poderiam oferecer oportunidades mais justas no sistema internacional e se caracterizariam como o que Norberto Bobbio (2003) chamou “o terceiro ausente”, uma instituição acima das partes, forte o suficiente para poder prevenir os tradicionais conflitos entre estados ou limitar suas consequências, como uma exigência do nosso tempo

Essas organizações teriam a finalidade de auxiliar na melhoria dos índices de desenvolvimento humano dos países periféricos e por meio de interferência diplomática, poderiam minimizar conflitos entre eles e os interesses dos poderosos, além de atender às necessidades culturais, econômicas, políticas e militares de todos os seus membros.

Em função disso, instituições técnicas como a ONU foram criadas, objetivando fazer um verdadeiro intercâmbio solidário entre todos os povos. Seus afiliados, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Tribunal de Justiça Internacional (IJT), a Organização de Alimentação e Agricultura (FAO), a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), o Banco Mundial de Desenvolvimento (BID) e muitos outros organismos afins, foram instituídos em comum acordo e abertos à associação de todas as nações que a eles tivessem interesse em filiar-se para melhorar as condições de vida de sua população. Os países que optaram por colocar-se sob sua proteção – principalmente os médios ou pequenos - obtiveram

uma série de vantagens que, em outras circunstâncias, jamais conseguiriam em relações bilaterais quando o outro lado fosse uma grande potência.

É claro que o fato de ser membro de uma organização internacional de caráter diplomático não significa – na prática - que todos os países associados tenham os mesmos direitos, ainda que no discurso formal da entidade isso esteja afirmado. Idealismos à parte, o bom-senso recomenda que sempre se leve em consideração a importância que cada país tem no concerto mundial – se ele é mais fraco ou mais forte, econômica ou militarmente, - para determinar ou não sua capacidade de bloquear políticas de outros países que lhe sejam prejudiciais.

Miyamoto e Carvalho (2003) complementam o raciocínio quando ponderam que nem sempre a justiça é feita como deveria. Muitas vezes, quando as grandes potências se vêm prejudicadas em instâncias políticas ou militares, de uma forma ou de outra, exercem algum tipo de pressão ou retalias as iniciativas protetoras das organizações internacionais e estas, nem sempre tendo força suficiente para manter sua posição, permitem que os interesses dos poderosos continuem prevalecendo.

Entretanto, também fica claro no mesmo período que, sendo o mundo composto por indivíduos racionais, o risco permanente causado pela recorrência de conflitos cada vez mais violentos e mortais entre Estados, levou ao fortalecimento do idealismo nas relações internacionais, firmado especialmente a partir do término da 2ª. Guerra Mundial.

Quando a ONU foi criada em 1945, a sociedade internacional ainda estava sob o impacto dos desperdícios da guerra e do exercício prepotente dos regimes autoritários. O cenário era de crise aguda, e as relações conflitantes entre Estados Unidos e União Soviética estavam começando a se manifestar de forma perigosa. Por isso, os conceitos que a

nortearam, baseados na obediência a determinados princípios éticos e morais<sup>14</sup> que seriam essenciais à convivência pacífica entre os seres humanos da comunidade internacional, pregavam que todos os países deveriam respeitar os direitos e as fronteiras dos demais, garantindo assim, um clima harmonioso de convivência entre os povos.

Novas propostas para resolver conflitos de forma pacífica e preventiva – fossem quais fossem – sempre seriam vistas de forma positiva por toda uma geração marcada pelos horrores do conflito mundial. A Carta de São Francisco foi firmada por nações interessadas na manutenção de uma paz duradoura e na construção de uma ordem mais justa, mesmo que sendo humanos, tivessem consciência de que a violência jamais seria eliminada do mundo e que eventualmente, numa situação em que todos os Estados estivessem dispostos a depor armas, o único que se recusasse a fazê-lo tornar-se-ia senhor do mundo. Segundo Bobbio, “acaso não é verdade que a impotência do homem pacífico acaba por favorecer o prepotente”? (BOBBIO, 2003, p.11)

Portanto, após a 2ª. Guerra emergiram nas relações entre os Estados, lado a lado, sem jamais se encontrarem, dois diferentes sistemas de relações internacionais: um velho, realista, baseado no equilíbrio que passaria a ser responsabilidade das duas superpotências e não mais no sistema multipolar como nos séculos anteriores, e um novo sistema, nascido com as Nações Unidas e que poderia ser uma espécie de “poder comum”.

Enquanto o velho sistema sobrevivia e se fortalecia na convivência, o novo acabou sendo gradualmente paralisado pelo direito de veto e pelos interesses divergentes das grandes potências e de seus organismos econômicos internos. Por que?

---

<sup>14</sup> Em seu preâmbulo, os países signatários da Carta de São Francisco – que criou a Organização das Nações Unidas - se comprometiam a salvar as gerações posteriores da guerra, a reafirmar os direitos humanos, a dignidade das pessoas, a igualdade de direitos para homens e mulheres e para as nações grandes e pequenas. Também se comprometia a estabelecer condições para que a justiça e o respeito às obrigações oriundas daquele contrato e outras fontes de lei internacional fossem mantidas, além de procurar promover o progresso social e melhores condições de vida de todos os povos. Para tanto, comprometiam-se a praticar a tolerância e a viver em paz uns com os outros, unir forças para manter a paz e segurança mundial, garantir que as forças armadas não sejam usadas, exceto em caso de interesses comuns e empregar a máquina internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de todos os povos.

Porque, ainda de acordo com Bobbio (2003), durante a Guerra Fria, a ameaça de força ou de ruptura do equilíbrio em favor de uma das duas partes que o compunham teria um impacto tão forte no contexto internacional que tornaria inútil qualquer intervenção externa do ‘terceiro ausente’, isto é, do organismo acima das partes que representava o poder comum. A impossibilidade óbvia de um aparte interventivo das Nações Unidas em caso de um confronto entre os dois colossos nucleares, reduziu sua importância e a neutralizou como órgão gerador de uma “paz consentida”.

Para ele, manteve-se o que chamou de “paz de equilíbrio” – apenas por obra e mérito das duas superpotências - que só terminou com a dissolução da União Soviética e com a elevação dos Estados Unidos à condição de superpotência dominante. A partir de então, passa a prevalecer um tipo de solução pacífica que Bobbio chama de “paz de império”, ou “paz não-consentida”, um tipo de paz imposta e mantida por uma nação hegemônica, com características historicamente semelhantes às da *pax romana*, da *pax* de Justiniano, da *pax* do Sacro Império Romano ou da *pax* britânica.

Ou seja, apesar de todos os esforços pacifistas de organizações não-governamentais, ou do empenho do “terceiro ausente” na solução de conflitos, a prática histórica tem demonstrado que, na realidade, – tanto na questão do desarmamento, quanto na da redistribuição de recursos para as nações menos privilegiadas - a ONU e suas afiliadas nunca tiveram meios efetivos para obrigar o comportamento e as decisões das grandes potências.

É difícil precisar o frágil equilíbrio entre a necessidade humana de preservar sua existência por meio da força e ao mesmo tempo, ter consciência de que o crescimento desmesurado dessa força possa significar sua auto-destruição. Foi o que ocorreu em relação à corrida armamentista nuclear. Quanto mais se fortaleciam as potências que detinham essa

tecnologia, maior era o risco de aniquilação de tudo o que os homens haviam criado. O que fazer?

A questão da sobrevivência pela força se confrontava, nesse caso, com os valores de uma necessidade maior e, felizmente para a humanidade, dentre outros fatores igualmente importantes, o fôlego econômico das duas superpotências para sustentar a corrida armamentista começou a diminuir em fins da década de 1960. Desgastados financeiramente pela exorbitância dos gastos militares e pressionados pela opinião pública internacional, Estados Unidos e União Soviética começaram se conscientizar da necessidade de se sentarem a uma mesa de negociações para reduzirem o passo da corrida armamentista.

Foi assim que, no limite de suas forças, mas sempre procurando manter o status conquistado, as circunstâncias levaram os dois lados beligerantes a firmarem acordos bilaterais<sup>15</sup> e a aceitaram efetuar ajustes e reduções equilibradas em forças convencionais de suas grandes alianças militares<sup>16</sup> em Helsinque (1975) na Conferência de Segurança e Cooperação na Europa.

Indiscutivelmente, um passo importante para os movimentos pacifistas instrumentais e institucionais, pois os acordos sinalizavam ao mundo que o cenário internacional contava com novos horizontes e que poderia haver esperanças em direção à paz. Deve-se levar em conta, entretanto, que, por mais bem intencionado que seja, o movimento pacifista institucional não elimina o uso da força, apenas a limita, restringindo o número de agentes autorizados a usá-la ou controlando os meios que utiliza para atuar contra a violência ilícita.

Portanto, as medidas adotadas por meios de normas internacionais podem eventualmente paralisar ou colocar dificuldades perante um adversário, mas não conseguem

---

15 Acordo de Limitação de Armas Estratégicas (SALT I e II), Acordo de Redução de Armas Estratégicas (START I e II) e Acordo de Proibição de Mísseis Anti-balística (ABM). A descrição desses tratados e suas conseqüências são discutidos mais extensivamente no Apêndice B.

16 OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e Pacto de Varsóvia.



reduzido à impotência ou destruí-lo. Mantêm-se as necessidades realistas de defesa e com isso, na aurora da Nova Ordem, os Estados Unidos voltam a fortalecer o paradigma da defesa através de uma série de medidas efetivas e de acasos fortuitos.

Por que? Por conflito de interesses, afirmam os que defendem a influência do capital na política das nações. Não se pode esquecer que violência institucional gera lucros e sobrevivência material para os grupos sociais que dependem dela, como as forças armadas e a indústria armamentista. Quanto mais forte militarmente for um país, maior é o mercado interno para absorver sua produção de armas e mais rica e influente é a elite que as produz.

Por isso, nos Estados melhor equipados militarmente, até que ponto uma sociedade dominada pelo capitalismo e por uma visão realista na política externa poderia acatar como viáveis os tratados de cooperação internacional para promover o desarmamento e a paz mundial?

Como já ocorreu em períodos históricos anteriores e guardando-se as devidas proporções históricas, o cenário internacional voltou a vivenciar a lógica tradicional do desejo de poder que, conforme a antiga máxima do século 4 pregava: “*si vis pacem para bellum*”<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> “Se queres a paz, prepara-te para a guerra.” In RENATUS, Flavius Regetius. *De Re Militari*. Tradução do Latin por John Clark . Texto escrito no ano de 390 e publicado na Inglaterra em 1767. Versão eletrônica de Mads Brevik, 200. Disponível em <http://www.pvv.ntnu.no/~madsb/home/war/vegetius/> . Acesso em 12/12/2005.

*“A tirania, por não precisar ser consentida,  
pode ser imposta com sucesso sobre povos estrangeiros,  
mas só poderá ser mantida se destruir primeiro  
todas as instituições nacionais de seu próprio povo.”*

(Hannah Arendt, *As Origens do Totalitarismo*)

## 2 O IMPERIALISMO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO

### 2.1 *As raízes do imperialismo moderno*

Em termos teóricos, conceituar imperialismo não é uma tarefa fácil, pois não há muito acordo acerca do significado da palavra, nem do fenômeno que ela pretende descrever. Etimologicamente falando, o termo cuja raiz latina é *imperium*<sup>18</sup>, surgiu em meados do século 19<sup>19</sup> para descrever a *Pax Britannica* e geralmente era utilizado apenas para descrever a política comercial expansionista inglesa.

Suas origens intelectuais podem ser encontradas desde o século 13 em Dante, que em sua obra “Monarquia” já descrevia um mundo que tinha um único foco político e que era governado pelo racionalismo. Esse conceito exerceu influência em John Dee - um pensador neo-platonista que foi quem cunhou o termo ‘Império Britânico’ no século 16 - e posteriormente, em navegadores como Sir Humphrey Gilbert e Sir Walter Raleigh, cuja navegação empreendedora no Atlântico e Pacífico deu origem ao poderoso império marítimo que seria capitaneado pela Inglaterra por quase dois séculos.

Com o desenvolvimento dos estudos da história clássica nos séculos 18 e 19 o termo imperialismo passou a ser também utilizado para descrever a política expansionista do Império Romano ou de outros impérios da Antiguidade. Para esses estudiosos, imperialismo é

---

18 *Imperium* é um termo latino que pode ser traduzido literalmente como poder. Na Roma antiga, indicava medida de poder e o conceito legal de uma autoridade formal. Um cidadão que tivesse sido investido de *imperium* pelas autoridades senatoriais ou populares tinha autoridade absoluta no âmbito de sua magistratura, mas podia ser vetado ou contrariado legalmente por um outro magistrado que fosse investido de grau mais elevado de *imperium*. Hoje, o termo é visto como o poder que o Estado investe em uma pessoa para que ela faça o que considerar o melhor para os interesses desse mesmo Estado.

19 Conforme o Dicionário Oxford de Língua Inglesa. Considerado o mais completo de todos os que tratam da língua inglesa, compreende cerca de 190.500 entradas principais, além de 157.000 combinações e derivativos, 169.000 frases e combinações e 2.412.400 citações ilustrativas. Disponível em <<http://www.oed.com/>>. Acesso em 10 jun. 2005.

um fenômeno político, militar e econômico, no qual um Estado mais poderoso que os demais estende controle ou autoridade sobre uma ou mais entidades estrangeiras, com a finalidade de adquirir ou manter um *imperium*. A dominação em um império pode ser direta, manifestando-se por meio de conquistas territoriais, ou indireta, com o controle da economia, política e cultura dos povos subjugados em parceria com suas classes dominantes

Podem ser observadas algumas correntes principais no estudo desse fenômeno: a do imperialismo antigo, a do colonialismo expansionista, a marxista (economicista) e a humanista (político-ideológica). Apesar das diferentes características de cada uma dessas interpretações, fica bem evidente na maioria delas, que a ênfase principal do processo é a dominação militar-econômica de um povo sobre outro.

No mundo Antigo, imperialismo acontecia quando um povo, representando uma determinada civilização ou religião, tentava dominar os demais criando um sistema de controle unificado. O Império de Alexandre Magno ou o Império Romano são os exemplos daquele período histórico mais utilizados para explicar como se processava a dominação de um povo sobre outro.

Na Era Moderna, entre os séculos 15 e 19, tem-se o exemplo da grande expansão européia pelo Atlântico e Pacífico, que teve início sob a forma de colonialismo e implicava inicialmente estender o comércio ultra-marino em direção ao Atlântico e ao Pacífico. Essa nova forma imperial não tratava de um único país que tentava unificar o mundo, impondo seu controle sobre ele - como fora observado na Antiguidade - mas sim de uma disputa entre várias nações européias que competiam entre si para estabelecer domínio, inicialmente, sobre o continente americano e posteriormente, sobre o Sul e Sudeste da Ásia.

Como esse sistema colonialista e sua forma de domínio eram estruturados conforme a doutrina mercantilista dos séculos 15 a 17 e como o objetivo de cada Metrópole era obter

recursos que fortalecessem ainda vez mais o poder da monarquia absolutista e da burguesia nacional, foram tomadas medidas políticas e militares racionais e específicas visando exercer controle monopolista sobre o comércio das colônias e com isso, maximizar os benefícios obtidos pela exploração dos novos territórios.

Em meados do século 19, entretanto, como consequência do aumento de produção causado pela Revolução Industrial, surgiu a necessidade de se criar novos mercados externos que absorvessem tanto o excesso manufatureiro, quanto o capital industrial que se acumulava na Europa. Assim, abriu-se espaço no cenário internacional para a aplicação de uma outra variante do colonialismo expansionista: o imperialismo do livre-comércio ou o neo-colonialismo.

Naquele período, o modelo mercantilista e os principais impérios europeus derivados de sua prática, como Portugal e Espanha, estavam vivendo um momento de crise em virtude dos vários movimentos de independências que eclodiam em suas colônias americanas. Para superar a transição da política intervencionista de Estado e atingir a plenitude do sistema liberal que começava a prevalecer, principalmente na Inglaterra, a expansão global passou a ser feita de maneira oficiosa: ou por meio de vias diplomáticas, ou por meio de imposições econômicas.

Essa prática expansionista informal, a princípio batizada oficialmente de livre-comércio e incentivada principalmente pelos interesses liberais industriais, teve duração relativamente curta: no final do século 19, todas as potências européias que haviam se imposto na Ásia e na África já haviam retomado a prática de um colonialismo monopolista, que passou a ser chamado de neo-colonialismo ou imperialismo moderno.

Essa nova versão do expansionismo político e econômico – o imperialismo moderno – diferenciava-se da anterior por apresentar-se com roupagem liberal e com um discurso justificativo de dominação mais condizente com a episteme do período.

Nesse período, foram criados conceitos como a “missão colonizadora do homem branco” entre os europeus, ou o “destino manifesto” entre os norte-americanos, mas apesar das justificativas, na prática, como o fenômeno que o antecedeu, o neo-colonialismo continuava a caracterizar-se tanto pela anexação territorial, quanto por exercer controle econômico monopolista sobre os povos dominados.

Um dos primeiros a efetuar essa análise sobre o expansionismo do século 19 foi John A. Hobson<sup>20</sup>, um economista britânico de grande renome. Crítico do imperialismo por impingir o monopólio ao capitalismo liberal, para formular sua teoria da acumulação, ele fez uma detalhada análise econômica do processo de expansão capitalista em direção à Ásia e à África e da competição que o fenômeno provoca entre as potências industriais européias:

[...] Os imperialistas podem argumentar: “Precisamos de mercados para nossa crescente manufatura, precisamos de novos espaços para investir o nosso excedente de capital e para absorver as energias aventureiras da nossa população excedente. A expansão é uma necessidade vital para uma nação com nossa crescente capacidade produtiva. Cada vez mais pessoas se dedicam à manufatura e ao comércio nas cidades e portanto dependem de comida e matéria prima que venham de outras terras. Para comprar e pagar esses bens, temos que vender nossos produtos no exterior. Durante os três primeiros quartos do século 19 nós o fizemos sem dificuldades por causa da expansão natural do comércio com as outras nações continentais e com nossas colônias, todos muito distantes de nós na arte de produzir manufatura ou desenvolver o comércio. Enquanto houve monopólio virtual da

---

20 Em 1902, J. A. Hobson (1858-1940) publicou pela primeira vez uma das mais famosas críticas sobre as bases econômicas do imperialismo, afirmando que o fenômeno ocorreu para atender não às necessidades internas da nação britânica, mas para atender às necessidades de uma classe econômica que se utiliza dos recursos públicos para defender seus próprios interesses no exterior. Suas idéias irão influenciar Lenin e sua análise sobre o imperialismo monopolista como última fase do processo capitalista.

Inglaterra sobre alguns segmentos importantes de bens manufaturados nos mercados mundiais, o imperialismo era desnecessário. Após 1870, essa supremacia manufatureira e comercial começou a ser ameaçada: outras nações, especialmente Alemanha, Estados Unidos e Bélgica desenvolveram-se com grande rapidez e apesar de não terem destruído ou reduzido nosso comércio externo, sua competição tornou ainda mais difícil a obtenção de lucros sobre os excedentes de nossa manufatura. A interferência dessas nações sobre nossos antigos mercados e mesmo em nossas próprias colônias, tornou ainda mais urgente a tomada de medidas energéticas para garantir novos mercados. Esses mercados deveriam estar em países não desenvolvidos, principalmente nos trópicos, cujas crescentes necessidades econômicas de sua população pudessem ser atendidas por nossos fabricantes e comerciantes. Nossos rivais estavam capturando e anexando territórios com propósito semelhante a quando o faziam, fechavam-nos ao nosso comércio. A diplomacia e as forças militares da Grã Bretanha tiveram que ser usadas para obrigar os donos dos novos mercados a negociar conosco: e a experiência demonstrou que o meio mais seguro de garantir e desenvolver esses mercados seria estabelecendo "rotetorados" ou anexando-os. [...] A súbita demanda por mercados estrangeiros para bens manufaturados e para investimento financeiro foi a principal responsável pela adoção do imperialismo como uma política nacional [...] Eles necessitavam do imperialismo por que desejavam utilizar-se de recursos públicos de seu país para dar um uso lucrativo a seu capital que, de outra forma, se transformaria em supérfluos. (...) As forças dirigidas pelo interesse de classes que estimularam e deram suporte a essa falsa economia nacional, foram explicadas. Nada poderá remediar as operações futuras dessas forças. É inútil atacar o imperialismo ou o militarismo como um expediente político ou como uma política nacional, a menos que o machado seja dirigido para sua raiz econômica e as classes para cujos interesses o imperialismo trabalha sejam privadas das receitas excedentes que recebem no processo da exploração. (HOBSON, 1948, p.77:78, 80:81, 93)

Foi justamente a disputa por novos territórios, cujas causas foram tão bem descritas por Hobson, que criará um clima beligerante, principalmente entre as duas maiores potências industriais daquele período, Alemanha e Inglaterra, e levará a Europa à 1ª. Guerra Mundial.

John Simkin (2005) relata que às vésperas do conflito, aquele continente comportava 27% do total de investimento financeiro-industrial global, seguida pela América do Norte (24%), América Latina (19%), Ásia (16%), África (9%) e Oceania (5%). A Inglaterra, por seu papel pioneiro na produção industrial e por apresentar o maior volume de capital financeiro excedente, era naturalmente a principal potência capitalista, mas nesse período, seus investimentos haviam mudado abruptamente de direção, tornando-se menos voltados para a Europa, Estados Unidos e Índia e mais dirigidos para os demais países do *Commonwealth* e da América Latina.

Em regiões não industrializadas da América Latina, que não detinham nem tecnologia, nem poder político para direcionar o fluxo desse capital entrante, o investimento britânico serviu muito mais para reforçar os laços de dependência econômica já existentes entre a Inglaterra e as nações recém-libertadas do domínio ibérico, do que para promover seu desenvolvimento, pois o fluxo fácil de capital continuou financiando as importações industriais em larga escala e destruiu as perspectivas de crescimento da manufatura nacional.

Esse processo de imperialismo informal - cujas origens econômicas foram analisadas por Hobson em seu trabalho - foi responsável pelo aparecimento das perigosas pressões políticas e econômicas que produziram posteriormente a divisão entre os países do “Norte” e do “Sul” e a Teoria da Dependência, criada pela academia latino-americana nas décadas de 1960 e 1970.

Após a 2ª. Guerra Mundial, a maioria dos impérios formais e informais que tinham se constituído durante a fase monopolista, se dissolveu durante o processo de descolonização da



Ásia e da África. Os recursos naturais e o mercado de consumo desses países, libertos de suas antigas metrópoles, inseriram-se no mercado mundial e passaram a ser disputados livremente por Estados Unidos e União Soviética, num jogo de influências que perdurou até o fim da década de 1980.

Vale notar, entretanto, que na área de influência capitalista, de forma velada ou aberta, conforme a circunstância, tanto os Estados Unidos, quanto as outras nações industrializadas européias - em razão de seu poderio econômico e de sua influência em algumas importantes organizações financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial - continuaram a exercer considerável controle sobre determinadas nações menos desenvolvidas tecnologicamente, mesmo que após conquistarem uma independência política oficial.

Em momentos pontuais da Guerra Fria, como na Guerra da Coreia ou do Vietnã, foram feitas intervenções indiretas nos países libertos para furtá-los da área de influência soviética e posteriormente, a continuidade da exploração nos moldes coloniais passou a ser justificada por meio de um discurso humanitário de disseminação dos valores de liberdade e de democracia entre os povos mais atrasados.

Alguns setores mais atentos da sociedade, preocupados com a inconsistência prática desses valores no contexto dessa nova manifestação imperialista, passaram a denunciar no Ocidente um novo tipo de expansão informal, sem a anexação de territórios e caracterizado cultural e economicamente pela divulgação mundial das virtudes liberais do ocidente e do *american way of life*.

Essa divulgação do *soft power* norte-americano e europeu era reforçada de forma sutil pelo *hard power* via uma gradual disseminação de bases militares norte-americanas

consentidas por todo o mundo, sob a premissa de promover a defesa do capitalismo liberal colocado em cheque pela ideologia socialista.

Antes de aprofundar a análise dessa nova forma de domínio e discutir a questão do império contemporâneo, cabe ainda uma última reflexão teórica: o que leva um Estado a procurar meios para constituir esse *imperium*?

Já foi visto nos parágrafos anteriores que ao longo da História, as razões pelas quais os Estados aspiraram criar impérios podem ser classificadas, em termos gerais, em três grupos: econômicas, políticas e ideológicas.

As razões de caráter **econômico** são as mais utilizadas quando se tenta explicar o fenômeno do imperialismo. Rudolf Hilferding<sup>21</sup> foi um dos pioneiros na análise marxista da acumulação do capital a partir da estratégia imperialista burguesa, redefinindo o papel do capital financeiro no processo.

Para Hilferding (1985) o capital financeiro cresceu com o desenvolvimento das sociedades anônimas e alcançou seu apogeu através do monopólio da indústria, ou seja, enquanto o capital comercial entrava em fase de degradação, o capital financeiro atingia seu ápice, completando-se assim o ciclo do desenvolvimento capitalista. Ele afirmou que nesse processo, o capital produtivo havia perdido sua força e se tornado cativo do capital financeiro, enquanto o poder dos bancos crescia de tal forma que seus lucros usurpavam o crescimento da produção.

---

21 **Rudolf Hilferding** (1877-1941) Judeu rico, médico, sempre demonstrou grande interesse pela política. Publicou vários livros de economia sob o enfoque marxista e teve grande influência no pensamento de Lênin e dos bolcheviques russos. Trabalhou no jornal *Neue Zeit* (1907-1915), fundado por Karl Kautsky. Depois da 1ª Guerra tornou-se editor chefe do *Freiheit* (1918-1922) e foi ministro das finanças da Alemanha em 1923 e 1928. Por ser judeu e liderança socialista, Hilferding foi obrigado a fugir da Alemanha quando Hitler assumiu o poder em 1933, mas foi capturado entregue aos nazistas pelas autoridades de Vichy. Ele morreu na prisão após torturas que lhe foram infligidas pela Gestapo. Muito de sua discussão sobre o capitalismo pode ser encontrada em sua obra 'O capital Financeiro'.

Quanto maior fosse a concentração da propriedade, mais os proprietários do capital fictício e do capital produtivo, que dão poder às indústrias, se integravam nos mesmos grupos e criavam monopólios, destruindo o livre-comércio e a livre- iniciativa.

Se os antigos liberais adeptos de Adam Smith acreditavam no livre-comércio, não somente como a mais correta política econômica, mas também como um ponto de partida para uma era de paz e cooperação internacional, os adeptos do capital financeiro, ao contrário, não tinham essa crença. Assim, o ideal humanitário dos liberais foi substituído, na prática, pelo discurso do poder e da força do Estado pregado pelos monopolistas, transformando o imperialismo no elemento responsável pela superação dos velhos ideais liberais.

Hilferding (1985) procurou explicar o imperialismo como uma ideologia de expansão territorial e de domínio sobre povos-nações, centrada principalmente na captura do Estado pelo capital financeiro. O poder de uma classe sobre a estrutura estatal significava a transformação de seus interesses particulares em interesses nacionais e o levava a participar ações político-militar-econômicas que garantissem a dominação e os lucros das grandes empresas em países subjugados, como Hobson (1948) já afirmara antes. Portanto, a política imperialista do capital financeiro nada mais era que a ampliação do espaço econômico, o protecionismo desse espaço contra a concorrência estrangeira e a sua exploração pelas associações monopolistas nacionais.

Posteriormente, influenciado pelas idéias já citadas de Hilferding e de Hobson, Lenin (1982) afirma em sua obra *“Imperialismo, fase superior do capitalismo”* que as nações se vêm impelidas a dominar as outras para expandir sua economia, adquirir matéria prima e mão de obra ou para dar vazão a seus excedentes de capital e de produção e que, dessa forma, o imperialismo seria uma consequência inevitável da expansão do capitalismo – e sua forma final.

Muitos dos marxistas contemporâneos explicam a expansão dos Estados Unidos no Terceiro Mundo baseando-se exclusivamente nos imperativos econômicos levantados por esses estudiosos, mas esse fator isolado não é suficientemente forte para explicar a totalidade da expansão global do poderio norte-americano.

Em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin reinterpreta o tema, tentando dar nova perspectiva à idéia de “super-imperialismo” desenvolvida por Kautsky<sup>22</sup>. Este teórico alemão defendia a tese de que as guerras imperialistas não eram inevitáveis e que seria possível haver um “acordo internacional do capital” para se regulamentar pacificamente as relações externas entre os principais estados capitalistas e as grandes empresas, com o que Lênin não concordava. Lenin acreditava que antes do capitalismo tornar-se um *trust* único e mundial, os antagonismos, convulsões e conflitos internos o levariam inevitavelmente a implodir e a transformar-se em seu contrário, o socialismo:

O Imperialismo surgiu como desenvolvimento e seqüência direta de propriedades essenciais do capitalismo em geral [...] e só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando certas de suas características fundamentais começaram a se transformar no seu contrário, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição para um regime econômico e social superior.[...] Imperialismo é a substituição da livre-concorrência capitalista pelo monopólio capitalista. A livre-concorrência constitui o traço essencial do capitalismo; o monopólio é exatamente o contrário da livre concorrência que nós vimos converter-se, e sob nossos olhos, em monopólio. Ao criar a grande produção, eliminando a pequena e substituindo a grande por uma ainda maior, o imperialismo leva à concentração da produção e do capital a um ponto tal que fez e faz surgir os monopólio, os cartéis, os sindicatos patronais os trustes. Fundindo-se com eles, os capitais de dezena de bancos que reúnem bilhões. [...] O monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime

---

22 **Karl Kaustky** (1854-1938) Considerado o sucessor de Engels na liderança da escola marxista do pensamento, foi compilador e editor da ‘Teoria da Mais Valia’ de Karl Marx, o fundador do *Die Zeit* e líder político da Social-democracia alemã. Ele foi contrário tanto à agressão alemã na 1a. Guerra Mundial, quanto à conduta dos bolcheviques na Rússia após a revolução de 1917. Apesar de suas contribuições para a teoria econômica pura terem sido relativamente pequenas, ele assumiu o manto da ortodoxia marxista ao responder aos desafios que recebia tanto interna quanto externamente da escola marxista. Assim, foi o principal oponente da interpretação revisionista de Eduard Bernstein (1899), foi protagonista durante o debate sobre o Cálculo Socialista (1907), e foi também árbitro nos debates que ocorreram dentro do marxismo a respeito da teoria da crise e do imperialismo. Sua principal contribuição individual para a economia foi estender a teoria marxista para a agricultura (1899).

superior e [...] se tivéssemos que definir imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo. (LÊNIN, 1982, p. 87)

Lênin via o imperialismo, portanto, como a última etapa do processo capitalista, representada por uma política expansionista do capital financeiro das metrópoles capitalistas sobre as novas colônias da Ásia e África. Ele afirmava que o imperialismo era uma contradição do capitalismo por causa da substituição da livre-concorrência pelo monopólio e que o Estado-nacional clássico representava a garantia e os interesses de reprodução ampliada do capitalismo central e das grandes empresas. Dizia ainda que as guerras de pilhagem e inter-imperialistas eram consideradas inevitáveis, fazendo parte do processo de desintegração do sistema capitalista.

Ou seja, quanto mais se ampliavam os monopólios, as oligarquias capitalistas e a tendência à dominação em detrimento da liberdade e quanto maior fosse a exploração de nações pequenas ou débeis por um punhado de nações mais ricas ou fortes, mais o capitalismo se tornaria parasitário ou entraria em estado de decomposição.

Rosa de Luxemburgo (1986) também retoma o tema, afirmando que o desejo de maximizar o lucro leva o capitalismo a produzir muito além das necessidades do mercado interno e esse processo acaba levando à necessidade de se estabelecerem novos mercados em áreas sub-desenvolvidas. Para promover maior maximização dos lucros, o capital deve ser exportado principalmente para áreas subdesenvolvidas, onde poderá ser investido não de acordo com as necessidades do país receptor, mas conforme os interesses dos países investidores. Isso implica, naturalmente, no fato de que o lucro seja transferido para os países industrializados, promovendo seu crescimento e desenvolvimento às custas da exploração de áreas mais atrasadas.

Ao compararmos as idéias dos pensadores acima, podemos perceber que seus argumentos ora se complementam, ora se conflitam na tentativa de justificar diferentes teorias que levaram à expansão imperialista, mas notamos também que todas implicam na evidente inabilidade do mercado de lidar internacionalmente com as conseqüências de uma permanente inovação tecnológica e que, mesmo sendo bem abrangentes, ainda não são argumentos suficientemente fortes para esgotar as múltiplas faces do conceito.

As razões de caráter **político** que levam um Estado a perseguir o imperialismo e cujo mérito não será discutido neste trabalho, são levantadas por autores como Aron, Waltz, Morgenthau e outros, que alegam que o fenômeno da expansão nada mais é que uma necessidade a ser cumprida pelos Estados que têm desejo de poder, prestígio, segurança ou vantagens diplomáticas em relação aos demais.

Segundo essa corrente, por exemplo, o objetivo do imperialismo francês do século 19 era simplesmente uma tentativa de recuperar o prestígio internacional da França depois da humilhação sofrida pela derrota na guerra Franco-Prussiana. Num outro exemplo, com características semelhantes, está a expansão da União Soviética no Leste europeu a partir de 1945.

Essa postura foi justificada por seus defensores não como uma medida que visasse ampliar territórios ou obter maiores vantagens econômicas, mas sim, de segurança preventiva, uma vez que os russos acreditavam que expandindo-se, poderiam estar preventivamente se protegendo de uma outra possível invasão a partir de suas fronteiras ocidentais.

Finalmente, a última importante corrente que justifica a adoção do imperialismo é aquela que se apoia em **valores ideológicos ou morais**. Segundo essa teoria, alguns países se vêm moralmente impulsionados à expansão com a finalidade de, com ela, ampliar sua

influência e difundir seus valores políticos, culturais ou religiosos sobre os demais estados-nação.

Ela explica, de uma certa forma e sob o aspecto religioso, algumas características da expansão do Islamismo na Idade Média e dos impérios ibéricos na Idade Moderna, mas é direcionada principalmente para justificar a formação do Império Britânico nos séculos 18 e principalmente 19, utilizando o conceito da “missão colonizadora” para com os povos mais atrasados, uma posição intelectual expressa por Rudyard Kipling em sua obra “O Fardo do Homem Branco”<sup>23</sup>.

No famoso poema, o poeta britânico retrata ideologicamente o homem não-europeu como uma criança, como um demônio, ou como ser inferior que precisa ser tutorado pela civilização ocidental – que tem o dever e encargo de governá-lo - até que possa ‘ocupar seu lugar no mundo’.

[...] Carregue o fardo do Homem Branco;  
 envie a nata de sua raça e  
 sujeite seus filhos ao exílio  
 para atender as necessidades de seus cativos;  
 sirva sob pesados grilhões  
 a povos selvagens e rebeldes,  
 recém conquistados e soturnos,  
 meio-demônios, meio-criança. (KIPPLING <sup>24</sup>)

O conceito do “fardo do homem branco”, com sua visão eurocêntrica do mundo, foi um termo largamente utilizado no final do século 19 para justificar e encorajar as nações européias no auge da 2<sup>a</sup>. Revolução Industrial a adotar a regra imperialista, apoderando-se de

---

23 **Joseph Rudyard Kipling** (1865-1936) Poeta e escritor britânico, nascido na Índia. Autor de ‘O livro das Selvas’ e ‘Kim’, do poema “Gunga Din” e de vários contos. Hoje é visto por muitos como racista, anti-semita e ardoroso defensor do imperialismo ocidental por causa de seu poema “O fardo do homem branco”, utilizado como ponto de referência para justificar toda a qualquer atitude expansionista sobre povos considerados inferiores culturalmente.

24 Modern History Source Book, tradução da autora. Disponível em <http://www.fordham.edu/halsall/mod/modsbook.html>. Acesso em 12 mai., 2005.

grandes porções da África e Ásia com o intuito “cristão e humanitário” de levar o desenvolvimento e a civilização europeia aos povos atrasados e ignorantes que as habitavam, resgatando-os da barbárie.

Essa visão antropológica racista e condescendente, que cultivava a ascendência dos europeus sobre os outros povos, foi e continua a ser defendida sectariamente por algumas facções de poder nos Estados ocidentais contemporâneos, sob o argumento que cabe às nações ricas ajudar a desenvolver as pobres. Afirmam ainda que, como lei e ordem são elementos vitais para o desenvolvimento econômico e cultural de uma nação e que, muitas vezes, são difíceis de serem mantidos entre povos “não-civilizados”, a intervenção estrangeira deve ser imposta aos nativos para protegê-los de si mesmos.

No passado, alguns patronos desse modelo de imperialismo eurocêntrico<sup>25</sup> acreditavam sinceramente que a “missão do homem branco” seria servir como funcionário público - como “servo de seus cativos” – na administração do território “protegido” ou anexado por meio de um trabalho humanitário, cuja maior finalidade seria arrancar os povos não-ocidentais do estágio de pobreza e ignorância em que viviam e introduzi-los à moderna prosperidade.

Um outro exemplo dessa justificativa ideológica, já no século 20, pode ser observado também na expansão alemã ocorrida durante o governo de Adolf Hitler, que baseava sua expansão imperialista na crença da superioridade da raça e cultura alemãs (*übermenschlich*<sup>26</sup>) sobre os demais povos.

---

25 Como o milionário britânico Cecil John Rhodes (1853-1902) importante figura no processo de expansão europeia e colonização da África no século XIX. Empresário britânico rico e bem sucedido, fundou o estado de Rhodesia, na África. A Rodhesia dividida em Norte e Sul, eventualmente tornou-se Zâmbia e Zimbábue. Rhodes obteve lucros extraordinários através da pilhagem de reservas naturais do sul da África e após sua morte, legou sua fortuna para criar uma sociedade secreta imperialista e instituir um Programa de Bolsa de Estudos que leva seu nome, com a finalidade de financiar os estudos de futuras lideranças políticas que pudessem ajudar a Inglaterra a continuar estendendo seu domínio sobre todo o mundo produtivo. Dentre os beneficiados por esses fundos, estão o ex-presidente Bill Clinton e J. William Fullbright. A bolsa é oferecida pelas universidades de Yale, Harvard, West Point e Princeton, nos Estados Unidos e pela universidade de Oxford, na Inglaterra.

26 O conceito de *Super-homem*, equivocadamente emprestado de “Assim falava Zaratustra” de Nietzsche, pelos nazistas.



Nos dias de hoje, há um intenso debate a respeito do desejo dos Estados Unidos de “proteger o mundo livre” e se o tipo de poder que eles exercem sobre o mundo é efetivamente uma forma de imperialismo, uma vez que o colapso da União Soviética os transformou na superpotência dominante.

Muitos teóricos norte-americanos refutam a “pecha” imperialista e defendem o mito da “superpotência relutante”. Consideram a mera noção de “império” uma ofensa grosseira contra sua herança democrática e se colocam como uma nação que viu-se “impelida” a tomar determinadas atitudes expansionistas muito mais em virtude de fatores externos do que por vontade própria,

No cenário externo, entretanto – e mesmo para algumas vozes domésticas discordantes - este argumento deixa muito a desejar, principalmente quando se observa as várias intervenções econômicas e militares feitas pelos Estados Unidos ao longo das últimas décadas e a grande influência política e cultural que o *american way of life* e Washington ainda exercem sobre vários países do hemisfério ocidental.

Quando acabou a 2ª. Guerra Mundial, ficou claramente definido para a comunidade internacional o papel que os Estados Unidos assumiriam como controladores de vários países no Oriente Médio, tanto ao substituírem o enfraquecido Império Britânico, quanto em contraposição às ideologias da União Soviética.

Desde 1945, como resultado de suas ligações com a potência norte-americana, seja em virtude dos processos de descolonização, seja por causa de disputas políticas locais, governantes de países como Egito, Iraque, Arábia Saudita, Síria, Líbano, Israel e outros passaram a ser fortemente influenciados pelos valores e comportamentos da sociedade ocidental e os Estados Unidos não pouparam esforços – nem militares, nem diplomáticos -

para instigar e conspirar com a elite desses países, que lhe era fiel, procurando manter-se no poder através dela.

O debate sobre a questão do imperialismo nos Estados Unidos tem forte representatividade entre os Falcões do governo, políticos com tendências belicosas e agressivas, que repetem incessantemente o argumento de que o imperialismo expansionista que tem sido observado nos vários atos externos dos Estados Unidos nada mais é que uma necessidade de cumprir o ‘Destino Manifesto’ que lhes foi imposto por Deus.

Para eles, a Guerra Fria não deveria ser vista como uma batalha gigantesca pela supremacia geopolítica global, mas sim, como uma disputa que envolvia a defesa dos valores de liberdade, versus repressão. Portanto, tendo esses Falcões se arvorado de defensores da liberdade e por acreditarem que o termo imperialismo tem uma conotação negativa por implicar em tirania e repressão, não só não o aceitam como uma referência a eles mesmos, como sentem-se no dever de, modernamente, carregarem o ‘fardo do homem branco’ para levar aos povos ‘meio-demônio, meio-crianças’ os valores da ideologia ocidental que consideram edificantes.

Essa vertente agressiva de políticos que hoje faz parte dos altos escalões do poder em Washington e tem representantes de peso em Donald Rumsfeld e Dick Cheney, também é conhecida como realista, como já foi demonstrado no Capítulo 1 deste trabalho e tem dado seguimento a um traçado político cujas origens culturais e militares se revertem à guerra hispano-americana de 1898.

Graças aos esforços despreendidos por essa liderança – democrata ou republicana - ao longo de todo o século 20, não existe atualmente nenhum país que apresente a extraordinária capacidade militar dos Estados Unidos, apesar de haver vozes – principalmente entre os norte-americanos mais apegados à tradição liberal e democrática de George Washington - que se

levantam para questionar e denunciar os atos militares coercitivos praticados por seu próprio governo.

Debate à parte, portanto, há dois pontos nessa questão de expansionismo ou de imperialismo que ficam fora de qualquer tipo de debate republicano ou liberal-democrata e que devem ser bem definidos.

Um deles é que – de balde o discurso isolacionista ou de “superpotência relutante” de sua elite governante - o poderio militar dos Estados Unidos, evoluindo a partir de necessidades internas como as primeiras guerras expansionistas do século 19 e atingindo seu ápice com o controle da tecnologia atômica e espacial, é hoje muito maior e muito mais sofisticado do que o de qualquer outro país do mundo, ocupando economicamente uma razoável parcela da população produtiva local e exercendo forte influência nas decisões governamentais.

O outro é que os norte-americanos têm centenas de bases espalhadas em vários pontos estratégicos de cada continente e têm usado força militar para exercer alguma espécie de controle coercitivo sobre as regiões que representem interesses econômicos para suas organizações nacionais ou que sejam depositárias de algum tipo de objetivo político.

Por que e para que?

Há vários autores americanos que discutem a questão de forma acadêmica ou a partir da observação do cenário doméstico e internacional. Andrew Bacevich<sup>27</sup>, por exemplo, em sua obra “*Império Americano*”, publicada após os ataques do 11 de Setembro, afirma que apesar do fim da Guerra Fria e da corrida armamentista, na verdade não houve nenhum tipo

---

27 **Andrew Bacevich** (1947). Professor de Relações Internacionais e Diretor do Centro de Relações Internacionais na Universidade de Boston. Graduado pela Academia Militar dos Estados Unidos, ele recebeu seu PhD em História Diplomática dos Estados Unidos pela Universidade de Princeton. Antes de justar-se à Universidade de Boston em 1998, ele ensinou em West Point e na Universidade Johns Hopkins.

de mudança profunda nas atitudes do país em relação à sua política externa e a seus gastos com defesa.

Apoiado em argumentos levantados anteriormente por conceituados historiadores norte-americanos como Charles Beard e William A. Williams, Bacevich (2002) afirma que a política externa norte-americana sempre se caracterizou pelo desejo de expandir-se em direção aos mercados estrangeiros para beneficiar a sua própria economia, desde os primeiros anos da República.

Bacevich (2002) ratifica Beard quando este afirma que a própria Constituição dos Estados Unidos foi elaborada nos primórdios da Assembléia de Filadélfia com a finalidade exclusiva de encorajar a burguesia, proteger a propriedade privada e estabelecer instrumentos financeiros para promover seu desenvolvimento econômico, apesar de mascarar-se atrás de justificativas morais democráticas.

Um enfoque histórico, aliás, considerado ofensivo para os defensores da elevada ética liberal anglo-saxônica e que acabou colocando Beard no limbo, demolindo sua reputação acadêmica e levando-o a ser tachado de “conspirador” e de “apologista do fascismo” (BACEVICH, 2002, p.11-14).

Em sua crítica, Bacevich condena os Falcões por promoverem essa forma de imperialismo econômico por meio de intervenções estrangeiras e as denuncia, não como um fenômeno contemporâneo, mas como um processo que teve início há muito tempo atrás, com a expansão dos Estados Unidos pelo Pacífico e Caribe em 1898.

Ele alerta ainda que o modelo imperialista, mesmo na roupagem moderna de globalização, talvez não seja o mais adequado para os interesses dos Estados Unidos, por promover rancor, inveja, ressentimento e desejo de revide nas nações violentadas. Afirma que esses sentimentos negativos, a médio prazo, poderão se reverter contra a população civil

norte-americana de uma forma muito mais perigosa do que a que já ocorreu no 11 de Setembro e que, em virtude dos novos inimigos apresentarem características não-estatais e dispersas, não poderão ser controlados com o uso de recursos militares tradicionais, por mais poderosos que estes sejam.

Outra obra importante sobre o assunto, agora com um enfoque contrário ao de Bacevich, é o livro “Império”, de Michael Hardt e Antonio Negri (2002), que vêem os Estados Unidos como uma peça fundamental para o desenvolvimento de um novo regime global de poder internacional e de soberania.

Hardt e Negri se apoiam em idéias neo-marxistas, pós-colonialistas e pós-modernas e nas várias teorias que dão suporte ao fenômeno da globalização, ao analisar o novo império que acreditam ser liderado pelos Estados Unidos, lidando com um enfoque mais libertário e globalizado e dando à questão do idealismo dialético uma ênfase muito maior do que ao idealismo materialista.

Nessa linha, ambos também questionam os vários dilemas que envolvem o desenvolvimento de identidades nacionais por todo o mundo e se preocupam com o eventual choque que essas identidades possam vir a ter com o domínio imperial, já que, pensadores e escritores dos países colonizados tentam articular suas identidades culturais de forma independente e criam novas formas de conhecimento, que acabam sendo direcionadas para defender os interesses locais.

Outro aspecto importante dessa obra, é discussão feita pelos autores sobre o uso da literatura das potências colonizadoras para justificar o colonialismo através da perpetuação da imagem do nativo como um ser inferior. A criação de conceitos binários de estruturas opostas permitiu que essa oposição justificasse a vocação de dominar do colonizador (mais uma vez, o

‘fardo do homem branco’) e a vocação de se submeter dos dominados, numa sequência natural das coisas.

Apesar da maioria das críticas e análises a respeito do imperialismo norte-americano tenderem a posicionar-se à esquerda do *spectrum* político, foram identificados na pesquisa alguns críticos de extrema-direita, como por exemplo, o ativista Patrick Buchanan (2005) que exige que o país se mantenha ‘uma República, não um Império’.

Como seus pares, Buchanan é xenófobo: enfático opositor à imigração ilegal e às intervenções norte-americanas no exterior, argumenta em seus escritos que os governantes modernos dos Estados Unidos têm traído os princípios que fundaram a nação ao se intrometer excessivamente em questões fora do território nacional. Afirma que ações intervencionistas como as que têm sido levadas a cabo sob justificativas humanitaristas ou democráticas, é que são as principais responsáveis por agressões terroristas ao povo americano, como os ataques do 11 de Setembro.

Patrick J. Buchanan publicou um artigo no *World Net Daily News* (2005) comentando os distúrbios que têm perturbado a ordem civil na França, utilizando a expressão “os romanos conquistaram os bárbaros – e os bárbaros conquistaram Roma” para explicar como grandes impérios podem desaparecer nas mãos dos povos que dominaram um dia. Nesse trabalho, ele afirma ainda que os impérios do Ocidente contemporâneo estão destinados a perecer nas mãos dos filhos de imigrantes que um dia foram súditos e colonos dos europeus e cita como exemplo os ataques terroristas com bombas aos metrô de Londres e de Madri, bem como todos os tumultos ocorridos em Paris e no interior da França, levados a cabo por descendentes de imigrantes residentes nesses países.

A defesa desse tipo de política isolacionista e conservadora, apoiada nos antigos valores democráticos dos “*founding fathers*” tem sido interpretada – e criticada - por muitos

observadores internos e externos nos Estados Unidos como uma forma retrógrada de comportamento, inadequada ao mundo globalizado.

Representa uma postura de ‘avestruz’ e demonstra total desconhecimento das consequências que envolvem o desenvolvimento da moderna tecnologia da comunicação e da conjuntura globalizada que hoje domina todos os continentes, mas é uma opinião que encontra eco em muitos membros mais esclarecidos da sociedade norte-americana.

Um outro historiador britânico, Niall Ferguson - especialista em história econômica e financeira e professor em Harvard, Oxford e Stanford - em seus livros “*Cash Nexus: Money and Power in the Modern World, 1700-2000*” (2001), “*Colossus: the Rise and Fall of the American Empire*” (2004) , faz um trabalho revisionista que desafia muitas das visões ortodoxas da História.

Em “*Cash Nexus*”, Ferguson (2001) procura argumentar contra a utilização exagerada da justificativa econômica como elemento impulsionador da maioria das ações humanas ao longo do tempo e defende a intervenção dos Estados Unidos em uma série de acontecimentos mundiais como necessária pela importância internacional da potência americana e pela responsabilidade advinda da posição de superpotência.

Nesse trabalho, Ferguson criou paralelos entre o império britânico e o papel imperial dos Estados Unidos no final do século 20 e início do século 21 e, ao contrário da visão negativa apresentada por Hardt e Negri na obra discutida nos parágrafos anteriores, faz uma análise neutra do império que ele acredita estar em construção, buscando muito mais os seus aspectos positivos, que os negativos.

Ele afirma que acuado entre a prática expansionista e a cobrança doméstica de manutenção de ideais republicanos e democráticos, o governo norte americano nega enfaticamente a acusação de ter se tornado imperial, apesar de ter conquistado dois estados

soberanos nos últimos dois anos e da presença de mais de 750 instalações militares espalhadas em todos os continentes. Ou seja, despeito de sua intenção de estender os “benefícios da liberdade” para todos os cantos do planeta, George W. Bush continua afirmando que a América não é, nem jamais foi um Império.

Ferguson (2004a) contradiz as afirmações do presidente, argumentando que os Estados Unidos se transformaram no mais poderoso império que o mundo já viu e que suas ambições são de globalizar os mercados livres, as regras de lei e os tipos de governo representativos espalhados por todo o planeta. Ao mesmo tempo que ambicionam um império em escala absolutamente única na história da humanidade, não se dão conta dos compromissos implicados a longo prazo na manipulação de homens, tempo e dinheiro que fazem parte intrínseca de um império

Ele se pergunta ainda se a manutenção de um império na proporção que os Estados Unidos pretendem criar não está muito além da capacidade do país. Também acredita que recursos militares mobilizadas para exercer o controle mundial são mais do que suficientes para lidar com os conflitos tradicionais do passado, mas que infelizmente, não estão preparados para enfrentar as ameaças difusas que rondam atualmente o cenário internacional, como o terrorismo e os conflitos culturais.

Em resumo, por causa do grande fluxo de imigração, da miscigenação racial e do cadinho cultural que transformou e enfraqueceu a sua estrutura populacional principalmente ao longo das últimas décadas, Ferguson (2004b) acredita os Estados Unidos não têm mais o estofô humano adequado para exercer o papel de liderança que lhe caberia como potência hegemônica.

Assim, Ferguson (2004b) considera que além desse império em construção estar impondo escalas cada vez mais irreais em sua intervenções estrangeiras, ainda comete o grave



erro de negar-se a assumir ou reconhecer seu papel de hiperpotência e as conseqüentes responsabilidades globais que derivam dessa situação política. Faz uma crítica severa à miopia crônica que tem sido aplicada à política doméstica norte-americana e alerta que quando o momento de ruptura chegar, implodindo o sistema, nada poderá impedir a queda do *Colossus*, que ele afirma ter os pés de barro

Hilferding, Lenin, Kautsky, Rosa de Luxemburgo, Kipling, Hardt e Negri, Bacevich, Buchanan e Ferguson. Vozes distintas, enfoques múltiplos, posições opostas e a eles juntam-se muitos outros autores como Noah Chomski, Emanuel Todd e Chalmers Johnson no coro sobre o mesmo tema: a crítica ao imperialismo.

Seja de modelo clássico, marxista, conservador, ‘humanitário’ ou cultural, resta apenas observar que não importando quais sejam as origens, justificativas ou enfoques teóricos em questão, o imperialismo é um fenômeno político que, a despeito de suas inúmeras roupagens, nunca deixou de perseguir um intuito específico: estender o domínio de um Estado sobre os demais, para melhor desenvolver um processo de exploração que lhe proporcione enriquecimento, fortalecimento ou prestígio.

Independentemente de qualquer justificativa moral adotada por seus praticantes, o imperialismo real não soma, nem agrega, nem ampara. Ao contrário, ele é aquele que gera a exploração da riqueza bruta e da mão de obra barata de um país por outro, é o que molda a economia ‘atrasada’ do dominado para que esta possa atender aos interesses do dominador, é o que mantém a população nativa explorada na pobreza.

E mais, quando esse imperialismo é conseqüência de algum tipo de conquista militar, é também ele quem promove a violação das liberdades civis e dos direitos humanos dos conquistados, que são subjugados sem qualquer tipo de consideração.

Se esse é o caminho adotado pelos Estados Unidos na alvorada do novo milênio e se essas são as premissas que devem ser analisadas pela sociedade moderna, que tipo de *instrumentos* coercitivos seriam utilizados por seu governo para impor-se sobre o mundo? É o que será visto no próximo ítem deste capítulo.

## ***2.2 Estados Unidos: militarismo e expansionismo contemporâneo***

O militarismo é uma forma de governar adotada ao longo da História por nações que sempre acreditaram que a segurança de uma sociedade só pode ser garantida através de ostensiva capacidade militar e que, conseqüentemente, defendem um modelo político em que o desenvolvimento e a manutenção de uma estrutura bélica nacional forte deve ser a mais importante de todas as metas de um governo.

Sua aplicação prática consiste em dar cargos preferenciais aos militares - que se tornam os principais responsáveis pela formulação das diretrizes política da nação - e oferecer um tratamento especial para as pessoas oficialmente envolvidas com as Forças Armadas ou com o suprimento dos instrumentos bélicos necessários para a consecução desses objetivos.

Jack Sweeney (2005) acredita que o militarismo prevalece em sociedades que têm o objetivo de sustentar algum tipo de domínio sobre as nações que lhe são contemporâneas e é uma das características mais importantes de governos que se preocupam com constituição de impérios ou que praticam qualquer tipo de política expansionista.

Como fenômeno histórico, tem raízes na Antiguidade e manteve-se onipresente em várias civilizações, seja como elemento de imposição coercitiva, seja como instrumento simplificador de processos de expansão com finalidade econômica ou política.

Num cenário sangrento e repleto de guerras como o do século 20, a adoção dessa forma de governo pode ser observada, por exemplo, quando se lança o olhar sobre impérios contemporâneos, como o britânico ou o japonês; ou mesmo quando observamos o expansionismo da Alemanha nazista, da Itália fascista ou da Rússia comunista.

Atualmente, mesmo após a 2ª. Guerra Mundial e a Guerra Fria, o militarismo ainda se faz presente de forma intensa em vários países do mundo e continua sendo permanentemente reforçado pelas posições assumidas por governantes partidários do realismo político.

Para Robert Doughty (1996), ideologicamente, o militarismo pode ser considerado como uma estrutura política que soma conceitos de supremacia, lealdade, extremismo, protecionismo emergencial e nacionalismo, com a finalidade de justificar a necessidade do uso da força para defender sua população. Sem a alternativa de defender-se isoladamente e preocupada com a própria segurança, a população se torna dependente e submissa às necessidades e objetivos de seus militares e se submete às idéias decretadas por eles, acatando-as como suas.

Na prática, é a aplicação integral do conceito “*si vis pacem para bellum*” citado no Capítulo I deste trabalho e implica na obtenção ou manutenção da paz através do uso da força com um objetivo principal: o de garantir a supremacia e a satisfação de determinados interesses de um grupo social em detrimento de todos os demais.

Quando um determinado governo adota o militarismo, qualquer observador externo – ou interno - pode identificar o fenômeno através de várias formas. Uma delas é verificando o volume de recursos que o governante destina para modernizar seus recursos militares - como pode ser notado contemporaneamente nos Estados Unidos, Reino Unido, China e Japão - ou para ampliar suas forças, como acontece em Israel e no Kuwait.

Há ainda outros países que, por estarem localizados geograficamente em zonas de grande animosidade inter-estatal e por se preocuparem em promover a segurança de seus

territórios e população, procuram desenvolver um potencial bélico que atenda satisfatoriamente interesses de defesa preventiva – como é o caso da Coreia do Norte ou da Arábia Saudita - e essa evolução e volume também podem ser medidos através do acompanhamento do percentual do PIB que é destinado para essas funções.

As tabelas abaixo e os números revelados pelas séries históricas levantadas através de pesquisas do Stockholm Institute Peace Research Institute (SIPRI,2004), podem indicar melhor o que foi afirmado, mostrando a curva cíclica do período em questão.

*Tabela 1 - Gastos militares dos EUA, Inglaterra, China e Japão – 2004*

Ano	EUA		Inglaterra		China <sup>(1)</sup>		Japão <sup>(2)</sup>	
	US\$ milhões	% PIB	US\$ milhões	% PIB	US\$ milhões	% PIB	US\$ milhões	% PIB
1988	455,9	5,7	53,4	4,1	...	...	35,4	1
1989	451,0	5,5	53,6	4,1	[11,5]	[2,8]	36,6	.9
1990	431,3	5,3	52,3	4,0	[12,3]	[2,7]	37,6	.9
1991	378,5	4,7	54,0	4,2	[12,8]	[2,5]	38,5	.9
1992	400,0	4,8	48,8	3,7	[15,4]	[2,7]	39,4	.9
1993	379,0	4,5	47,7	3,5	[14,3]	[2,1]	39,9	.9
1994	357,4	4,1	46,2	3,3	[13,7]	[1,9]	40,0	1
1995	336,6	3,8	42,6	3,0	[14,0]	[1,8]	40,4	.9
1996	318,4	3,5	43,3	2,9	[15,5]	[1,8]	41,3	.9
1997	316,8	3,3	40,6	2,7	[15,7]	[1,7]	41,5	.9
1998	309,4	3,1	40,8	2,6	[18,0]	[1,9]	41,4	1
1999	310,3	3,0	40,3	2,5	[20,2]	[2,0]	41,4	1
2000	322,3	3,1	40,9	2,5	[22,2]	[2,0]	41,7	1
2001	324,9	3,1	41,7	2,5	[26,1]	[2,2]	42,1	1
2002	364,8	3,4	44,1	2,5	[30,7]	[2,4]	42,6	1
2003	[414,4]	[3,8]	51,1	2,8	[33,1]	[2,3]	42,7	1
2004	[455,3]	-	47,4	-	[35,4]	-	42,4	-

Fonte: The SIPRI Military Expenditure Database, Jun/05 . Disponível em <<http://first.sipri.org>> e acessado em 11/06/2005.

Notas: (1) Estimativas para China de 1999-2004 são baseadas nas mudanças percentuais de gastos militares oficiais e na suposição de uma queda na receita comercial do Exército Popular de Libertação. (2) Dados conforme orçamento adotado pelo Japão. Eles excluem pensões militares e incluem o Comitê de Ação Especial de Okinawa.

A primeira tabela trata do volume de gastos militares de grandes potências como Estados Unidos, Reino Unido, China e Japão e os primeiros dados discriminados, datados de fins da década de 1980, indicam números altos mas razoavelmente compatíveis com um cenário internacional ainda inserido no contexto da Guerra Fria.

Durante a década de 1990, entretanto, com o fim do conflito Leste-Oeste e como consequência de uma série de fatores que serão analisados em capítulo posterior, observa-se

que esse volume apresentou decréscimo constante até 1998. A partir então, a tendência de alta retornou e hoje, situa-se nos mesmos patamares – ou patamares muito superiores, como é o caso da China e do Japão – que os observados durante o confronto ideológico entre Estados Unidos e União Soviética.

Na tabela seguinte, que discrimina os investimentos militares feito por países menores como Israel, Coréia do Norte, Kuwait e Arábia Saudita, observa-se o mesmo processo de fluxo-refluxo-fluxo que foi constatado na Tabela 1, com uma interessante distinção para a Arábia Saudita, que ao contrário dos demais, tem um volume de gastos com tendência decrescente, principalmente nos últimos anos.

*Tabela 2 - Gastos militares de Israel, Kuwait, Coréia do Norte e Arábia Saudita - 2004*

Ano	Israel <sup>(1)</sup>			Kuwait			Coréia do Norte <sup>(2)</sup>			Arábia Saudita <sup>(3)</sup>		
	US\$	milhões	% PIB	US\$	milhões	% PIB	US\$	milhões	% PIB	US\$	milhões	% PIB
1988	7,7		13.2	2,4		8.2	25,8		(...)	15,7		18.3
1989	7,2		12.3	2,9		8.5	(27,1)		(...)	14,6		15.7
1990	7,7		12.4	11,3		48.5	(28,8)		(...)	[14,6]		[12.8]
1991	10,0		15.0	14,8		117.3	(29,9)		(...)	[27,9]		[22.6]
1992	7,8		10.9	7,5		31.8	(30,6)		(...)	15,1		10.6
1993	8,0		10.8	3,6		12.4	(31,3)		(...)	17,0		12.5
1994	8,0		9.7	3,8		13.3	(32,1)		(...)	14,7		10.6
1995	7,8		9.0	4,2		13.9	...		(...)	13,0		9.3
1996	8,2		9.0	3,6		10.4	...		(...)	13,0		8.5
1997	8,3		8.8	2,7		8.2	...		(...)	17,0		10.7
1998	8,6		8.7	2,5		9.1	(19,5)		(...)	20,2		14.3
1999	8,9		8.7	2,5		7.8	(19,5)		(...)	18,3		11.4
2000	9,3		8.4	2,9		7.3	(20,0)		(...)	20,0		10.6
2001	9,6		8.6	2,8		7.9	(20,9)		(...)	21,2		11.5
2002	11,0		9.7	2,9		8.1	(22,0)		(...)	18,6		9.8
2003	10,0		9.1	3,8		9.0	(26,0)		(...)	18,8		8.7
2004	10,7		-	4,0		-	(27,9)		(...)	19,3		-

Fonte: The SIPRI Military Expenditure Database, Jun/05 - Disponíveis em <http://first.sipri.org>. Acesso em 02/07/2005.

Notas: (1) Dados incluem auxílio militar dos EUA, de US\$ 2 bilhões. (2) Dados em dólar corrente. (3) Dados referentes a Defesa e Segurança. Os números entre [ ] indicam valores previstos.

Esse fenômeno de queda no percentual proporcional do PIB, apesar do relativo crescimento nominal de valores em US\$, poderia ser explicado, eventualmente, por dois fatores distintos, que refletem o presente momento econômico. Um desses fatores poderia ser a constante alta do preço do petróleo no mercado internacional, que tendo atingido patamares

inéditos nos primeiros anos desta década, permitiu um aumento extraordinário na renda bruta de países produtores como Arábia Saudita e Kuwait.

Esse aumento de renda poderia ter-lhes aberto um poder aquisitivo que não existia anteriormente para que passassem a considerar a compra de produtos de alta sofisticação tecnológica, principalmente na área de comunicações e de controle aéreo. Esses produtos, muitas vezes destinados para a defesa, como seria o caso de controladores de espaço aéreo, por exemplo, também podem ser utilizados em atividades civis e portanto, podem estar sendo lançados em cada Orçamento Nacional sob outros tópicos que não os militares, mascarando-se assim um processo de militarização que, conseqüentemente, deixaria de ser detectado pelos pesquisadores do SIPRI ou por órgãos de sua natureza.

Uma outra possibilidade seria que, em virtude dos ataques do 11 de Setembro, a grande indústria armamentista norte-americana, anteriormente tão solícita na venda de armamentos de alta tecnologia e na prestação de serviços de consultoria militar aos países aliados, agora esteja sendo tolhida por políticas internas mais rigorosas de controle de exportação, voltadas principalmente para conter uma expansão militarista considerada pelo governo norte-americano como demasiadamente acelerada – e perigosa - para países que estejam situados em turbulenta parcela do globo, como o Oriente Médio.

Assim, além de lançamentos orçamentários em tópicos não-militares, a limitação de compra de equipamentos militares pode também, ter sido uma das causas dos indicativos da aparente queda em gastos bélicos em países como a Arábia Saudita.

Como pode ser observado na tabela 2.1, o volume de gastos militares dos Estados Unidos (US\$ 455,3 bi/2004) é muito superior ao de qualquer outro país - inclusive aos da Inglaterra (US\$ 47,4 bi/2004), que o secundam - indicando a importância que o governo de

Washington tem dado ao setor de defesa e o imenso volume de verbas federais que são movimentadas por ele.

Gastos militares, evidentemente, sempre fizeram parte do orçamento dos Estados Unidos desde as guerras do período colonial, de independência ou de expansão, mas para complementar o argumento de que o débito militar tem um peso considerável no processo de governança é interessante observar o impacto que têm na evolução da dívida pública do país, como pode ser observado na série discriminada abaixo, abrangendo todo o século 20.

*Tabela 3 - US Treasury Debt - 1900-1999*

<b>U.S. TREASURY DEBT: 1900-1999</b>					
Debt in \$US Billion					
Red: Debt rose over the year			Green: Debt fell over the year		
Year	Debt	Year	Debt	Year	Debt
1900	\$1.55	1933	\$22.54	1966	\$329.32
1901	\$2.14	1934	\$27.05	1967	\$344.66
1902	\$2.16	1935	\$28.70	1968	\$358.03
1903	\$2.20	1936	\$33.78	1969	\$368.23
1904	\$2.26	1937	\$36.42	1970	\$389.16
1905	\$2.27	1938	\$37.16	1971	\$424.13
1906	\$2.34	1939	\$40.44	1972	\$449.30
1907	\$2.46	1940	\$42.97	1973	\$469.90
1908	\$2.63	1941	\$48.96	1974	\$492.67
1909	\$2.64	1942	\$72.42	1975	\$576.65
1910	\$2.66	1943	\$136.70	1976	\$653.54
1911	\$2.77	1944	\$201.00	1977	\$718.94
1912	\$2.87	1945	\$258.68	1978	\$789.21
1913	\$2.92	1946	\$269.42	1979	\$845.12
1914	\$2.91	1947	\$258.29	1980	\$930.21
1915	\$3.06	1948	\$252.29	1981	\$1,028.73
1916	\$3.61	1949	\$252.77	1982	\$1,197.07
1917	\$5.72	1950	\$257.36	1983	\$1,410.70
1918	\$14.59	1951	\$255.22	1984	\$1,662.97
1919	\$27.39	1952	\$259.11	1985	\$1,945.94
1920	\$25.95	1953	\$275.17	1986	\$2,125.30
1921	\$23.98	1954	\$278.75	1987	\$2,350.18
1922	\$22.96	1955	\$280.77	1988	\$2,602.34
1923	\$22.35	1956	\$276.63	1989	\$2,857.43
1924	\$21.25	1957	\$274.90	1990	\$3,233.31
1925	\$20.52	1958	\$282.92	1991	\$3,665.30
1926	\$19.64	1959	\$290.80	1992	\$4,064.62
1927	\$18.51	1960	\$290.22	1993	\$4,411.49
1928	\$17.60	1961	\$296.17	1994	\$4,692.75
1929	\$16.93	1962	\$303.47	1995	\$4,973.98
1930	\$16.19	1963	\$309.35	1996	\$5,224.81
1931	\$16.60	1964	\$317.94	1997	\$5,413.54
1932	\$19.49	1965	\$320.90	1998	\$5,528.19
<b>September 30, 1999: \$5,656.27</b>					

Fonte: US Funded Debt (1900 to date) – Disponível em <http://www/the-privateer.com/usdebt/budget.htm>. Acesso em 28 abr. 2005.

Podem ser observados alguns pontos importantes nesse quadro da dívida externa norte americana quando dados dos períodos de pico são relacionados com os períodos de guerras. Em 1914, quando eclodiu a 1ª. Guerra Mundial, a dívida externa dos Estados Unidos era de US\$ 2,91 bilhões. Em 1919, quando o conflito terminou, esse valor havia se elevado para US\$ 27,39 bilhões, ou seja, quase decuplicado.

Na década de 1920, na euforia do intenso crescimento da produção industrial em larga escala e exportando para todo o mundo, a dívida externa norte-americana apresentou tendência de queda permanente, voltando aos patamares de US\$ 16,19 em 1930. Ainda elevadíssima - em relação aos números do período que antecedeu a 1ª. Guerra - mas ao menos, em queda.

Nos anos 30, após a queda da Bolsa de Nova York e durante a Grande Depressão, a dívida voltou a avolumar-se e em 1939, quando estourou a 2ª. Guerra Mundial na Europa, seu valor era de US\$ 40,44 bilhões. Elevada? Em virtude da política keynesiana que visava resgatar o capitalismo da crise e voltar a movimentar a economia mundial, era justificada. Mas quando a guerra terminou em 1945 – seis anos depois - essa dívida já se transformara em US\$ 269,42 bilhões!

Posteriormente, nos quase quarenta anos de duração da Guerra Fria, com os Estados Unidos procurando sustentar o capitalismo contra a ameaça socialista e estendendo sua influência militar, econômica e política sobre todo o mundo, esse valor continuou em alta permanente e constante, chegando a atingir US\$ 2,9 trilhões em 1989, quando da queda do muro de Berlim.

Levando-se em conta que os Estados Unidos foram considerados “vencedores” da disputa ideológica com o socialismo, poder-se-ia esperar uma nova injeção econômica no país - como já havia ocorrido na década de 20 - e um crescimento de exportações com a

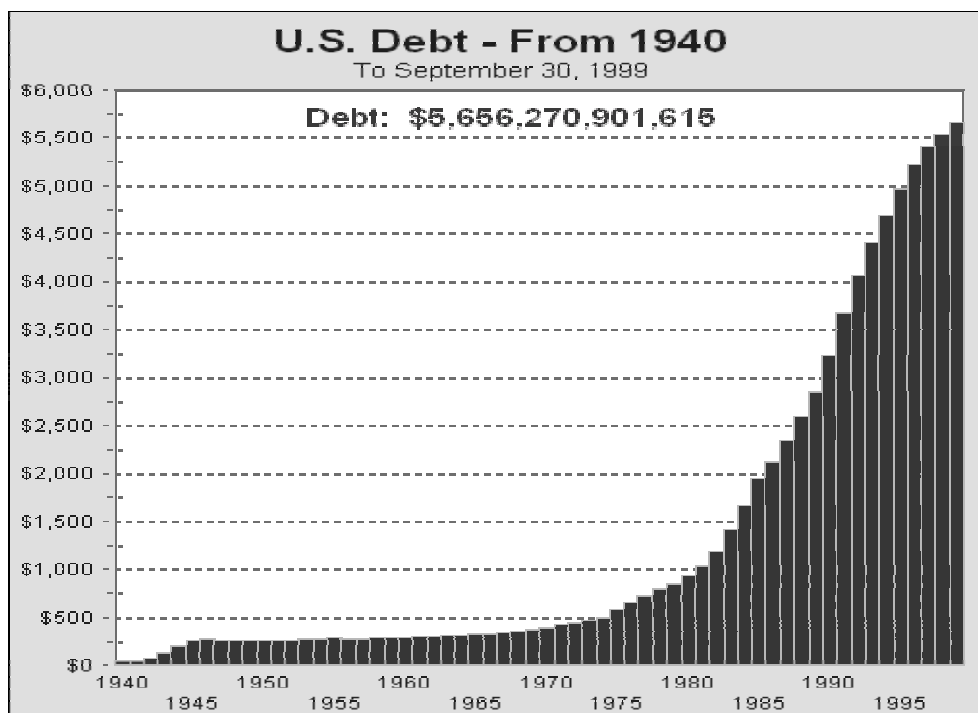


globalização, fatores que permitiriam maior superávit na balança comercial e, certamente, levariam a uma diminuição da dívida pública.

A favor disso, Bueno (1994) relembra que acabara a corrida armamentista e que, teóricamente, não deveriam haver mais gastos militares de grande porte, nem preocupação econômica com a guerra. Ou seja, o momento era favorável não só à diminuição de despesas bélicas, como também à reinversão de receita em outras áreas do orçamento público, com possibilidades muito maiores de retorno socio-econômico, mas isso não ocorreu.

Durante a década de 1990, pelo contrário, a dívida pública norte-americana dobrou em relação a 1989, atingindo o patamar de US\$ 5,5 trilhões. Nesse mesmo período, os Tigres Asiáticos, o Japão, a União Européia, os países produtores de petróleo e vários outros, se deslocaram para a linha de frente da economia mundial em termos produtivos e passaram a ocupar papel proeminente na competição por mercados externos.

Preocupados em manter o fluxo capitalista ativo para fazer prevalecer sua predominância num mundo agora monopolar, os Estados Unidos transformaram-se em um imenso mercado de consumo, absorvendo grande parte da produção mundial e com isso, sacrificaram parte de sua indústria nacional e elevaram sua dívida externa a valores estratosféricos, como pode ser observado no gráfico abaixo.



*Gráfico 1 – Dívida norte-americana: 1940-1999<sup>28</sup>*

Não houve mudanças favoráveis nesse quadro econômico no novo milênio. No primeiro lustro deste século, conforme os dados publicados pelo US Bureau of Public Debt<sup>29</sup> - em função da guerra do Iraque, do preço do petróleo, das ameaças terroristas, dos enormes orçamentos militares e de todas as demais turbulências do mercado internacional - o valor do débito fiscal em fevereiro de 2006 já era de US\$ 8,2 trilhões.

Um número extraordinário, mesmo em se tratando da maior potência econômica, política e militar do planeta, se for levado em consideração que seu PIB em 2005 foi de US\$ 12,5 trilhões. Ou seja, os Estados Unidos amargavam uma **dívida** que corresponde a quase 70% de seu BIP - observe-se bem – não um **superávit**, que é o que os teóricos do imperialismo afirmam advir naturalmente do processo de exploração de colônias.

28 Dados do Bureau of Public Debt. Disponível. <http://www.publicdebt.treas.gov/opd/opdpenny.htm>. Acessado em 27 dez. 2005.

29 Disponível em <http://www.publicdebt.treas.gov/opd/opdpenny.htm>. Acesso em 02 dez. 2005

Qual seria a razão de um endividamento em tal proporção? Uma política econômica – interna ou externa - equivocada? Descontrole fiscal? Ou, eventualmente, uma clara manifestação do desagradável hábito governamental - e civil - de efetuar gastos muito superiores à receita prevista, provocando o clássico déficit comercial que segundo Arrighi (2003) ocorreu sucessivamente com Veneza, com a Holanda, com a Espanha, com Portugal e com a Inglaterra, os grandes impérios comerciais da era moderna e contemporânea?

E que gastos volumosos seriam esses que se tornaram superiores aos extraordinários ganhos que deveriam estar fluindo para um império sem fronteiras, como é o caso dos Estados Unidos? Gastos de manutenção imperial? Necessidade de reforçar a coerção econômica e cultural em territórios já conquistados através de forças militares cada vez mais onerosas e numerosas?

Ou seja, se o processo não está se desenvolvendo como deveria, está havendo algum gargalo de ordem econômica e política. Qual seria? Há teóricos que defendem que sem endividamento – interno e externo - nenhuma nação consegue atingir a plenitude de seu desenvolvimento, em função dos próprios mecanismos do mercado liberal. Não nos cabe entrar no mérito de tal argumento, mas um ponto é indiscutível: atualmente, dívida pública norte-americana está atingindo valores extremados e aparentemente, está fora de controle. E seu volume - e manutenção - certamente exigem medidas de exceção de caráter radical, tanto para continuar mantendo o crédito dos Estados Unidos internacionalmente, quanto para minimizar seus efeitos a curto prazo no mercado doméstico.

Isso significa que ao se discutir a dívida dos Estados Unidos, toca-se num fator que é uma das faces mais cruéis da constituição de um Império. Já se observou em item anterior, através da exposição do pensamento marxista, o quanto o fluxo de recursos externos é essencial para a acumulação de riqueza. Falou-se também em teorias sobre o imperialismo

clássico, seja o romano, seja o britânico, sejam quaisquer outros e do papel do militarismo nesse processo. Igualmente, foi discutido que a soma desses fatores tem por finalidade aumentar o fluxo de riquezas para a metrópole e promover a prosperidade de seus cidadãos.

Ous seja, a partir do momento em que uma grande potência – por desígnios próprios, ou por imposição de uma agressão externa – se vê propensa a expandir territórios e consegue fazê-lo através de força militar ou de alianças defensivas, seu principal objetivo evidentemente, é a pilhagem – não importa qual seja a justificativa moral dada por seus governantes.

O que vem ser o objetivo dessa pilhagem imperialista? A captura de um retorno – econômico, financeiro, político ou cultural - no mínimo satisfatório, que compense todo o trabalho bélico e administrativo envolvido no processo. Nos Estados Unidos, a princípio, o processo não ocorreu de forma muito diferente de outros impérios que o antecederam, como o britânico ou mesmo o romano.

Após a Guerra Fria e acreditando estar cumprindo seu Destino Manifesto ao prostrar o socialismo, os Estados Unidos viram-se com o caminho livre para se consolidar no poder. Entretanto, ao longo da década de 1990, potência dominante e com necessidade de fazer penetrar o capitalismo em todos os continentes incentivando atividades comerciais, a política econômica emitida por Washington passou a incentivar a importação em massa de produtos alimentares e manufaturados, suprimindo com abundância seu imenso mercado de consumo doméstico e movimentando a economia internacional.

A resposta da economia mundial globalizada que estava sendo absorvida pela poderosa metrópole, ao contrário do que se poderia esperar, cobrou-lhe um tributo pesado a médio prazo: como no Colosso romano de ontem, a laboriosa população agrícola e industrial dos Estados Unidos – incapaz de manter-se competitiva enquanto importados mais baratos e

de crescente qualidade fluíam continuamente para o país - tornou-se gradualmente improdutiva em vários setores importantes de sua economia.

A queda de poder econômico e de capacidade de poupança decorrente desse processo não foi compensada pela atividade de multinacionais americanas em outros países pois, desde 1989, os lucros remetidos para os Estados Unidos eram bem inferiores aos que as empresas estrangeiras nele instaladas remetiam para seus respectivos países, conforme observado por Michael Todd (2003) e confirmado ao se analisar a balança de pagamentos dos Estados Unidos entre 1960 e 2004, publicada pelo Bureau of Economic Analysis, do US Department of Commerce<sup>30</sup>.

Ou seja, enquanto uma minoria patricia e opulenta se beneficiava consumindo esse fluxo de riquezas externas, a grande plebe norte-americana gradualmente ia sendo proletarizada e o poder econômico das classe médias, que um dia foram a base de sustentação da República federativa e de seus valores democráticos, implodido. (TODD, 2003, p. 78:93).

Num contexto em que os Estados Unidos se viram relativamente fragilizados economicamente, mas igualmente pressionados pela necessidade de demonstrar hegemonia, o militarismo encontrou ambiente propício para se firmar na cúpula governamental, ditando políticas externas cada vez menos tolerantes e se firmando através de demonstrações apoteóticas de *hardpower*, no sentido que lhe é atribuído por Joseph Nye (2002) qual seja, o de força militar ostensiva.

Esse *hardpower*, por outro lado, representa uma face econômica importante do país, na forma de suas indústrias produtoras de armamentos. Estas, detentoras de tecnologia de ponta, também oportunizaram o momento de crise para intensificar o processo de simbiose

---

30 US Department of Commerce. Bureau of Economic Analysis. Disponível em: <<http://www.bea.gov/>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

que mantiverm com o governo norte americano nas últimas décadas e ajudaram a reforçar uma interdependência com efeitos perigosos para o povo norte-americano.

A grande dificuldade que emerge dessa opção política é que quanto mais imprimia a força militar nas relações internacionais como elemento impositivo de sua hegemonia, mais Washington se distanciava do ideal e das influências positivas obtidas pelo *softpower* exercido pela cultura hollywoodiana e pela diplomacia pacifista.

Por se sentirem consolidados em sua inquestionável liderança e tentando evitar qualquer evidência de fragilidade em seu poderio, os norte-americanos se arvoraram em polícia ocidental e passaram a criar uma estrutura de “tutelagem” de caráter imperial para impor às nações menos esclarecidas - no seu entendimento subjetivo - os benefícios da democracia e dos direitos humanos, recorrendo convenientemente à força sempre que vissem contrariados os seus interesses.

Para Michael Todd (2003), ao praticar um política cujo discurso se travestia de liberalismo e democracia, mas cuja pratica impositiva e unilateral foi aplicada em todo o mundo ao longo da última década, desrespeitando os valores e costumes dos povos com os quais lidavam, os Estados Unidos fertilizaram involuntariamente as sementes de um ódio anti-ocidental que ficara incubado durante os tempos da dominação imperialista européia.

O anti-americanismo que traz maior preocupação atualmente é o de origem islâmica - principalmente, por causa das diferenças culturais e religiosas que guardam com o Ocidente e do grande atraso socio-econômico da maioria das populações muçulmanas, facilmente manipuláveis por facções que almejam o poder.

O aumento da renda de alguns países que adotam a prática religiosa do Islã, em virtude da valorização do petróleo no mercado internacional, permitiu que elites dominantes preocupadas em se manter no poder e se fortalecer contra seus vizinhos, conjurassem forças

internas contra um inimigo externo comum e passasse a armar-se de forma ostensiva ou discreta, tornando-se a grande ameaça contemporânea à hegemonia norte-americana e à paz mundial.

Isso poderia ter sido evitado? Não cabe ao historiador elocubrar sobre o que poderia ter sido, mas a análise dos acontecimentos permitem avaliar que, eventualmente, num outro contexto, em que os Estados Unidos adotassem uma postura compatível com sua função hegemônica e efetivamente exercessem o papel de potência facilitadora de desenvolvimento, respeitando os traços culturais das nações sob sua tutela, esse conflito poderia ter tomado outros rumos. Mas, nas atuais relações dos Estados Unidos com o mundo, os resultados não teriam como ser diferentes.

A aplicação de uma política externa equivocada e centralizadora, implementada num crescendo durante os governos Reagan, George Bush, Clinton e retomada por George W. Bush, apenas manifesta a extraordinária miopia cultural da Casa Branca e é um dos tantos fatores que se somou aos muitos pré-existentes nas antigas colônias européias para fomentar ódios contra o Ocidente e seus valores.

Nesse contexto de horizontes políticos bem definidos, além da questão do militarismo, qual seria efetivamente a importância da indústria norte-americana no expansionismo econômico? Quando se fala em liberalismo econômico ou livre comércio, fala-se também na divisão internacional do trabalho e nos ajustes automáticos do mercado às necessidades de produção e consumo, entre importações e exportações e através da flutuação no valor das moedas nacionais.

Um grande conceito, o liberalismo, quando germinado por Smith e Ricardo, mas completamente inócuo quando aplicado ao processo da globalização, cujos mercados não são

organizados por princípios simétricos e perfeitamente ideais, como previsto por aquela teoria econômica, mas por profunda assimetria.

Um exemplo disso é que não há equilíbrio algum na balança comercial dos Estados Unidos e cada vez mais, o mundo produz para que eles consumam. A grande nação autônoma e produtiva do imediato pós-guerra tornou-se o coração e o principal refém de um sistema econômico em que o consumo é a força mais poderosa que rege o mercado.

Não se pode negar que no início, essa prática econômica era tanto virtuosa, quanto satisfazia amplamente os interesses dos Estados Unidos, pois encorajava a industrialização nos países pobres e unia aliados na Guerra Fria por meio de comércio e de investimento, além de permitir o avanço global dos negócios e das finanças norte-americanas.

Com seus mercados abertos, os Estados Unidos foram - e ainda são - os maiores compradores de toda a exportação mundial. Com a globalização, suas empresas e bancos efetivamente tiveram acesso ao desenvolvimento de novos mercados, geralmente por meio da parceria com outras organizações econômicas em empregos, produção e tecnologia. Agindo dessa forma, ao menos teóricamente, a política norte americana encontraria formas de controlar o mundo e de penetrar em todas as suas instâncias, acumulando internamente cada vez mais capital e poder.

Evidentemente, as expectativas utópicas desse arranjo não se confirmaram, a julgar pelos resultados empíricos da experiência, principalmente nos últimos trinta anos. O que poderia ter dado errado?

Todo o debate político sobre a questão, portanto, parece estar centrado na ideologia do livre-comércio, mas seria “livre-comércio” um termo adequado para definir o atual sistema econômico global, já que o que existe é um rede extensa de barganha e de acordos entre



governos e corporações multinacionais, todos apoiados em interesses próprios e independentes da questão do mercado?

Todas as nações soberanas – e os Estados Unidos, inclusive – usam um enorme arsenal de políticas econômicas para perseguir seus interesses nacionais, mas, dada a diferença entre a visão macro de cada país, a questão crucial a ser levantada aqui é: qual seria efetivamente o interesse “nacional” de Washington?

Greider (2005) afirma, por exemplo, que interesse nacional para a Europa Ocidental é manter uma política de excedentes comerciais modestos, mas constantes. Para o Japão, é garantir excedentes muito maiores durante os momentos recessivos, quando a sua receita de exportações subsidia empregadores domésticos ineficientes. A China, por sua vez, procura adquirir uma base industrial mais avançada às expensas de renda dos trabalhadores e de lucros bancários. A Alemanha e o Japão, apesar de grandes diferenças entre si, conseguem manter setores manufatureiros avançados dentro de seus próprios territórios e defendem os níveis salariais e as garantias sociais da mão de obra nacional, somente permitindo a dispersão de produção ou empregos *overseas* quando essas medidas são realmente necessárias ou como resultado de cuidadoso planejamento estratégico.

Washington não. Segundo Greider, para os elaboradores da política econômica na Casa Branca, aparentemente, interesse nacional é o avanço global das empresas multinacionais norte-americanas, enquanto o governo procura persuadir a população nacional de que, a longo prazo, os interesses domésticos subsidiários poderão vir a ser igualmente beneficiados.

Entretanto, não se pode deixar de observar que quase a metade das exportações e importações efetuadas pelos Estados Unidos não são feitas por intermédio do livre-mercado e com preços determinados pelo mercado, como prega a teoria econômica neo-clássica, mas são formados no interior das companhias produtoras, que fazem o fluxo livre, sim, mas de matéria

prima e de componentes para suas subsidiárias *overseas*, permitindo que o déficit comercial não chegue a constar de seus balanços anuais, mas que se manifestem nos da nação.

Greider infoma ainda que nos últimos anos, principalmente, muito do déficit comercial tem refletido a transferência de empregos e de produção com valor agregado que foram levados para algum outro país, onde os benefícios para as empresas são muito maiores por causa da menor regulamentação trabalhista, ou por custos menores de matéria prima e infraestrutura produtiva. Essa prática não apenas é frequente, como também é incentivada por Washington, pois aumenta a competitividade das empresas norte-americanas e é altamente lucrativa para seus investidores - mas, domesticamente, suas consequências são desastrosas para a nação.

O atual déficit comercial norte-americano abrange todos os países do mundo, tendo China, Japão, União Européia e México e Coréia entre os seus maiores fornecedores, perfazendo sozinhos em 2001, US\$ 254 bilhões em balança negativa de uma dívida acumulada no ano de US\$ 427, 4 bilhões<sup>31</sup>.

Até mesmo Israel, Rússia e Ucrânia são superavitários nas relações comerciais com os Estados Unidos e ao se observar a relação desses países, fica fácil perceber que a importação de matérias primas não é a principal causa do déficit norte-americano, o que seria normal para um país desenvolvido<sup>32</sup>.

O petróleo, por exemplo, respondeu em 2001 por apenas US\$ 80 bilhões do déficit comercial, representando os demais produtos, essencialmente manufaturados cerca US\$ 366 bilhões. (TODD, 2003, p. 82)

---

31 Déficit com a China (US\$ 83 bi), Japão (US\$ 60 bi), União Européia (US\$ 60 bi), México (US\$ 30 bil) e Coréia (US\$ 13). Disponível em US Census Bureau, < <http://www.census.gov/foreign-trade/statistics/historical/goods.txt>> e acessado em 29/11/2005.

32 Isreal é superavitária em US\$ 4,5 bi, Russia em US\$ 3,5 bi e Ucrânia em US\$ 0,5 bi., Cf. TODD, *Op. cit.*, p. 81

Ainda conforme Todd (2003), em 2001, os Estados Unidos dependiam, em 10% de seu consumo industrial, de bens cuja importação não era coberta pelas exportações de produtos nacionais, quando em 1995, esse déficit industrial era de apenas 5%. Ao contrário do que se pode imaginar, entretanto, a importação não estava concentrada em bens de baixa tecnologia para que os Estados Unidos pudessem concentrar-se na ponta mais nobre e cumprir sua parte na divisão internacional do trabalho.

É verdade que a indústria norte-americana continuava liderando em terrenos como o setor de informações, de equipamentos médicos e de aeronáutica - mas mesmo nesses setores, ela perdia espaço continuamente. Em 1990, por exemplo, a balança comercial em bens de tecnologia avançada ainda era superavitário em 35 bilhões; mas em 2001, apresentava déficit.<sup>33</sup>

Dados levantados por Arnold Toynbee (1958) informam que às vésperas da depressão de 1929, 44,5% da produção industrial mundial estava concentrada nos Estados Unidos, contra 11,6% na Alemanha, 9,3% na Grã Bretanha, 7% na França, 4,6% na União Soviética, 3,2% na Itália e 2,4% no Japão.

Hoje, o produto industrial americano é pouco inferior ao da União Européia e levemente superior ao do Japão, segundo artigo de Ferguson (2004b). E é interessante notar que apesar das multinacionais norte-americanas apresentarem enorme lucratividade em todo o mundo, desde 1998 os lucros que elas remetem para os Estados Unidos são inferiores aos que as empresas estrangeiras neles sediadas remetem para seus respectivos países, conforme já foi discutido em parágrafos anteriores.

---

<sup>33</sup> US Trade Balance with Advanced Technoloy. US Census Bureau. Disponível em < <http://www.census.gov/foreign-trade/www/>> Acesso em 23/12/2005.

Isso vale dizer que a queda do poder econômico causada pela produção industrial boicotada pelos importados, ao contrário do que afirmam os representantes econômicos no governo, não é compensada pela atividade *overseas* de suas multinacionais.

Em um império clássico, quanto maior a extensão geográfica, maior é a quantidade de recursos que fluem para a metrópole e, conseqüentemente, maior a importação em massa de tudo aquilo que possa movimentar seu mercado interno, sejam eles produtos agrícolas, manufaturados ou de alta tecnologia.

Nos Estados Unidos, entretanto, os agricultores e manufatores metropolitanos, presos a uma estrutura de produção muito mais sofisticada – e cara – que a dos seus parceiros comerciais, não conseguiram concorrer com os produtos importados que passaram a inundar o mercado doméstico. Ao mesmo tempo, por causa da complexidade de sua economia e dos custos envolvidos, os produtos norte-americanos perderam competitividade interna e externamente, desestimulando o crescimento de eventuais investimentos nacionais.

Por causa da estrutura desigual do ambiente globalizado que vivenciamos na atualidade, portanto, o liberalismo que é tão defendido pelas tropas do Pentágono, ao invés de reverter lucros em benefício do Império, a médio e principalmente, a longo prazo, tende a lesioná-lo mortalmente? Como isso pôde acontecer ?

Como na Roma da Antiguidade, também hoje está em andamento uma invasão pacífica da metrópole – seja ela legalizada ou não – organizada pelos nativos de territórios dependentes comercialmente ou sob a área de influência dos Estados Unidos, através de intensa imigração ou de movimentação humana causada por projetos de integração econômica ou cultural.

Esse processo de fusão cultural nem sempre é bem visto pelas alas mais ortodoxas do governo, já que tende a deformar a estrutura social primitiva da sociedade norte-americana e a

abalar as bases sobre as quais o país foi constituído, fazendo com que instituições tradicionais sejam substituídas por outras mais adequadas ao crescente sincretismo cultural e econômico causado pela globalização.

No mundo moderno, teoricamente, não existem escravos; ao menos, não como mercadoria de troca como no passado. Entretanto, é possível encontrar sucessores equivalentes a tipo de mão-de-obra na forma da grande exploração sobre o trabalho barato nas regiões atrasadas do planeta, a cujos habitantes coube a parte menos privilegiada da divisão internacional do trabalho. Com o passar do tempo e como consequência do agravamento de crises econômicas na periferia da globalização, boa parte dessa mão de obra destituída, subnutrida e despreparada fluiu para a metrópole liberal, efervescente em sua riqueza ostentada, buscando melhores condições de vida. Os antigos colonos mesclaram-se com as populações metropolitanas, disseminaram-se, criam guetos e bolsões culturais e com isso, afetaram profundamente as bases da estrutura social e econômica de seus dominadores<sup>34</sup>.

Sob o peso dessa invasão silenciosa, os fundamentos que deram base à sociedade norte-americana se diluíram gradualmente na nova sociedade de consumo e o *status* imperial, que foi alcançado justamente por causa dos princípios específicos da produção e da divulgação de valores liberais, se tornou cada vez mais debilitado.

A sociedade se polariza nesse contexto. De um lado, observa-se uma plutocracia predadora, internacionalista, interessada em beneficiar-se cada vez mais do processo de expansão, que apóia – e é apoiada – por uma elite militarista. De outro, sustenta-se uma plebe que se torna gradualmente inútil em termos produtivos, por não conseguir competir com os produtos internacionais de baixo custo. Suas classes médias lutam desesperadamente para não

---

34 TODD, *Op. cit.*, p. 91-92

serem implodidas e, enquanto todos se tornam alvo de um perigoso rancor internacional, se vêm sujeitos incondicionalmente à **proteção** da elite militar no poder.

E este é o cenário onde atuam os Falcões do governo realista de George W. Bush: a plutocracia militarista que o sustenta exige que a expansão econômica seja mantida a qualquer custo, mesmo que para isso seja necessário sacrificar valores fundamentais da República, como o liberalismo, ou cobrir solos estrangeiros com o sangue da juventude norte-americana.

Mas afinal, quem é essa plutocracia militarista? De onde vem o poder emanado das instituições militares e das organizações armamentistas sobre os destinos de uma nação tão poderosa como os Estados Unidos?

É o que se tentará descobrir no próximo capítulo.

*“Essa conjunção entre uma enorme instituição militar e uma formidável indústria de armas é um conceito novo na experiência da América. [...]”*

*Nos conselhos de governo, devemos nos proteger contra influência injustificada, procurada ou não, do complexo industrial-militar.*

*O potencial para o crescimento desastroso de poder mal empregado existe e irá persistir.*

*Não devemos nunca deixar que o peso dessa combinação coloque em perigo nossas liberdades ou nosso processo democrático.”*

(Presidente Dwight D. Eisenhower, em seu discurso de despedida em Janeiro de 1961)

### 3 O COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL NORTE-AMERICANO

#### 3.1 Projeto Manhattan e desenvolvimento armamentista durante a Guerra Fria

Em novembro de 1903, Marie Curie obteve seu doutorado em Ciências Físicas, defendendo que a uma certa quantidade de urânio corresponde uma intensa radiação e que essa radiação ocorre como resultado de uma propriedade atômica do núcleo. A partir dessa premissa, ela e seu marido Pierre Curie passaram a desenvolver pesquisas para comprovar que quando a radiação emitida pela *pechblenda*<sup>35</sup> é muito mais forte do que se pudesse prever e que poderia haver um novo elemento químico no interior do urânio, em quantidades infinitesimais e mais ativo que ele. Conseguiram fazê-lo e o estudo mais aprofundado da radioatividade abriu uma corrida na Era Nuclea e vários trabalhos de Química e Física se intensificaram nessa área, suscitando intensa polêmica quanto aos seus malefícios e benefícios.

O estudo da radioatividade trouxe grandes esperanças para a comunidade científica, pois podia proporcionar o tratamento de vários tipos de câncer, mas por outro lado, também liberou forças destrutivas de caráter imprevisível ao utilizar os elementos atômicos do urânio e do plutônio para criar a bomba H, artefato nuclear que alguns décadas mais tarde, foi usado para destruir as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.

Tudo teve início na década de 1930 quando, ao trabalharem em pesquisas sobre o rádio, os cientistas alemães Otto Frisch e Felix Bohr descobriram a fissão nuclear, ou seja, quando conseguiram dividir um átomo de urânio em dois elementos.

---

<sup>35</sup> *Plechbenda* é o minério de óxido encontrado no urânio.



Se essa fissão se transformasse em uma reação em cadeia, a força contida no núcleo do átomo de urânio seria liberada e a acumulação dos átomos em fissura poderia levar a uma explosão maciça, gerando assim uma extraordinária fonte de energia.

A idéia inicial de seus criadores era utilizar a descoberta para substituir outras fontes energéticas não renováveis, como o carvão e o petróleo, mas durante a 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial, esse objetivo pacífico foi quebrado quando, aflito com o fortalecimento do regime nazista na Alemanha, com seus desígnios imperialistas e militares e com as eventuais implicações da utilização da energia atômica para construir bombas nucleares de alto teor destrutivo, o cientista alemão Albert Einstein escreveu uma carta para o Presidente Franklin D. Roosevelt, dos Estados Unidos, descrevendo o poder potencial do artefato nuclear e sugerindo que ele fosse desenvolvido na América democrática, antes que Hitler o fizesse.

O projeto tinha um custo elevadíssimo e não havia qualquer garantia científica de que seus objetivos seriam atingidos, mas o contexto internacional de guerra e as vitórias iniciais do regime autoritário de Hitler fizeram com que assessores do Presidente Roosevelt se interessassem pela proposta e o incentivassem a mobilizar a máquina governamental para desenvolver pesquisas nesse sentido.

Em janeiro de 1942, sob auspícios públicos e motivado pelo ataque japonês a Pearl Harbor no dezembro anterior, a Casa Branca encarregou o Dr. Arthur Compton de criar o Metallurgical Laboratory (Met Lab) na Universidade de Chicago, com a finalidade de consolidar a pesquisa de fissão nuclear nos Estados Unidos.

Em junho do mesmo ano, outro brilhante cientista norte-americano, Dr. J. Robert Oppenheimer, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, juntou-se ao Met Lab para coordenar os esforços de outros cientistas no estudo da física de nêutrons, com o objetivo de

organizar um grupo de teóricos que desenvolvesse um projeto que desenhasse e construísse uma bomba nuclear.

Em setembro daquele ano, o Manhattan Engineer District (MED) foi estabelecido em Los Alamos, no Novo México, reunindo 6.000 homens, a maior constelação de pesquisadores, de engenheiros e de cientistas de primeira linha, jamais vista em lugar nenhum do mundo. Alguns já tinham sua carreira estabelecida, outros a estavam iniciando; uns eram teóricos e outros eram práticos experientes, ou engenheiros e diretores de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)<sup>36</sup>.

A Grã Bretanha, uma das duas principais aliadas dos Estados Unidos durante a 2ª. Guerra Mundial, tinha conhecimento do Projeto Manhattan e contribuiu enviando a Los Alamos vários cientistas britânicos, que participaram com muitos dos primeiros estudos críticos sobre a massa de urânio<sup>37</sup>.

Dois tipos de bombas foram desenhadas por esse time de estrelas da ciência: uma de urânio e outra de plutônio. Em fevereiro de 1945, o primeiro carregamento de plutônio trabalhado em Hanford foi enviado para Los Alamos para ser convertido em plutônio metálico.

Esse material foi agregado aos demais componentes da primeira bomba atômica e ela foi detonada experimentalmente na madrugada de 16 de julho de 1945 em Alamogordo, Novo

---

36 Cientistas como Oppenheimer, Van Neuman, Fermi, Serge, Bohr, Szilard, Feynman, Serber, Teller, Ulam, Morrison, Wigner, Rabi, Seaborg, Bethe, Lawrence, Alvarez, Weisskopf, Peierls, Bacher, McMillan, Manley, Serber, Allison, Wilson e muitos outros, de igual importância. Cf. NATIONAL ATOMIC MUSEUM. Albuquerque, Novo México. Disponível em: <<http://www.atomicmuseum.com/tour/manhattanproject.cfm>>. Acesso em 15 mai. 2005.

37 A União Soviética, outro país aliado dos Estados Unidos na II Guerra, por razões ideológicas, não foi informado oficialmente sobre o Projeto *Manhattan*, mas suspeitaram de sua existência e conseguiram infiltrar alguns espões no programa. Sabe-se que no mínimo, três espões soviéticos trabalharam em Los Alamos: Klaus Fuchs, Theodore Hall e David Greenglass. Hall era um físico prodígio de Harvard e apesar de norte-americano, entregou segredos nucleares para os soviéticos movido por idealismo socialista. Greenglass era também nativo dos Estados Unidos e maquinista do exército. Coincidentemente, foi enviado para Los Alamos logo após ter sido recrutado por sua irmã, Ethel Rosenberg, mais tarde julgada e condenada como espã, juntamente com seu marido Julius, no auge do *macartismo*, por passar informações secretas para os soviéticos. Fuchs era um refugiado que havia escapado da Alemanha nazista e que estava trabalhando em um laboratório nuclear na Inglaterra quando foi chamado para Los Alamos. Ele já atuava como espão soviético na Inglaterra e continuou a exercer essa atividade ao ser enviado para os Estados Unidos.

México, compensando todo o trabalho e o investimento de recursos públicos, tão críticos em tempos de guerra.

Na primavera de 1945, um pouco antes do teste em Alamogordo com a bomba de plutônio, os laboratórios de Oak Ridge também cumpriram seu papel e embarcaram aproximadamente 132 libras de urânio enriquecido para Los Alamos, usados posteriormente na bomba “*Little Boy*”, que foi jogada sobre Hiroshima em 6 de agosto daquele ano.

Na sequência, a “*Fat Boy*”, uma bomba atômica contendo o plutônio obtido nas instalações de Hanford, foi detonada em 9 de agosto de 1945 sobre a cidade de Nagasaki, no Japão, forçando o Imperador Hiroito a dar por terminada a guerra no Pacífico e a render-se incondicionalmente aos Aliados.

Com poucas exceções, dadas as dificuldades encontradas pelos pesquisadores em fazer o enriquecimento do urânio, desde o fim da 2<sup>a</sup>. Guerra a fissão de armas nucleares guerra tem sido feita com o uso de plutônio. Os laboratórios da unidade de Oak Ridge foram fechados ou reconvertidos para o uso de outros processos de produção de armas nucleares, enquanto a unidade de Hanford continuou a ser a principal instalação industrial norte-americana de produção de plutônio para armas nucleares.

Ao se estudar a história das cinco maiores empresas que atuam na área armamentista, é possível identificar o papel que a 2.<sup>a</sup> Guerra e o Projeto Manhattan tiveram na origem de um dos maiores e mais poderosos setores econômicos do mundo, como poder ser observado nos dados históricos descritos no Apêndice C deste trabalho.

Os primeiros passos no sentido de acumular capital financeiro e científico voltados para o fortalecimento bélico foram dados em Alamogordo, na inédita parceria criada entre o conhecimento tecnológico da academia, a iniciativa privada e o Estado. Era o principio do

complexo industrial-militar citado por Eisenhower, um militar de carreira, em seu discurso de despedida após oito anos na Presidência dos Estados Unidos:

[...] Nas esferas da governança, devemos nos proteger de influências indesejadas, procuradas ou não, por parte do complexo militar-industrial. O potencial para o crescimento desastroso de poder mal empregado existe e permanecerá o potencial para um surto desastroso de um poder mal concentrado. Não devemos nunca permitir que o peso dessa conjugação ameace as nossas liberdades ou o processo democrático. (EISENHOWER, 1961)

O Projeto Manhattan e a construção das bombas atômicas, bem como as demais despesas de guerra, ocasionaram um ônus imenso para o Tesouro norte-americano, como se pôde comprovar por meio dos dados apresentados na Tabela 3 do capítulo anterior e para que seja possível compreender melhor a disposição governamental em efetuar tais gastos, deve-se levar em conta que o projeto surgiu num momento em que a economia de guerra exigia toda espécie de sacrifícios da população.

Calcula-se que o governo norte americano gastou – só com instalações físicas, pessoal técnico e pesquisa - mais de US\$ 20 bilhões em moeda corrente, como indica a tabela abaixo:

*Tabela 4 - Gastos com o Projeto Manhattan: 1942-1945*

<b>Projetos</b>	<b>Valor em US\$ de 1945</b>	<b>Valor em US\$ de 1996</b>
Oak Ridge (Total)	US\$ 1,188,352,000	US\$ 13,565,662,000
- K25 Gaseous Diffusion Plant	\$ 512,166,000	\$ 5,846,644,000
- Y12 Electromagnetic Plant	\$ 477,631,000	\$ 5,452,409,000
- Clinton Engineer Works, HQ and Central Utilities	\$ 155,951,000	\$ 1,780,263,000
- Clinton Laboratories	\$ 26,932,000	\$ 307,443,000
- S50 Thermal Diffusion Plant	\$ 15,672,000	\$ 178,904,000
Hanford Engineer Works	\$ 390,124,000	\$ 4,453,470,000
Special Operation Materials	\$ 103,369,000	\$ 1,180,011,000
Los Alamos Project	\$ 74,055,000	\$ 845,377,000
Research and Development	\$ 69,681,000	\$ 795,445,000
Government Overhead	\$ 37,255,000	\$ 425,285,000
Heavy Water Plants	\$ 26,768,000	\$ 305,571,000
<b>Total</b>	<b>\$1,889,604,000</b>	<b>\$ 21,570,821,000</b>

Fontes: Richard G. Hewlett e Oscar Anderson Jr. *The New World: a History of the United States Atomic Energy Commission*, Volume 1, 1939/1946 (Oak Ridge, Tennessee: U.S CEA Technical Information Center, 1972), pp 723-724.

Notas: Inclui custos de operação e capital, de 1942 até 1945. Os custos foram ajustados usando o ano de 1944 como base (ano dos maiores gastos do Projeto Manhattan) Os custos atuais por instalação são aparentemente desconhecidos.

Com os recursos discriminados acima foram construídas quatro bombas atômicas: a primeira, “*Gadget*”, foi utilizada no teste em Alamogordo em 16 de julho de 1945; em seguida, a “*Little Boy*”, que explodiu em Hiroshima no dia 06 de agosto do mesmo ano e finalmente, a “*Fat Man*”, que foi usada para destruir Nagasaki no dia 09 do mesmo mês. A Bomba no. 4 nunca foi detonada. Os números da tabela acima indicam um custo médio de US\$ 5 bilhões para cada um desses artefatos atômicos.

Para se ter uma idéia sobre a dimensão desses valores, os custos do programa nuclear podem ser comparados com algumas despesas específicas da 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial, como as relativas a Armamentos. Todas as bombas, minas e granadas utilizadas pelo exército norte-americano no período de 1942-1945 custaram aos cofres norte-americanos US\$ 31,5 bilhões. As armas de pequeno porte (não incluindo munição) custaram US\$ 24 bilhões; com artilharia pesada de campo foram gastos US\$ 4 bilhões e com todos os demais tipos de artilharia, US\$ 33,6 bilhões<sup>38</sup>.

Informações do Departamento de Guerra dos Estados Unidos indicam que o custo total da 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial para o país foi de US\$ 3,3 trilhões e conforme os dados acima, só em armas convencionais, foram despendidos US 93.1 bilhões. O esforço de guerra feito em Los Alamos, Oak Ridge e Hanford para desenvolver a energia nuclear e as armas que mais tarde obtiveram a rendição incondicional dos japoneses no Pacífico, representou 21.5% do total de custos com armamentos.

Quando a guerra terminou em 1945, nem a rede de cientistas que pesquisava sobre radiação, nem os militares, funcionários públicos e físicos que participaram do projeto Manhattan foram completamente desmobilizados, conforme informações obtidas com o

---

38 US Nuclear Weapons Cost Study Project apud Statistical Review – World War II: A Summary of ASF Statistic, Statistic Branch, Control Division, Headquarters, Army Service Forces, US War Department, 1946, pp.75-6. Esses custos são relacionados com o período de 1942-1945. Acesso em 21 jun. 2005.

Liddel Hard Center for Militar Archives, da Universidade de Londres.<sup>39</sup>. Logo após as explosões nucleares de Hiroshima e Nagasaki, a divulgação pelo governo norte-americano de suas descobertas sobre o uso do plutônio e do urânio, deu origem a um grande debate sobre o futuro da energia atômica.

Por causa dos eventuais riscos aos seres vivos derivados dessa nova tecnologia nuclear, o grande questionamento ético da época era se seria possível controlar essa fonte de energia internacionalmente, se ela deveria ficar exclusivamente sob domínio dos militares ou se deveria ser liberada para que a indústria privada pudesse desenvolver seu potencial energético civil.

Na verdade, Agnew e Schreiber (1998) afirmam que os políticos norte-americanos não conseguiram estabelecer um controle internacional sobre a expansão da energia nuclear, como fora sugerido por Norris Bradley<sup>40</sup>, mas foram razoavelmente bem sucedidos em criar uma agência nacional para controlar domesticamente as pesquisas sobre isótopos: a Comissão de Energia Atômica (CEA), estabelecida em 1946 através do McMahon Act. A CEA era presidida por cinco comissários civis e David Lilienthal- antigo chefe da Autoridade do Vale do Tennessee - foi designado pelo Presidente Truman para ser seu primeiro presidente. Dentre outras funções, em janeiro de 1947, David Lilienthal assumiu o controle sobre o Distrito de Engenharia do Projeto *Manhattan*, num contexto em que uma “cortina de ferro” havia se fechado entre a Europa Ocidental e a Oriental<sup>41</sup>.

---

39 Disponível em [http://www.kcl.ac.uk/lhcma\\_new/cats/nuclearage/xn70-01-shtml](http://www.kcl.ac.uk/lhcma_new/cats/nuclearage/xn70-01-shtml). Acessado em 21/06/2005. Também podem ser encontradas informações a respeito na *International Atomic Energy Agency*: Disponível em <http://www.iaea.org/inis/ws/subjects/iaea.html>. Acesso em: 22 jun. 2005.

40 Norris Bradbury foi um cientista que sucedeu Robert Oppenheimer na direção de Los Alamos em outubro de 1945 para ficar interinamente no cargo por seis meses, mas manteve-se nele por vinte e cinco anos até aposentar-se. Sob sua direção o Laboratório de *Los Alamos* se recuperou das dificuldades do pós guerra e se tornou reconhecido internacionalmente por avanços em P&D numa imensa variedade de áreas, como computação, biociências e tecnologia espacial

41 Segundo comentário do antigo primeiro-ministro britânico, Sir Winston Churchill, que denominou como “cortina de ferro” a divisão hostil que se estabelecera naquele continente após o fim da 2a. Guerra, separando os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos dos socialistas liderados pela União Soviética. Cf. BREWSTER, M. **David Lilienthal**: seats of power. Business Week on Line. 14 May 2004. Disponível em <<http://businessweek.com/>>. Acesso em 17 abr. 2005.

No ano seguinte, o termo “cortina de ferro” foi mudado para “guerra fria” e para atender ao novo clima externo e às determinações do Ato de Segurança Nacional, as Forças Armadas dos Estados Unidos foram colocadas sob a autoridade do recém criado Instituto Militar Nacional (IMN), que seria chefiado pelo Secretário da Defesa.

Nessa época, para poder continuar justificando os gastos que continuaram existindo em Los Alamos, Oak Ridge e Hanford, o Comitê Interino de Conselho Médico, presidido pelo antigo diretor médico do Projeto Manhattan, Dr. Stafford Warren, voltou a reunir-se para preparar um ambicioso programa de pesquisa no sentido de saber mais sobre os efeitos da radioatividade e para diminuir os riscos que os seres vivos corriam ao serem expostos à ela.

No final de 1947, a CEA criou uma Divisão de Biologia e Medicina (DBM) para coordenar pesquisas envolvendo os efeitos da energia atômica e um Comitê de Conselho para Biologia e Medicina (CCBM), colocando-as sob a sua responsabilidade direta.

O DBM e o CCBM se tornaram luminares da ciência radioativa e apesar da maior parte dos orçamentos da CEA serem destinados para o desenvolvimento de armas nucleares altamente secretas, era a pesquisa biomédica que representava sua face pública e era orgulhosamente exibida para a população em geral.

Eram essas pesquisas, envolvendo o uso de radio-isótopos para o desenvolvimento científico, especialmente para a cura do câncer e de doenças correlatas, que justificavam para o público externo a manutenção do Projeto Manhattan, cujas instalações militares – oficialmente - estariam sendo reutilizadas para uso civil.

O programa médico da CEA também financiava equipamentos e centros privados de pesquisa sobre o câncer, além de vários outros projetos correlatos. Antes da guerra, a radioterapia havia atingido nível elevado, mas estacionara nele em virtude das limitações

causadas tanto pelo custo da radiação, quanto pela incapacidade das máquinas existentes em focar precisamente os tumores cancerígenos que deveriam ser extirpados.

O fato de as instalações herdadas dos esforços de guerra estarem sendo reutilizadas para o desenvolvimento da vida, produzindo cobalto radioativo - um substituto mais barato para o rádio - e viabilizando um tratamento eficaz na cura de doenças, era largamente explorado pelo governo na mídia. Mas mesmo com a importância dessas pesquisas e com toda a publicidade que receberam, não deve haver ilusões sobre a verdadeira finalidade das antigas instalações que abrigaram o Projeto Manhattan: o programa da DBM era apenas um braço muito pequeno de uma instituição enorme, que na realidade vivia de outras atividades, muito menos pacíficas.

Em 1951, a CEA empregava cerca de 60.000 pessoas e se espalhava por um território de 4.500 km<sup>2</sup>. A partir de outubro de 1945, as instalações atômicas de Los Alamos passaram a ser dirigidas por Norris Bradbury, que substituiu J. Oppenheimer quando este retornou à vida acadêmica.

Durante sua administração, foram produzidos 49 dos 56 modelos de armas nucleares que chegaram aos arsenais norte-americanos. Até 1961, todas as armas nucleares norte-americanas e quase todos os principais desenvolvimentos técnicos na área foram originários de modelos que tiveram seus protótipos inicialmente desenvolvidos em Los Alamos.<sup>42</sup>

Bradbury acreditava sinceramente na necessidade de seu país ter armas que mantivessem o inimigo soviético ao largo e que garantissem a paz durante a Guerra Fria. Apesar dos custos dessa corrida de *deterrance* terem chegado a trilhões de dólares, ele

---

<sup>42</sup> Durante a administração de Norris Bradbury, foram produzidos por Los Alamos tanto o primeiro artefato bélico termo-nuclear, quanto as primeiras armas dessa categoria e por isso, ele poderia ser considerado, sem exagero, o pai do arsenal nuclear dos Estados Unidos.



acreditava que seu custo integral - em moeda e em vidas - era muito menor do que qualquer outra guerra global.

Em artigo sobre a atuação de Bradbury em Los Alamos, Webster (1997) relata que o cientista convenceu seus compatriotas de que era necessário manter e ampliar as pesquisas nucleares, persuadiu um núcleo de importantes cientistas e engenheiros a permanecerem no deserto do Novo México com ele e montou projetos como a Operação *Crossroads*, um teste sobre os efeitos de armas nucleares dirigidas aos navios norte-americanos. Ainda assim, a ocupação principal de Los Alamos era a produção de artefatos nucleares que fossem compatíveis com a posição hegemônica dos Estados Unidos no mundo e que lhe permitissem manter equilibrada a corrida armamentista contra a União Soviética.

A pesquisa nuclear para uso bélico, entretanto, não ficou restrita às instalações de Los Alamos, Oak Ridge e Hanford, mas espalhou-se em outros centros de conhecimento por todo o país - seja em empresas privadas, seja em universidades. Os tentáculos da Comissão se estendiam também desde o Congo Belga, - onde foram desenvolvidos importantes estudos sobre os efeitos da radiação - até a região Ártica do Canadá e ao Pacífico, no Atol de Enewetak, onde estavam localizados os campos de teste nuclear.

Apesar de ainda ser relativamente insignificante a aplicação de recursos governamentais na investigação científica para uso civil, os estudos realizados em Oak Ridge ou Los Alamos significaram um grande avanço em relação ao período anterior à 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial, quando o Estado praticamente não participava das pesquisas industriais ou universitárias.

O Projeto Manhattan foi o único dentre os vários projetos científicos desenvolvidos durante o período de guerra, que levou pesquisadores privados para o serviço público e que

disponibilizou recursos financeiros para os que mantiveram suas investigações em centros de pesquisa privada.

Vannevar Bush<sup>43</sup>, conceituado cientista norte americano e um dos maiores incentivadores dessas pesquisas, defendendo-as perante os Congresso e perante a opinião pública, foi escolhido para coordená-las e direcioná-las através de um departamento público, o Escritório de Desenvolvimento e Pesquisa Científica (EDPC).

Depois da morte de Roosevelt, Vannevar Bush ainda conseguiu o apoio do Congresso Nacional para a criação de uma Fundação de Ciência Nacional (FCN), visando dar suporte oficial à pesquisa científica em todas as áreas e defendendo o princípio de que o governo federal é quem deveria financiá-las.

Em fins da década de 1940, quando a construção de um muro dividindo a cidade de Berlim em duas áreas de influência precipitou a crise entre norte-americanos e soviéticos, o monopólio nuclear dos Estados Unidos já havia desaparecido, pois a União Soviética detonou sua primeira bomba atômica “*Joe One*”, muitos anos antes do que o serviço secreto americano previra em seus relatórios ao governo.

Para lidar com essa nova situação, foi criada uma emenda para o Ato de Segurança Nacional e o Instituto Militar Nacional (IMN) foi transformado em um departamento executivo, o Departamento da Defesa (DoD) e o Projeto de Armas Especiais das Forças Armadas que iria coordenar as responsabilidades desse novo Departamento na área de armas nucleares, tornou-se dessa forma, o herdeiro militar do Distrito de Engenharia Manhattan.

---

43 **Vannevar Bush** (1890-1974). Engenheiro, inventor e político com grande influência no desenvolvimento da bomba atômica, além de ter sido o mentor do Memex, um conceito pioneiro para a *World Wide Web*. Graduado pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) Construiu um Analista Diferencial, algo análogo a um computador, que poderia resolver diferentes equações com até 18 variáveis independentes. Foi presidente do Carnegie Institute de Washington em 1939 e Presidente do Conselho Nacional de Defesa da Aeronáutica. No ano seguinte, tornou-se diretor do Comitê Nacional de Pesquisa em Defesa e em 1941, diretor do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (OSRD), ao qual o Projeto Manhattan era subordinado. Foi consultor de Roosevelt sobre assuntos científicos durante a II Guerra Mundial. Recomendou a criação do que mais tarde se tornaria a Fundação Nacional de Ciências para cimentar os laços entre a ciência, a indústria e o Exército, que tinham sido criados durante a guerra. Vannevar Bush também foi um dos co-fundadores da empresa de defesa Raytheon, hoje uma das cinco maiores do mundo.

Um Comitê de Ligação Militar (CLM) foi criado para facilitar o relacionamento entre a CEA e o DoD. Entre suas funções, estava também a de ajudar a definir o número e o tipo de armas nucleares que poderiam ser utilizadas pelas Forças Armadas nos desdobramentos da Guerra Fria.

Sua ação foi de grande importância em 1950, quando teve início a Guerra da Coreia, pois o fato da União Soviética já ser detentora de tecnologia nuclear levou o mundo e especialmente os Estados Unidos, ao receio de que bombas atômicas pudessem ser usadas novamente em conflitos armados. Preocupados com os efeitos que uma guerra nuclear pudesse ter sobre sua população civil e militar, o governo procurou saber tanto quanto pudesse - e o mais rápido possível - sobre as implicações da radiação sobre a vida humana.

Em 1954, depois de muitas controvérsias e através do Ato de Energia Atômica<sup>44</sup>, o Congresso norte-americano tornou possível pela primeira vez, o desenvolvimento comercial da energia nuclear e nomeou a CEA para encorajar seu uso e regular sua segurança. Essa tarefa revelou-se difícil e penosa para seus membros, pois ao mesmo tempo em que a Comissão deveria garantir a segurança e a saúde pública, também não podia fazer cobranças exageradas contra falhas ou acidentes causados por experiências com energia nuclear, que já excesso de regulamentação poderia inibir a indústria incipiente<sup>45</sup>.

Foi principalmente durante essa abertura política para a exploração civil da energia atômica que foram abertas as vias de comunicação entre os representantes do governos e as empresas privadas como a Raytheon, a Northrop Grumman e muitas outras que hoje lideram o ranking das indústrias armamentistas, permitindo que ampliassem a oferta de produtos

---

44 Versão integral do Ato de Energia Atômica pode ser encontrado no site da US Nuclear Regulatory Commission (NRC). Disponível em: <<http://www.nrc.gov/who-we-are/history.html>>. Acesso em: 29 mai. 2005.

45 Tendo sido acusada de não ser suficientemente rigorosa no controle de procedimentos contra radiação, segurança de reatores, localização de instalações e proteção ambiental, em 1974 a CEA foi desativada. Suas responsabilidades foram distribuídas a outras agências e o Ato de Reorganização de Energia passado pelo Congresso daquele mesmo ano criou a Comissão Regulatória Nuclear (CRN), cuja principal preocupação continuaria sendo proteger a saúde e a segurança pública. Disponível em: <<http://www.nrc.gov/who-we-are/history.html>>. Acesso em 21 abr. 2004.

originais, desenvolvessem capacidade cada vez maior de construir e distribuir artefatos bélicos de alta precisão e se preparassem para ocupar a posição de organizações multinacionais com o enorme poderio econômico e político que hoje detêm no cenário mundial.

### ***3.2 O complexo militar-industrial norte americano***

Para que se possa compreender a complexidade e utilidade da indústria militar, este item será dedicado à conceituação dos instrumentos materiais que compõem a força coercitiva das armas e à análise de sua relação com o complexo militar-industrial dos Estados Unidos.

A indústria armamentista é um empreendimento global que produz armas de fogo que atiram projéteis a longa distância, além de munição, mísseis e toda sorte de artefatos de combate aéreo, terrestre e submarino. Essas armas podem ser tanto de alta tecnologia ou utilizar-se de recursos químicos e biológicos para promover o seu efeito mortal, quanto o que se convencionou chamar de armas tradicionais<sup>46</sup>..

Para que fiquem bem definidos os conceitos, deve ser especificado que armas de fogo são armas que atiram projéteis de várias espécies em alta velocidade. Elas podem ser pistolas, revólveres, rifles, metralhadoras ou canhões, variando em tipo e capacidade e as mais poderosas fazem parte de quaisquer procedimentos militares espalhados por todo o mundo.

Algumas das armas de fogo mais conhecidas pelo público leigo através da leitura de livros ou por filmes de guerra, são os rifles M16<sup>47</sup> e Ak-47<sup>48</sup>. O M-16 é um rifle de assalto

---

<sup>46</sup>Todas as definições sobre armamentos foram encontradas no site da Freedictionary.com, verbete de *Arms Industry*. Disponível em: <<http://www.encyclopedia.thefreedictionary.com/Arms%20Industry>> e em Wikipedia. Verbetes de *Arms Industry*. Disponível em <[http://en.wikipedia.org/wiki/Arms\\_industry](http://en.wikipedia.org/wiki/Arms_industry)>. Acesso em 07 de jun. 2005.

<sup>47</sup> Imagem e configurações do M-16 poderão ser vistos no Apêndice A.

produzido nos Estados Unidos para atender às necessidades de seu Exército e que, além de ser o mais produzido no mundo, é o que mais tem sido utilizado pelos militares, além de também atender a traficantes e guerrilheiros. O Ak-47 também é um rifle de assalto, mas de fabricação russa e sua denominação popular vem de Automat Kalashnikova- mod 47<sup>49</sup>.

A munição que alimenta as armas de fogo é constituída por balas, um tipo de projétil que normalmente é produzido com uma liga de metal e chumbo. Ao contrário de uma cápsula, uma bala não contém explosivos. O termo também pode ser ocasionalmente utilizado para designar uma combinação de bala, cápsula e pólvora, que é mais comumente conhecido como cartucho.

Um míssil<sup>50</sup> é um projétil atirado de um lançador, sobre o qual, após ter sido ejetado, não se tem mais controle. Pode ser desde uma pedra atirada por um estilingue, até um míssil balístico intercontinental Minuteman III (ICBM), com múltiplas ogivas nucleares. ICBM modernos, os maiores de todos os mísseis utilizados atualmente, representam uma das armas mais destrutivas já produzidas na história da humanidade e foram protagonistas de episódios de extrema tensão nas relações entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria, como foi o caso da crise cubana.

Os mísseis podem ser de propulsão, também conhecidos como foguetes e não podem ser guiados após o lançamento, ou por controle remoto, que são controlados por terra.

Foguetes são veículos, mísseis ou aviões que avançam através da ejeção de um gás de exaustão liberado por um engenho interno. Os mais modernos, chamados de mísseis balísticos, podem ser guiados através de controle remoto e têm capacidade para encontrar o alvo após o lançamento.

---

48 Imagem e configurações do AK-47 poderão ser vistos no Apêndice A.

49 Imagem e configurações da metralhadora Kalashnikova podem ser encontrados no Apêndice A.

50 Imagem e configurações de mísseis podem ser encontrados no Apêndice A.

Geralmente, essas armas são desenhadas para carregar em seu bojo uma grande quantidade de ogivas tradicionais ou nucleares por centenas de quilômetros - e conseguem atingir seus alvos com razoável precisão. Existem também os mísseis de cruzeiro que usam propulsão a jato, um sistema de combustão interna que é freqüentemente utilizado em aviões.

De maneira geral, os mísseis são utilizados na guerra como uma força altamente destrutiva: são carregados com explosivos tradicionais, mas também podem utilizar explosivos nucleares e de anti-matéria ou ainda, raios laser ou elétricos, que são lançados sobre um determinado alvo. Os que levam explosivos nucleares são, evidentemente, mais perigosos que os que carregam explosivos tradicionais.

Uma arma nuclear é aquela que retira sua energia de reações nucleares de fissão ou de fusão. Mesmo a menor e menos potente de qualquer arma nuclear, é mais poderosa que a maior e mais eficiente de todas as armas tradicionais. Uma arma nuclear de dez megatons, por exemplo, tem capacidade de reduzir uma cidade inteira a pó. Uma outra, mais potente, que utilizasse a energia de cem megatons, poderia incendiar casas e florestas em uma área de 100 a 160 km de diâmetro.

Além de carregar ogivas com explosivos tradicionais e nucleares, também existem mísseis carregados com material químico ou biológico. Os mísseis químicos são aqueles que usam materiais com propriedades tóxicas, cuja finalidade é, ao atingirem o alvo, disseminar seu veneno no ambiente com rapidez e eficiência, matando, causando danos ou incapacitando o inimigo, sem que este possa reagir a tempo.

Os mísseis biológicos são os que usam qualquer tipo de organismos - bactérias, vírus ou toxinas encontradas na natureza - buscando incapacitar ou matar o adversário. Atualmente, em virtude das terríveis conseqüências para o meio ambiente e para a raça humana que podem advir do uso de tais armas, vários tratados de limitação e de proibição de

armas - como os que foram detalhados no Apêndice C deste trabalho - foram firmados multilateralmente e a criação ou estocagem de armamentos biológicos são convencionalmente proibidos. A AIEA é o órgão da ONU que tem a função de exercer um rigoroso controle sobre todos os países signatários desses acordos.

A categoria de mísseis mais utilizada atualmente é a dos mísseis balísticos. Eles não são controlados remotamente e a aerodinâmica é utilizada para alterar seu curso. Usualmente, não têm asas e seguem um curso prescrito e inalterável após terem sido lançados, tendo esse nome por seu movimento ser governado pelas leis da balística<sup>51</sup>.

Quando estão no espaço e a força de propulsão deixa de exercer seu efeito sobre eles, termina a rota de ascensão e tem início a queda livre. Para cobrir longas distâncias, esses mísseis devem ser lançados muito alto no ar ou no espaço, através de um voo espacial sub-orbital. Para os mísseis intercontinentais, a altitude a ser atingida no topo de sua trajetória deve ser de mais ou menos 1.200 km.

Contraopondo-se a eles, existem os mísseis de cruzeiro, que são teleguiados e que usam uma asa de suspensão e um sistema de propulsão a jato que lhes permite um voo sustentado.

Além dos mísseis descritos acima, existem também vários tipos de aeronaves utilizadas em guerras e conflitos que são igualmente importantes para determinar o grau de força de ataque ou de defesa de cada lado. São os aviões de caça, os bombardeiros, os aviões-tanque, os aviões de treinamento, os aviões de transporte e os aviões de reconhecimento e vigilância.

Quase todos os países industrializados no mundo têm suas próprias indústrias de armas leves ou pesadas, que são utilizadas para suprir suas Forças Armadas ou são voltadas para a

---

<sup>51</sup> Balística é a ciência que lida com o movimento, comportamento e efeito de projéteis, especialmente balas, bombas de gravidade, foguetes ou artefatos semelhantes. É também a ciência ou a arte de desenhar projéteis para atingir uma determinada performance desejada.

exportação. Por Forças Armadas, entende-se o conjunto de homens, máquinas e equipamentos que formam o exército de um determinado país, mas deve ficar claro que atualmente, o termo militar tanto pode referir-se a uma força armada regular nacional, quanto a qualquer força permanente profissional composta por soldados ou por guerrilheiros, treinados exclusivamente para a guerra.

Essas forças militares modernas são chamadas de “exército privado”, não têm nacionalidade alguma e podem ser contratadas em empresas especializadas por qualquer governante ou grupo civil que tenha fundos suficientes para bancar seu custo. Antigamente, eram o que se conhecia por “forças mercenárias”.

Alguns países também vendem armas para o uso civil, mas como o controle desse comércio geralmente é muito irregular, o tráfico ilegal de armas é comum em todos os lugares, especialmente onde – convenientemente - o controle governamental não é muito rigoroso. Além disso, deve-se considerar que existe entre o comércio legal e ilegal de armas uma ligação indesejavelmente estreita pois, mesmo os artefatos comprados legalmente, sempre podem ser revendidos a terceiros com propósitos ilegais por pessoas de má fé .

Diversidades à parte, os Estados são os maiores consumidores das indústrias armamentistas, absorvendo artefatos militares tradicionais, de alta tecnologia, químicos ou biológicos. Os governantes firmam com as empresas produtoras contratos de valores elevadíssimos, apoiados em um dos mais importantes quesitos da política nacional : a segurança.

Em virtude da importância das armas na demonstração pública de poderio de um país, o volume e a qualidade das armas que fazem parte do arsenal governamental as transformam em objeto de grande importância econômica, tanto para aqueles que as compram, quanto para os que as produzem e vendem.



O movimento comercial entre Estado e indústria armamentista pode, em muitos casos, gerar um mercado subterrâneo de troca de favores nos corredores do governo e esporadicamente, surgem na imprensa internacional denúncias de corrupção política envolvendo transações de alto valor. Essas denúncias ocorrem especialmente nos Estados Unidos, que movimentam um volume espantoso de recursos nessa área e cujos contribuintes se preocupam em cobrar dos governantes maior transparência acerca dos investimentos feitos nesse setor<sup>52</sup>.

O estreito vínculo que existe hoje entre a política norte-americana e o desenvolvimento do comércio de armas internacional é resultado do complexo militar-industrial descrito pelo General Eisenhower nos idos de 1961, referindo-se à combinação associada de Forças Armadas e indústria de armas, mais os interesses políticos e econômicos domésticos.

Algumas vezes, o termo também alude ao triângulo - fabricantes de armas/contratantes militares, o Pentágono e o Congresso dos Estados Unidos - onde as elites das Forças Armadas, do comércio e da política tornam-se próximas demais nas transações realizadas. O papel desse complexo militar-industrial na política interna – e externa do país - cresceu em escala e influência a partir da 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial e seus representantes são hoje uma das eminências pardas mais poderosas da política norte-americana<sup>53</sup>.

---

52 Em novembro de 2005, um dos mais proeminentes representantes da bancada armamentista no Congresso norte-americano, Randy “Duke” Cunningham foi indiciado por corrupção ativa e passiva, tendo sido comprovada sua participação em uma série de transações bilionárias entre o Pentágono e a grande indústria de armas, envolvendo US\$ 2 milhões em suborno. Disponível em <<http://www.cnn.com/2005/POLITICS/11/28/cunningham/>>. Acesso em 30 nov. 2005.

53 Maior aprofundamento sobre esse assunto poderá ser encontrado tema no capítulo 4, quando se tratará de governança e do grande poderio exercido pelas organizações multinacionais, cujos interesses individuais frequentemente são impostos ao coletivo por um Estado refém de sua força financeira. Ver também no Apêndice C dados sobre as mega-indústrias armamentistas norte-americanas que lideram o *ranking* internacional.

A Anistia Internacional a Oxfam<sup>54</sup>, e a Rede Internacional de Pequenas Armas informam que cerca de 500.000 pessoas são mortas anualmente pelo uso de pequenas armas. Essas armas, pequenas em tamanho, mas com enorme efeito mortífero, são aquelas que podem ser facilmente transportadas de um lugar para outro e usadas por qualquer pessoa, como pistolas, rifles, granadas, morteiros e metralhadoras. São utilizadas costumeiramente por militares e policiais, mas também por caçadores, por seguranças privados, por esportistas e mesmo por civis, seja para o crime, seja para guerras civis ou seja para atividades esportivas de tiro. Há atualmente cerca de 600 milhões de armas desse tipo em circulação em todo o mundo.

O comércio de armas é um assunto que gera grande polêmica, pois dá origem a debates éticos de toda ordem. É um negócio condenado por aqueles que acreditam que ao fornecer armas para o lado rebelde de um conflito nacional ou internacional, o fabricante está implicitamente se envolvendo na luta - a um risco muito menor e obtendo lucros sobre a morte que espalha com seus artefatos.

A favor da paz, afirmam ainda que se a indústria de armas não abastecesse os insurgentes, a ordem se restabeleceria em menor tempo e muito mais facilmente. Por outro lado, há aqueles que não aceitam essa argumentação, exigindo igualdade na venda de armas para ambas as partes, para que possam resolver suas pendengas de forma justa e equilibrada e para que não ocorra que apenas um dos lados esteja armado para promover um massacre sobre a outra parte, indefesa<sup>55</sup>.

---

54 A Anistia Internacional é uma ONG (Organização Não Governamental) criada com o propósito de promover os direitos humanos pregados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. A Oxfam é uma organização de caridade sediada em Oxford, na Inglaterra, para proporcionar alívio à fome e promover o desenvolvimento de nações pobres

55 Esse tópico voltará a ser discutido no capítulo 4, onde serão avaliados esses controversos valores e seus resultados concretos sobre uma série de conflitos ocorridos na década de 1990.

Nos Estados Unidos, existem duas formas distintas de se promoverem vendas de artefatos bélicos. Uma delas é a venda que é feita para outros países. Para exercer controle sobre a venda de armas tradicionais ou de alta tecnologia, foram criadas comissões especiais no Pentágono, que se tornaram responsáveis por avaliar e triar as negociações feitas entre os governos e as indústrias produtoras, evitando assim o fortalecimento armado de eventuais inimigos – futuros ou até mesmo presentes. É sobre essas comissões que pesam parte das acusações de corrupção, como as que caíram sobre Randy “Duke” Cunningham em novembro de 2005.

O congressista renunciou a seu cargo após admitir ter recebido cerca de US\$ 2.4 milhões em subornos que envolviam pelo menos três empreiteiros de armas, para influenciar o Departamento de Defesa a favor dos corruptores, conforme amplamente noticiado pela mídia escrita e eletrônica<sup>56</sup>.

O outro tipo de vendas do setor armamentista é a venda comercial direta e ocorre quando a empresa negocia seus produtos diretamente com o comprador interessado – seja ele privado ou governamental. No caso dessas vendas diretas, para que a companhia que produz o armamento possa fazer a entrega do pedido ao comprador, é necessária uma licença especial de exportação - fornecida pelo Departamento de Estado e emitida com a finalidade de permitir que governo dos Estados Unidos mantenha o controle sobre a circulação de todo o material bélico que sai do país.

Além do Departamento de Estado, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos é outro órgão governamental que lida com a indústria armamentista. É ele quem controla o excesso de artigos de defesa que possam eventualmente estar inundando o mercado interno ou externo. É ele também quem regulamenta e controla a posição de armas militares excedentes

---

<sup>56</sup> Vide referência 52.

doadas ou vendidas a preços promocionais para aliados - nem sempre utilizadas de forma legal - e é quem fornece instrumentos e técnicos para preparo e treinamento militar das Forças Armadas de seus aliados.

Entre os anos de 1989 e 1996, um período recessivo para o setor bélico por causa do fim da Guerra Fria, vale lembrar que o valor global de vendas comerciais diretas de armas alcançou uma média anual de US\$ 257 milhões, dos quais, cerca de 45% representam artefatos bélicos exportados exclusivamente dos Estados Unidos<sup>57</sup>.

No final da década de 1990, os norte-americanos lideravam com folga a lista dos dez maiores produtores de armas mundiais, com US\$ 33 bilhões em vendas, seguido pela Inglaterra, com US\$ 5.2 bilhões. Lembrando que a União Soviética havia sido desmembrada em várias nações independentes, pode-se observar que a Rússia, sozinha, vinha em terceiro lugar, com US\$ 3.1 bilhões. A França, com US\$ 2,9 bilhões, Alemanha com US\$ 1.9 bilhões e a Suécia, com US\$ 700 milhões ocupavam os postos seguintes. A Austrália indicou um volume de vendas de US\$ 600 milhões, o mesmo obtido pelo Canadá, por Israel e pela Ucrânia, outro ex-membro da União Soviética<sup>58</sup>.

No ano de 2002, cerca de US\$ 70 milhões foram gastos com programas de treinamento e educação militar internacional para aliados, projeto levado a cabo pelo governo dos Estados Unidos por meio da rede de bases militares espalhadas por cerca de 113 países.

No mesmo ano, US\$ 46 milhões em armas tradicionais de segunda mão produzidas ou utilizadas durante a Guerra Fria pelas grandes potências – russas, européias ou norte-americanas - foram fornecidos (legal e ilegalmente, através de contrabando indireto) para

---

57 Dados do SIPRI Yearbook 1997, disponível em <<http://www..sipri.org/>>. Acesso em 10 out. 2004.

58 Dados obtidos com a Federação Americana de Cientistas, em *Arms Trade Monitoring Project*. Essa ONG tem por objetivo se dedicar ao uso apropriado da Ciência e da Tecnologia e para exercer fiscalização sobre o volume de armas em circulação no mundo. Foi fundada em 1945 por antigos membros do Projeto Manhattan, apud Encyclopedia The Freedictionary. Disponível em: <<http://www.fas.org/main/home.jsp>>. Acesso em 16 mai. 2005.

países menores como a Nigéria (US\$ 4 milhões), Afeganistão (US\$ 2 milhões), Geórgia (US\$ 25 milhões), Filipinas (US\$ 10 milhões) e Tunísia (US\$ 5 milhões).

A produção e circulação de armas pelo mundo não é um procedimento exclusivo dos Estados Unidos, apesar destes serem, indiscutivelmente, a maior força do mercado, mas também existem em todo o mundo outras grandes empresas manufadoras e distribuidoras de produtos bélicos – conhecidas como empreiteiras - como pode ser observado na tabela abaixo.

*Tabela 5 - Os maiores empreiteiros de armas por país - 2000*

<b>País</b>	<b>Empresa</b>
África do Sul	- Armscor
Áustria	- GLOCK
Estados Unidos	- AAI Corporation
	- Boeing
	- Carlyle Group
	- General Atomics Aeronautical Systems Corporation
	- General Electric Plastics
	- General Dynamics
	- Grumann Aerospace Corporation
	- Kaman
	- Northrop Grumann Corporation
	- Raytheon Corporation
- United Defense	
França	- Grupo Thales
Inglaterra	- BAE Systems
	- Rolls Royce
Noruega	- Kongsberg Defense and Aerospace
Suécia	- Bofor
	- Saab Misseles

Fonte: Federação Americana de Cientistas (FAS). Disponível em < <http://www.fas.org/main/home.jsp> >. Acesso em 16 mai. 2005.

Os empreiteiros relacionados acima são organizações empresariais ou individuais que se especializaram em fornecer produtos ou serviços para o Departamento de Defesa de um governo e não necessariamente apenas o seu.

Enquanto a maioria deles oferece logística, treinamento técnico (simulação de conflitos) e suporte em comunicações aos compradores, apenas uns poucos estão diretamente envolvidos com a produção de armamentos propriamente dita. Dentre essa minoria de

fabricantes mundiais quase exclusivos de produtos bélicos, destacaram-se em 2003 entre os dez mais importantes:

*Tabela 6 - Maiores produtores de armas e maiores receitas em defesa - 2003*

Lugar	Nome	País	2003	Receita em Defesa (\$bilhão)	% Receita Total
1	Lockheed Martin	Estados Unidos	1	\$ 30,1	94.6
2	Boeing	Estados Unidos	2	\$ 27,4	54.2
3	Northrop Grumman	Estados Unidos	5	\$ 18,7	71.4
4	BAE Systems	Inglaterra	4	\$ 17,1	76.7
5	Raytheon	Estados Unidos	3	\$ 16,9	93.3
6	General Dynamics	Estados Unidos	6	\$ 12,8	76.9
7	Thales	França	7	\$ 8,5	63.7
8	EADS	Holanda	8	\$ 8,0	21.3
9	Finmeccanica	Itália	9	\$ 5,9	54.3
10	United Technologies	Estados Unidos	11	\$ 5,3	17.1

Fonte: Defensenews.com. Disponível em: <http://www.defensenews.com/content/features/2004chart1.html>. Acesso em 25 jul.2005.

Além dessas empresas multinacionais que atendem a governos através de contratos federais, existem outras que já nomeamos acima como empreiteiros militares privados e que também oferecem logística, mão de obra e outros recursos necessários para uma força militar, atendendo tanto a exércitos regulares federais quanto a particulares.

De maneira geral, essas empresas privadas agem como Forças Especiais e são compostas por civis autorizados a acompanhar as forças regulares em campo. Conforme a Convenção de Genebra de 1949, essas forças não podem ser objeto intencional de ataque, mas tampouco podem ser engajadas em suporte direto de operações militares, pois se seus membros forem aprisionados pelo inimigo, estarão sujeitos às mesmas punições impostas aos demais combatentes não-militares.

Para uma melhor explicação do termo, forças especiais podem ser descrita como uma unidade militar relativamente pequena que é reunida e treinada para realizar missões de

reconhecimento, guerras não convencionais e determinadas operações especiais. Essas unidades devem se apoiar em grande sigilo, velocidade, auto-confiança e intenso trabalho em equipe, além de serem capazes de utilizar equipamento altamente especializado.

São os mercenários do passado, que hoje legalizaram seu comércio por meio de alguma entidade corporativa. Em razão do êxito obtido na maioria das operações realizadas por essas Forças Especiais em todo o mundo, elas são muito procuradas, seja por governos, seja por instituições privadas<sup>59</sup>.

A Força Especial Aérea da Inglaterra (SAS), uma das mais reconhecidas mundialmente como organização militar especial, por causa do extraordinário sucesso de suas intervenções, foi criada em 1941 para conduzir ataques contra as linhas germânicas no Norte da África e serve hoje de modelo para muitas das unidades similares em vários outros países. A SAS é o menor e mais secreto regimento do Exército Britânico e na Marinha, essa atividade é exercida pelo Serviço Especial de Navegação (SBS).

Nos Estados Unidos e no Canadá, a integração das Forças Especiais de seus Exércitos na Força Tarefa 2 tem tido enorme potencialidade para atingir os seus adversários<sup>60</sup>. Os membros que participam dessas operações de risco são atraídos pelos louros e pelas altas recompensas financeiras obtidas na atividade, onde funções de destaque podem chegar a render aproximadamente US\$ 100,000 por ano, o que é duas ou três vezes mais que qualquer outro agente de forças especiais ganha em todo o mundo.

De qualquer forma, as armas tradicionais ou de alta tecnologia utilizadas, ou pelo exército regular, - seja em guerra, seja em treinamentos de defesa, - ou pelas forças especiais

---

59 Como a Força Especial Delta., dos Estados Unidos, conforme HANEY, E. L. **Força Delta: por dentro da tropa antiterrorista americana**. Tradução de Cassia Maria Nasser. Ed. Landscape: São Paulo, 2005.

60 O filme '*Falcão Negro*', exibido recentemente nas telas de cinema, relata as experiências da *Task Force 2* em Mogadíscio durante as guerras civis que abalaram a Somália entre 1991-1995 e ilustra bem o papel extra-oficial exercido por esses soldados 'privados' em situações em que não há possibilidade política de uma intervenção direta do exército regular. O filme mostra, inclusive a rivalidade existente entre dois grupos de forças especiais, a Força Delta e os Rangers.

privadas em suas missões secretas, são produzidas em todo o mundo por empresas de portes variados, como observado na Tabela 3.3 e há uma evidente predominância da indústria norte-americana no conjunto.

Dentre as empresas que mais se destacaram na última década, foram selecionadas as cinco que ocupam o topo do ranking das cem maiores em 2005, para um estudo mais aprofundado em seu perfil e características de produção. Elas são, respectivamente: a Lockheed Martin, a Boeing Defense and Space Group, a Northrop Grumman, a BAE Systems e a Raytheon Manufacturing Company, cuja evolução histórica, números de produção e relacionamento político com o governo por meio de contribuições de campanha nos pleitos de 1990 a 2004, poderão ser encontrados de forma detalhada no Apêndice C.

### ***3.3 O mundo estratégico da guerra***

Sun Tzu<sup>61</sup> dizia que na natureza, quando animais selvagens se confrontam num combate por território ou por alimento, para defender-se ou atacar, eles usam as armas com as quais foram dotados ao nascer: seus dentes e chifres. O ser humano nasceu sem esses recursos naturais e por isso - para proteger-se ou para atacar um adversário - foi obrigado usar de sua prodigiosa capacidade de improvisação e criatividade para criar artificialmente os dentes, chifres, asas e carapaças que lhe foram negados biologicamente. (TZU, 1997, p. 68)

Como a capacidade criativa do homem sempre foi proporcional às suas necessidades, as armas criadas por ele foram evoluindo gradualmente do tacape até as armas nucleares. A guerra dos dias de hoje e sua sofisticação exigiram do homem moderno muito mais do que

---

61 Sun Tzu foi um general chinês que viveu supostamente no estado de Wu no século VI a.C e que foi contemporâneo de Confúcio. Sua grande obra, "A arte da guerra" um dos mais antigos tratados militares da História, o colocou ao lado de grandes pensadores clássicos do realismo, como Maquiavel, Hobbes e Clausewitz.



havia sido exigido de seus antepassados na estratégia clássica. Procurando se adaptar para atender a esses novos paradigmas, ele passou a desenvolver uma quantidade cada vez maior de tecnologias mortais, garantindo com isso força, poder e intensa circulação de recursos econômicos.

Em qualquer guerra haverá sempre um lado agressivo e um lado defensivo e aquele que agride terá que ter mais soldados que aquele que defende, pois mesmo quando há duas vezes mais agressores que defensores, sempre é possível resistir a um ataque quando se sabe utilizar uma boa estratégia.

Qual seria a melhor forma de resistir a uma invasão, mesmo em condições adversas? Estando preparado.

Sun Tzu (1997) afirma que se o defensor souber garantir o terreno onde a batalha irá se desenrolar e instalar suas forças de forma favorável para esperar o agressor, a possibilidade que tem de rechaçar o ataque é infinitamente maior.

O que garante a vitória? A quantidade de homens em combate? O lado mais rico ou o que tem as armas mais adequadas? Sun Tzu acreditava que o fator determinante para a vitória ou a derrota em uma batalha ou uma guerra seria a capacidade estratégica de cada oponente e que essa estratégia deveria implicar em grande conhecimento militar, em planejamento de todas as fases da luta e em analisar todos os problemas, dificuldades e chances de derrota. Além disso, cada governante também deveria ter à sua disposição uma força militar bem treinada e um grande arsenal de armas eficientes e atuais.

Contemporaneamente, o aumento na diversidade de armas foi uma política aplicada com relativo sucesso na segunda metade do século 20 durante a Guerra Fria, provocando uma desatinada corrida armamentista entre União Soviética e Estados Unidos e gerando uma enorme quantidade de armas nucleares sob a justificativa de que cada qual estava se

protegendo contra qualquer ameaça de agressão, opressão ou tentativa de destruição que pudesse vir do adversário.

As armas criadas durante esse confronto acompanharam a industrialização e se beneficiaram da alta tecnologia que as pesquisas para desenvolvê-las haviam gerado: eram transportadas em aviões cada vez mais velozes, que podiam alcançar altitudes cada vez maiores e voar enormes distâncias sem necessidade de reabastecimento ou de pouso.

Entre 1951 e 1956 surgiram as primeiras armas submarinas que utilizavam ogivas nucleares cada vez menores, mais compactas, controladas remotamente e como consequência, mais eficientes na missão de matar milhares de pessoas de uma maneira rápida, eficaz e sem grandes riscos para seus operadores.

Muitos desses armamentos baseados em fusão - conhecidos como bomba de hidrogênio - e utilizados para detonar explosões de grande magnitude, começaram a ser desenvolvidos nos anos 1950. A primeira bomba de hidrogênio (a “*Mike*”) foi testada pelos norte-americanos em novembro de 1952 no campo de testes do atol de Eniwetok, no Pacífico Sul. Sua explosão e o imediato rebote soviético levou a uma frenética produção de armas nucleares de tamanho, *design* e alcance cada vez mais variados e poderosos, aumentando a escalada armamentista.

Entre 1957 e 1958, a indústria de armas dos Estados Unidos, em parceria com o governo, como pode ser observado nos itens anteriores deste capítulo, desenhou armamentos nucleares cada vez mais modernos para se defender de ataques aéreos e nos anos posteriores, os arsenais nucleares também começaram a produzir e a estocar mísseis anti-balísticos, tanto de curto alcance quanto intercontinentais.

Quanto mais se acelerava a corrida armamentista e mais armas eram desenvolvidas em ambos os lados, maior era o desenvolvimento tecnológico, o volume de empregabilidade e o

retorno financeiro privado daqueles que nelas investiam, principalmente nos Estados Unidos, mas também tanto maior era o ônus da defesa para o Estado que as financiavam.

Esse ônus – que foi se tornando cada vez mais opressivo para as duas superpotências à medida que alcançava cifras cada vez mais elevadas - e a percepção de riscos inegáveis à própria sobrevivência da humanidade caso o ritmo da competição se mantivesse, acabaram levando às primeiras tratativas da *deténte*, em fins da década de 1960.

O mundo das armas, ameaçado e perdendo espaço num contexto onde as manifestações pacifistas se tornaram comuns, viveu então momentos intermitentes de expansão e de encolhimento, conforme as diretrizes políticas das duas superpotências, até o fim da Guerra Fria, em 1990.

Gambino e Grimaldi (1995) relatam que nesse período, para sobreviver em um mercado que minguava e para adaptar-se à globalização, as indústrias de produtos militares ocidentais deram início a movimentos de fusões, de incorporações e de compra de pequenas empresas. Essas medidas de reorganização do setor e de contenção de custos, estavam também voltadas para a inserção da alta tecnologia nos artefatos militares, num projeto levado a cabo por poucas, mas enormes organizações multinacionais, o que levou à elitização dos armamentos e os diferenciou dos tradicionais<sup>62</sup>, que se tornaram banalizados nas mãos de terroristas, traficantes e guerrilheiros.

Era chegado o momento da Nova Ordem e da expansão mundial do neo-liberalismo capitalista. Apoiada pela força do capital liberal, a globalização passou a impor os conceitos ocidentais a civilizações e culturas distintas, especialmente no Terceiro Mundo e nos antigos países que haviam pertencido à área de influência soviética.

---

62 Metralhadoras, fuzis, granadas, tanques, armas de pequeno porte, etc ...

Os dados estatísticos sobre a produção de armas no período 1991-2003, levantados em organismos internacionais, indicam o início da tendência de alta nos gastos militares a partir de 1998, mas esses números recrudesceram sistematicamente em todo o mundo após o atentado do 11 de Setembro nos Estados Unidos, como pode ser observado na tabela abaixo.

*Tabela 7 - Gastos militares globais em US\$ bilhões por região: 1994-2003*

	África	Américas	EUA	Ásia e Oceania	Europa	Oriente Médio
1994	9,2	21,1	344,0	120,0	200,0	47,1
1995	8,7	23,3	324,0	123,0	187,0	43,8
1996	8,4	21,6	306,0	127,0	186,0	43,8
1997	8,6	24,5	304,0	127,0	186,0	48,1
1998	9,2	23,2	298,0	126,0	184,0	51,9
1999	9,9	23,5	299,0	128,0	188,0	50,3
2000	10,3	24,2	310,0	133,0	191,0	58,0
2001	10,5	26,2	313,0	140,0	191,0	63,1
2002	11,3	26,3	350,0	146,0	194,0	63,8
2003	11,4	25,1	426,0	151,0	195,0	70,0
<b>Aumento</b>	<b>23.9%</b>	<b>18.9%</b>	<b>23.8%</b>	<b>25,8%</b>	<b>-2,5%</b>	<b>48.6%</b>

Fonte: SIPRI Yearbook 2004. Projeto de Gastos Militares . Disponível em <http://www.first.org.br>. Acesso em 11 jun. 2005.

Até meados de 1990 os gastos com defesa apresentaram uma tendência de queda na Europa, que estava mais concentrada em solucionar seus entraves internos e promover a unificação. Mas em outras regiões onde conflitos internos sempre estiveram latentes e a economia inflava no fluxo das exportações, como na Ásia, o investimento em armamentos se manteve em constante alta.

Nos Estados Unidos, após um leve refluxo, esses valores também mostraram tendência crescente a partir de 1999 - mesmo antes do ataque de 11 de setembro - e podem ser resultado de uma série de fatores.

Segundo Miyamoto (2003), nenhum país acumula poder militar a não ser que pretenda utilizá-lo para defender seus direitos ou seus interesses, ou seja, poder militar é um meio utilizado pelo Estado para se atingir um determinado fim.

Miyamoto afirma também que nem sempre o poder deve estar somente implícito. Ele deve ser demonstrado periodicamente, para que todos saibam quem o detém. Os Estados Unidos, cuja área de influência se expandiu por todo o planeta após o desmoronamento da União Soviética, consideram necessário demonstrar autoridade e reprimir coercitivamente quem quer que conteste sua liderança, ou não obedeça às regras que eles estabeleceram para o mundo.

Como potência hegemônica e a título de justificativa por sua interferência nos negócios internos dos outros países, a superpotência procura convencer a todos de que suas lutas são sempre direcionadas contra a injustiça e a ignorância e que são guardiões internacionais e defensores da humanidade. Na verdade, o discurso implícito é que todas as concepções de mundo que se lhes opuserem serão consideradas inimigas e portanto, combatidas por lhes ameaçar o poder. Eles somente acatam a vontade da comunidade mundial e respeitam normas internacionais, quando essa atitude lhes é conveniente, ou quando são forçados a isso pela pressão de aliados.

Indiferentes às críticas ou aos alertas da comunidade autóctone ou internacional, o governo de Washington inaugurou a Nova Ordem sentindo-se à vontade para se aventurar no que podemos chamar de "estratégia do insano" – qual seja, aquela em que um Estado, mostrando-se cada vez mais forte, tenta intimidar psicologicamente eventuais adversários, mesmo que o volume de força demonstrada por ele não seja necessário, nem eficaz para resolver conflitos.

De que forma mísseis bilionários de alta precisão poderiam ser efetivos contra atos de violência suicida de caráter religioso ou terrorista, exceto como forma de ameaça? Como os satélites norte-americanos, caríssimos e altamente sensíveis, que patrulham todo o globo terrestre poderiam trazer algum tipo de solução para diminuir o tráfico de drogas ou para minimizar os efeitos sociais de guerras tribais e étnicas?

A grande questão em destaque é: os dispendiosos gastos militares feitos pelos norte-americanos em armamentos de última geração, onerando cada vez mais um orçamento que já está deficitário há quase três décadas, têm alguma perspectiva concreta de trazer efetivamente algum equilíbrio para as instabilidades políticas e econômicas causadas pela globalização? Além do impacto psicológico da demonstração de força, seriam esses gastos capazes de proporcionar benefícios concretos para a economia norte americana a curto, médio e longo prazo?

Os ataques do 11 de setembro parecem demonstrar que não.

*“A guerra é um massacre de pessoas que não se conhecem para proveito daqueles que se conhecem, mas não se massacram.”*

Paul Ambroise Valery

## 4 MILITARISMO, IMPERIALISMO E RETOMADA ARMAMENTISTA

### 4.1 Os números do mundo das armas

Em 1950, em meio à euforia desenvolvimentista do pós guerra e como consequência da preocupação de vários setores da *intelligentsia* mundial com o início da corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética, a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu, em sua Resolução 380 (V), a necessidade de a comunidade internacional “reduzir ao mínimo o desvio de seus recursos humanos e econômicos para armamentos e buscar a utilização de tais recursos para o bem estar geral, levando em conta as necessidades das regiões subdesenvolvidas do mundo”. (LAFER, 1999, p. 99)

Não foi atendida. Ainda segundo Lafer, ao longo dos cinquenta anos de existência das Nações Unidas, os Estados Unidos, em especial, ignoraram ou se abstiveram de participar da maioria das resoluções pacifistas ou reconversoras propostas por aquele organismo supranacional e estiveram ausentes da Conferência Internacional de 1987, que debatia a relação entre desarmamento e desenvolvimento.

Desde o fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, os gastos militares dos Estados Unidos passaram por uma série de ciclos crescentes e decrescentes, com alguns períodos de pico, como em 1953, durante a Guerra da Coréia, em 1968 quando da Guerra do Vietnam e em 1987 e 1989 no fim do governo Reagan<sup>63</sup>, mas os demais orçamentos se mantiveram em patamares nunca inferiores a US 200 milhões.

Como a economia americana desenvolveu-se consideravelmente ao longo dos últimos cinquenta anos, o peso da Defesa no orçamento nacional e em relação do PIB, caiu de 10% na

---

<sup>63</sup> Gastos militares em valores correntes na ordem de US\$ 389 bilhões (Guerra da Coréia), US\$ 434 bilhões (Guerra do Vietnam) e US\$ 425 bilhões (governo Reagan).



segunda metade dos anos 1950, para mais ou menos 3% em fins dos anos 1990, quando o declínio dos gastos militares dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, apesar de substancial em termos reais, ainda era consistente com o padrão observado no período que sucedeu a 2ª. Guerra Mundial, como pode ser observado abaixo no gráfico evolutivo levantado pelo Comitê de Serviços Armados do Congresso, em 2003.

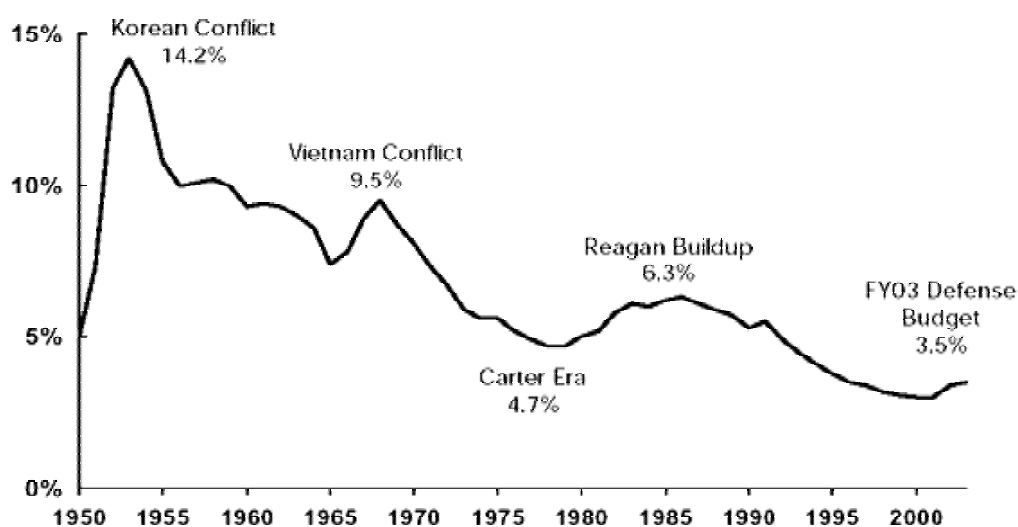


Gráfico 2 – Gastos de Defesa com percentagem do PIB: 1950-2003<sup>64</sup>.

Como consequência dessa queda, principalmente a partir dos últimos anos da Guerra Fria, a indústria de armas norte-americana, que florescera nos picos do conflito em paralelo com os correspondentes orçamentos de defesa, passou a apresentar uma tendência de desaceleração que se estenderia por quase uma década, quando os números reais caíram de cerca de US\$ 1 trilhão/ano (1987), aproximadamente, para US\$ 693 bilhões/ano (1997).

Em termos de contingente humano, os números encontrados não foram muito diferentes, mostrando consistência com os dados acima e apresentando picos, tanto durante a 2ª. Guerra Mundial, quanto nos primeiros anos da Guerra Fria e na Guerra do Vietnã.

64 Informações obtidas com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no *National Defense Budget Estimates for FY 2003*. Disponível em <<http://www.defenselink.mil/>> Acesso em 29 out. 2005.

A partir da década de 1970, as Forças Armadas mantiveram um número estável de recursos humanos, como consequência do clima de desarmamento e de *détente* que começava a imperar no cenário internacional. A partir de 1990 teve início o movimento de queda no volume de contingentes militares, e essa queda é mantida até os dias de hoje<sup>65</sup>.

Nesse contexto de redução de gastos e de diminuição de investimentos dos EUA em armas que caracterizou os primeiros anos da Nova Ordem internacional, a tendência era favorável aos tratados de desarmamento e de desmilitarização. Estes passaram a ter maior credibilidade e muitos dos protocolos firmados por muitos países nas duas décadas anteriores foram ratificados por seus governos. Os Estados Unidos, na prática, tiveram uma participação inconsistente nesses esforços diplomáticos voltados para a paz - exceto no discurso de minorias domésticas esparsas - em função de estarem sofrendo internamente a retração mundial de uma indústria de grande representatividade em seu parque produtivo: a indústria armamentista.

Não convinha aos detentores do poder da mais poderosa nação ocidental ratificar tratados sobre desarmamento e reconversão que não podiam, nem pretendiam cumprir, mesmo sob forte pressão da mídia mundial e dos demais atores internacionais, enquanto não ficassem claras as tendências que se delineavam no cenário externo.

Como maior fabricante mundial de armas e de seus derivados tecnológicos, qualquer atitude que tomassem - incentivando a desmilitarização além de um mínimo necessário para atender à opinião pública - poderia acelerar ainda mais a queda de um setor importante de sua

---

<sup>65</sup> Em 1940, as Forças Armadas contavam com um efetivo de 458.000 homens. Em 1945, no final da guerra, tinha mobilizados cerca de 12 milhões de homens, que voltaram gradualmente à vida civil em 1946, permanecendo nos quartéis apenas uma média de 1,5 milhão deles até 1950. Em 1951 e até 1954, durante a Guerra da Coreia, esse número sobe para cerca de 3,5 milhões. Em 1955 e 1966, o patamar desce para média pouco superior a 2 milhões de alistados, voltando a subir por causa da Guerra do Vietnã, que faz retornarem os números que haviam prevalecido durante a Guerra da Coreia, de cerca de 3,5 milhões. Entre 1970 e 1990, voltam a ser de 2 milhões, aproximadamente, caindo gradualmente após o fim da Guerra Fria até chegarem, em 2003, aos números que correspondem à média do pós 2ª. Guerra Mundial: 1,4 milhão de soldados. Dados obtidos com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, *Military Expenditures*, acessado em 29/10/2005.

economia e provocar o desagrado de uma importante elite política que já estava ocupando altos cargos na administração do país.

Somente nos primeiros anos da década de 1990, já sob o cenário de desagregação da União Soviética e da liberação de se manter *pari passu* com as inovações tecnológicas daquele país, foi que os Estados Unidos se permitiram uma acomodação temporária de arsenais militares em níveis mais baixos, especialmente os do campo nuclear.

Ainda de acordo com Lafer (1999, p. 101), a assinatura dos Salt I em 1991 e Salt II em 1993 com os russos foi um exemplo de redução significativa no plano estratégico norte-americano, uma vez que esses tratados previam - em sua plena implementação - arsenais nucleares de 3.500 ogivas para cada lado em 2003, em contraste com as 12.718 e 10.779 ogivas, que haviam sido contabilizadas, respectivamente, pelos Estados Unidos e pela União Soviética em setembro de 1990.

A posição adotada pelos norte-americanos e soviéticos tentava demonstrar ao mundo que suas lideranças estavam preocupadas com a criação de um ambiente favorável à paz e ao desenvolvimento e seu discurso político indicava que a conjuntura – naquele momento – poderia permitir que isso realmente ocorresse.

Entretanto, uma análise mais acurada da macro estrutura do sistema internacional denunciava que na realidade, o poder bélico norte-americano havia se convertido em um instrumento central, quase autônomo, do Departamento de Estado e em torno do qual os Estados Unidos formulavam e aplicavam suas políticas voltadas para a consolidação da força, mesmo que publicamente adotassem um discurso pacifista e de construção de uma ordem justa e duradoura.

Para Miyamoto (2003) esse discurso pacifista - recitado também por outras grandes potências - visava à manutenção do *status quo* que haviam conquistado em décadas

anteriores. Publicações na imprensa local e alguns atos esparsos indicavam a percepção de uns poucos intelectuais domésticos sobre a necessidade de transformar a oportunidade de paz em algo definitivo e concreto, pois num num cenário onde a globalização se expandia, dominada pelas comunicações *on line*, pelo comércio global e por redes financeiras internacionais, começava-se a questionar se para manter a paz, havia necessidade do governo efetuar volumosos gastos com contingentes armados.

Nos Estados Unidos, afirma Miyamoto (2003) dois lados importantes dessa questão foram levantados pelo público doméstico, pressionando o Congresso a cortar gastos do Orçamento. O primeiro deles foi uma nova percepção das prioridades civis em detrimento das militares, claramente manifesta no crescimento de gastos governamentais com benefícios públicos e privados, tais como as despesas com Saúde, por exemplo, que cresceram de 5.1% do PIB em 1960, para 13.6% em 1997.

Essa prioridade civil, voltada para os setores da Educação, Habitação e Previdência, foi resultado da vontade popular de desenvolver um ambiente macroeconômico estável para posicionar-se vantajosamente no novo mundo globalizado e foi complementada por uma série de outras medidas restritivas limitando despesas de qualquer ordem. Adotados nos anos 90 como parte do objetivo nacional de eliminar o déficit do orçamento federal, esses cortes implicavam formação de tetos também para gastos militares.

Para que o equilíbrio planejado fosse mantido, todos os valores aprovados pelo Congresso eram fixados no início de cada ano fiscal e não podiam ser alterados, exceto em caso de emergência nacional, como a que ocorreu com os ataques do 11 de Setembro. Nesse caso, quando, excepcionalmente, aconteciam fora de situações emergenciais e tinham que ser atendidos, geravam redução proporcional em outro item orçamentário da mesma área.

O segundo conjunto de fatores indicado por Miyamoto e que também pode ter afetado o declínio das despesas norte-americanas com defesa, tem relação com os sucessos ou falhas decorrentes dos gastos militares. Os sucessos se refletiam no fato de que o orçamento da defesa havia financiado um aparato militar amplo, poderoso e tecnologicamente dominante, que fôra – até certo ponto - bem sucedido nos três confrontos militares nos quais os EUA haviam se envolvido desde o fim da Guerra Fria: a Guerra do Golfo em 1991 e os conflitos na antiga Iugoslávia em 1995 e 1999.

Essas ‘vitórias’ podem ter um caráter questionáveis para o público externo, mas sem dúvida, refletiram-se positivamente no imaginário patriótico do contribuinte, que ficou satisfeito em ver que suas forças armadas demonstraram clara superioridade na aplicação de tecnologia militar e em mobilidade, tanto em relação a seus oponentes, quanto em comparação a seus aliados.

As falhas, por outro lado, diz Miyamoto, poderiam ser creditadas ao ônus decorrente de uma pesada infraestrutura militar, onde bases desnecessárias geravam uma infinidade de gastos – em pessoal, armas e construções - igualmente redundantes.

Bases militares implantadas durante a Guerra Fria na Europa Ocidental, Japão e Coreia do Sul tiveram grande importância naquele contexto, quando um enorme volume de tropas e de armas era necessário para dissuadir agressões e se fosse o caso, repeli-las, mas a partir de 1990 e da dissolução da ameaça soviética, elas se tornaram apêndices militares onerosos e inúteis.

Além disso, o conceito clássico de Estado com base territorial fixa estava sendo questionado por causa da globalização e dos novos recursos da tecnologia de comunicações e de informação, que facilitavam o movimento de inimigos no interior de cada país. Como

continuar lidando apenas com conceitos tradicionais desse Estado, tais como forças armadas, soberania e auto-determinação, num contexto agora tão diferente?

Questionamentos desse naipe foram de grande importância no processo de desmobilização militar mundial que prevaleceu durante os primeiros anos da década de 90, gerando os vários movimentos e tratados a favor do desarmamento.

Essa nova percepção do mundo sobre a questão da segurança se reflete nos dados da série discriminada no quadro de despesas militares abaixo, onde é possível perceber que o conceito de **quantidade** de força foi substituído pelo de **qualidade**, valorizando investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e justificando a redução de recursos humanos para a guerra, como pode ser observado comparando-se os valores despendidos com os itens Pessoal, P&D e O&M (Organização e Método).

*Tabela 8 - Discriminação de gastos militares dos Estados Unidos: 1955-200*

Gastos Militares em US\$ Bilhões										
	Pessoal <sup>a</sup>	O&M <sup>b</sup>	Armas	P&D <sup>c</sup>	Construção	Habitação	Outros <sup>e</sup>	Total DoD <sup>f</sup>	Total Defesa <sup>g</sup>	% PIB
1955	135.0	75.4	86.6	16.4	10.3	(...) <sup>d</sup>	-5.1	318.7	(...)	10.8
1960	116.8	72.4	78.5	28.9	8.6	0.1	-0.8	304.5	(...)	9.3
1965	128.3	75.4	69.7	32.5	5.2	3.2	-4.6	309.6	(...)	7.4
1970	155.2	102.6	99.6	31.3	5.0	2.7	-4.0	392.5	(...)	8.1
1975	120.0	84.6	54.4	27.7	4.5	3.5	-0.3	294.4	(...)	5.5
1980	117.1	92.1	65.1	26.8	5.0	3.3	-1.9	307.5	(...)	4.9
1985	123.6	119.0	106.4	41.7	6.7	4.0	1.2	402.5	(...)	6.1
1990	119.5	124.0	103.8	48.6	6.6	4.5	-1.6	405.5	(...)	5.2
1995	95.2	110.7	61.6	39.5	7.7	4.0	2.3	316.4	(...)	3.7
2000	85.4	115.2	54.2	39.7	5.4	3.6	1.7	305.2	319.5	3.0
2001	80.9	117.2	56.7	41.8	5.2	3.6	1.1	306.5	324.9	3.0
2002	83.9	133.9	59.7	45.5	5.8	3.8	0.8	333.5	355.2	3.2
2003	92.8	143.5	62.0	50.8	6.0	3.9	1.7	360.7	379.0	3.3

**Fonte:** US Department of Defense. "National defense budget estimates for FY2003", Office of Under Secretary of Defense (Comptroller), March 2004. (Esses dados diferem dos fornecidos pela OTAN).

Notas: Valores em US\$ bi e preços conforme FY2003. Valores em *itálico* indicam percentuais. a) Incluídas as pensões para Pessoal. b) Operações e Manutenção. c) Pesquisa e Desenvolvimento. d) Valor inferior a US\$0.045bi. e) Outros inclui fundos de administração, entradas e receitas intra-governamentais, mudanças na valorização de moedas estrangeiras e fundos de contingência. f) Total do Departamento de Defesa. g) Funções de Defesa, incluindo DoD, programas nucleares no Departamento de Energia, Atividades militares da Guarda Costeira no Departamento de Transporte e outras atividades militares.

Enquanto a série indica a diminuição gradativa nos gastos com Pessoal, os itens P&D e O&M apresentam crescente investimento, especialmente no período 1985/1990. Em 1955, aplicavam-se US\$135 bilhões em Pessoal, US\$ 75.4 bilhões em O&M e US\$ 16.4 bilhões em P&D. Trinta anos depois, nos derradeiros momentos Guerra Fria, esses valores haviam se invertido.

Os recursos liberados no orçamento público para o item Pessoal caíram gradativamente ao longo do período que vai de 1990 (US\$ 119.5 bilhões) até o ano 2000 (US\$ 85.4 bilhões), só voltando a crescer após o ataque de 11 de Setembro (US\$ 92.8 bilhões/2003), mas os gastos com O&E aumentaram quase em 60% (US\$ 119 bilhões) e com P&D cresceram duas vezes e meia em relação ao valor da década de 1950 (US\$ 41.7 bilhões).

Ou seja, esses números indicam que a partir da década de 1980 começa a se configurar uma mudança **qualitativa** no departamento de Defesa dos Estados Unidos. Cada vez mais, os investimentos privilegiavam a tecnologia e seus recursos, em detrimento do ser humano, mudando o aspecto da guerra e colocando os EUA em uma dimensão estratégica infinitamente distinta da de qualquer outro país.

Como isso poderia ter afetado a indústria de armas norte-americana, já que esta era profundamente dependente do governo? Será que o setor também se sofisticou para atender uma nova demanda, se readequando ao mercado e superando a crise que aparentemente o fizera promover desemprego maciço nos últimos anos da década de 1980?

O item 'Armas' indicado na tabela acima pode oferecer algum esclarecimento sobre a questão, ao apontar um pico de investimento no período entre 1985/1990 (US\$ 106.4 bi e US\$ 108.8 bi, respectivamente) e uma queda brusca de quase 50% nos números de 2000 (US\$ 54.2 bilhões).

Em suma, é possível indentificar nesses dados que os recursos estatais disponibilizados para ‘Armas’, ‘Pessoal’, ‘P&D’ e ‘O&M’ despencaram durante a década de 1990 e se mantiveram em declínio até 2001, voltando a crescer após os eventos do 11 de Setembro.

Como já foi observado no início deste capítulo, entre 1990 e 2000, houve nos Estados Unidos uma queda de 31.8% no número efetivo de membros das Forças Armadas onde, de um total de 2.2 milhões de pessoas empregadas em 1990, apenas 1.4 milhão de pessoas continuaram em seus postos em 2003.

Garamone (2005) informa que esse número tem se mantido razoavelmente estável até a presente data, mas que, atento às redundâncias, às bases desnecessárias e ao pessoal excedente que pode ser dispensado ou relocado para outras áreas mais necessárias, o Pentágono planejou uma reforma militar que começou a ser colocada em prática em outubro de 2005 e que previa o fechamento de mais de 30 bases americanas, tanto em território nacional, quanto no exterior.

Essa medida de corte prevê a liberação de cerca de US\$ 5 bilhões por ano para serem reutilizados em equipamentos, melhorando a efetividade das Forças Armadas – e o caixa das indústrias produtoras de armas.

Na série demonstrada na tabela abaixo, pode-se observar que no mesmo período, enquanto o número de postos nas Forças Armadas encolhia, na indústria de armas o processo de refluxo foi bem menos drástico. Dos 3.1 milhões de postos existentes na indústria em 1990, 2.4 milhões se mantiveram em 2.000.

Observando-se que o orçamento americano para a defesa nesses dez anos diminuiu 40.8% das verbas que lhe eram destinadas em relação a 2000 e que os postos de trabalho nessa indústria caíram 22.6%, percebe-se aí uma margem de 44.6% de mão-de-obra



produzindo um material excedente – que, para continuar movendo a economia doméstica, deveria ser consumido pelo mercado externo.

*Tabela 9 – Efetivos militares e empregos em Defesa nos Estados Unidos: 1990-2003*

<b>Data</b>	<b>No. agregado de armas pesadas</b>	<b>Empregos na produção de armas (milhões de postos)</b>	<b>Recursos Humanos das Forças Armadas (milhões de postos)</b>
1990	59.430	3.1	2.2
1991	58.990	3.0	2.1
1992	55.680	2.8	1.9
1993	55.770	2.6	1.8
1994	52.380	2.5	1.7
1995	50.750	2.3	1.6
1996	50.020	2.2	1.6
1997	45.510	2.2	1.5
1998	42.010	2.2	1.5
1999	40.910	2.2	1.5
2000	39.920	2.4	1.5
2001	39.330	2.5	1.5
2002	37.750	2.6	1.5
2003	35.730	2.7	1.5

Fonte: BICC Data Base (Bonn International Center for Conversion) Last updated: March 2005. Disponível em <<http://www.first.org>> Acesso em 07 set. 2004.

O mercado externo em questão é regulamentado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), uma entidade da ONU que tem o papel de facilitar as negociações e intermediar os acordos de livre comércio operados internacionalmente, desde que cumpridas algumas regras básicas. Muitos governos são obrigados a mudar suas leis domésticas para adequar-se à essas regras, impostas através de leis e programas que limitam lucros através de proteção ambiental e de exigências de saúde, além de controlar a circulação internacional de produtos de empreendimentos estatais ou subsidiados.

Todos os países que queiram comercializar no espaço globalizado – inclusive os Estados Unidos - devem se submeter a esse organismo, mas existe uma área governamental que é isenta de qualquer controle na OMC. É a área que envolve atividades designadas pelo Estado como essenciais para a segurança nacional, tais como pesquisa militar e subsídios de exportação.

Conforme Staples (2005), no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), principal documento que rege a entidade, há regras que permitem que países ricos e industrializados usem gastos militares para subsidiar corporações, promover o desenvolvimento regional através de contratos de defesa e implementar pesquisa e desenvolvimento de armas.

Ora, é sabido que a indústria de alta tecnologia sobre a qual está baseada a estratégia militarista e imperialista dos Estados Unidos é uma indústria que, por sua complexidade e custo, não tem como sobreviver em uma economia de livre-mercado, necessitando de pesado apoio governamental para se sustentar.

Staples (2005) afirma que o programa de mísseis de defesa “Guerra nas Estrelas” do Presidente Ronald Reagan foi anunciado ao contribuinte na década de 1980 sob essas condições: por depender de armas para suprir suas necessidades de defesa, o Estado precisava investir em P&D juntamente com a indústria militar pública e privada, que não conseguiria sustentar sozinha o alto custo desse teor de pesquisas.

Posteriormente, logo após a queda da muro de Berlim e diante da necessidade de justificar a manutenção do nível percentual do orçamento destinado ao Pentágono, George Bush Sênior retomou o mesmo discurso sobre a necessidade de sustentar a base industrial de defesa nacional - e todo o seu papel político e econômico na manutenção do poderio imperial norte-americano.

Assim, ao se analisar os fatos acima, é possível constatar que a ligação existente entre queda no número de postos no exército, quantidade de armas disponíveis nos arsenais nacionais e diminuição menos acelerada de postos na indústria de armamentos não é de ordem apenas econômica, como se poderia pensar a princípio. Tampouco é de caráter somente ideológico – causado pelo fim da Guerra Fria - mas sim, consequência de uma estratégia de

valorização de indústrias de alta tecnologia, como as aeroespaciais ou de defesa, estreitamente ligadas à estrutura militarista de governo.

Essas indústrias, principalmente as concentradas em corporações gigantestas - como a Boeing, a Lockheed Martin, a BAe Systems, a Northrop Grumman e a Raytheon<sup>66</sup> - lideram o mercado com enorme volume financeiro. As empresas citadas, sozinhas, acumularam vendas no valor de quase US\$ 200 bilhões e ao desenvolver armamentos altamente sofisticados e eficientes na arte de destruir - utilizando um número bem menor de contingentes militares - são responsáveis por parte da diminuição dos postos nas Forças Armadas.

Essa sofisticação nos artefatos militares é muito positiva no sentido de reduzir o número de pessoas que seriam necessárias para empreender uma guerra, mas por outro lado, obriga o governo a contratar pessoal melhor qualificado para lidar com esses armamentos e aí é que reside o grande problema enfrentado pelas forças armadas norte-americanas.

Será que no atual processo de convocação de recursos humanos para o setor militar, os Estados Unidos conseguem efetivamente arregimentar mão-de-obra adequada para lidar com a evolução tecnológica? Para responder, é necessário que se retome as informações contidas no item **Pessoal** da Tabela 9 e se considere a questão do fim da convocação obrigatória para as forças armadas.

Em meados dos anos 90, a Rússia anunciou ao mundo uma reforma na estrutura de suas Forças Armadas, transformando o serviço militar obrigatório em atividade voluntária, como já ocorre com os Estados Unidos desde 1972. Essa atitude, a princípio, se coadunava com o clima mundial de desmilitarização, mas um olhar mais atento indicava uma outra realidade.

---

<sup>66</sup> Informações sobre evolução histórica, volume de receitas e vendas, relações políticas com o Pentágono e valores investidos na reeleição de congressistas que participam de comissões do setor armamentista, referentes a cada uma dessas empresas, poderão ser encontradas no Apêndice C.

O fim do serviço militar obrigatório, na verdade, era uma política que sinalizava uma tendência de profissionalização nas Forças Armadas, de caráter mundial, cuja principal finalidade era diminuir a quantidade de membros na ativa e ao mesmo tempo, permitir que se otimizassem os contingentes.

Essa medida, inicialmente, tinha um caráter elitizante e pretendia elevar as exigências com o grau de instrução dos soldados, facilitando a absorção correta de informações e a execução de tarefas sem desperdício de materiais, tornando-os mais eficazes e menos onerosos na lide com equipamentos mais sofisticados. Adotada por 55 países em todo o mundo, a profissionalização militar pretendia otimizar as forças armadas e colocar mais ênfase na tecnologia que nos soldados<sup>67</sup>, mas seria uma experiência acertada?

A experiência profissionalizante dos Estados Unidos, que possui um exército voluntário desde 1972, tem demonstrado que o vínculo mínimo que passou a existir entre o exército ‘mercenário’ que provê a segurança civil e a própria sociedade que o mantém pode, a médio prazo, ter consequências muito perturbadoras para a democracia e para a paz.

Segundo David Kennedy (2005), desde os tempos da Grécia antiga, passando pela guerra de Independência dos Estados Unidos e chegando até o século 20, a obrigação de carregar armas e de ser cidadão sempre foram fatores intimamente ligados. Foi por esse motivo – para manter o vínculo entre o serviço militar e um lugar pleno na sociedade - que os *founding fathers* investiram tanto em milícias e sempre se preocuparam em evitar a manutenção de exércitos na ativa em períodos de paz, pois os consideravam como futura ameaça às liberdades civis.

---

67 Países como USA, Canada, Grã Bretanha, Bélgica, Holanda, Irlanda, África do Sul , Austrália, Índia, Paquistão, Arábia Saudita, Japão e outros. Disponível em [http://www.mil.gov.ua/index.php?lang=en&part=profession&sub=professional\\_armed\\_forces](http://www.mil.gov.ua/index.php?lang=en&part=profession&sub=professional_armed_forces). Acesso em 25 jan. 2006.

A tradição do cidadão-soldado ao longo da história sempre foi indispensável para sustentar o engajamento civil na proteção de liberdade individual e para garantir a prestação de contas da sociedade, mas com a profissionalização do exército, essa tradição foi abandonada.

As implicações envolvidas nessa mudança são perigosas, pois “a mais poderosa de todas as forças militares da História”<sup>68</sup> é espalhada por todos os continentes sem que a sociedade que a sustenta se sinta moralmente comprometida.

Kennedy (2005) não acredita que essa situação seja saudável, pois a compara com a carreira de Napoleão Bonaparte, a quem Thomas Jefferson descreveu como alguém que “transferiu o destino da República do braço civil, para o braço militar”. Ele teme que os soldados do exército profissional que constituem atualmente as forças armadas norte-americanas não tenham mais o estofamento dos cidadãos-soldados que até duas gerações atrás – convocados em todas as classes sociais, sem distinção de *status* ou de privilégios educacionais – mobilizavam toda a sociedade para participar no processo da defesa dos interesses do país.

Hoje, como a função militar não envolve mais a sociedade como um todo, as pessoas se distanciaram de questões morais simples, tais como lidar com a morte e a destruição de outros povos e os atos de violência praticados por tropas militares no exterior se transformaram em fatos assépticos para o cidadão comum, que não necessita mais envolver-se diretamente com eles.

Sem as cobranças morais do grupo social, por que o Estados deveria recorrer a demoradas negociações diplomáticas, se soluções militares para resolver problemas internacionais tornaram-se tão mais práticas – e lucrativas?

---

68 “Our nation is the greatest force for good in history” disse George W. Bush em discurso proclamado em Crawford, Texas, no dia 31/08/2002, apud JOHNSON, C. **The sorrows of empire**. Owl Book: New York, 2004.

As consêquências entre essa alienação entre cidadania e serviço militar e a profissionalização das forças armadas podem ser sentidas quando se analisa o perfil das tropas na ativa. Como estaria constituído esse exército profissional que forma o que o Presidente Bush chamou de “a mais poderosa de todas as forças militares da História” e quais são as motivações que levam os jovens cidadãos a fazer parte dele?

Chalmers Johnson (2004) em sua obra “*The Sorrows of Empire*” faz uma análise aprofundada do problema e informa que em 2002, o Exército norte-americano tinha por objetivo empregar 79.500 jovens adultos como recrutas em suas fileiras. Para tanto, desenvolveu várias estratégias de *marketing*, tanto para atrair candidatos mais qualificados, quanto para mostrar o serviço armado como uma alternativa profissional atraente, com riscos muito menores do que no passado.

As estratégias utilizadas por profissionais do *marketing* militar, tais como se apresentaram, poderiam ser realmente sedutoras para um determinado setor da sociedade, mas não o suficiente para mudarem o perfil dos aspirantes ao quartel. Atrativos como *video-games* com jogos onde são sugerida formas interessantes de combate, distribuídos gratuitamente entre jovens e adolescentes nas escolas; patrocínio de corridas de carro, onde é demonstrada a coragem, a competitividade e a masculinidade dos concorrentes e a oferta de bolsas de estudo em escolas secundárias e universidades nacionais, podem ter efeito nas classes menos privilegiadas da sociedade, mas não são eficazes para atrair candidatos dos setores sociais melhor qualificados, que são o objetivo dos recrutadores. (JOHNSON, 2004, p. 97-107)

É válido recordar que envolver-se profissionalmente como soldado em uma guerra é sempre um empreendimento perigoso e que no mundo materialista em que vivemos, a tendência da maioria das pessoas é preocupar-se mais , em manter satisfeitas suas

necessidades básicas, do que em bater-se por valores ou ideais com os quais, provavelmente, não se identificam.

Portanto, sob esse enfoque, é possível compreender porque raça, classe sócio-econômica e o estado da economia norte-americana, bem como a possibilidade de ascensão na carreira com uma guerra próxima, passam a ser, na verdade, os fatores que mais têm influência sobre os jovens que se candidatam ao alistamento.

Considere-se a questão de etnia. Em termos de alistamento por etnicidade, os afro-americanos correspondem a 22% dos candidatos à carreira militar, - um valor muito superior à sua representatividade no total da sociedade, que é de 12.7% -, além de serem os que maior tempo permanecem em serviço. Os hispânicos, em menor quantidade (9%), são sub-representados em relação ao seu percentual na sociedade (13%), mas em termos de posição de combate, eles constituem 17.7% do total de forças que lidam diretamente com as armas. Acredita-se que essa sub-representação é devida ao alto índice de reprovação que têm nos cursos secundários - os recrutas devem ter tal graduação mínima ou credencial correspondente - e porque há muitos dentre eles vivendo no país de forma ilegal.

Note-se que a Marinha, de maneira geral, é a força militar que mais atrai os hispânicos, em comparação com o Exército e a Aeronáutica e é nela também que se registram os maiores índices de retenção desses recrutas.

As outras minorias (índios nativos e asiáticos), pouco mais que 5% da população civil, constituem cerca de 7% dos que se alistam. Ou seja, em 1999, 38% do total de forças militares na ativa eram compostas por pessoas de outra raça que não a branca anglo-saxônica, com 20% de afro-americanos, 9% de hispânicos e 7% de outros<sup>69</sup>. (JOHNSON, 2004, p. 103)

---

69 JOHNSON, Op. cit., p. 103.

Entre os oficiais, os índices já apresentam outra realidade, continua Johnson. Apenas 9% dos oficiais recém-comissionados são afro-americanos, 4% hispânicos e 9% de outros. Esses índices baixos de aproveitamento mais qualificado de pessoal de outras etnias prevalecem todos os anos, por uma questão de baixo preparo sócio-cultural dos aspirantes e apesar das academias militares de West Point (Exército), Annapolis (Marinha) e Colorado Springs (Aeronáutica) praticarem políticas preferenciais de raça.

Todas essas academias procuram meios para recrutar as minorias – com percentuais específicos, como West Point, que tenta manter um patamar de 10 a 12% de entrantes – chegando a enviar candidatos promissores, apesar de pouco qualificados, para escolas preparatórias com a finalidade de posteriormente admiti-los em serviço.

Os militares defendem essa política preferencial afirmando que, desde que 28% do pessoal alistado na Aeronáutica e 44% no Exército são compostos por minorias raciais, um corpo de oficiais formado exclusivamente por brancos poderia ferir a moral das tropas ou provocar movimentos de insurgência dos soldados contra seus superiores.

Os militares na ativa, de maneira geral, são muito mais jovens que a maioria da população civil. Quase 50% das forças armadas tem entre dezessete a vinte e quatro anos de idade, faixa que na força de trabalho civil, representa apenas 15%. Os oficiais são mais velhos que os recrutas - tendo em média, trinta e quatro anos - mas também são um pouco mais jovens que a média de trinta e seis anos de seus correspondentes na área civil.

Esse dado leva à constatação que os norte-americanos com quem os estrangeiros de maneira geral mantêm contato – através das bases espalhadas por todo o mundo – tendem a ser muito jovens, geralmente imaturos e quase ignorantes sobre as características de outras culturas e outras línguas, mas perfeitamente doutrinaados para pensarem que representam “a mais poderosa de todas as forças militares da História”.



Ainda de acordo com Johnson (2004), pesquisas realizadas em 1999 pelo Comando do Exército mostram que a maioria dos recrutas e dos militares na ativa vêm de famílias de classe média e classe média-baixa, demonstrando que, apesar de toda a diversidade das Forças Armadas, ela não representa a sociedade como um todo. Mesmo com todo o empenho demonstrado pelos marqueteiros militares, o serviço armado tem se mostrado mais atrativo para alguns membros menos privilegiados da sociedade, do que para outros.

O militarismo nos Estados Unidos, como elemento responsável por alimentar as forças coercitivas que impulsionam e sustentam as bases de uma expansão territorial, está fundamentado em ideais de patriotismo, defesa da nação e lealdade, bem como a um conjunto abstrato de idéias chamado *american way of life*. E esses é que deveriam ser os principais atrativos que poderiam levar os jovens a procurar os postos de alistamento, segundo Johnson (2004).

Entretanto, ele afirma, em função mesmo das características sócio-econômicas da maioria dos membros da atual força militar norte-americana, o que mais os motiva a se alistarem é a possibilidade de ascender socialmente, através de uma carreira militar que lhes permita sair dos guetos raciais e econômicos onde vivem, e o enorme fascínio que sentem pela tecnologia bélica.

Poucos desses jovens norte-americanos - sejam os de etnia anglo-saxônica, sejam os de outras minorias raciais, como negros, asiáticos ou hispânicos - se alistam levados por sentimentos patrióticos ou pelo desejo de servir à comunidade através da disseminação dos valores democráticos e liberais, mas sim motivados pelos altos índices de desemprego na área civil e pela possibilidade de ascensão social.

O conceito de força e masculinidade imanente do serviço militar também tem um forte chamado psicológico para atrair pessoas com perfil violento ou com sentimentos machistas

muito acentuados, diz Johnson, e esses fatores econômicos e sócio-culturais trabalham em conjunto no imaginário popular, facilitando o trabalho dos convocadores. Os recrutadores, trabalhando em tempo integral, usam de todas as formas de sedução oferecidas pelo mundo moderno para atrair voluntários em quantidade suficiente, pois, além de necessitarem de uma força que atenda os interesses de defesa interna, ainda têm que suprir de mão de obra os navios e as bases militares que constituem os pontos avançados da nação e que estão espalhados por todo o mundo.

Esse perfil apresentado pela “mais poderosa de todas as forças militares da História”, como se pode verificar nos parágrafos anteriores, é um fator de extrema preocupação para os *think tanks*<sup>70</sup> do governo por causa de sua relevância política, não só pelo papel que as forças armadas exercem como embaixadoras do povo norte-americano em nações que hospedam bases militares, mas também em função da fraca motivação ideológica que evidentemente apresentam para combate e do pouco preparo tecnológico que têm para lidar com armas de alta sofisticação.

Os *think-thanks* não desconhecem o fato de que o comportamento dos membros das Forças Armadas no exterior é para os estrangeiros que nunca tiveram a oportunidade de visitar o país, uma imagem do comportamento do povo norte-americano como um todo. Entretanto, da forma que o perfil militar se apresenta atualmente – conforme se pôde verificar com os dados acima - a imagem que é projetada nas intervenções militares pelo mundo afora não reflete a verdadeira realidade sócio-cultural da metrópole, nem as ideologias do conjunto da nação, mas uma espécie de rascunho distorcido e sectário da realidade civil.

---

<sup>70</sup> *Think thank* é um termo que define os intelectuais da academia norte-americana que se dedicam à pesquisa de temas de interesse para o bem estar dos norte-americanos. Denre eles, em destaque, os que se dedicam a buscar as melhores alternativas de defesa para o país e os que ocupam altos postos em Washington, com pretensões imperialistas.

Assim, contrariando os estereótipos criados e divulgados por Hollywood, pela Coca Cola e pelo MacDonalds, o estrangeiro que tem contato direto com os membros dessas tropas não consegue visualizar ideais liberais, democráticos ou de patriotismo nesses homens. A grande maioria dos membros dessas tropas não está espalhados pelo mundo para defender valores nacionais, nem para disseminar uma herança democrático-liberal entre aqueles que são “meio-demônios e meio crianças” como cantou Kipling no passado, ou como pregam os governantes norte-americanos no presente.

Na verdade, o alistamento se deu defensivamente, para preservar a subsistência individual da grande maioria de soldados profissionais que na verdade, visavam um emprego melhor do que aquele que sua pouca qualificação poderia lhe oferecer na vida civil. Entre o grosso dos alistados, não prevalecem valores ético ou patrióticos elevado e isso fica evidenciado em seu comportamento com os prisioneiros sob sua custódia em bases como as de Guantanamo, em Cuba ou de Darfur, no Iraque.

Para se fazer justiça, deve-se conceder que uns poucos, talvez, estejam preocupados em efetivamente ajudar as populações dos países em que fazem intervenções<sup>71</sup>, mas a grande maioria dos soldados, conforme o perfil que foi analisado acima, concentra-se apenas em obter benefícios pessoais, em gozar dos privilégios que postos no exterior lhes oferecem e – principalmente – em preservar a própria vida.

Se os Estados Unidos – relutante ou propositalmente – se viram com um império nas mãos no último século, não foi por mérito de soldados com um perfil como o que existe hoje nas forças armadas e entre os cidadãos da própria sociedade americana. A grande maioria dos veteranos – convocados aleatoriamente em todas as camadas sociais - que lutaram nas duas guerras mundiais, ainda tinham o espírito idealista dos *founding fathers*, mas a partir da

---

71 Um ilustração do perfil dessas forças armadas pode ser encontrado no grupo de soldados que participou de operações de auxílio internacional em Mogadíscio, 2002, trazido a público por meio do filme Falcão Negro, já mencionado anteriormente neste trabalho.

guerra do Vietnã e do confronto inconsistente entre o imperialismo e valores republicanos, até mesmo esse espírito começou a se dissipar, constata Johnson (2004).

Sendo assim, será que forças armadas norte-americanas, constituídas por indivíduos com o perfil descrito acima, estariam preparadas para, a longo prazo, sustentar o expansionismo de um governo cada vez mais ambicioso?

Indo mais além, dado o grau de profissionalização do exército, qual é o seu real comprometimento com a sociedade civil e com as ameaças que seus atos violentos no exterior podem acarretar sobre ela?

Não se pode deixar de levar em consideração que mantendo um complexo industrial militar atuante e produtivo, fazendo intervenções “policiais” em países “bandidos” e incentivando mundialmente uma nova corrida armamentista, os Estados Unidos correm o risco de colocar sua própria população na mira de países adversários e que estão se armando progressivamente para enfrentá-los.

E desta vez, graças ao próprio empenho da comunidade científica e industrial norte-americana em desenvolver alta tecnologia de mísseis e satélites e disponibilizá-los para todos os governantes – amigos e inimigos - que têm meios para adquiri-los, o isolacionismo territorial não atuará mais como um fator de defesa para o povo norte-americano.

#### ***4.2 O clima de ‘paz armada’ na Nova Ordem Internacional***

Após 1990, quando os riscos de conflagração atômica em escala foram afastados e de maneira geral os Estados reduziram seus contingentes armados, foi possível constatar também que ao longo da década, perigos difusos de violência se reduziram gradativamente por todo o mundo, tal como indicado na tabela abaixo.

Tabela 10 - Distribuição regional de conflitos armados: 1990-2003

	África	Américas	Ásia	Europa	Oriente Médio	Total
1990	11	4	13	-	4	32
1991	11	4	11	1	6	33
1992	7	3	12	3	5	30
1993	7	3	10	5	6	31
1994	6	3	10	4	6	29
1995	5	3	11	3	6	28
1996	3	3	10	1	6	23
1997	4	2	9	-	4	19
1998	11	2	9	1	4	27
1999	11	2	9	2	3	27
2000	9	2	9	1	4	25
2001	7	3	9	1	4	24
2002	6	3	9	1	2	21
2003	4	3	8	1	3	19

Fonte: HIIK *Major Armed Conflicts Report*. Oxford University Press, 2003. Disponível em <http://www.first.hiik> e acessado em 18/09/2004.

Entre 1990 e 1997 pode ser observado o declínio gradual dos conflitos armados em todas as regiões pesquisadas, mas em 1998, logo após o complexo industrial-militar retomar controle sobre a política externa norte-americana e abrir os mercados de armas do país para o restante do mundo, constatamos que eles voltaram ao pico, caindo ao longo dos anos seguintes, exceto na Ásia.

Segundo Miyamoto (2004), não se deve responsabilizar apenas a política militarista norte-americana pelo reavivamento dos conflitos armados. Parte dessa disseminação da violência também teria ocorrido como consequência da globalização, na forma de redes internacionais cujas finanças possibilitaram movimentos rápidos dos fluxos de capital e de “lavagem de dinheiro” incentivando a criminalidade organizada.

Aliada à globalização e às necessidades de expansão da indústria armamentista, essa criminalidade, de caráter difuso e muito distinto das ameaças tradicionais que afetavam um Estado, permite que grupos sociais que anteriormente eram reprimidos tenham oportunidade de armar-se, ameaçando a paz internacional com o tráfico ilícito de armamentos, com a produção, distribuição e proliferação das drogas, com o terrorismo e até mesmo com as

migrações não regulamentadas de pessoas por causa de guerras civis e por perseguições políticas ou religiosas.

De acordo com Lafer (1997) a globalização favoreceu redes internacionais e ultra-estatais, apoiando-as por meios de comunicação eletrônica e permitindo que elas escapassem ao controle dos Estados e das instituições internacionais, além de ter ajudado a colocar em cheque a racionalidade dos mecanismos tradicionais da economia, da diplomacia e da guerra, multiplicando os riscos da violência anômica.

Mas por que, a partir de 1998, mesmo com a diminuição do número de conflitos em todo o mundo, repentinamente a tendência de desarmamento passou a dar lugar a um movimento lento, mas constante, de gastos com armas?

A quantidade de armas tradicionais em posse da maioria dos governos diminuiu durante a década, é verdade. Nos primeiros anos de 1990, muitos gastos militares foram cortados dos orçamentos e milhares de operários das indústrias de armas foram dispensados. Grandes contingentes militares foram desmobilizados. O número de conflitos diminuiu gradativamente no mundo todo, exceto na Ásia.

Se tudo caminhava conforme as expectativas pacifistas de todos os povos, por que o desarmamento começou a perder fôlego? Definitivamente, ficava cada vez mais claro que gastos militares elevados ou desproporcionais aos demais setores governamentais em períodos de paz oneravam o crescimento nacional e atrapalhavam principalmente a melhoria das condições de vida dos países mais pobres.

As duas tabelas abaixo - que comparam os gastos efetuados por países de alta e baixa renda em áreas importantes como educação e saúde, em relação aos custos com segurança - mostram que as tendências de queda ou de aumento de investimentos em armas não apresentou a mesma homogeneidade em todo o mundo.

Tabela 11 - Comparação de gastos de países de alta renda: 2004

País	Educação	Saúde	Segurança
	% PIB	% PIB	% PIB
Kuwait	(...)	2.6	10.4
Israel	7.7	8.3	9.2
Brunei	4.8	2.5	7.0
Singapura	3.7	1.2	5.2
Grécia	3.8	4.6	4.3
Emirados Árabes	1.9	2.5	3.7
USA	4.8	5.8	3.4
França	5.8	7.2	2.5
Reino Unido	4.5	5.9	2.4
Taiwan	(...)	(...)	2.3

**Fonte:** Apud CIA - - *World Budget (revenues & expenditures)*, In The World Factbook 2004. Disponível em <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>. Acesso em 16 jul. 2005.

Países industrializados e mais desenvolvidos, como Estados Unidos, França ou Reino Unido, mostram orçamentos militares menores em relação à sua renda, permitindo que maiores recursos sejam aplicados em outras áreas com maior prioridade civil, como educação e saúde.

Na França, os orçamentos militares do governo socialista quase se equiparam aos de Israel, exceto que este país apresenta um alto percentual de investimento em defesa por causa da evidente ameaça representada por seus vizinhos palestinos.

Observe-se agora a tabela abaixo. Ela compara os mesmos gastos em países de baixa renda.

Tabela 12 - Comparação de gastos de países de baixa renda: 2004

País	Educação	Saúde	Segurança
	% PIB	% PIB	% PIB
Eritrêa	4.8	2.8	23.5
Omã	3.9	2.3	[12.3]
Arábia Saudita	9.5	4.2	9.8
Jordânia	5.0	4.2	8.4
Burundi	3.4	1.6	7.6
Libéria	[...]	(...)	[7.5]
Iêmen	10.0	(...)	7.1
Síria	4.1	1.6	[6.1]
Etiópia	4.8	1.8	5.2
Turquia	3.5	3.6	4.9

**Fonte:** Apud CIA - - *World Budget (revenues & expenditures)*, In *The World Factbook 2004*. Disponível em <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>. Acesso em 14 dez.2005.

Quando observamos o orçamento público dos países com menor renda, não podemos deixar de nos surpreender com os números percentuais dedicados à segurança, invariavelmente superiores aos previstos para educação e saúde - que lhes seria de maior utilidade para promover a estabilidade interna.

De acordo com Flores (2006) os grandes investimentos em segurança certamente ficariam deslocados em países como Eritrêa, Burundi ou Yemen, cuja pobreza da população civil é alarmante, mas ocorrem porque geralmente não estão voltados para ameaças internacionais, mas para outras de ordem interna, relacionadas a conflitos ideológicos, étnicos, culturais ou religiosos, classificados como sub-estratégicos em uma perspectiva militar, mas igualmente importantes para o governante que procura manter-se no poder.

Foi visando o bem estar dessa população mais carente e sacrificada, principalmente no primeiro lustro de 1990, que organizações e comunidades internacionais passaram a pressionar governos e congressistas para tomadas de posição a favor da paz. Estes, não encontrando mais justificativas viáveis perante seus eleitores para dar prioridade a



investimentos bélicos que continuassem consumindo importantes parcelas do PIB nacional, se comprometeram com o desarmamento.

Nos anos finais da década de 1990, entretanto, enquanto o mundo respirava aliviado ao ver que um número crescente de países ratificava tratados de não proliferação de armas nucleares (TNP), tratados de proibição total de testes nucleares (CTBT), e de zona livre de armas nucleares (ZLAN)<sup>72</sup> - e todos os outros tratados que visavam “desarmar, desmilitarizar e reconverter” - os Estados Unidos voltavam a trabalhar em projetos como o de “Iniciativa de Defesa Estratégica”<sup>73</sup>, incentivando as indústrias militares a produzirem a mais alta tecnologia e um novo tipo de guerra, muito mais qualitativa – e destrutiva.

Por que?

Em agosto de 1997, pressionado por uma dívida externa de US\$ 5.4 trilhões, por déficits orçamentários que persistiam desde seu primeiro mandato<sup>74</sup> e pelo receio de perder para as indústrias armamentistas européias um mercado que considerava seu, o então presidente norte-americano Bill Clinton suspendeu legislação comercial contrária à venda de armamentos para a América Latina - que estivera em vigor por duas décadas<sup>75</sup> - e reabriu a corrida.

É compreensível a preocupação do governo norte-americano em recuperar o equilíbrio de sua balança comercial incentivando vendas e ampliando mercados para indústrias – aeronáutica, aero-espacial e alta tecnologia de informações - que ainda apresentavam

---

72 Tratados de Desarmamento e Desmilitarização discriminados no Apêndice B.

73 Conhecido popularmente como “Projeto Guerra nas Estrelas” – um projeto de segurança estelar iniciado no governo Reagan, com o uso de tecnologia de ponta, de recursos de informática e de armas com controle remoto acionadas por satélites, para promover a Defesa Nacional.

74 Percentuais do déficit na balança comercial: 3,9%/1993, -2,9%/1994, -2,2%/1995, -1,4%/1996 in *Economic Report of the President* (US Gov) <http://home.att.net/~rdavis2/gore87.html>, acessado em 18/04/2005.

75 Vinte anos antes, o presidente Jimmy Carter havia emitido a Decisão Diretiva no. 13, afirmando que os Estados Unidos não seriam os primeiros a introduzir armas mais avançadas na região e restringindo a exportação de armas convencionais para países que abusavam de Direitos Humanos, afirmando que a América Latina era governada por uma horda de ditaduras e não se fazia merecedora – em seu conceito – de ser parceira nesse comércio.

resultado positiva no jogo de trocas internacionais. Mas ao tomar essa atitude, ele sobrepôs os interesses de corporações econômicas ao bom senso da governança e deixou de cumprir seu papel de líder global com a responsabilidade esperada, em dois aspectos importantes.

Em primeiro lugar, mesmo sendo democrata, por haver mantido a política realista e agressiva dos repulicanos que o antecederam, sabotando os esforços sem precedentes feitos pela comunidade internacional para evitar a proliferação e o comércio de armas.

Em segundo lugar, por não ter tido a visão de estadista que seria de se esperar de um presidente que governasse uma nação do porte dos Estados Unidos e por sua miopia política em ignorar a possibilidade de seu ato refletir-se a longo prazo em renovada - e provavelmente indesejada - corrida armamentista. A abertura para a transferência de tecnologia possibilitada pela venda dessas armas, a curto prazo poderiam significar grandes lucros para a economia norte-americana, mas a longo prazo poderiam se reverter contra o próprio país, mas mão de seus adversários

Um relatório apresentado por Robert Grimmet para o Serviço de Pesquisa do Congresso norte-americano em agosto de 1999, sobre transferência de armas convencionais para nações em desenvolvimento durante a década de 1990, informa que alguns analistas internacionais, na época, chegaram mesmo a se preocupar com o fortalecimento militar da América Latina, alertando sobre o risco de se piorar na região as instabilidades já pré-existentes. Mas como o continente latino americano ainda estava procurando recuperar-se da crise econômica que se abatera sobre ele na década de 1980, isso não aconteceu.

Grimmet (1999) cita como exemplo que, em fins de 1990, o Chile era um país cuja produção de cobre gerava suficiente receita externa para que o país se dispusesse a aproveitar a abertura comercial oferecida pelo governo dos Estados Unidos e modernizasse suas forças armadas.

Juntamente com o Equador, o governo chileno chegou a manifestar interesse na aquisição de jatos F-16 *Fighting Falcons*<sup>76</sup> da Lockheed Martin, mas em função de políticas internas e de dificuldades econômicas pelas quais ambos os países ainda passavam, nenhuma dessas negociações chegou efetivamente a vingar.

Em maio de 1998, o Departamento de Estado norte americano – que como já foi destacado em capítulo anterior, é quem controla a venda de armas feitas para governos de outros países - tornou pública a expectativa de vendas de F-16 para os Emirados Árabes, num valor total de US\$ 8 bilhões.

Em abril do ano seguinte, Grimmet (1999) informa que foi anunciada a possível venda de onze aeronaves F-111<sup>77</sup> para a Austrália, além de 130 peças subressalentes TF-30 do F-111; de um sistema ALR-621 de Receptor de Radar; do armazenamento, reparo, manutenção e teste de aviões; de equipamentos de suporte; de publicações e informações técnicas e de peças e outros elementos de logística que assegurassem a operacionalidade das aeronaves, gerando um orçamento total de US\$ 500 milhões.

No mesmo mês, ele continua, foi anunciada a possível venda de 24 F-16 para o Egito. A venda incluía 28 motores GE-100 do F-110, 24 radares NA/APG-68, e outros recursos bélicos semelhantes, com a finalidade de permitir ao seu aliado “maior capacidade para defender e apoiar os Estados Unidos em seus objetivos regionais e para lhe dar mais segurança nacional”. O valor da compra foi de US\$ 1.2 bilhões e a Lockheed Martin, maior beneficiária da venda, dispôs pessoal especializado para trabalhar *in loco* com os militares egípcios.

---

76 Modelo de aeronave discriminado no Apêndice A.

77 Modelo de aeronave discriminado no Apêndice A..

A essas vendas em negociação, seguiram-se propostas feitas pela Holanda, Israel e Coréia. A Holanda queria 242 sistemas *Javelin* de mísseis anti-tanques e equipamento de apoio, com valor estimado de US\$ 360 milhões. A República da Coréia pediu US\$ 350 milhões em peças de reposição para vários jatos de caça e sistemas de radar, além de componentes de mísseis. Israel tinha o melhor pedido: US\$ 2 bilhões em caças F-16 e em sistemas de radar, de navegação e de alvo.

Em seu relatório, Grimmet informa ainda que todas essas vendas foram justificadas para a opinião pública - que estava sendo bombardeada com propaganda para aderir ao desarmamento - como uma necessidade da política externa e da segurança nacional dos Estados Unidos, uma vez “que estavam armando aliados para manter paz e estabilidade regionais”.

Ou seja, se a intenção dos Estados Unidos eram se manterem hegemônicos como maior exportador mundial de armas e afastar os europeus da posição, essas negociações propostas em um lapso de três semanas, se concretizadas, totalizariam quase US\$ 5 bilhões e se adicionadas à proposta dos Emirados Árabes, poderiam chegar a US\$13 bilhões.

Em termos comerciais e econômicos, esses números indiscutivelmente representavam um grande reforço para a balança comercial norte-americana e certamente provocariam regozijo geral no governo e na indústria de armas, já que as vendas de 1998, sozinhas, superariam o total de quase US\$ 10 bilhões comercializado internacionalmente nos primeiros anos da década.

Entretanto, Grimmet analisa que, pela reação de alguns setores da sociedade, parece que não houve unanimidade nesse regozijo nacional. Alguns intelectuais da área e várias entidades pacifistas, preocupados com os efeitos dessa revigorada transferência de tecnologia,

começaram a promover discussões sobre a possibilidade desse sucesso material ter um efeito *boomerang* que poderia acabar se revertendo contra os Estados Unidos.

Para eles, não havia problemas em armar aliados da OTAN com mísseis *Javelin*, mas a contínua venda de armas para determinados países do Oriente Médio poderia provocar, a médio prazo, um desequilíbrio de poderes na região, com conseqüências desconhecidas para os Estados Unidos.

Entretanto, como costuma acontecer quando interesses econômicos conflituam com o senso comum, essas vozes, consideradas alarmistas na época, foram solenemente ignoradas e a transferência de tecnologia militar continuou florescendo.

De um lado, os Estados Unidos e os outros países produtores<sup>78</sup>, satisfeitos com as novas possibilidades do mercado mundial, seguiram vendendo tanques, metralhadoras, artilharia, caminhões e porta aviões blindados, carros de combate de superfície, submarinos, barcos de patrulha teleguiados, aviões de combate supersônicos e subsônicos, bem como helicópteros, mísseis de superfície e mísseis anti-navios para os países em desenvolvimento.

De outro, apesar da queda dos preços do petróleo no Oriente Próximo em fins da década, da crise financeira que abalou o poder de compra da Ásia e da queda do preço do cobre na América Latina, as nações do 3º. mundo interessadas em manter-se militarmente seguras, continuaram negociando acordos significativos de transferência de tecnologia bélica.

Dentre eles, Grimmet informa em seu relatório que os governos da Arábia Saudita, seguida pela Malásia, Egito, Algéria, Israel, Kuwait, Etiópia, Índia e Coréia do Sul, eram os

---

<sup>78</sup> França e Inglaterra eram os maiores dentre eles, após os Estados Unidos, mas eram seguidos de perto pela Rússia, Alemanha, China, Ucrânia, Israel, Bulgária, Holanda e África do Sul .

maiores consumidores do setor e que suas compras compunham 99.1% do total de vendas de armas feitos pelos Estados Unidos para os países em desenvolvimento<sup>79</sup>.

Entre 1995 e 1998, ainda de acordo com Grimmet, os EUA foram responsáveis por 35.1% do total de vendas de armamentos feitas para o Oriente Próximo e Oriente Médio, num valor total de aproximadamente US\$ 10 bilhões e implicando em 817 tanques com metralhadoras, 2.727 caminhões e carros blindados, 126 aviões de combate, 90 helicópteros, 1284 mísseis de superfície e 287 mísseis anti-navios.

Nos anos que se seguiriam, esses valores cresceriam de forma significativa na região, se considerarmos a efetivação das duas vendas citadas acima, uma para os Emirados Árabes (US\$ 8 bilhões) e outra para Israel (US\$ 2.5 bilhões)

Portanto, o que se pode observar com esses dados é que a década de 1990 não foi tão negativa para a indústria armamentista como se poderia pensar a princípio. Desde a Guerra do Golfo, os Estados Unidos venderam uma quantidade extraordinária de armas mundo afora, independentemente do que essas vendas poderiam significar, seja alterando a balança de poderes regionais, seja armando países que não respeitassem os Direitos Humanos ou não adotassem sistemas democráticos, como era exigido anteriormente, segundo as regras do governo Carter.

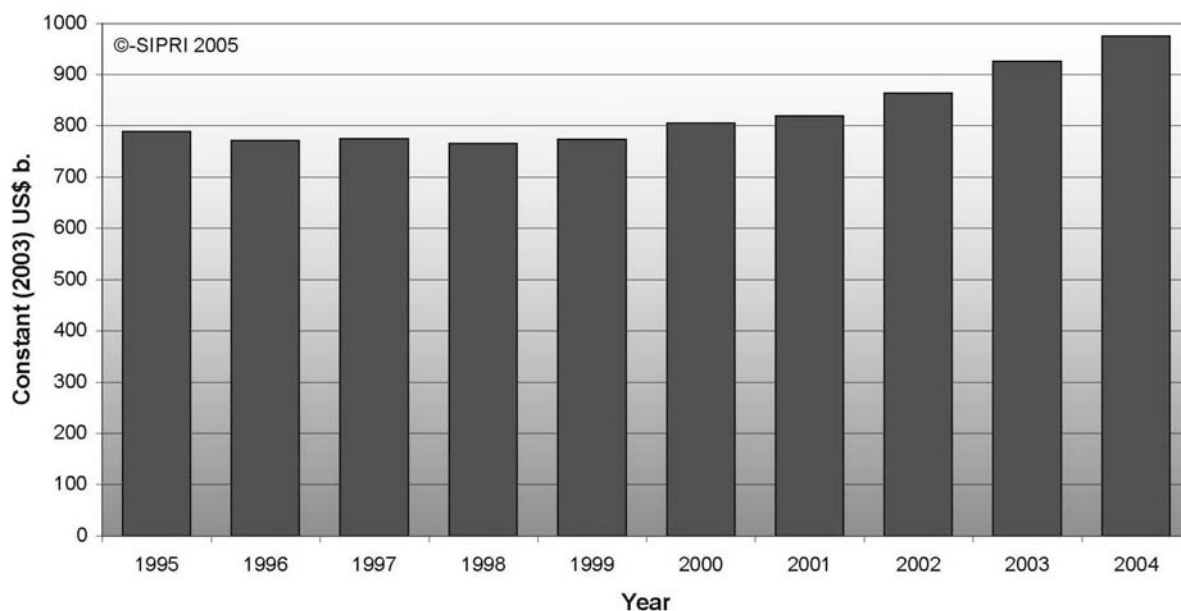
Na prática, os números reais que fecharam a década foram: US\$ 8.6 bilhões em 1998, US\$ 12.2 bilhões em 1999 e US\$ 13 bilhões em 2000. A falta de uma legislação acurada e de um acompanhamento mais cuidadoso sobre essa transferência no mercado internacional, levou a muitas situações de corrupção no relacionamento entre indústria, compradores e

---

<sup>79</sup> Cabe lembrar que dos nove Estados que compunham esse mercado florescente, seis eram do Oriente Próximo - uma das áreas mais voláteis do mundo.

congressistas, e à revenda muitas vezes irregular, ou indireta, de mercadorias de alto potencial destrutivo.

O gráfico abaixo permite visualizar a evolução desse processo de abertura do mercado de armas que, com a globalização, envolve países de todos os continentes.



*Gráfico 3 – Gastos Militares Mundiais: 1995-2004.<sup>80</sup>*

Desde o fim da Guerra Fria, vários congressistas democratas e mesmo alguns republicanos se levantaram para questionar o aspecto moral dos Estados Unidos continuarem a armar o mundo, secundados por alguns segmentos da opinião pública nacional, que também protestavam contra a venda de tecnologia de 1ª linha para nações que não fossem aliadas, como a China, por exemplo.

<sup>80</sup> Alguns países foram excluídos da listagem no fonte por falta ou inconsistência de informações. Os totais mundiais excluem Afeganistão, Angola, Guiné Equatorial, Iraque, Libéria, Qatar e Somália. Fonte: SIPRI Yearbook 2004. SIPRI military expenditure database. Tabela 8A.1. Disponível em: <<http://www.sipri.org/>>. Acesso em 11 jun. 2006.

Essas vozes contrárias alertavam que, enquanto o gigante socialista expandia seu arsenal para vir a competir com os EUA, a Índia, reagindo, também aumentava seu poder logístico para se defender dos chineses. Como indianos e paquistaneses não mantêm boas relações fronteiriças, um preocupado Paquistão monta mais ogivas nucleares e assim, motivados pela iniciativa dos Estados Unidos, uma corrida armamentista tem início naquela região.

Enquanto isso, na Europa, preocupados com as atitudes unilaterais adotadas pelos Estados Unidos durante a invasão do Iraque, países como a França, a Alemanha, a Bélgica e Luxemburgo se reuniram para criarem uma organização estratégico militar paralela à OTAN para se defenderem militarmente e para, criando seu próprio mercado e incentivando a indústria bélica européia, se tornar independente das armas norte-americanas.

No Pacífico, a situação também atingiu um ritmo de escalada armamentista, pois em 1998, a Coreia do Norte lançou um míssil de três estágios capaz de atingir o Havaí e o Alasca e continuou trabalhando para aumentar a capacidade de alcance de suas armas para atingir Los Angeles.

Acuado pelos riscos criados pela miopia de própria sua política externa, a o Departamento de Estado começou a pressionar o Congresso para reforçar o orçamento militar nacional e a investir intensamente em P&D.

Com o ataque de 11 de setembro de 2001, o processo de rearmamento mundial que vinha caminhando lenta, mas continuamente nos últimos anos da década de 1990, passou a se desenvolver em um ritmo acelerado. Sensibilizado por uma opinião pública amedrontada, o Congresso norte americano aprovou, em 2002 um programa emergencial de defesa nacional<sup>81</sup>

---

81 A Doutrina Bush ou *The National Security Strategy of United States of America* é um relatório emitido para o Congresso, determinando a visão estratégica do presidente dos Estados Unidos ou os fundamentos legais para as exigências do *Goldwater-Nichols Act*, que determina como deve ser feita a cadeia de comando nas operações militares efetuadas pelo Departamento de Defesa. Seu conteúdo é



e mais verbas para a defesa além das que haviam sido previstas no orçamento do ano anterior, chegando estas a compor 3.4% do PIB, ou o correspondente a US\$ 341.6 bilhões.

Em 2003, segundo dados do SIPIRI, com a guerra contra o Iraque em andamento, esse valor passou a ser de US\$ 417.4 bilhões, ou seja, aumentou 18.6% entre um ano fiscal e outro. Se esse valor for comparado aos US\$ 403.7 bilhões de 1990 – quando o mundo ainda estava sob o impacto da Guerra Fria e da Corrida Armamentista – pode-se perceber que depois do refluxo ocorrido nos primeiros anos da década, as perdas do complexo-militar industrial não só se recuperaram, como ainda mostraram um crescimento relativo de 3.28% no total do período.

Para atender a esse mercado em expansão e fazer frente à demanda, as empresas produtoras de armamentos, especialmente as de aeronaves e de sistemas de informação, tiveram que se adequar às novas necessidades de demanda, fundindo-se e fazendo parcerias tecnológicas que lhes reduzissem custos e aumentassem a produtividade.

Um exemplo prático dessa tendência de aglutinação é a transação milionária ocorrida<sup>82</sup> entre a United Defense Industries, Inc. (UDI) e a BAE Systems North América, Inc., em que a última anexou a primeira ao seu complexo industrial, pelo valor aproximado de US\$ 4,19 bilhões.

Com matriz em Arlington, VA., a UDI é uma empresa líder no mercado norte-americano de defesa, tendo gerado vendas anuais no valor de US\$ 2,20 bilhões em 2004 e empregado cerca de oito mil pessoas em vinte e cinco fábricas localizadas nos Estados Unidos e na Suécia. Ela é responsável pelo desenho, desenvolvimento e produção de veículos de

---

genérico e ele dá poder absoluto ao Presidente do país para que este tome as decisões necessárias para prevenir ameaças à segurança nacional, principalmente as relacionadas com a guerra global ao terrorismo.

82 Informações mais completas sobre consequências dessa compra, efetuada em junho de 2005, poderão ser encontradas no Apêndice C. A BAE Systems é uma empresa de capital europeu que está se aventurando no mercado norte-americano e que ocupa posição dentre as cinco maiores do mundo, juntamente com a *Boeing*, *Lockheed Martin*, *Raytheon* e *Northrop Grumman*, dos Estados Unidos.

combate, de sistemas de artilharia, de canhões navais, de lançadores de mísseis e de munição de precisão utilizados pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos e por seus aliados em todo o mundo, oferecendo também reparo, modernização e conversão de navios não nucleares para a Marinha e para outras agências do governo.

A BAe Systems, conforme discriminado no Apêndice C, é uma companhia de alta tecnologia, produtora de sistemas de informações, de sistemas de combate, de comunicações de alta precisão e de eletrônica espacial. Anexar a UDI a seu complexo industrial europeu faz parte de uma estratégia de crescimento da companhia, – e não mais de sobrevivência, como ocorria quando o processo de *mergings* começou – com a finalidade principal de atingir a liderança na área de defesa transatlântica e espacial e paralelamente, expandir negócios na América do Norte, o maior mercado mundial de consumo desse tipo de produto.

A combinação de atividades das duas empresas é mais um indicador de que a guerra global ao terror e as operações no Iraque abriram espaço para novas prioridades. Sob a argumentação de preservar a segurança nacional, o departamento de Defesa dos Estados Unidos criou orçamentos mais generosos para a área militar e a união da UDI e da BAe Systems representa uma soma de forças para atender ao novo tipo de demanda que está sendo exigida pelo mercado.

Como exemplo das vantagens implicadas nessa aquisição, lembramos que a UDI é a empresa norte-americana responsável pelo reparo e atualização de uma enorme quantidade de veículos de combate do exército nacional, até que sejam substituídos por uma nova geração. Segundo Sköns (2004) hoje, cerca de 7.000 veículos de combate Bradley<sup>83</sup> estão em

---

83 O sistema *Bradley* de veículos de combate é manufaturado pela UDI e inclui os tanques M2 e M3. Estão a serviço dos exércitos dos Estados Unidos e da Arábia Saudita desde 1981. A tarefa do M2 é transportar infantaria para os campos de batalha, oferecer cobertura contra o fogo adversário e eliminar qualquer tanque ou veículos de combate dos inimigos. Pode carregar três membros da tripulação, um atirador e um motorista, mais seis homens de infantaria completamente equipados. O M3 faz missões de exploração e carrega três tripulantes e dois exploradores. Disponível em [http://www.battletanks.com/m2\\_bradley.htm](http://www.battletanks.com/m2_bradley.htm). Acesso em 12 set. 2005.

circulação e o orçamento de defesa para 2005 dos Estados Unidos prevê um gasto de aproximadamente US\$ 1,3 bilhões para revisão e atualização dessa frota.

Esses veículos – principalmente se forem complementados com a tecnologia eletrônica de alta precisão da BAe Systems - poderão aproveitar a sinergia para aumentar sua competitividade na demanda interna criada pelo sistema de defesa terrestre do Sistema de Combate Futuro e além disso, poderão ter maiores oportunidades de vendas no mercado externo, em programas como o *Future Rapid Effects System* (FRES)<sup>84</sup> da Inglaterra.

Com tais informações, é possível perceber como os custos com armamentos podem se tornar proibitivos: o mercado se concentra e cria monopólios, facilitando a interligação do complexo militar-industrial e as negociações que passam a existir entre representantes de empresas produtoras de armas e os congressistas responsáveis pelos centros de compra do governo, como foi visto que aconteceu com o congressista Randy ‘Duke’ Wellington em novembro de 2005.

Segundo artigo publicado por Tim Weiner no New York Times, só os custos da guerra contra o Iraque e o Afeganistão, segundo o Serviço de Pesquisa Congressional (2005), superam US\$ 275 bilhões e o Congresso norte americano está discutindo a aprovação de uma nova fase do programa de Iniciativa de Defesa Estratégica, designada como Sistemas de Combate Futuro. Segundo Weiner (2005a) até a implantação dessa nova fase, no final desta década, poderão ser gastos até US\$ 145 bilhões, lembrando que nesse valor não está incluída a rede de comunicações que deverá ser construída para conectar as Forças do Futuro.

---

84 O *Future Rapid Effects System* (FRES) é um novo tipo de tanque destinado a repor a atual frota do exército britânico. Deverá ser utilizado para forças rápidas oferecendo aos soldados maior proteção e melhores condições de sobrevivência que os veículos utilizados atualmente. Ele também deverá preencher o espaço deixado pelo programa *Multi Role Armored Vehicle (MRAV)* que foi cancelado. Há expectativa que o sistema FRES entre em ação por volta de 2010. Disponível em < <http://www.atkinsglobal.com/fres/>>. Acesso em 14 set. 2005.

Além de ser um valor elevado, não há perspectivas de que previsões como essas no orçamento militar diminuam a curto prazo. Afinal, George W. Bush foi recolocado no cargo de presidente em 2004, demonstrando que a maioria da opinião pública nacional – republicana – o apóia e está convencida de que a prática expansionista e militarista de seu governante está adequada aos interesses do país.

Na absorção e aceitação pelos eleitores de Bush – via voto - da política realista praticada pela cúpula governamental como uma política de caráter verdadeiramente nacional, não importa que tais atitudes militaristas, centralizadoras e expansionistas não sejam adequadas às responsabilidades dos Estados Unidos como potência hegemônica global ou compatíveis com a ideologia democrática e liberal que sempre caracterizou o país.

Os eleitores e contribuintes que reelegeram o presidente não se importam tampouco que o ônus dessa relação custo-benefício - a médio prazo - venha a acarretar um endividamento interno impagável ou comprometer irremediavelmente padrão de vida nacional. Por que isso ocorre?

Em prefácio de “O problema da guerra e as vias da paz”, Bobbio (2004) afirma que o que mais aterroriza o homem comum é o terrorismo, o conflito dos fanáticos ou desesperados, que tirou dos Estados a exclusividade do uso da força pública que lhe era inerente e a disseminou entre todos aqueles que pela tecnologia, tenham acesso a instrumentos de morte cada vez mais poderosos.

A guerra, portanto, que era considerada um direito exclusivo do Estado e elemento essencial do poder soberano, perde essas características quando a *bellum justus*<sup>85</sup> é substituída pelo *hostis justus* e a violência privada cresce irresistivelmente.

---

<sup>85</sup> *Bellum Justus* é o conceito jurídico que explica a guerra justa, um direito que pertence ao Estado para defender seu território, população ou interesses. Esse direito é atenuado apenas por algumas obrigações que devem ser respeitadas pelos governantes na condução da guerra.

Assim sendo, por temer por sua segurança e pela de seus descendentes, segundo Bobbio (2003), o cidadão indefeso abre mão de quaisquer outros valores elevados que possa ter acalentado em circunstâncias menos voláteis e se sujeita a quem pode protegê-lo.

A impotência do homem pacífico favorece a prepotência do belicoso, ele relembra, acrescentando que “nenhuma condenação, pronunciada de qualquer púlpito, jamais deteve a guerra. E o que é mais grave, jamais impediu a sua justificação, não só em termos de jultamento histórico, mas também em termos de julgamento moral”. (BOBBIO, 2004, p. 20)

Portanto, quais seriam os parâmetros que classificam um povo que, grego, romano, veneziano, espanhol, holandês, britânico ou norte-americano, se engaja nos designios expansionistas de seus governantes e posteriormente se vê refém da própria violência que ajudou a disseminar?

Como julgar a vontade política que se submete às exigências das grandes organizações econômicas que sustentam o estado capitalista e que as sobrepõem a todo o senso comum, colocando em risco a própria sobrevivência dos valores que constituíram um dia a infraestrutura da nação?

Num quadro internacional inóspito e de “paz armada” onde os eventos se sucedem indiferente à sua vida cotidiana, ao cidadão comum cabe apenas sobreviver enquanto busca ampliar o controle que tem sobre seu próprio destino, além de se apoiar na certeza que que, findos governos, fronteiras, leis e organizações econômicas, ele sempre poderá recomeçar tudo novamente.

---

*Hostis Justus* é o conceito jurídico que descreve a situação ocorrida na guerra civil, onde o outro lado é sempre o inimigo justo, independentemente da facção à qual cada um pertença.



*“As leis se calam quando falam as armas, mas é preferível uma paz injusta de que a mais justa de todas as guerras”.*

Marco Tulio Cícero

## CONCLUSÕES

Neste trabalho, procurou-se discutir a posição imperialista dos Estados Unidos em relação aos conflitos armados da década de 1990, sob a ótica de suas origens teóricas e históricas e analisar de que forma o complexo industrial-militar afetou a evolução desse fenômeno expansionista.

Sob o ponto de vista teórico do realismo, ficou evidente que a segurança nacional é o principal aspecto a ser considerado por qualquer governante que queira manter sua soberania ou ampliar seu poder. Como ambos os lados de qualquer conflito – tanto o ataque, quanto a prevenção - geram violência institucional, essa violência, por sua vez, gera a necessidade de armas, seja para combater, seja para defender-se. E se armamentos devem ser produzidos para alimentar a guerra, quanto mais sofisticados forem, maior será o ônus do Estado para desenvolvê-los, construí-los e mantê-los e maior peso fiscal sobre sua população produtiva.

Por outro lado, quanto mais elevado for o volume de produção, maiores serão as exigências de investimento – em matéria prima, mão-de-obra qualificada, capital técnico, distribuição, etc. E quanto maior for o investimento, mais acentuada a expectativa de lucro daqueles que investiram seu capital no setor e maior o volume de empregos gerados nesse processo.

Assim, como consequência da adoção de uma política militarista e voltada para a defesa, há grande incentivo, tanto para o crescimento de indústrias armamentistas de grande porte, quanto para a circulação de capital produtivo através da geração de empregos no setor. Os grandes produtores de armas, por uma questão de logística, tendem a manter suas matrizes



em países onde há maior quantidade de capital circulante, melhor acesso a matérias primas, mão-de-obra mais qualificada e principalmente, onde a política do Estado dê prioridade à segurança nacional.

Coincidentemente, tais condições são preenchidas pelas grandes potências mundiais e a atividade, além de ser necessária para instrumentalizar a manutenção de hegemonias, tende a transformar a manufatura de armamentos em importante setor econômico, apoiando o crescimento de empregos, de infraestrutura de apoio, de investimentos em conhecimento tecnológico e de geração de impostos.

Analisando-se a situação por esse prisma, constata-se portanto que, além de gerar poder, a violência institucional como direito e sustentáculo da soberania do Estado também é fator gerador de dividendos. E esses dividendos não são apenas econômicos, nem oferecem privilégios exclusivos para os fabricantes de armas e seus acionistas, mas também geram um capital político de grande importância.

Armas geram empregos, seja nas fábricas, seja nos laboratórios de pesquisa das universidades ou de órgãos militares ou privados, seja no exército ou na polícia. Os postos de trabalho se multiplicam, citando apenas os de caráter legal, criando renda e salário, movimentando a economia e gerando os impostos que alimentam os cofres do Estado.

Sob o ponto de vista político, quanto mais forte militarmente um Estado quiser ser, maior deverá ser a sua demanda por armas. E sob o ponto de vista econômico, quanto maior o fortalecimento de indústrias bélicas nacionais, maior o poder coercitivo do país, maior quantidade de empregos e de impostos, girando num ciclo virtuoso que, conforme as circunstâncias externas e a ideologia interna, podem levar o Estado a tornar-se perigosamente dependente da indústria bélica e dos militares, como já advertira Eisenhower em seu discurso de despedida do governo, em 1961.

Essa dependência, ele notara, por mais importante que fosse, não necessariamente colocaria o Estado sob o domínio da produção armamentista, a menos que houvesse uma predisposição governamental para isso. Há outros setores na economia, muito maiores ou mais importantes e que também geram recursos para a população e para os cofres estatais, como o financeiro, o agro-pastorial, o extrativo, a manufatura, a construção civil, a siderurgia, a metalurgia, a pesca, o comércio interno e externo e os serviços. Todos, de maneira geral, também trazem retorno ao investimento público e privado, se adequadamente administrados.

Mas considerando-se o papel dos Estados Unidos no atual contexto internacional, dois fatores favorecem a superioridade desse setor sobre os demais no país: um de ordem política e outro de ordem econômica.

O de ordem política é que no mundo monopolar e teoricamente pacífico da Nova Ordem, paradoxalmente, emergiu a necessidade de serem criadas novas formas de defesa e novos conceitos de segurança para conter as ameaças que emergiram das transformações do sistema. A globalização, por sua estrutura econômica desigual, por tornar as fronteiras nacionais mais permeáveis à movimentação de bens e pessoas e por incentivar o desenvolvimento da tecnologia das comunicações para diminuir a distância entre todos os povos, favoreceu a eclosão de conflitos difusos muito distintos dos tradicionais que ocorreram entre Estados no passado.

Nesse novo contexto, por ser a superpotência dominante, os Estados Unidos tendem a ser o principal alvo de todas as manifestações contrárias à estrutura do sistema e conseqüentemente, necessitam ter a instrumentalização militar necessária para prover não só a sua defesa, como igualmente, a manutenção de seu *status quo* internacional. E dessa necessidade é que deriva a exagerada importância política do setor armamentista no país.

O fator de ordem econômica que favorece a predominância da segurança nas decisões políticas dos Estados Unidos é que a globalização exige eficiência absoluta e grandes investimentos para prover competitividade material, tanto no mercado interno, quanto no externo, se os fabricantes não quiserem correr o risco de ver seus produtos serem substituídos por mercadorias estrangeiras. Nesse ambiente, por seus custos elevados e por exigir uma estrutura muito específica, a indústria produtora de armamentos de alta tecnologia recebe um tratamento diferenciado entre os demais setores.

A tecnologia envolvida na manufatura de armamentos é muito onerosa e exige que o Estado que a abrigue subsidie os grandes investimentos exigidos em P&D e consuma a maior parte de sua produção. Em troca, oferece a seus governantes todos os benefícios da cadeia produtiva e permite que ostentem uma superioridade estratégica sobre os demais, tanto em termos de desenvolvimento científico civil, quanto em termos de poderio militar.

Nos Estados Unidos, a estratégia realista priorizando o setor de segurança sobre os demais, aliada a um militarismo expansionista – relutante ou real – que esteve presente em toda a história dos Estados Unidos desde sua constituição como nação livre, acabaram se tornando vetores importantes no desenvolvimento do complexo industrial-militar.

No restante do mundo, o processo se desenvolveu de forma muito semelhante.

Em 2004, por exemplo, em termos de valores gerais, a esmagadora maioria da produção de bens e de serviços militares estava concentrada nos Estados Unidos, Europa, Rússia e China, mas principalmente, nos primeiros.

Através dos dados levantados pelo SIPRI (2004), entre as 100 maiores empresas produtoras de armas naquele ano, notou-se três tendências dominantes no setor: a primeira delas foi um crescente índice de vendas de armas em todos os continentes, sem qualquer

proporção correspondente ao número de conflitos existentes em todo o globo e em quantidade efetivamente alarmante para um cenário internacional que, teoricamente, vive em relativa paz.

Observou-se, por exemplo, que no Oriente Médio os gastos militares tiveram um aumento de 48% nos últimos dez anos. Nessa região, essas despesas cresceram de forma constante e regular, sem que em nenhum momento tenha havido queda proporcional à crise econômica que abalou a década, ou às idéias pacifistas que predominaram no primeiro lustro de 1990.

Nas Américas – com exceção dos Estados Unidos, que apresentaram percentuais muito maiores que a média a partir de 2001 – e na África, esse crescimento também foi quase permanente, indicando no mesmo período aumento percentuais de 18.9% e de 23.9%, respectivamente, em gastos militares, independentemente da diminuição do número total de conflitos armados ocorridos em todo o mundo.

Uma outra tendência que se percebeu nesse cenário é que houve uma concentração cada vez maior da produção de armas nas mãos de poucas companhias, transformando-se o setor em um pequeno conjunto de imensos monopólios, localizados especialmente nas grandes potências citadas acima. Essa concentração é significativa, pois indica e confirma não só a predominância econômica de países que podem em futuro muito próximo não só disputar a hegemonia mundial do setor com os Estados Unidos, como também de Estados que são capazes de promover seu próprio fortalecimento militar, sem necessitar recorrer às indústrias norte-americanas.

E finalmente, verificou-se uma mudança de rumo na dinâmica de crescimento e de reestruturação dessas empresas. Apesar das atividades de concentração monopolista ocorrerem da mesma forma em épocas anteriores, promovendo *downsizings* e *mergings*, as aquisições de hoje não são dirigidas apenas pela necessidade de cortar custos ou de dinamizar o setor para sobreviver à crise que se agravou com o fim da Guerra Fria.

Ao contrário, os números demonstram que quando o momento inicial de dificuldades foi deixado para trás, as grandes concentrações passaram a ocorrer para ajustar os interesses e capacidades do setor em um novo mercado, muito mais amplo e dinâmico, que emergiu de novas oportunidades nacionais e internacionais.

O tipo de armas a serem utilizadas em combate mudou. A forma de se fazer guerra mudou. No ambiente da tecnologia militar, mais do que nunca, eletrônica e comunicações de última geração passaram a desempenhar papel fundamental na confecção de novas armas, exigindo o uso de alta tecnologia comercial e civil e de serviços que, anteriormente, eram fornecidos apenas por empresas privadas não voltadas para a defesa.

É, portanto, para essa área que as aquisições e fusões têm sido dirigidas: para a compra de companhias que forneçam às indústrias de defesa um apoio logístico de alta precisão eletrônica e, com isso, aumentem a eficiência de suas armas e sua competitividade no mercado internacional.

A compra da UDI pela BAe Systems, citada no Capítulo 4, é um bom exemplo disso, pois a aquisição da empresa norte-americana pela britânica não só possibilitará a participação dos ingleses no maior mercado do mundo, melhorando a posição que ocupam atualmente no ranking de maiores produtores de armas do mundo, como poderá alavancar suas vendas e aumentar sua competitividade na disputa com a Lockheed Martin, a Boeing e a Northrop Grumman que ocupam, respectivamente, os três primeiros lugares nesse mercado.

Nesse ambiente de concentração produtiva, o poder econômico das grandes organizações do setor se potencializa e os interesses em jogo ficam cada vez maiores, tornando nebulosos os limites entre segurança militar *versus* segurança interna *versus* segurança internacional. Por que?

Porque a indústria de armas tradicionais está se direcionando para uma área nova de produção, cuja maior sofisticação técnica aumenta a tendência de internacionalização das empresas produtoras e amplia a colaboração internacional entre os fabricantes.

Essas tendências de fusão entre empresas de nacionalidades distintas podem ter implicações muito importantes no controle de transferência de tecnologia bélica. Note-se que a questão de transferência de tecnologia sempre foi um ponto contencioso nas relações internacionais desde a década de 1950, já que os países que detêm alta tecnologia militar ou tecnologia nuclear não têm interesse em vê-las disseminar-se entre os demais.

Não foram poucos os tratados firmados para tentar conter a sua expansão, como pode ser visto no Apêndice B, mas o problema tem se agravado muito ultimamente, em função das facilidades de venda oferecidas pelos meios modernos.

As fusões na grande indústria armamentista, por exemplo, revolucionaram as relações entre capital privado e os militares em países mais avançados, mas também são o resultado da queda de barreiras que existiam antes, separando a tecnologia militar da civil, especialmente nos campos da comunicação, da tecnologia de informação e dos sensores eletrônicos..

Hoje, as plataformas armamentistas tradicionais estão sendo substituídas por maior ênfase na distribuição de ciência e tecnologia, implicando não só troca de conhecimento científico e cooperação maior entre os produtores, como também oferta de suporte militar a longo prazo para os compradores nacionais ou estrangeiros, por meio de contatos diretos entre ministérios de defesa e as empresas fornecedoras de armamentos.

Essa cooperação poderia ter um caráter positivo na distribuição de conhecimento, se a área militar não fosse tão distinta dos demais setores produtivos e tão importante para o equilíbrio do sistema internacional. A médio prazo, se os armamentos continuarem a ser indiscriminadamente ofertados para consumo na mesma escala que os demais bens materiais

que circulam no comércio internacional, com vendas simplificadas pelo processo de globalização e pelo escoamento fácil, podem disseminar o fortalecimento militar de nações que poderão vir a ameaçar o equilíbrio internacional num futuro muito próximo.

E quão próximo pode ser esse futuro?

O estudo contextual de dois importantes fatores, globalização e militarismo, podem fornecer elementos importantes para essa análise.

Em primeiro lugar, cabe analisar o papel da globalização na emergência de ameaças à segurança internacional. Enquanto o processo de globalização, de um lado, proporciona às nações produtoras de *commodities* e de manufaturados grandes oportunidades de penetração em mercados externos, por outro, reforça o lado desigual da balança comercial dos países menos competitivos que os importam, tornando-os mais suscetíveis à queda de PIB e à pobreza, como vem acontecendo na América Latina e em outros países de 3º. Mundo.

Numa visão macro-econômica, vale lembrar que desigualdades regionais provocadas pela divisão internacional do trabalho já faziam parte do cenário externo desde o período Moderno, quando se iniciou a expansão européia para a exploração de novos continentes.

Entretanto, após a globalização, as diferenças socio-econômicas existentes entre centro e periferia se acenturam em todo o mundo. Essas diferenças, reforçadas pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação, agravaram os problemas sistêmicos de segurança pré-existentes, passando a exigir dos países interessados na manutenção do *status quo* medidas muito mais rigorosas de coerção contra movimentos insurgentes.

Quem seriam esses países interessados na manutenção do *status quo* no cenário neo-liberal da globalização? Teóricamente, os países beneficiários do sistema, ou seja, as

potências centrais e industrializadas que se locupletam com a exploração de mercados sem competitividade, como seria o caso dos Estados Unidos, por exemplo.

Entretanto, as relações comerciais entre os norte-americanos e o resto do mundo parecem demonstrar como o processo de abertura de mercados provocado pela globalização nem sempre obteve os resultados previstos pela teoria econômica.

Durante os anos da Guerra Fria, Washington tomou a decisão de abrir mercados internos para aborver a produção de países aliados em recuperação econômica, como Alemanha e Japão, visando mantê-los sob esferas de dominação capitalista e consolidar sua hegemonia política sobre eles.

Essa política liberal das “portas abertas”, praticada por uma nação que exibiu uma economia forte, dinâmica e o maior parque industrial do mundo, teoricamente, não poderia representar nenhum risco para o mercado norte-americano. Ao contrário, deveria permitir a disseminação de produtos *made in USA* por todo o mundo, aumentando o poderio econômico do país.

Entretanto, a prática mostrou resultados diferentes dos previstos pela teoria: a médio prazo, o processo de troca de tecnologia com outras potências centrais e o crescimento industrial de regiões periféricas cujos custos produtivos eram muito menores, acabou provocando a perda de competitividade dos produtos norte-americanos – no mercado interno e externo - com graves prejuízos para sua classe média.

Ao longo da década de 1990, a queda relativa do poder econômico da classe média norte-americana e a imigração de pessoas originárias de países clientes empobrecidos, aumentaram o desassossego social interno e favoreceram a ascensão de uma plutocracia militarista que tem se sustentado em altas posições no governo graças à intranquilidade social e econômica.



Entretanto, nem o militarismo praticado pelos Estados Unidos, nem a utilização de forças tradicionais para reprimir as revoltas sistêmicas na periferia tiveram eficácia, pois foram aplicados em um contexto de mercado que facilita o acesso de qualquer grupo privado a armamentos e a mão de obra mercenária.

Ao invés de controlar as sublevações que afetavam o equilíbrio internacional, a repressão tradicional acentuou ainda mais o ressentimento das populações locais, que passaram a combater os países “disciplinadores” com guerrilha ou com terrorismo, contra os quais, os poderosos armamentos são inócuos.

Tanto os ataques do 11 de Setembro, quanto as bombas nos metrô de Madrid e de Londres ou os os distúrbios ocorridos na França em dezembro de 2005, evidenciam que os jovens descendentes dos “povos bárbaros” ou dos países clientes que penetraram no império pacificamente nas últimas décadas em busca de melhores condições de vida, se cansaram da vida marginal e de miséria a que foram relegados nas Metrôpoles - e se rebelaram.

Ao manifestar seu descontentamento por meio de ataques terroristas, de demonstrações de violência urbana ou de depredações à propriedade privada, esses grupos rebeldes ensejaram a reação militar do Estado que, entre surpreso e indignado, reaje aproveitando a oportunidade para investir ainda mais em armamentos para manter a ordem burguesa.

É o início de uma cadeia de conflitos sem fim, onde a violência deixa de ser um monopólio do Estado e onde armamentos de toda ordem passam a ficar ao alcance de qualquer indivíduo ou grupo que tenha recursos para adquirí-las.

Amplia-se o clima de insegurança entre os membros da comunidade ordeira em geral, e o jogo de trocas presente nas relações entre governo, indústria armamentista, cidadãos norte-americanos e povos ressentidos por pressões econômicas torna-se cada vez mais perigoso.

De um lado, observa-se a Casa Branca subsidiando P&D para a grande indústria da defesa, muito mais interessada na recuperação de sua combalida balança comercial, do que na tomada de medidas de desarmamento. Aliada a ela e de olho no mercado e nos lucros, as mega-organizações que produzem armamentos cada vez mais sofisticados e garantem o seu posicionamento estratégico no cenário internacional.

De outro lado, as populações da periferia que sofreram os efeitos negativos da globalização e que desassossegam o sistema internacional promovendo constantes conflitos para reivindicar melhorias em suas condições de vida ou respeito a seus valores culturais. Como os recursos financeiros dessa imensa maioria de desassistidos são limitados e muitos sabem que não podem contar com o Estado plutocrata para promover a defesa de seus interesses, subjetivamente ou em grupos, eles recorrem a estratégias de guerrilha ou de terrorismo para se fazer ouvir.

Muitos desses grupos, ao mobilizar-se contra aqueles que os exploraram no passado e continuam tentando controlar seus recursos no presente, colocam em risco a segurança e a ordem das populações civis ocidentais. Estas, em pânico, se submetem a seus Estados plutocratas e acatam sem questionar as diretrizes militaristas e expansionistas impostas por governantes como os que hoje estão na Casa Branca, em troca de segurança.

Portanto, ao fazer guerras “corretivas” ou “punitivas” em determinadas regiões do globo, como a do Afeganistão e do Iraque, a ação interventora dos Estados Unidos foi agressiva e invasora, apesar de envolvida moralmente em uma capa liberal de proteção aos direitos humanos e aos valores democráticos.

As guerras punitivas ocorridas no Afeganistão na década de 1990 tiveram inicialmente a finalidade de afastá-lo da área de influência da União Soviética e de mantê-lo sob a esfera

capitalista, por sua importância estratégica na região. As deste milênio visavam confiscar o poder dado ao Talibã que, ao supostamente proteger Bin Laden, estava se posicionando contra Washington.

O uso da coerção militar pelos norte-americanos foi impressionante e pode ter funcionado como advertência para outros países vizinhos que, eventualmente, pudessem querer contestar a política aplicada à região, mas não era compatível com as forças de defesa do Afeganistão.

Um dos países mais pobres do mundo, o Afeganistão ocupa uma posição estratégica importante na geopolítica da região: situando-se entre o Irã e o Paquistão, é uma área propensa a regionalismos por causa de suas condições geográficas difíceis e da enorme miserabilidade da população civil. Esses fatores – condições geográficas difíceis, população miserável e intenso fanatismo religioso - o transformam em uma área onde o terrorismo internacional tende a encontrar terreno fértil para arregimentar adeptos, escondê-los, treiná-los e proliferar.

É válido lembrar que o sentido que é dado aqui para “terrorismo internacional” é o que lhe foi dado no discurso do governo norte-americano, ou seja, como a manifestação radical de grupos de fanáticos religiosos que manifestam seu ódio contra o Ocidente - e contra o grande Satã - por meio de atos de violência contra a sociedade civil. Ou seja, no sentido de promover segurança internacional.

Mas a invasão do país sob o argumento de purgar o terrorismo através da implantação da democracia, na verdade, também permitiria a imposição de bases militares norte-americanas no centro de uma região estratégica e instável, onde se encontram atualmente os maiores recursos energéticos do mundo e por isso, foi perseguida com tanta veemência pelos Estados Unidos.

A guerra contra o Iraque, igualmente, foi outro movimento estratégico importante, pois o país abriga enormes reservas de petróleo em seu território e conta com recursos militares muito inferiores aos dos Estados Unidos para defender-se contra a agressão, não apresentando portanto, riscos elevados para os invasores.

Evidentemente, os idealizadores da invasão em 2003, acostumados às guerras tradicionais movidas por um Estado contra outro, não imaginaram que a reação subterrânea do povo iraquiano fosse tão forte, nem que quase três anos depois ainda estariam com grande parte de suas tropas ali estacionadas, drenando recursos públicos norte-americanos e, acentuando os problemas pré-existentes ao invés de solucioná-los.

Ou seja, a política militarista adotada pelos Estados Unidos, ao invés de lhes trazer recursos que ajudassem a equilibrar a sua balança comercial, ao contrário, ampliou um processo que começou na década de 1950, com a abertura de seus mercados aos produtos manufaturados de países aliados capitalista e que se tornou crônico após a implosão do comunismo, quando o livre comércio estapou a esfera de dominação capitalista original e passou a incluir novos países no sistema de trocas.

A China, por exemplo, um país socialista, apresenta atualmente um superávit comercial em suas trocas com os Estados Unidos, muito superior ao obtido pelo Japão ou pela Europa. Em novembro de 2005, os números comerciais da China na balança norte-americana eram de US\$ 260,6 bilhões, enquanto os do Japão apresentavam US\$ 176,8 bilhões e Alemanha, Inglaterra e França somadas, representavam US\$ 241.9 bilhões.

Assim, a partir de 1990, quando a maioria dos países se debatia com dificuldades econômicas, os Estados Unidos passaram a ser essenciais para o mundo, não mais pela força de sua produção industrial, mas por seu consumo, que poderia sustentar a demanda mundial que estava em recessão.

A consequência dessa política se fez sentir em uma balança comercial deficitária que cresce a um ritmo galopante, mas que, apesar da fraca competitividade de sua manufatura interna, ainda apresentava umas poucas áreas superavitárias. Quais?

Alta tecnologia de informação e aeronáutica. Ou seja, coincidentemente, os bens produzidos pela Boeing, Lockheed Martin, Northrop Grumman e Raytheon, empresas que lideram o ranking de maiores produtores de artigos bélicos do mundo.

Em 2003 podem ser encontradas treze norte-americanas entre as vinte maiores indústrias armamentistas mundiais. Pelo volume de valores e de mão de obra envolvidos no setor, os maiores prejudicados com quaisquer perda, seriam os Estados Unidos, principalmente se forem considerados os 573.4 milhões de empregos gerados por essas companhias, que significam cerca de 75% do total da mão-de-obra das vinte maiores e que esses trabalhadores - e suas famílias - além de serem agentes econômicos que dependem materialmente da produção de armas, também são eleitores e contribuintes.

Nesse contexto, a indústria armamentista, além de ser uma necessidade política para o Estado, sob o ponto de vista de poder e de força militar, também passou a ser uma necessidade econômica e social cada vez mais importante.

As características dos conflitos desenvolvidos neste milênio são muito distintas daquelas que envolviam apenas os Estados como atores principais. Como suas ameaças também são diferentes das que o mundo estava preparado para lidar, a ação organizada dos Estados que tenham pretensão em controlá-los e reprimi-los, é confusa e ineficaz.

Na tentativa de buscar eficiência, a repressão aos conflitos localizados tem um custo cada vez maior, principalmente para os mais poderosos, pois, quanto mais um país tem poder, maior é o ônus financeiro em mantê-lo, maiores são os atritos com os demais Estados e

maiores são os riscos que a nação dominante corre de errar ao lidar com problemas que não sejam de sua alçada ou interesse, mas que lhes são impostos por sua condição de líder.

As despesas militares exigidas pela hegemonia, além de muito onerosas quando somadas a uma situação econômica cada vez mais deficitária, tornam-se elementos perigosos para a estabilidade do país, pois favorecem a ascensão ao poder de grupos políticos adeptos de uma política externa forte e agressiva. E esses grupos, ultra-conservadores e ocupando um espaço cada vez maior nas fileiras do governo, no Pentágono e nos conselhos das grandes organizações industrial-militares, não são favoráveis às virtudes do liberalismo.

Durante o processo de globalização, culturas inteiras foram destruídas, valores locais foram mal-interpretados ou deturpados pela ideologia ocidental, e em muitos casos, as economias de países do 3.º Mundo – fragilizados por dívida externa e por parques industriais incipientes ou despreparados para a competitividade internacional - implodiram, sempre carregando no bojo a etiqueta *made in USA*.

No mundo atual, não há como escapar da influência de Hollywood, da CNN e da Internet. Os filmes e a televisão norte-americanos exprimem a liberdade, o individualismo e a mudança - e seu alcance global contribui para reforçar o *soft-power*, a atração ideológica e cultural que os Estados Unidos exercem sobre o mundo.

Essa penetração *branda* poderia ter sido um fator positivo e favorecer a aceitação mundial da nova potência hegemônica, mas as atitudes agressivas do Departamento de Estado norte-americano e o evidente contraste entre o discurso e a *praxis* cultivados por seus oficiais ao contrário, acabaram provocando reações de mal-estar, de cobiça ou de ódio em seus inimigos e mesmo entre vários de seus antigos parceiros e aliados.

A liderança norte-americana não tem demonstrado a eficácia política que o mundo esperaria de alardeados defensores da tolerância, do livre comércio e da democracia, nem tem praticado relações internacionais entremeadas de diálogos e de acordos multilaterais.

Ao contrário, principalmente após a Guerra Fria, os Estados Unidos se distanciaram dos esforços de organismos internacionais como as Nações Unidas e muitas das iniciativas multilaterais que firmaram anteriormente não foram levadas a cabo.

Como as transformações tecnológicas da informação e das comunicações aplicadas à guerra deixaram de ser monopólio exclusivo de governos, à medida que a globalização se expande, mais aumenta a influência de lugares remotos no cotidiano de todas as nações. Essa nova configuração do cenário externo deveria mostrar que o mundo mudou muito entre a era da Guerra Fria e a da informação global, mas aparentemente, a política externa dos Estados Unidos tem se mantido fora desse novo compasso.

No Congresso, a maioria dos representantes - republicanos ou democratas – demonstra interesse provinciano por questões internas específicas e geralmente, abandonam a política externa nas mãos dos Falcões, que a tratam como mera extensão de seus próprios interesses pessoais ou organizacionais.

Vários desses congressistas, não apenas se recusaram a ratificar uma série de tratados e convenções importantes para a manutenção do equilíbrio ecológico mundial, como o Tratado de Kyoto, como também - a título de diminuir o *deficit* interno - votaram para reduzir percentuais do orçamento dedicados a promover ajuda externa às nações menos favorecidas que fazem parte da ‘clientela’ imperial ou para bloquear contribuições que eram devidas às Nações Unidas e a outros organismos de auxílio internacionais.

Se quiser consolidar sua hegemonia, reconquistar o respeito de aliados e não colocar a população nacional sob a mira de ameaças externas difusas e incontroláveis, o governo norte-

americano deve mudar radicalmente o enfoque dado às suas relações com o restante do mundo.

Ao invés de reservar recursos na ordem de quase US\$ 500 bilhões do orçamento nacional para sustentar uma estrutura militarista que tende a colocar em risco todos os valores pelos quais os Estados Unidos se bateram até hoje, porque os fazedores de política norte-americana não investem em outro tipo de expansionismo, menos oneroso, menos impositivo e com tendência a ser menos agressivamente combatido, como o do *softpower*?

Com esses US\$500 bilhões do orçamento de defesa, quanto não poderia ser investido em computadores baratos e potentes, disponibilizados através de parcerias com organizações comunitárias locais para grupos sociais menos privilegiados ou inacessíveis geograficamente do globo, como os que vivem nas montanhas do Afeganistão ou nas pequenas comunidades do interior do Iraque, por exemplo, e exportar pacificamente por meio deles - e do exemplo - os decantados valores de ‘democracia e liberdade’ que atualmente estão sendo impostos à força e sendo sistematicamente rechaçados?

Paralelamente, já que há tantos discursos sobre abertura de mercados e sobre a ampliação em pesquisas tecnológicas, poder-se-ia investir em hidroelétricas nesses países - ou em outras fontes de energia alternativa para alimentar esses computadores e as muitas indústrias que poderão surgir - melhorando a vida da população e inserindo-a definitivamente no sistema capitalista tão prezado pelos norte-americanos. Por que não promover também cursos de alfabetização, abertos à todas as idades, para que todos possam aprender a ler, a escrever e ter acesso a todo tipo de conhecimento – inclusive o ocidental - entendendo finalmente o verdadeiro significado do conceito ‘liberdade’?

As organizações multinacionais norte-americanas poderiam continuar sendo enormes conglomerados econômicos e o governo poderia continuar subsidiando sua produção, já que a



questão é econômica, mas porque não construir em enorme profusão computadores, televisores, *lap-tops* e *I-pods* sintonizados em canais e em programas norte-americanos e distribuí-los pelas ruas do Afeganistão e Iraque, ao invés de atirar mísseis e granadas sobre uma população civil que mal pode consigo mesma?

Se uma das justificativas econômicas para as invasões ocorrerem é a necessidade de sustentar o desenvolvimento tecnológico dos EUA, por que não utilizar os satélites de controle aéreo que hoje controlam o espaço, facilitando o acesso ao mundo pela Internet aos povos que desejam dominar?

Certamente seria muito menos oneroso e mais eficiente monitorar o mundo de Washington, por uma tela de computador, do que espalhar bases armadas por todos os continentes.

Organizações supra-nacionais como a FAO ou a UNESCO - que hoje lutam para obter recursos que os ajudem a combater a miséria e a fome nos países menos desenvolvidos, tentando fazer justiça social para controlar ou diminuir o impacto de forças reprimidas dentro do sistema que irão voltar-se contra quem as subjogou - poderiam coordenar esses programas com o apoio de comissões do Congresso

Sem dúvida alguma, haveria muito o que fazer com esses US\$ 500 bilhões que hoje só beneficiam uma elite governamental e uma plutocracia da grande indústria armamentista, mas o que se constata é que não há vontade política para tanto.

Na verdade, as comissões do Congresso - esse mesmo Congresso que acabo-se de sugerir para coordenar, em parceria com a ONU, programas de expansão cultural e de disseminação dos valores norte-americanos - votaram cortes de verbas destinadas à Seguridade Social e à ajuda humanitária aos países da periferia, afirmando que com isso poderiam diminuir despesas e o déficit público.

Em 2006, os parlamentares que representam o povo americano e seus interesses liberais não só mantiveram o orçamento da defesa como o segundo maior das áreas governamentais, como solicitaram um aumento adicional a esses valores para ampliar os programas secretos contra o terrorismo e melhor equipar as bases militares implantadas em países estratégicos. Ou seja, a força prevalece sobre o bom-senso.

O poderio militar demonstrado pelos Estados Unidos, mesmo provocando tantas reações contrárias de aliados e de inimigos, continua empenhado em tornar-se cada vez mais ineficiente e oneroso.

E pior, um governo militarizado, centralizado, cheio de segredos e com poderes especiais para combater um inimigo invisível – como os obtidos por meio da Doutrina Bush – tem se mostrado incapaz de conter as novas ameaças à segurança internacional e pode, a médio prazo, tornar-se internamente um risco cada vez maior para a democracia.

A criação do *Homeland Security Office* e de seus polêmicos métodos de vigilância, a publicação do *Patriotic Act I* em outubro de 2001 e suas emendas em 2003 e a tentativa de alterar as determinações do *Posse Comitatus Act*, que limita a ação das Forças Armadas em território norte-americano, demonstram que a democracia naquele país está sob cerco cerrado e que as liberdades civis tão prezadas pelo povo norte-americano podem estar em cheque.

Assim, além de todos os riscos internos que podem ocorrer com o fortalecimento do militarismo, ao exportar alta tecnologia de informação, aviões de combate e outros itens militares que podem eventualmente fazer parte de uma estratégia econômica com a finalidade de diminuir seu imenso déficit comercial, os Estados Unidos se esquecem que os demais países, também preocupado com a própria segurança num clima de paz armada, tendem a

aumentar cada vez mais seus próprios gastos com defesa e a quebrar tratados que um dia, pretenderam fazer prevalecer o bom senso sobre os conflitos.

Quando a força se torna um objetivo em si ou se transforma em interesses materiais de grandes empreendimentos industriais, os governados ficam cegos e os exemplos deixados pela História acabam se perdendo nas teorias da guerra. Enquanto isso, pessoas que sempre acreditaram e defenderam ideais democráticos, se vêem obrigados a abrir mão deles e a se submeter involuntariamente a uma indesejada perda da liberdade em nome da segurança.

Era o que Abraham Lincoln temia que ocorresse nos Estados Unidos quando, durante a Guerra Civil, pressentiu qual poderia ser o destino dos valores pelos quais todos estavam se batendo e vaticinou:

[...] o poder do dinheiro é uma força que suga a nação em tempos de paz e que conspira contra ela em tempos de adversidade. É muito mais despótico do que a monarquia, muito mais insolente que a autocracia e infinitamente mais egoísta que a burocracia. Ele denuncia como seus inimigos todos aqueles que questionam seus métodos ou colocam uma luz sobre seus crimes. Eu tenho dois grandes inimigos para combater: o exército do Sul à minha frente e os banqueiros na minha retaguarda. Dos dois, o que está na retaguarda é o que mais me assusta [...], pois à medida que corporações consolidarem definitivamente o seu poder, uma era de corrupção nos altos postos se seguirá, fazendo com que o grande capital imponha sua vontade e prolongue o seu reinado, manipulando preconceitos e receios do cidadãos honestos até que toda a riqueza esteja concentrada nas mãos de uns poucos e a República seja destruída. (ABRAHAM LINCOLN, 1861-1865)<sup>86</sup>

Presidente Prudente, março de 2006.

---

<sup>86</sup> A citação de Abraham Lincoln pode ser encontrada em *'Spirit of America Liberty Quotes'*. Disponível em <[http://www.dojgov.net/Liberty\\_Watch.htm](http://www.dojgov.net/Liberty_Watch.htm)> e acessado em 21/01/2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACA – Arms Control Association – **Strategic arms limitation talks** (Salt I and II). Disponível em <<http://www.armscontrol.org/documents/salt.asp>>. Acesso em 21 abr. 2005.

ACHRE – Advisory Committee on Human Radiation Experiments - **ACHRE Report** - Disponível em <<http://www.eh.doe.gov/ohre/roadmap/achre/>>. Acesso em 04 mai. 2005.

AGNEW, H. e SCHREIBER, K. **Norris Bradbury**, The National Academy Press. Biografic Memoires, V. 75, National Academy of Science, 1998.

AMADO, R. **Araújo Castro**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

ANGELL, N. **A grande ilusão**. Tradução de Sergio Bath Brasília: UNB/IPRI, 2002.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: IPRI, 2002.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BACEVICH, A. J. **American Empire**. Harvard University Press: Cambridge, 2002.

BAE SYSTEMS - **BAE Systems Annual Report 2004**. Disponível em <<http://www.baesystems.com/>>. Acesso em 06 ago. 2005.

BANDEIRA, L. A. M. De Hitler a Bush: o Iraque e o New American Century. **Revista Espaço Acadêmico**, no. 23, abr. 2003.

BICC – **Bonn International Center for Conversion** – Disponível em <<http://first.sipri.org>>. Acesso em 07 set. 2004.

BOBBIO, N. **O problema da guerra e as vias da paz**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BOEING Company. **BOEING Annual Report 2004**. Disponível em <<http://www.boeing.com/>> Acesso em 21 ago. 2005.

BREWSTER, M. David Lilienthal: seats of power. **Business Week on Line**, 14/05/2004, Disponível em <<http://businessweek.com/>>. Acesso em 17 abr. 2005.

BROAD, W. J. A fierce debate on atom bombs from Cold War. **The New York Times**, New York, 03/04/2005 (Sandra Blakeslee e Kenneth Chang contributed). Disponível em <<http://www.nytimes.com/2005/04/03/science/03nuke.html?ex=1270184400&en=40c81df678e7b630&ei=5090>>. Acesso em 03 abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Anxiously, Los Alamos awaits a new contract and a new era. **The New York Times**, New York, 17/05/2005. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2005/05/17/science/17alam.html?ex=1273982400&en=5b9db10133a69112&ei=5088&partner=rssnyt&emc=rss>>. Acesso em 17 mai. 2005.

BUCHANAN, P. J. Paris em chamas: como terminam os impérios. **World Net Daily News**, 09/11/2005. Disponível em <<http://www.wnd.com/>>. Acesso em 15 nov. 2005.

BUENO, C. A política multilateral brasileira. **O desafio internacional**. Brasília: Editora UNB, 1994.

BEA – **Bureau of Economic Analysis**. Disponível em <<http://www.bea.gov/>>. Acesso em 21 jan. 2006.

BPD – **Bureau of Public Debt**. Disponível em <<http://www.publicdebt.treas.gov/opd/opdpenny.htm>>. Acesso em 27 dez. 2005.

BUONICORE, A. Deter a máquina de guerra imperialista e conquistar a paz. **Revista Espaço Acadêmico**, Universidade Estadual de Maringá, n. 21, fev 2003. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21cbuonicore.htm>>. Acesso em 23 mar. 2005

CADIMA, J. O negócio do armamento e o complexo industrial-militar. **Resistir.info**. 01/08/2003. Disponível em <[http://resistir.info/cadima/cadima\\_armamento.html](http://resistir.info/cadima/cadima_armamento.html)>. Acesso em: 21 jun. 2005.

CANEIRO, J. G. **La racionalidad de la guerra**. Editorial Biblioteca Nueva: Madrid, 2000.

CBW/SIPRI – Chemical and Biological Weapons Project – Disponível em: <<http://www.cbw.sipri.se>>. Acesso em: 25 abr. 2005.

CHOMSKY, N. **Hegemony or survival**. Owl Book: New York, 2004.

CIA – Central Intelligence of America. *International Disputes; Military Expenditures in Dollar figure; US Commercial Partners GDP Capacity; US national controls export for conventional weapons; World Budget (revenues & expenditures); World GDP in Dollar figure; World GDP in GDP Percentages in* The World Fact Book 2004. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/fields>>. Acesso em: 16 jul. 2005.

CLAUSEWITZ, K. **De la guerra**. Ed. Distal: Buenos Aires, 2003.

CNS - Center for Non Proliferation Studies. Disponível em: <<http://cns.miis.edu/pubs/inven/pdfs/atosuw.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2005.

COMAN, J. & CONNLY, K. Bush's UN critics incite Korea to block Iraq war. **The Daily Telegraph**, London, 05/jan/2003. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/>>. Acesso em: 12 ago. 2004.

CPTNP - Comissão preparatória para o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares Disponível em: <<http://www.pws.ctbto.org/>>. Acesso em: 12 abr. 2005.

CRP – Center for Responsive Politics. Federal Election Commission Report. Published 11 jul. 2005. Disponível em <<http://www.crp.org/>>. Acesso em 18 dez. 2005.

DEFENSE NEWS.COM – Disponível em: <<http://www.defensenews.com/content/features/2004chart1.html>>. Acesso em: 25 jul. 2005.

DOUGHTY, R. et al. **American Military History and the Evolution of Western Warfare**. Houghton Mifflin College Division, Package Edition, 1996.

DUPAS, G. A nova doutrina de segurança internacional dos Estados Unidos e os impasses da globalização. In **Os impasses da globalização**. Ed. PUC: Rio de Janeiro, 2003.

DUROSELLE, J. B. **Todo império perecerá**. Tradução de Ane Lize Spatelmberg de Sequeira Magalhães. Brasília: Ed. UNB, 2000.

FAS - Federation of American Scientists. *Arms Trade*. Disponível em: <<http://www.fas.org/main/home.jsp>>. Acesso em: 15 mai. 2005.

FERGUSON, N. **Cash Nexus: Money and Power in the Modern World, 1700-2000**. Peguim Books: New York, (2001)

\_\_\_\_\_. **Colossus: the rise and fall of the American Empire**. Peguim Books: New York, 2004a.

\_\_\_\_\_. The end of Europe? In **AEI Bradley Lecture**, Washington, 01/03/2004b.

FLORES, M. C. – Tensions and arms race. In **Panorama of the International Conjuncture**. USP/GACINT, no. 28, year 7, Dec 05/Apr/06.

FOULCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002.

FRANCHINI NETO, H. Entre o multilateral e o unilateral: reflexões sobre a política externa norte-americana. In **RELN**ET, maio 2005. Disponível em: <<http://relnet.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

FREE DICTIONARY.COM – Dicionário eletrônico disponível em: <<http://www.encyclopedia.thefreedictionary.com/Arms%20Industry>>. Acesso em: 07 jun. 2005.

GARCIA, C. El capitalimo y el imperialismo, in **Projeto Lapsi Caracas**. Universidad Nacional Experimental “Simon Rodrigues”. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos/capimperial/capimperial.shtml>>. Acesso em: 07 dez. 2005.

GAMBINO, M. e GRIMALDI, L. **Traffico d'armi: il crocevia jugoslavo**. Editora Riuniti: Roma, 1995.

GARAMONE, J. BRAC 2005: Closings, realignment to reshape infrastructure. **American Forces Information Service News Article**, maio 2005. Disponível em <[http://www.defenselink.mil/news/May2005/20050513\\_1081.html](http://www.defenselink.mil/news/May2005/20050513_1081.html)>. Acesso em 18 jun. 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Selections of the prison notebook**. New York: Int'l Publishers, 1971.

GOLD, D. *2001 Quadriennial Defense Review – US Military Expenditures*, In SIPRI Yearbook 2002. Disponível em: <<http://www.first.org/>> . Acesso em: 28 set. 2004.

GREIDER, W. America's truth deficit. **The New York Times**, New York, 15/07/2005.

GRIMMET, R. Conventional arms transfer to developing nations 1991-1998, **Congressional Research Service - Report for Congress**. Washington, 04/08/1999.

HANEY, E. L. **Força Delta: por dentro da tropa antiterrorista americana**. Tradução de Cassia Maria Nasser. Ed. Landscape: São Paulo, 2005.

HARDT, M. e NEGRI, A. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 4.<sup>a</sup> ed., Editora Record: Rio de Janeiro, 2002.

HEWLETT, R. G. e ANDERSON, O. Jr. **The New World: a History of the United States Atomic Energy Commission**, Volume I, 1939/1946 (Oak Ridge, Tennessee: U.S CEA Technical Information Center, 1972), pp 723-724.

HIGGS, R. The defense budget is bigger than you think. **The San Francisco Chronicle**, San Francisco, 18/01/2004.

HIK - Heidelberg Institute on International Konflikt - **Global Conflict Barometer 1997, 1998, 1999, 2002, 2003** – Disponível em: <<http://www.first.hiik.org/>>. Acesso em 18 set. 2004.



HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (C. Os Economistas)

HOBBS, T. **O leviatã**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.(C. Obra Prima de Cada Autor)

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HOBSON, J. A. **Imperialism**. London: Allen and Unwin, 1948.

HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações**. Tradução de M. H. C. Cortes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IAEA - International Atomic Energy Agency – **History**. Disponível em: <<http://www/iaea.org>>. Acessado em 24 mai. 2005.

JOHNSON, C. **The sorrows of Empire**. Metropolitan/Owl Book: New York, 2004.

KENNEDY, D. The best army we can buy. In **New York Times**, New York, 25 jul. 2005.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. Tradução de Waltensir Dutra. 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

KIPLING, R. **O Fardo do Homem Branco**. Modern History Sourcebook. Tradução da autora. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/mod/Kipling.html>> . Acesso em: 18 dez. 2005.

KIMBALL, D. and KUCIA, C. The Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty at glance, in Arms Control Association – Fev 2003. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/>>. Acesso em 12 jun. 2005.

KINSLEY, M. The Math. **Washington Post**, Washington, apud Economic Indicators from Economic Report of the President for 2004, 01/08/2004. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A29205-2004Jul30.html>> . Acessado em: 25 jan. 2005.

KUCIA, C. Nuclear Weapons Free Zone. **Arms Control Association**. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/>> . Acesso em 28 mai. 2005.

LAFER, C. **Comércio e Relações Internacionais**. São Paulo: Ed. Perspectiva , 1977

\_\_\_\_\_. **Comércio, desarmamento e direitos humanos**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

LENIN, **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckerman. Ed. Global: São Paulo, 1982.

LINDELL HART CENTER – *Nuclear Age*. Kings College, University of London. Disponível em: <[http://www.kc.uk/lhcma\\_new/cat/nuclearage/xn70-01-s.html](http://www.kc.uk/lhcma_new/cat/nuclearage/xn70-01-s.html)> . Acesso em: 21 jun. 2005.

LOCKHEED MARTIN - 2005 Fact Sheet Disponível em: <<http://www.lockheedmartin.com>>. Acesso em: 30 out. 2005.

LUXEMBURG, R. **Social Reform or Revolution**. Militant Publications: London, 1986.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. Ed. Nova Cultural: São Paulo, 1996. (C. Os pensadores)

MIYAMOTO, S. **A segurança e a ordem internacionais no limiar do novo século**. Primeira Versão: 117. IFCH - UNICAMP, Janeiro 2003.

\_\_\_\_\_. e CARVALHO, P. N. **A ONU e a paz mundial: alcances e limites**. Primeira Versão: 119. IFCH – UNICAMP, Fevereiro 2003.

MODERN HISTORY SOURCE BOOK. **The White Man Burden**. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/mod/Kipling.html>> Acesso em 12 mai. 2005.

MORAES, M. Direita e Congresso dos EUA querem reforma abrangente na ONU. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2005.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**. Brasília: IBRI/UNB, 2003.

NATIONAL ATOMIC MUSEUM, Albuquerque, Novo México. Disponível em: <<http://www.atomicmuseum.com/>>. Acesso em: 12 mai. 2005.

NORTHROP GRUMMAN - Northrop Grumman Annual Report 2004. *Selected Annual Financial Highlights*. Disponível em: <<http://www.northopgrumman.com/>>. Acesso em 28 out. 2005.

NYE, J.S. **O paradoxo do poder americano**. Tradução de Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

OPEN SECRETS - Disponível em: <<http://www.opensecrets.org/industries/contrib.asp>> . Acesso em: 27 set. 2005.

OXFORD English Dictionary. Disponível em: <<http://www.oed.com/>>. Acesso em 10 jun. 2005.

PSR- Programa de Responsabilidade Social e Segurança do Sudeste da Ásia – Prêmio Nobel 1985. Disponível em: <[http://www.psr.org/home.cfm?id=non\\_proliferation8](http://www.psr.org/home.cfm?id=non_proliferation8)>. Acesso em 14 mai. 2005.

RAYTHEON Manufacturing Co. Annual Report 2004. Disponível em: <<http://raytheon.com/>>. Acesso em 14 out. 2005.

RENATUS, F. R. **De Re Militari**. Tradução do Latin por John Clark . Texto escrito no ano de 390 e publicado na Inglaterra em 1767. Versão eletrônica de Mads Brevik, 200. Disponível em: <<http://www.pvv.ntnu.no/~madsb/home/war/vegetius/>> Acesso em 12/12/2005.

RODRIGUES, G. M.A. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROTBLAT, J. The 50-Year shadow. **The New York Times**, London, 17 may 2005.

SCHWARTZ, S. Atomic Audit - **The costs and consequences of U.S. nuclear weapons since 1940**, Brookings Institution Press: Washington, 1998.

SEMPLE, K. Pentagon's plan brings relief and dismay. **The New York Times**, 14 may 2005.

SIMKIN, John. **Expansion, Trade and Industry**, 1992. Disponível em: <<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/TU/hobson.htm>>. Acesso em 04 dez. 2005.

SKÖNS, Elisabeth et al. *Arms Production. Armament, disarmament and international security*. Oxford University Press; Oxford, 2004

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute - - List of top 100 arms producing companies: 2001-2004, **Arms Production Project**. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>. Acesso em 18 jun. 2005.

SIPRI Yearbook 1997 e 1998 - **Military Expenditure and Arms Production Project**. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>. Acesso em 20 out. 2004.

SIPRI Yearbook 1999 – Nuclear Explosions: 1945-98, In Ferm, R. **Armaments, Disarmament and International Security**, Oxford: Oxford University Press, pp 562-563

SIPRI Yearbook 2001 – US research and development expenditures: 1981,1987,1995, 1998, in **The SIPRI Military Expenditure and Arms Productions Project**. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>. Acesso em 10 jun. 2004.

SIPRI Yearbook 2004 – Military Expenditures in Dollar figure and GDP Percentage: Brazil, Chile, Colombia, Mexico, Venezuela, USA; China, Japan, India, Pakistan, North Korea; Arab Emirates, Egypt, Iraq, Iran, Israel, Saudi Arabia, Syria; Turkey; France, Italy, Germany, Georgia, Kazakhstan, Russia, Spain, United Kingdom In **The SIPRI Military Expenditure and Arms Productions Project**. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>. Acesso em 11 jun. 2005.

STAPLES, Steven. GLocalização and Canada's Arms Industry. In **Peace and Environment News**. Jul-Aug 2002. Disponível em: <<http://perc.ca/PEN/2002-07-08/s-staples.html>>. Acesso em 12 set. 2005.

STATISTICAL REVIEW – **World War II: A Summary of ASF Statistic**, Statistic Branch, Control Division, Headquarters, Army Service Forces, US War Department, 1946, pp.75-6.

SWEENEY, J. et alii. **A handbook of Militar American History: from the revolucionary war to the present**. University of Nebraska Press: Lincoln, 2005, 2<sup>nd</sup> edition.

THE PRIVATEER – **History of US Debt: 1791 – 1999** . Disponível em: <<http://www.the-privateer.com>>. Acesso em 14 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. **US Funded Debt (1900-1999) Annual Increase**. Disponível em: <<http://www.the-privateer.com>>. Acesso em 14 nov. 2005.

TIERNEY, J. 'No nukes,' no more. **The New York Times**, New York, Editorial, 17 may 2005. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/05/17/opinion/17tierny.html?ei=5088&en=91dfd58264817c8d&ex=1273982400&partner=rssnyt&emc=rss&pagewanted=print>>. Acesso em 17 mai. 2005.

TODD, E. **Depois do Império**. Tradução de Clovis Marques. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2003.

TOYNBEE, Arnold et al. **Le monde en mars 1939**. Gallimard, 1958.

TZU, S. **A arte da guerra**. Tradução de Luis Carlos do Nascimento Silva. Ed. Record: Rio de Janeiro, 1997.

UNITED NATIONS. Department for Disarmament Affairs. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dda/WMD/treaty/>>. Acesso em 18 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. History. Disponível em: <<http://www.un.org/aboutun/history.htm>> . Acesso em: 13 mai. 2004.

UPSALA UNIVERSITY – *Patterns of major armed conflicts: 1990-2003*, In Uppsala Conflict Data Project. Disponível em: <<http://www.pcr.uu.se/database/>>. Acesso em 21 fev. 2005.

US BUDGET AND ECONOMIC DATA – Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/omb/bu/budget/>>. Acesso em 19 mar. 2004.

US BUDGET – *GDP, Outlays and Receipts in current US\$: 1940-2011*, in US Government Historical Tables, table 1.3, 2.1 and 10.1. Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/usbudget/fy07/hist.html>>. Acesso em 21 fev. 2006.

\_\_\_\_\_*Outlays by super function and function: 1940-2011*, in US Government Historical Tables, table 3.1. Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/usbudget/fy07/hist.html>>. Acesso em 21 fev. 2006.

\_\_\_\_\_*Percentages of receipts by source: 1934-2011*, in US Government Historical Tables, table 2.2 Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/usbudget/fy07/hist.html>>. Acesso em 21 fev. 2006.

\_\_\_\_\_*Summary of Outlays, Receipts, Deficit and Debt: 1940–2011*, in US Government Historical Tables, table 1.3 and 7.1 Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/usbudget/fy07/hist.html>>. Acesso em 21 fev. 2006

US BUREAU OF ARMS CONTROL – Disponível em <<http://www.state.gov/t/ac/trt/4718.htm>>. Acesso em 24 mai. 2004.

US DEPARTMENT OF COMMERCE. Bureau of Economic Analysis. Disponível em: <<http://www.bea.gov/bea/dn/gdplev.xls>>. Acesso em 21 jan. 2006

US BUREAU OF LABOR STATISTICS – *Employment persons by occupation, race, Hispanic or Latino ethnicity and sex*. Disponível em: <<ftp://ftp.bls.gov/pub/special.requests/lf/aat10.txt>>. Acesso em: 07 mai. 2005.

\_\_\_\_\_*Employment status of civilian non-institutional population: 1940 - 2004* Disponível em <<ftp://ftp.bls.gov/pub/special.requests/lf/aat10.txt>>. Acesso em: 07 mai. 2005.

\_\_\_\_\_*US Civilian Employment: 1948 – 2002*. Disponível em: <<http://www.bls.gov/webapps/legacy/>>. Acesso em: 07 mai. 2005.

US DEPARTMENT OF STATE. Arms Control Association. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/documents/salt.asp>>. Acesso em: 21 abr. 2005.

US BUREAU OF PUBLIC DEBT. Disponível em:  
<http://www.publicdebt.treas.gov/opd/opdpenny.htm>. Acesso em: 27 dez. 2005.

US CENSUS BUREAU – *US Top Trading Partners September 2004*. Disponível em:  
<<http://www.marktaw.com>>. Acesso em 07 mai. 2005.

\_\_\_\_\_*US Trade Historical Data: 1960-2003*, in Bureau of Economic Analysis. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: 29 nov. 2004.

\_\_\_\_\_*US Trade Balance with Advanced Technology*. Disponível em  
<<http://www.census.gov/foreign-trade/www/>>. Acesso em 23/12/2005.

\_\_\_\_\_*Foreign Trade Statistics*, in Historical Series. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: 29 nov. 2005.

US DEPARTMENT OF DEFENSE (DoD) – *National Defense Budget Estimates for FY 2003*. Office of under Secretary of Defense (controller) March, 2002. Disponível em:  
<http://www.defenselink.mil/>. Acesso em: 29 dez. 2005.

\_\_\_\_\_*Military Expenditures* – Defense Report 2004. Disponível em:  
<http://www.defenselink.mil/>. Acesso em: 29 out. 2005.

US DEPARTMENT OF LABOR – *US Minimum Wage: 1940-2001*. Disponível em:  
<<http://www.dol.gov/esa/minwage/chart2.htm>>. Acesso em: 26 out. 2005.

US NUCLEAR REGULATORY COMMISSION (NRC). *Who we are*. Disponível em:  
<<http://www.nrc.gov/who-we-are/history.html>> Acesso em 14 mai. 2005.

US WAR DEPARTMENT – US Nuclear Weapons Cost Study Project, 1946. Disponível em  
<<http://www.brookings.edu/fp/projects/nucwcost/weapons.htm>>. Acesso em 21 jun. 2005.

VARGAS LLOSA, A. The return of Latin America's left, **The New York Times**, , 22/03/2005. Disponível em

WALTZ, K. **Teoria das relações internacionais**. Tradução de Maria Luisa Felgueiras Gayo. Gradiva: Lisboa, 2002

WEBSTER, J. Former Lab director Norris Bradbury dead, **LANL Daily News Bulletin**, Los Alamos, 21 aug. 1997. Disponível em: < <http://www.lanl.gov/news/>>. Acesso em 17 mai. 2005.

WEINER, T. Air Force seeks Bush's approval for space weapons program, **The New York Times**, 18 may 2005, Disponível em: <<http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F40F15F93D5D0C7B8DDDAC0894DD404482>>. Acesso em: 20 mai. 2005. B

\_\_\_\_\_. Custo proibitivo torna duvidoso Exército high-tech do futuro, **O Estado de São Paulo**, São Paulo. Caderno Internacional, 29 mar. 2005. A

WIKIPEDIA – *Arms Industry*. Enciclopédia eletrônica disponível em <[http://en.wikipedia.org/wiki/Arms\\_industry](http://en.wikipedia.org/wiki/Arms_industry)>. Acesso em 07, 09, 28 jun. 2005 e em 12,17e 25 jul. 2005.

WOOLF, A. Strategic arms reduction treaties: verification and compliance issues, in **Congressional Research Reports**, Foreign Affairs and National Defense Division, 22 nov. 1996, Report Number: IB91139. Disponível em: <[http://digital.library.unt.edu/govdocs/crs/search.tkl?type=creator\\_simple&q=Woolf,%20Amy%20F](http://digital.library.unt.edu/govdocs/crs/search.tkl?type=creator_simple&q=Woolf,%20Amy%20F)>. Acessado em 08 abr. 2005.



## APÊNDICE A - Armas

### 1. Bombas e mísseis

Em 1955 os Estados Unidos iniciaram um programa para desenvolver foguetes nucleares de alta eficiência para uso militar e espacial. Foguetes convencionais líquidos requerem um combustível e um oxidante bombeados de tanques separados e combinados para produzir calor, alta velocidade e gases de exaustão. A importância do foguete nuclear é que ele elimina o peso de um tanque, de um fluido, de uma bomba e evita a necessidade de combustão, ao usar seu próprio reator térmico para aquecer o gás que passa por ele.

Dentre as principais armas desenvolvidas a partir da criação do complexo industrial-militar nos Estados Unidos, seja no período da 2<sup>a</sup>. Guerra, seja durante a Guerra Fria, destacaram-se:

#### a) Mark 17

A Mark 17 era uma bomba termo-



nuclear com *design* rudimentar. Por causa de seu peso, ela não poderia ser lançada por um bombardeiro, mas foi lançada por um lançador de mísseis. Ela foi lançada de um lançador de mísseis e fez com que o lançador fosse repentinamente leve e fosse lançada centenas de pés acima<sup>87</sup>. O alcance de sua potência era medido em megatons, equivalentes a um milhão de toneladas de TNT.

<sup>87</sup> Parte das informações que descrevem as armas citadas neste item foram de material levantado junto ao Museu Atômico de Albuquerque, Novo México, um órgão oficial de História e Arquivo Nuclear estabelecido pelo governo local para levar conhecimento das pesquisas na área ao público em geral (info@atomicmuseum.com), além de outras informações e imagens obtidas em bancos de dados e de imagens das várias empresas fabricantes, como a Boeing, a Martin, a BAE Systems, a GE, a Lockheed.

## b) W-53

A *W-53* era uma ogiva termonuclear de longo alcance, com cerca de 3 kg, carregada no nariz de vários mísseis como o Mark 17 ou o Titan II.



## c) B-83



As bombas nucleares de gravidade estratégica *B-83*, com opções de lançamento que incluem queda livre ou explosão no solo, explosão aérea retardada e explosão no solo retardada passaram a fazer parte do arsenal norte-americano a partir de 1983. Podem ser lançadas pelos bombardeiros B-52 e F-16.

## d) Davy Crocket

O Davy Crocket foi um míssil utilizado pelo exército norte-americano entre 1960 e 1971, que usava uma ogiva nuclear W-54 para ataques maiores ou explosivos convencionais de alta potência para atuar como uma arma anti-tanque. Era relativamente fácil de ser transportado por um grupo de três pessoas ou por um veículo leve de transporte militar, como um *jeep*. Seu foguete tinha estabilizador de giro com controle remoto e era lançado através de um rifle de recuo.



A ogiva nuclear W-54, que o acompanha, foi manufaturada no Rock Island Arsenal a partir de desenho feito pelo Laboratório Nacional de Los Alamos e com projeto autorizado pela Comissão de Energia Atômica. (AEC)

e) AGM-60 Short Range Attack Missile (SRAM)

O SRAM é um míssil supersônico de superfície relativamente pequeno e com ogivas W-59, usado pelos bombardeiros estratégicos B-52 e F-111<sup>A</sup> da Força Aérea, em substituição dos AGM-28



Hound Dog. Como são pequenos, um único bombardeiro tem capacidade para carregar muitas unidades em uma única viagem. Podem ser acionados por controle remoto, têm capacidade de voar em velocidade subsônica ou supersônica e podem seguir programas de vôo individuais, podendo mudar de direção após terem sido ejetados. Sua função original era aumentar a sobrevivência da força de bombardeio através da neutralização de mísseis de defesa superfície-ar. Foram colocados 1500 SRAMs no mercado e sua produção foi desativada em 1975, como consequência dos acordos SALT firmados entre Estados Unidos e União Soviética.

## f) Goodyear UUM-44 SUBROC



O SUBROC é um míssil que é lançado horizontalmente de um tubo de torpedos de um submarino, contendo uma ogiva nuclear W-55. Ejetado desse tubo *standard* de torpedo em um submarino submerso, seu motor a base de energia sólida é acionado quando o SUBROC atinge a superfície, quando então, com as informações que lhe foram transmitidas pelo radar sonar Raytheon NA/BQQ-2 do submarino, ele voa em velocidade supersônica em direção a seu alvo. Num determinado momento de sua trajetória, o motor se separa da cabeça do míssil, que volta-se para a água e mergulhando a determinada profundidade, ele explode a ogiva nuclear X-55 com raio letal de cerca de 8 km. Não há chance de escape para um submarino inimigo, pois o SUBROC não pode ser detectado por seus sonares no ar.

## g) Fairchild e Convair X-SAM2 Lark

O programa Lark de mísseis interceptadores foi criado pelas duas empresas para conter os ataques dos *kamikases* japoneses durante a 2<sup>a</sup>. Guerra, além de serem usados em aviões de reconhecimento e contra qualquer avião inimigo que estivesse lançado projéteis. Eram carregados com 45 kg de ogiva explosiva, que detonava através de um fuso na proximidade do alvo detectado por um radar. Os



primeiros vôos de testes usavam um sistema simples de comando manual por rádio, mas em 1947, a Raytheon começou a desenvolver um sistema de controle remoto mais adequado para esse tipo de arma.

#### h) Douglas Thor Intermediate Range Ballistic Missile (IRBM)



O IRBM Thor é um míssil supersônico com capacidade para carregar ogivas nucleares 1.45 MT W-40 a uma distância de 2400 km. Por serem estocados horizontalmente em seus abrigos na base, os mísseis deveriam ser erguidos verticalmente para serem abastecidos e lançados, perdendo nisso cerca de 10 minutos. Inicialmente em 1960, foram colocados a serviço da Royal Air Force, na Inglaterra. Em 1962, os mísseis Thor foram usados em testes nucleares estratosféricos (Starfish, Bluegill, Kingfish), com explosões de 1.4 MT a uma altitude de 450 km. No mesmo ano, a Força Aérea dos Estados Unidos começou a desenvolver um plano para aposentar os *SM-75* e em novembro, o primeiro Thor foi removido da base inglesa onde estava armazenado. Em setembro seguinte, todos os mísseis da série haviam sido enviados de

volta para os Estados Unidos. Foram produzidos um total de 225 Thor IRBMs com um pico de uso de 60 mísseis até serem completamente desativados em 1966.

#### i) Lockheed Trident I C-4 Fleet Ballistic Missile

O Trident I é um míssil de frota balística de grande alcance, com capacidade para carregar - ao mesmo tempo - oito veículos de reentrada (VR) com alvos individuais. Foi criado para substituir o Poseidon e dependendo do número de ogivas que estiver carregando, quase dobra a área atingida por seu predecessor. É um míssil de frota balística de três estágios,



com propelente sólido e guiado por inércia, após ser lançado de um submarino. Tem alcance maior que o Polaris I, II e III e o Poseidon e esse aperfeiçoamento permitiu que submarinos norte-americanos trabalhassem em uma área operacional muito maior.

#### j) B-61



A B-61 é uma bomba termo-nuclear que foi construída pelo Laboratório de Los Alamos em 1966, cuja explosão pode ser retardada com o uso de um pára-quadras. Leve, a B-61 pode ser lançada em alta velocidade de altitudes baixas por aviões da Força Aérea, da Marinha e da OTAN Tanto pode ser acionado em queda

livre, quanto ter sua explosão controlada com o uso de pára-quadras. Também pode ser

detonada no ar ou no solo, quando sua ignição é retardada e também é chamada de *laydown*, porque permanece inativa por algum tempo antes de ser detonada. Seu último modelo, o M-61 Mod 11 (fura-chão) pode penetrar muito mais fundo e detonar sob a crosta terrestre, quando suas ondas de choque destroem alvos subterrâneos.

#### k) Martin TM-61 Matador

O Matador foi o primeiro míssil teleguiado utilizado pela Força Aérea dos Estados Unidos. Até Junho de 1959 quando foi substituído pelo Mace, era o míssil de maior alcance no arsenal americano. Com o uso do Matador “A” a capacidade nuclear do Comando Tático



Aéreo (CTA), na Europa, aumentou de forma significativa. Com esses mísseis, o CTA poderia atacar alvos inimigos que eram defendidos demais para serem utilizados aviões pilotados por homens.

#### l) Martin TM-76 Mace



O Mace foi uma evolução do TM-61 Matador, pois o seu sistema de controle remoto era de alcance limitado e podia ser facilmente

interceptado. Seu *design* foi refeito, com asas menores e fuselagem maior. Com isso, aumentou o seu volume interno e seu alcance para cerca de 1.300 km. Podia ser transportado com todos os seus equipamentos através de um trailer de lançamento.

m) Martin MGM-52C Lance



O Lance é um míssil tático balístico de curto alcance, móvel e teleguiado de ponto a ponto. Foi o último míssil de campo de batalha a ser utilizado pelo Exército dos Estados Unidos. Foi desenhado para ser usado contra grandes divisões armadas inimigas. Sua mobilidade e

alcance fizeram do Lance o mais formidável míssil balístico no mundo nas décadas de 1970 e 1980. Comparado às armas “Seargent” e “Honest John” que ele substituiu, o Lance era uma arma fácil de ser operada. Por causa de seu motor de combustível líquido, ele podia ser disparado com sucesso mesmo em temperaturas extremas e não exigia sistemas de aquecimento prévio.



#### n) Sistema anti-mísseis Raytheon Patriot – PAC-2



Uma bateria do Patriot é composta de oito lança-mísseis montados sobre caminhões-reboque com quatro rampas cada um, um radar também móvel e uma estação de controle instalada

a bordo de um caminhão. Alertado por satélite no momento em que é lançado um míssil inimigo, o radar da bateria detecta e identifica instantaneamente o alvo e transmite suas coordenadas telemétricas à estação de controle, onde é calculado em computador o ponto de impacto e o momento preciso em que deve ser disparado o míssil Patriot. Com uma carga explosiva de 90 kg, o PAC-2 tem um alcance que varia entre 70 e 150 km.

#### o) AIM-9 Sidewinder

O AIM-9 Sidewinder é um míssil ar-ar de curto alcance carregado por aeronaves de combate. Tem uma cabeça altamente explosiva e um sistema de direção infravermelho de procura por calor. Seus componentes



principais são um detector de alvos ótico e um motor de foguete. Os sistemas de direção

permitem que o míssil atinja a máquina de exaustão de um avião-alvo. Uma unidade de infra-vermelho custa menos que qualquer outro tipo de direção e pode ser usado dia e noite, em qualquer tipo de clima. O procurador infra-vermelho também permite que o piloto deslanche o míssil e depois deixe a área ou tome ação evasiva enquanto o guia do míssil o leva diretamente ao alvo.

#### p) Tomahawk Cruise Missil



O Míssil de ataque Tomahawk (TLAM) é um míssil subsônico de longo alcance utilizado para guerras com ataque terrestre, lançado de um navio de superfície da Marinha norte americana e britânica. São desenhados para voar a altitudes extremamente baixas em velocidade subsônica e são pilotados em rotas evasivas por vários sistemas de direção. Seu primeiro uso operacional foi na Operação Tempestade no Deserto em 1991, com grande sucesso. Desde então, o míssil tem sido utilizado em vários outros conflitos. Em 1995 foi

firmado um acordo entre Estados Unidos e Reino Unido para que este adquirisse 65 desse mísseis, marcando a primeira venda do Tomahawk para um país estrangeiro.

## 2. Veículos de reentrada, aeronaves, foguetes e lançadores

Os anos 1970 introduziram a avançada tecnologia eletrônica digital aos armamentos. Com a mudança estratégica de ataques de grande altitude para ataques supersônicos, novas armas foram criadas ou aperfeiçoadas.

Após o fim da Guerra Fria, há quem afirme que cientistas e engenheiros norte-americanos têm procurado desenvolver em conjunto com os antigos adversários soviéticos uma razoável troca de tecnologia e de ciência colaborativa. Atualmente, as duas potências têm desenvolvido trabalho em conjunto para tentar evitar a expansão de armas nucleares e de seus riscos, procurando assegurar que os artefatos ainda existentes sob o controle de suas Forças Armadas sejam mantidos no mais alto grau de segurança.

### a) Veículos de Reentrada Mark 6 (GE)

O Mark 6 é um veículo de reentrada desenhado pela General Electric para ser lançado do espaço no topo do Titan II ICBM carregando ogivas nucleares multi-megatônicas W-53. O nariz esférico do veículo de reentrada era composto inicialmente por uma estrutura interna de alumínio à qual estava ligado um escudo ablativo fenólico de calor.



## b) Boeing B-9



O Boeing B-9 foi um modelo construído pela Boeing baseado no cargueiro postal Model 200 Monomail. Ele carregava cinco dos membros da tripulação: piloto, co-piloto, dois atiradores e um operador de rádio. Como ficavam em *cockpits* separados, eles tinham alguma dificuldade em

comunicar-se entre si. O piloto tinha visibilidade limitada por causa dos motores radiais de cada lado e da longa fuselagem à sua frente.

## c) Boeing B-17 Flying Fortress

O B-17 foi o primeiro aeroplano militar da Boeing a utilizar uma cabine de vôo ao invés de um *cockpit* e era armado com bombas e cinco metralhadoras. Entrou em combate em 1941 ao ser comprado pela Força Aérea Britânica e foi sendo equipado com mais armas à



medida em que a guerra evoluía. Tiveram reputação entre os japoneses no Pacífico por sua habilidade de se manter no ar mesmo tendo sofrido muitas avarias. Além dos B-17 construídos pela Boeing, também foram feitos pela Douglas e pela Lockheed (Vega).

## d) Boeing B-29 Superfortress



O B-29 Superfortress foi o primeiro avião a realizar vôos intercontinentais. O B-29 tinha capacidade para voar a até 13.600 m, uma altura que o colocava fora do alcance da maioria dos caças inimigos. Suas metralhadoras podiam ser ativadas por controle remoto e podia carregar uma

grande quantidade de bombas. As áreas destinadas à tripulação eram pressurizadas e conectadas entre si por longos tubos. O B-29 usava o aerofólio de alta velocidade do Boeing 117 e seus *flaps* Fowler se conectavam às asas quando ele ganhava altura..

## e) Boeing B-47 Stratojet

Lançado em 1947, o B-47 representou uma revolução na história da Aviação com suas asas finas e arqueadas para trás e vários motores, tornando-se o precursor de todos os grandes jatos modernos. Ele só



precisava de armamentos na retaguarda, pois não havia avião de combate que fosse rápido o suficiente para atacá-lo de outro ângulo. O B-47 se tornou a base do Comando Estratégico Aéreo, atual Força Aérea dos Estados Unidos e muitos foram adaptados para outras funções,

como levar mísseis, missões de reconhecimento, treinamento ou de controle remoto para outras aeronaves. Foram construídos 2.032 B-47 no total, tanto pela Boeing, quanto pela Douglas Aircraft Co, quanto pela Lockheed Aircraft Corp.

#### f) Boeing B-52 Stratofortress



Desde que se tornou operacional em 1955, o Boeing Stratofortress B-52 foi o principal bombardeiro pesado de longa distância do Comando Estratégico Aéreo dos Estados Unidos. Foram construídos 750 B-52 e destes, 170 eram do modelo D. que carregavam bombas convencionais externamente. As séries produzidas posteriormente estavam preparadas para levar mísseis de ar-superfície Hound Dog e mísseis de engodo Quail. Em janeiro de 1957, três B-52Bs completaram o primeiro vôo de um jato de carreira sem parada em volta da Terra, durando 45 horas e 19 minutos e com apenas três abastecimentos aéreos na rota. Também foi um B-52 que lançou a primeira bomba de Hidrogênio no Atol de Bikini em Maio de 1956. Seu peso é de 19.000 kg e viaja a uma velocidade de 597 km por hora. Usa uma metralhadora M-61 20mm acoplada na torre inferior, General Electric, em conjunto com uma Emerson ASG-21 de controle automático.

## g) Boeing B-737

O B-737 foi concebido como um jato de curto alcance da família dos 727, 720 e 707. Foi originalmente desenhado para ter de 60 a 85 assentos, mas acabou sendo projetado com 100 lugares. Tem duas turbinas sob as asas e 60% de sua estrutura e sistemas é a mesma utilizada pelo B-727. Começou a cruzar os ares com a Lufthansa em 1968 e o último dos 30 construídos foi entregue no ano seguinte.



## h) Boeing B-57



O B-57 era uma versão modificada do Electric Canberra britânico, que mais tarde foi produzido para a Royal Air Force britânica. Era um cargueiro leve e de multi-uso que foi utilizado pelas Forças Aéreas dos Estados Unidos no início do conflito na Coreia, em 1950, para repor os

antigos Douglas B-26. O Martin B-57 fez seu primeiro voo em julho de 1953 e até 1959, quando a produção foi descontinuada, foram fabricadas 402 aeronaves.

### i) General Dynamics F-111



O F-111 foi um avião de múltiplo uso com capacidade supersônica, construído no início dos anos 1960 para a Marinha e para a Força Aérea dos Estados Unidos. Sua função na Marinha era de interceptar um inimigo à longa distância e na Força Aérea, deveria agir como um bloqueador de ataques diretos. Seu protótipo voou pela primeira vez em dezembro de 1964 e foi a primeira aeronave ter um sistema de asas geometricamente variável e um módulo fechado de escape para os dois membros de sua tripulação. O F-111 podia operar de uma altitude que variava entre 3 a 18,200 m. Suas asas de jôgo variável permitiam ao piloto voar com uma velocidade de aproximação até a supersônica, tanto ao nível do mar quanto em altas altitudes, a uma velocidade duas vezes maior que a do som.

### j) Republic Thunderchief F-105

Em 1951, o F-84F foi substituído por um bombardeiro supersônico tático, o Thunderchief F-105. Apesar de ter sido desenhado para carregar apenas artefatos nucleares, no Vietnam ele ficou famoso por sua capacidade de bombardeamento convencional. O primeiro F-105 foi entregue ao Comando Tático da Força Aérea em Agosto



de 1958. Em 1975, eles foram convertidos em F-105G ou retirados do serviço.



### k) A-7 Corsair II Northrop Grumann



Esse avião leve de ataque foi desenvolvido para a Força Aérea e para a Marinha norte-americana. Durante seus primeiros oito anos, o A-7 podia ser encontrado em muitos porta-aviões e foi utilizado em muitas missões no Vietnam. Em 1976, foi modificado para ser um A-7C de dois assentos e passou a ser usado para treinar pilotos em táticas de lançamentos nucleares e para desenvolver e

testar armas aéreas. Em 1992, sua linha de produção foi extinta.

### l) F-16 Fighting Falcon Jet

O F-16 Fighting Falcon, é um dos aviões leves de combate mais significativos dos últimos anos do século XX. Foi desenvolvido originalmente para ser capaz de fazer ataques com precisão sob qualquer tipo de clima. Manufaturado em cinco linhas de produção diferentes, é o



maior de todos os programas de jato de combate do mundo Ocidental. Mais de 4.000 unidades já foram produzidas até hoje e ele ainda continua sendo requisitado por vários países.

## m) F/A-18 Hornet



Aeronave de ataque para um piloto e com capacidade para combater sob qualquer tipo de clima, o F/A-18 Hornet é o avião de caça número um dos Estados Unidos. Tem todas as habilidades para missões tais como interceptação e suporte aéreo direto,

reconhecimento, abastecimento aéreo, acompanhante de ataque, defesa aérea e ataque certo de dia ou à noite. É utilizado pelos os esquadrões táticos da marinha e da aeronáutica do Canadá, Austrália, Finlândia, Kuwait, Malásia, Espanha e Suíça.

## n) Chrysler SM-78 Jupiter

O Jupiter foi o primeiro míssil balístico de mobilidade de calor ablativo (derretido ou vaporizado) no cone de seu nariz. Era um míssil de estágio único, com combustível líquido e sistema de controle inercial. Algumas versões modificadas do Júpiter foram usadas como apoio para o primeiro estágio dos primeiros lançamentos de satélites espaciais dos Estados Unidos. Foi utilizado na Turquia e na Itália de 1961 a 1963.



o) Atomic

O canhão Atomic de 280mm foi a maior peça móvel de artilharia com capacidade nuclear produzida pelos Estados Unidos. Em maio de 1953, um canhão de 280mm atirou um projétil atômico a uma distância de mais de 11 quilômetros no Local de Testes de Nevada.



p) Raytheon AIM-7 Sparrow



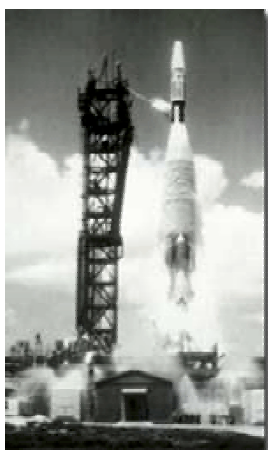
O AIM-7 Sparrow é um míssil guiado por radar com ogiva altamente explosiva. A série AIM/RIM-7 é de mísseis semi-ativos, ar-para-ar, com alta capacidade operacional para atacar aeronaves e mísseis de qualquer direção. É largamente utilizado pelos Estados Unidos e pelas tropas da OTAN. Durante a guerra do Golfo, provou ser uma potente arma ar-para-ar utilizada pelos pilotos da Força Aérea, abatendo 22 aeronaves de asa fixa e três helicópteros iraquianos.

q) Raytheon MIM-23 Hawk

O Hawk é um míssil de defesa de altitude média para baixa, designado a interceptar ameaças táticas de balística aérea. Seu primeiro lançamento foi em Junho de 1956 e na década de 1960 foi utilizado pelo Exército e pela Marinha dos Estados Unidos e por muitos países da OTAN. Tem licença de produção na Europa Ocidental e no Japão.



r) SNAP-10 A System



System for Nuclear Auxiliary Power (ou Space Nuclear Auxiliary Power) – SNAP é uma fonte elétrica com poder nuclear. Em abril de 1965, um ATLAS Agena D colocou um SNAP 10<sup>A</sup> em órbita a 1300 Km de altitude, onde ele gerou mais de 500 watts de potência por mais de 43 dias, usando elementos termonucleares. Foi desconectado por causa de um disfunção da espaçonave e não por qualquer problema relacionado com sua tecnologia.

### 3. *Armas leves*

As armas leves mais utilizadas em qualquer tipo de confronto são provavelmente os rifles, as carabinas e as pistolas. Um rifle é uma arma longa com cano fino e cartucho de alta capacidade, com a finalidade de atirar sobre os ombros. Uma carabina é uma versão mais simples e compacta de um rifle, com um cano mais curto e com cartucho de capacidade intermediária.

O padrão para o uso de armas militares de pequeno porte é sua capacidade seletiva de tiro. Isso quer dizer que uma arma pode atirar de forma semi-automática ou automática. As semi-automáticas exigem que o gatilho seja operado para atirar em cada rodada. As automáticas exigem que o atirador apenas empurre o gatilho para começar a atirar e continuam atirando enquanto o gatilho estiver puxado ou até acabar a munição.

O maior problema com operações automáticas é que sua força poderá fazer com que o alvo seja desviado após cada tiro. Isso não acontece com armas montadas em um tripé, como as metralhadoras mais pesadas, mas as deflagrações das de ombro dificultam que se mantenha o alvo fixo. O uso do rifle de assalto M-16, utilizando pequenos calibres 5,56 de cartuchos da OTAN tiveram a intenção de minimizar essa dificuldade, pois reduzindo o peso da arma e sua rotação, permitem que o soldado carregue a munição extra para o tiro automático.

#### a) Rifle M-16



A insatisfação do Exército com o M-14 e muitos estudos, levaram ao desenvolvimento dessa arma leve, capaz de dar uma rajada de balas de baixo calibre com um padrão de dispersão controlado. Apesar de ter sofrido alguma restrição por parte do Corpo de Ordenança, o M-16 foi adotado pela Secretaria da Defesa por sua rajada completa e automática. Seu alcance seria de 200m ou menos e usava um calibre de 5.56 mm, com cartucho de 20 ou 30 rodadas. Apesar de alguns problemas encontrados inicialmente, um melhor treinamento, manutenção preventiva e muitas mudanças em seu *design* resultaram em uma arma que se tornou padrão do Exército dos Estados Unidos, já tendo sido fabricadas cerca de 3.690.000 delas. Ele pode utilizar todas as munições standard de 5.56mm da OTAN e pode atirar granadas de 40mm quando equipados com o lançador.

b) Rifle de Assalto A-47 (Kalishnikova)



O AK-47 é um rifle russo que foi desenvolvido para atender à infantaria motorizada, adotado pelo Exército Soviético em 1949. Inicialmente, ele não tinha baioneta, mas suas versões mais recentes de cabo de madeira já a possuem. Como o M-16 norte-americano, o AK-47 também é operado a gás e tem fogo seletivo. Seu modelo aperfeiçoado, o AKM, é mais leve, mais fácil de ser produzido e tem baioneta descartável. Existem duas versões desse rifle: uma delas com cabo de madeira e a outra de metal, utilizada principalmente para tropas de encouraçados e de para-quedismo. Tanto a AK quanto a AK-M podem ser automáticas ou semi-automáticas e seu fogo atinge uma área de cerca de 300m. Podem atirar cerca de 100 vezes por minuto quando forem automáticas e 40 vezes por minuto quando semi-automáticas. Podem ter lançadores de granada e intensificadores de imagem noturna, além de serem capazes de funcionar normalmente mesmo após terem sido imersas em lama ou água. Também suportam temperaturas extremamente baixas e têm grande precisão de tiro mesmo quando estiverem sendo acionadas de veículos em movimento.

## APENDICE B - Tratados de Desarmamento

### *1. Tratados Globais de Desarmamento*

Todos os tratados mencionados no texto da dissertação foram firmados após longas e intensas negociações diplomáticas, com muito conflito de intenções entre os interessados e com uma série de entraves causados pelos vários eventos internacionais que ocorreram durante as conversações, como a invasão da Tchecoslováquia em 1968, ou a decomposição da União Soviética em 1991. Os mais importantes foram:

- **Tratado de Banimento Parcial de Testes Nucleares (PTBT)<sup>88</sup>** – O PTBT foi aberto para assinatura em agosto de 1963 e ratificado em outubro de mesmo ano. Sua finalidade era proibir testes na atmosfera, no espaço ou sob as águas. Apesar de ter recebido grande adesão, considerando-se o clima internacional da Guerra Fria, seu alcance foi limitado, pois tanto a França quanto China, dois dos cinco países nucleares, não ratificaram suas assinaturas.
- **Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)<sup>89</sup>** – O TNP foi aberto para assinatura em julho de 1968 e entrou em vigor em 1970, com o depósito da ratificação dos Estados Unidos. Sua finalidade era fazer com que os cinco países detentores de energia nuclear (Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e China) se comprometessem a não transferir armas ou artefatos nucleares, ou sua tecnologia, a qualquer outro país não nuclear. Os demais países participantes se comprometeram a não adquirir ou produzir armas ou artefatos nucleares e aceitaram salvaguardas com a

---

88 Apud CNS - Center for Non Proliferation Studies. Disponível em <<http://cns.miis.edu/pubs/inven/pdfs/atosuw.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2005.

89 Apud UN Department for Disarmament Affairs. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dda/WMD/treaty/>>. Acesso em 18 fev. 2005.

presença de inspetores em território nacional para identificar se artefatos criados para produzir tecnologia nuclear para meios pacíficos, como energia nuclear, não estavam sendo desviados para armas nucleares. A AEIA (Agência Internacional de Energia Atômica), ficaria responsável pela fiscalização e cumprimento do acordado. Em maio de 1995, cento e noventa e um países estiveram presentes à Revisão do NPT em Nova York e decidiram que o Tratado passaria a ter duração ilimitada e incondicional

- **Tratado de Proibição Total de Testes (CTBT)**<sup>90</sup> – O CTBT foi aberto para assinatura em 1996 e sua finalidade era banir definitivamente todos os testes de explosões nucleares. Apesar desse ser um antigo desejo da comunidade mundial, sua realização foi obstada por muito tempo, tanto pelo contexto da Guerra Fria, quanto pelo ceticismo de todos na capacidade de serem cumpridas as determinações de um tratado de dessa natureza. Em 1991, em um cenário no qual não mais existia a Guerra Fria, os membros signatários do Tratado de Proibição Parcial se reuniram para convertê-lo em um Tratado de Proibição Total e com o apoio da Assembléia Geral da ONU as negociações começaram em 1993. Em 10 de setembro, foi protocolado e assinado por 71 países, inclusive os cinco grandes que já detinham controle sobre tecnologia nuclear. Em março de 2002 participavam dele 175 estados membros, 121 dos quais já ratificados.
- **Convenção de Armas Tóxicas e Biológicas (BTWC)**<sup>91</sup> – A BTWC foi firmada em Washington, Londres e Moscou em abril de 1972 e entrou em vigor em março de 1975, proibindo o desenvolvimento, produção, armazenamento e compra de armas tóxicas e biológicas e complementando as proibições que já constavam do Protocolo

---

90 Apud Comissão Preparatória para o Tratado Completo de Banimento de Testes Nucleares. Disponível em: <<http://pws.ctbto.org/>>. Acesso em 12 abr. 2005.

91 Apud US Bureau of Arms Control. Disponível em: <<http://www.state.gov/t/ac/trt/4718.htm>> e em: <<http://fas-www.harvard.edu/~hsp/biologic.html>>. Acesso em 24 mai. 2004.



de Genebra de 1925. Durante a 2<sup>a</sup>. Guerra, novos gases tóxicos que afetavam os nervos foram desenvolvidos e muita pesquisa em armas biológicas foi incentivada, mas nem o Eixo nem os Aliados chegaram a usar armas químicas durante o conflito. Nas negociações do pós guerra sobre o desarmamento geral, as armas químicas e biológicas foram consideradas tão letais quanto as armas convencionais ou nucleares. A BTWC foi um dos primeiros tratados internacionais a banir uma categoria inteira de armas. Até junho de 2000, haviam aderido a ele 144 estados signatários (Taiwan excluída), além dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e outros 18 estados que o firmaram posteriormente. A Inglaterra, os Estados Unidos e a Rússia são depositários dessa Convenção.

## *2. Tratados Bilaterais de Desarmamento*

Acordos bilaterais são aqueles firmados entre duas nações e todas as suas disposições devem atender aos interesses de ambas as partes. Foi o que ocorreu entre Estados Unidos e União Soviética, quando as duas superpotências se dispuseram a iniciar negociações bilaterais para reduzir o passo da corrida armamentista que estava exaurindo a ambas. Após uma série de encontros iniciais, foram firmados os seguintes acordos entre as duas partes:

- **Convenção de Limitação de Armas Estratégicas (SALT) I e II**<sup>92</sup> – Foram negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética, que tiveram início em 1969 a pedido do Presidente Lyndon Johnson e que pretendiam limitar a produção e a distribuição de armas nucleares, além de diminuir o ritmo da corrida armamentista. A primeira série de encontros ocorreu entre 1969 e 1972 em Helsinque, Viena e Genebra e durante o governo Nixon, resultou em um acordo (SALT I) para limitar os sistemas de mísseis anti-

---

92 Cf. Arms Control Association, In US Department of State. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/documents/salt.asp>>. Acesso em 21 abr. 2005.

balísticos. A segunda rodada, em Genebra, durou de 1972 a 1979 e essa segunda rodada (SALT II) gerou um novo acordo que não foi aprovado pelo Senado norte-americano à guisa de protesto contra a invasão soviética ao Afeganistão. Em 1982, o governo Reagan abandonou as rodadas do SALT e começou uma nova série de negociações conhecidas como Conversas sobre Redução de Armas Estratégicas (START), que levaram a acordos em redução de armas.

- **Tratados de Redução Estratégica de Armas (START I e II)**<sup>93</sup> – As negociações entre Estados Unidos e União Soviética para preparar um tratado que permitisse a “profunda redução” de forças estratégicas ofensivas nucleares, com limites iguais para os dois lados e uma “verificação efetiva” começaram em 1992. O limite determinado pelo START I foi de 1.600 sistemas estratégicos ofensivos de lançamento como os lançadores de Mísseis Intercontinentais (ICBMs), os Mísseis lançados por submarinos (SLBMs) e os bombardeiros pesados com 6.000 ogivas atribuídas<sup>94</sup>.

O START I foi o mais amplo e complexo acordo de Controle de Armas já negociado e seis protocolos relacionados com as Verificações de Cumprimento foram incluídos em seus anexos. Da forma que foi elaborado, o tratado predispõe o controle de armas através de muitas especificidades e detalhes, na tentativa de evitar qualquer ambigüidade ou qualquer interpretação equivocada de suas obrigações.

Em Maio de 1992 foi também firmado um Protocolo por quatro dos estados sucessores dos soviéticos<sup>95</sup> que também eram detentores de arsenais de armas cuja proibição estava

---

93 WOOLF, Amy. Strategic Arms Reduction Treaties (START I & II): Verification and Compliance Issues. In Congressional research reports, Foreign Affairs and National Defense Division, 22/ 11/1996. Report no. IB91139

94 Destes 6.000 atribuídos, há um sublimite de 4.900 ogivas de mísseis balísticos, 1540 ogivas de ICBMs pesados e 1.100 ogivas de ICBMs móveis. Essa “atribuição” de ogivas a mísseis e pesados bombardeiros pesados é feita através de contagem que indica quantas ogivas cada míssil ou bombardeiro usam. O número de ogivas atribuídas aos ICBMs e SLBMs deverá ser iguais ao número utilizado em cada tipo de míssil, mas o número atribuído aos bombardeiros será bem menor que o número de bombas ou mísseis de cruzeiro que cada tipo de bombardeiro for equipado para carregar.

95 Países que assumiram os compromissos dos START após a dissolução da União Soviética: Rússia, Belarus, Casaquistão e Ucrânia.

coberta pelo START. Esses documentos, em conjunto, definem todos os procedimentos - complexos e custosos - que os Estados signatários deveriam seguir para se manter de acordo com o firmado. Logo após a assinatura do START I, a União Soviética começou a entrar em colapso.

Analistas internacionais, preocupados com as conseqüências de um novo cenário internacional sem o equilíbrio de poderes que prevalecera na Guerra Fria, sugeriram cortes ainda mais profundos nas armas estratégicas ofensivas que os que haviam sido delineados pelo START I. Em Junho de 1992, George Bush (Sênior) e Boris Yeltsin começaram a negociar o START II, que foi protocolado em Janeiro de 1993.

O tratado, que previa reduzir ambos os arsenais em quase  $2/3$ <sup>96</sup>, banindo todos os MIRVs e ICBMs, obrigava a Rússia reduzir cento e cinco SS-19s, que carregavam 6 MIRVs a ogivas simples e usar noventa SS-18 silos modificados para abrigar uma ogiva simples de ICBM. O sistema de verificação imposto pelo START II não sofreu grandes modificações em relação ao START I. As negociações para o START III iniciaram-se em março de 1997 com a intenção de reduzir a quantidade de armas nucleares estratégicas para níveis ainda menores que as determinadas no START II.

- **Tratado de Proibição de Forças Nucleares Intermediárias (INF)** – Esse acordo entre Estados Unidos e União Soviética foi assinado em dezembro de 1987 por Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev e entrou em vigor em junho do ano seguinte. O tratado eliminava todos os mísseis de balística e de cruzeiro nucleares e convencionais - dos dois estados signatários - lançados de bases terrestres com alcance de 500 a 5.500 km de circunferência. Pelas linhas do acordo, até junho de 1991 um total de 2.692 de mísseis de

---

96 Pelo termos do Start II, os Estados Unidos continuaram a manter um arsenal com 3.500 ogivas e a Rússia com 3.000.

alcance curto, médio e intermediário deveriam ser destruídos<sup>97</sup> e ambas as nações concordaram com inspeção mútua de instalações militares para conferirem o cumprimento do acordado.

O INF foi o primeiro tratado em que as superpotências concordavam em reduzir seus arsenais nucleares, eliminando uma categoria *completa* de armas nucleares, além de autorizar um programa de inspeção local e não via satélite, como antes, e esse fato indicava que a corrida armamentista atingira seu limite, desgastando os dois contendores e acabando com seu fôlego.<sup>98</sup>

### 3. *Tratados Regionais de Desarmamento*

Os mais importantes desses tratados regionais de não proliferação nuclear (Nuclear Weapons Free Zone - NWFZ), com suas respectivas características são:

- **Tratado de Tlatelolco** – Voltado para a América Latina e para o Caribe, este tratado de NWFZ foi aberto para assinatura em fevereiro de 1967 e entrou em vigor em outubro de 2002<sup>99</sup>. Tem trinta e três países participantes<sup>100</sup> – dentre eles o Brasil - e seu Protocolo I (garantia de segurança negativa) foi ratificado pela China, França, Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética.

---

97 Dos 2.692 mísseis a serem destruídos, 846 eram norte americanos e 1846 eram soviéticos.

98 KIMBALL, D e KUCIA, Cristine. The Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty at a Glance, In Arms Control Association – Fevereiro 2003. Disponível em <<http://www.armscontrol.org/factsheets/INFtreaty.asp>> . Acesso em 12 jun. 2005.

99 A demora em colocar o tratado de Tlatelolco em vigor se deve ao fato de que havia restrições para que isso só ocorresse após a ratificação de todos os países que pertencessem geograficamente àquela área. Em 2002, Cuba foi o último de todos os países a confirmar sua ratificação. Muitos dos membros, entretanto ignoraram a provisão de unanimidade e se declararam ligados pelo tratado desde 1968.

100 Países Membros do Tratado de Tlatelolco: Antigua and Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Dominican Republic, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guayana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Saint Kitts and Nevis, Saint Lucia, Saint Vincent and Grenadines, Suriname, Trinidad and Tobago, Uruguai, and Venezuela.

- **Tratado de Rarotonga** - Seus treze países-membro<sup>101</sup> são do Pacífico Sul. Foi aberto para assinatura em agosto de 1985 e passou a vigorar como NWFZ em dezembro do ano seguinte. Seu Protocolo II (garantia de segurança negativa) foi ratificado pela China, França, Inglaterra e União Soviética, mas não pelos Estados Unidos. O Protocolo III (proibição de testes em NWFZ) foi ratificado pelos mesmos países e igualmente recusado pelos Estados Unidos<sup>102</sup>.
- **Tratado de Bangkok** – Foi aberto para assinatura em dezembro de 1995 e entrou em vigor em março de 1997. Tem ao todo dez países-membro<sup>103</sup>, mas nenhum de seus protocolos foi firmado pelas cinco potências nucleares.
- **Tratado de Pelindaba** – Foi aberto para assinatura em abril de 1996, mas só entrará em vigor após a ratificação de vinte e oito dos seus cinquenta membros. Até o momento, somente dezoito<sup>104</sup> países completaram a ratificação. Seus Protocolos I (garantia de segurança negativa) e II (proibição de testes na NWFZ) já foram ratificados pela China, França e Inglaterra.
- **Tratado de NWFZ da Ásia Central** – Em setembro de 2002, cinco<sup>105</sup> países da Ásia Central completaram as negociações sobre os termos do tratado que deveria estabelecer uma NWZF na Ásia Central, após cinco anos de trabalhos. A demora em oficializar o tratado se deve à espera do endosso das cinco nações nucleares reconhecidas pelo TNP. Os Estados Unidos, França e Inglaterra manifestaram algumas restrições em fazê-lo, com

---

101 Países Membros do Tratado de Rarotonga: Austrália, Cook Islands, Fiji, Kiribati, Nauru, New Zealand, Niue, Papua New Guinea, Samoa, Solomon Islands, Tonga, Tuvalu and Vanuatu.

102 As razões dessa recusa está no conflito entre liberdade de trânsito de navios e aviões norte-americanos portando armas nucleares pelo Pacífico com os termos proibitivos do Tratado.

103 Países membros do Tratado de Bangkok : Brunei Darussalam, Cambodia, Indonesia, Laos, Malaysia, Myanmar, Philippines, Singapore, Thailand, and Vietnam

104 Países que completaram a ratificação do Tratado de Pelindaba: Algeria, Botswana, Burkina Faso, Cote d'Ivoire, Equatorial Guinea, Gambia, Guinea, Kenya, Lesotho, Mali, Mauritania, Mauritius, Nigeria, South Africa, Swaziland, Togo, United Republic of Tanzania, and Zimbabwe

105 Países do Tratado de NWZF da Ásia Central: Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, Turkmenistan, and Uzbekistan

receio de que esses tratados possam afetar o transporte naval de materiais físséis utilizados na construção de armas nucleares pelas zona em questão e porque alguns de seus termos entram em choque com alguns pactos de segurança regional pré-existentes. Há também grande preocupação sobre o item que permite a expansão da zona do tratado e o fato de que há países em seu entorno que já têm armas nucleares ou estão tentando desenvolvê-las, como é o caso da Índia, Paquistão ou Irã.

Para finalizar, outros importantes para o controle de armas foram<sup>106</sup>:

- **Tratado do Espaço Sideral** – Aberto para assinatura em janeiro de 1967, proíbe seus membros de colocarem armas nucleares ou de destruição em massa no espaço.
- **Tratado de Controle de Armas Sob o Mar** – Aberto para assinaturas em julho de 1970, não admite armas nucleares ou de destruição em massa no solo oceânico além de 12 milhas da zona costeira.
- **Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis** – Estabelecido por vinte e sete países, faz restrições específicas contra sistemas de lançamento de mísseis e o uso de sua tecnologia para lidar com armas nucleares ou de destruição em massa.
- **Legalidade de Armas Nucleares no Tribunal Internacional de Justiça** - Questão discutida na resolução WHA 46/40<sup>107</sup> de maio de 1993 e na resolução 49/75 K de dezembro de 1994<sup>108</sup>.

---

106 Relacionados no Programa de Responsabilidade Social e Segurança do Sudeste da Ásia – Prêmio Nobel 1985 – Disponível em <[http://www.psr.org/home.cfm?id=non\\_proliferation8](http://www.psr.org/home.cfm?id=non_proliferation8)> e acessado em 14 mai. 2005.

107 O TJI não foi capaz de concluir se o uso ou a ameaça de armas nucleares é de alguma forma contra a lei internacional.

108 O TJI não conseguiu opinar se o impacto causado por armas nucleares ou outros explosivos nucleares no meio ambiente é contra a lei internacional.

- **Tratado de Eliminação de Materiais Físseis** – iniciado em março de 1995, estabeleceu uma Comissão em agosto de 1998, proibindo o uso de materiais físeis na produção de armas nucleares ou de qualquer outro instrumento explosivo.

## APÊNDICE C - A grande indústria armamentista norte-americana

### *1. Lockheed Martin Corporation*

A Lockheed Martin Corporation é atualmente a maior empresa de defesa do mundo, classificada em 1º. lugar entre as grandes produtoras de armas e serviços bélicos. Sua atual configuração é datada de março de 1995 – quando as grandes corporações do cenário internacional se reestruturavam para a Nova Ordem com fusões e com a compra de empresas menores - e é o resultado da junção de duas das mais importantes empresas de alta tecnologia e aeronáutica do mundo: a Lockheed Corporation e a Martin Marietta Corporation. Em 1996, a Lockheed Martin completou seu processo de crescimento estratégico integrando à empresa os sistemas eletrônicos de defesa e os sistemas de integração empresarial da Loral.

A nova Lockheed Martin Corporation é portanto, uma empresa que resultou da junção de partes ou do total de dezessete companhias. Em 2004, ocupou pela quarta vez consecutiva o primeiro lugar no ranking mundial de vendas de armas, com uma receita anual de US\$ 35,5 bilhões.

Apesar da maioria de sua produção ser prioritariamente destinada aos contratos firmados com o governo norte-americano<sup>109</sup>, a empresa também fornece alguns produtos e serviços para várias outras instituições governamentais por todo o mundo.

Seja através de parcerias para construir foguetes ou jatos de caça, seja através da venda de aviões como o F-35 ou as variações do Hércules C-130, seja através da criação de sistemas de segurança, de radar ou de mísseis, a empresa tem evoluído sistematicamente nos últimos dez anos, criando soluções personalizadas para atender as necessidades de cada cliente/país.

---

<sup>109</sup> As vendas da Lockheed Martin em 2004, no valor de US\$ 35.5 bilhões foram distribuídas da seguinte forma: 58% para o Departamento de Defesa, 22% para o Governo Civil e Segurança Interna; 16% para o mercado internacional e 4% para comercialização doméstica. Fonte: 2005 Fact Sheet – Lockheed Martin. Disponível em < <http://www.lockheedmartin.com/data/assets/9355.pdf> > e acessado em 30/10/2005.



Suas raízes históricas foram lançadas nos primeiros anos da aviação, por volta de 1909, quando o pioneiro Glenn Martin começou seu negócio de aviões. Ao longo dos anos e como consequência de intenso jogo de influências nos bastidores governamentais, transformou-se em um dos maiores fornecedores das forças armadas dos Estados Unidos. Em quase um século de atividades, tanto a Lockheed Martin quanto as demais companhias compradas por ela ao longo de sua existência, evoluíram tecnologicamente tanto em pesquisas voltadas para a alta tecnologia e sistemas, quanto para a área de aviação.

Seu primeiro contrato militar com o governo dos Estados Unidos foi firmado na década de 1920 e durante a 2<sup>a</sup>. Guerra, a empresa produziu grande parte dos aviões de combate e de transporte utilizados pelo Exército e pela Marinha, incluindo o China Clipper e o Marauder B-26 da Martin e o P-38 Lightning e o XP-900 da Lockheed. Quando a guerra terminou, a Lockheed continuou produzindo aviões de combate e de transporte e a Martin se concentrou na indústria espacial, produzindo mísseis, foguetes e outras armas modernas.

Durante a Guerra Fria, a empresa foi uma das precursoras da tecnologia sintética de radar, capaz de localizar alvos através das nuvens e de observar as atividades dos mísseis soviéticos, detectando e acompanhando o satélite russo Sputnik. Foi a partir de meados da década de 1950 que a Lockheed começou a figurar entre as principais empresas contratadas pela Marinha dos Estados Unidos, produzindo os mísseis balísticos de frota Polaris, lançados de submarino e cujo alcance era de 1000 milhas náuticas de distância<sup>110</sup>.

Na época, enquanto a Lockheed vendia mísseis e desenvolvia a ‘caixa preta’ - um gravador de voo que até hoje é um equipamento obrigatório em todos os aviões convencionais e militares - a Martin desenvolvia e lançava o primeiro satélite dos Estados Unidos, o

---

110 A imagem e configuração do Trident poderão ser encontrados no Apêndice A.

Explorer, além de criar o Martin Bold Orion, o primeiro míssil balístico lançado no ar com multi-estágios.

No fim da década de 1950, o Lockheed Agena colocou em órbita o primeiro satélite controlado remotamente por operadores em terra e lançou o mais poderoso míssil balístico intercontinental, o Martin Titan, que foi o primeiro de uma enorme família de veículos para uso militar e comercial.

Também nesse período, a IBM, empresa coligada da Lockheed, iniciou com a NASA o relacionamento comercial que perdura até os dias de hoje, fornecendo computadores para os projetos Mercury, Gemini, Apollo, Skylab e Shuttle. Foi a partir dessa época que o programa espacial passou a dominar a maior parte dos esforços de P&D da companhia. Além da Lockheed e da Martin, a IBM, a Sperry e a Goodyear Aerospace, que hoje fazem parte da mesma empresa, tornaram-se os maiores fornecedores da NASA.

Quando na década de 1960 surgiu o primeiro satélite meteorológico de observação que transmitia uma imagem do tempo do espaço, duas das empresas que foram compradas posteriormente pela Lockheed, a GE Aerospace e a Sanders, passaram a suprir a NASA com equipamentos de *softwares* para o Controle da Missão Apollo em Houston. Foi também nesse período, durante a guerra do Vietnã, que os aviões Hércules C-130 da Lockheed se transformaram em importantes instrumentos de locomoção para transportar tropas, suprimentos e refugiados.

A companhia também foi responsável pela construção do primeiro computador de controle aéreo instalado nos Estados Unidos; pelo foguete Titan II do programa Gemini, o primeiro a lançar dois astronautas norte-americanos no espaço e pelo foguete Lockheed Agena, pioneiro em acoplamento e desacoplamento no espaço.

Sua subsidiária, a Sanders, foi uma das primeiras a desenvolver circuitos para padrões interativos na tela de um televisor, dando início à indústria de vídeo-game, enquanto submarinos com alta capacidade de submersão eram desenvolvidos por outra subsidiária, Lockheed Deep Quest.

Pode-se perceber portanto, que na área de aeronáutica espacial - desde os primeiros passos de Neil Armstrong na Lua até a última viagem bem sucedida do Discovery - a Lockheed Martin e as empresas absorvidas por ela contribuíram de forma fundamental com sua tecnologia de ponta<sup>111</sup>.

Atualmente, a Lockheed Martin divide suas atividades em cinco diferentes setores: Sistemas Eletrônicos, Sistemas e Soluções Integrados, Serviços e Tecnologia de Informação, Sistemas Espaciais e Aeronáutica.

A área de Sistemas Eletrônicos é desenvolvida na unidade de Bethesda, Maryland e suas vendas em 2004 somaram US\$ 9.7 bilhões<sup>112</sup>. Desse valor, US\$ 3,6 bilhões correspondem às vendas de mísseis e anti-mísseis, US\$ 3.5 bilhões à sistemas e sensores marítimos e US\$ 2.6 bilhões à soluções de plataforma, de treinamento e de transporte de tropas.

Os Sistemas e Soluções Integradas estão sendo fabricados em Gaithersburg, Maryland e seus produtos mais vendidos em 2004 foram os relacionados a sistema e soluções de inteligência, no valor de US\$ 2.3 bilhões. O mais importante deles, o C4ISRAF<sup>113</sup> é vendido exclusivamente para o departamento de Defesa dos Estados Unidos, somando mais US\$ 1,5 bilhões de renda para esse setor.

---

111 As informações históricas deste item foram obtidas no site da companhia, disponíveis em <http://www.lockheedmartin.com/wms/findPage.do?dsp=fec&ci=12912&rsbci=12926&fti=0&ti=0&sc=400> e acessados em 30/10/2005.

112 Valores obtidos no Balanço de 2004 da Lockheed Martin. Disponível em < <http://www.lockheedmartin.com/data/assets/9355.pdf> > e acessado em 30/10/2005.

113 C4ISRAF é a designação do Projeto de “Comando, Controle, Comunicação, Informática, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento da Força Aérea” utilizado em larga escala para sistemas de software do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

Já os Serviços e a Tecnologia de Informação são disponibilizados na fábrica de Cherry Hill, New Jersey e venderam US\$ 3,8 bilhões em 2004. Destes, 44% são relacionados com Tecnologia de Informação, 42% com Serviços de Defesa e 14% com Serviços de Engenharia e Ciências.

A unidade da Lockheed localizada em Denver, Colorado alcançou vendas de US\$ 6,3 bilhões, dos quais US\$ 3,8 em Satélites, US\$ 1,5 bilhões em Serviços de Lançamento e US\$ 1 bilhão em Sistemas Defensivos e Estratégicos de Mísseis.

Além do setor de Sistemas Eletrônicos, uma outra área em que a Lockheed Martin mais se destaca é a de Aeronáutica, cuja fábrica está localizada em Forth Worth, Texas. Em 2004, a companhia arrecadou US\$ 8,1 bilhões com a venda de Aviões de Combate (81%), de Produtos de Mobilidade Aérea (14%) e de Royalties de P&D (5%).

O valor total de US\$ US\$ 35.5 bilhões dessas vendas em 2004 foram distribuídos no mercado interno e externo da seguinte forma: 58% destinados ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos (US\$ 20.6 bilhões), 22% para Governo Civil e Segurança Interna (US\$ 7.8 bilhões), 16% para o mercado internacional (US\$ 5.7 bilhões) e 4% foram comercializados internamente (US\$ 1.4 bilhões ).

Esses números são muito significativos, uma vez que sendo a Lockheed a maior produtora de produtos bélicos de alta tecnologia do mundo, é curioso verificar que quase 80% de suas vendas - um valor de aproximadamente US\$ 28.4 bilhões - tem por destinatário exclusivamente o governo dos Estados Unidos.

Os produtos oferecidos pela companhia - sistemas eletrônicos, alta tecnologia de informação, foguetes e satélites - com alto valor agregado, que exigem conhecimento científico de última geração e que podem ser utilizados como instrumentos de domínio sobre terra, água e ar, são portanto, criados com a quase exclusiva finalidade de atender aos

interesses do governo norte-americanos e às suas aspirações de ‘levar a democracia’ a todos os Estados ditatoriais ou autocráticos.

Os percentuais de vendas indicados acima tornam-se mais interessantes ainda, se observarmos os dados de crescimento da empresa a partir de meados da década de 1990, quando ela deu início ao processo de fusões e aquisições que lhe permitiu ter o atual formato.

Um outro fator significativo - que faz pensar sobre as denúncias existentes sobre o complexo industrial-militar existente nos Estados Unidos e suas ligações com o Congresso Nacional e o Pentágono - é que a Lockheed Martin, líder no ranking de contratos com o governo norte-americano, também é a empresa líder em seu setor no ranking de contribuições às campanhas eleitorais norte-americanas, como pode ser observado abaixo:

*Tabela 13 - Contribuições eleitorais da Lockheed Martin: 1990–2004<sup>114</sup>*

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>Democratas</b>	<b>Republicanos</b>	<b>Total do Setor</b>	<b>Participação</b>
2004	US\$ 2,160,033	34%	66%	US\$ 16,183,303	13.3%
2002	US\$ 2,373,734	41%	59%	US\$ 15,902,294	14.9%
2000	US\$ 2,505,724	40%	60%	US\$ 14,151,176	17.7%
1998	US\$ 1,427,123	33%	67%	US\$ 9,756,568	14.6%
1996	US\$ 1,941,606	36%	64%	US\$ 13,089,979	14.8%
1994	US\$ 1,827,314*	60/51/80%**	40/49/19%**	US\$ 9,500,584	19.2%
1992	US\$ 1,369,044*	52/50/81%**	48/50/19%**	US\$ 8,780,004	15.6%
1990	US\$ 951,259*	45/46/71%**	55/54/29%**	US\$ 7,043,920	13.5%
<b>Totais</b>	<b>US\$ 14,919,837</b>	<b>51.5%</b>	<b>48.5%</b>	<b>US\$ 94,417,828</b>	<b>15.5%</b>

Fonte: Open Secrets. Disponível em <<http://www.opensecrets.org/industries/contrib.asp>> e acessado em 27/11/2005.

Notas: \* Esses valores incluem as contribuições feitas pela Lockheed, pela Martin Marietta e pela Loral nos anos de 1994, 1992 e 1990, quando essas empresas ainda não haviam se fundido na Lockheed Martin. \*\* Percentuais respectivamente, da Lockheed, Martin e Loral.

Na campanha de 2004, a Lockheed Martin contribuiu com US\$ 2,2 bilhões para determinados candidatos à reeleição, coincidentemente, membros de comissões de

<sup>114</sup> Nos anos de 1992 e 1996, o pleito à presidência foi vencido pelo candidato democrata Bill Clinton. Nesse período, os maiores conflitos nos quais os Estados Unidos intervieram foram a guerra dos Bálcãs e a ajuda aos Talibãs no Afeganistão. Nos de 2000 e 2004, os Republicanos voltaram ao poder com George W. Bush.

armamentos do Departamento de Defesa e do Pentágono. Desse valor, US\$ 748 milhões foram destinados aos Democratas e US\$ 1,45 bilhões para os republicanos<sup>115</sup>.

## 2. *Boeing Defense and Space Group*

William Boeing começou os negócios da empresa que leva seu nome por volta de 1916 quando, em parceria com um amigo que era engenheiro da Marinha dos Estados Unidos, criou seu primeiro aeroplano, feito de madeira, linho e arame, o Hidroplano C.

Durante a 1ª. Guerra, a pequena companhia produziu alguns modelos do Hidroplano C com duas pranchas para o governo, mas nos anos posteriores, como não havia mais encomenda para aviões militares e ainda não existia mercado para aviões civis, o Boeing BB-L6 começou a fazer vôos postais para o Canadá. Esses vôos postais acabaram levando à criação da Boeing Air Transporte (BAT) para atender um contrato com o Correio dos Estados Unidos e para fazer a entrega de correspondência entre as cidades de São Francisco e Chicago, além de prestar serviços como o treinamento de pilotos e efetuar a construção campos de pouso e de instalações físicas para a manutenção do novo serviço de correspondência.

A longa e proveitosa parceria entre a Boeing e os contratadores do governo teve início efetivamente na década de 1930, quando a companhia recebeu um pedido do Serviço Aéreo do Exército (que mais tarde se transformou na Aeronáutica) para construir biplanos de caça e de combate e para modernizar aeroplanos ingleses. Essa parceria persistiu durante todo o período que durou a a 2ª. Guerra e graças à boa aceitação de seus aviões<sup>116</sup> pelo serviço

---

115 Informações detalhadas das contribuições das maiores empresas do setor armamentista estão disponíveis em <<http://www.opensecrets.org/industries/contrib.asp>> . Acesso em 27 set. 2005.

116 As configurações e imagens desses aviões, tais como o B-9, o B-17 Flying Fortress, o B-29 Superfortress poderão ser consultados no Apêndice A.

militar, a empresa prosperou muito. Entretanto, os anos da segunda metade da década de 1940 foram terríveis para a indústria aérea. Quando ao fim da guerra, os militares cancelaram seus pedidos de bombardeiros, a Boeing fechou várias de suas fábricas, dispensando quase 70.000 pessoas.

Para se recuperar, os engenheiros da companhia construíram um luxuoso avião de carreira que se beneficiava com a velocidade e todas as melhorias técnicas que haviam sido desenvolvidas em todos os bombardeiros no final da guerra. A Pan American Airlines foi a primeira a encomendar esses aviões e eles começaram seus serviços em 1949, na linha que ligava São Francisco a Honolulu. O bombardeiro Stratojet B-47<sup>117</sup>, outro sucesso de vendas, foi lançado em 1947, seguido pelo B-52 Stratofortress<sup>118</sup> em 1952. Com a evolução de aviões com motores de propulsão para a era dos jatos, o modelo B-707-120 foi o primeiro de uma longa linhagem de jatos comerciais da empresa.

Toda a tecnologia que havia sido desenvolvida no calor da guerra passou a ser utilizada, não só pela Boeing, mas por todo o recém criado complexo industrial-militar. Os computadores analógicos usados para guiar mísseis se transformaram nos predecessores dos computadores de hoje. Os mísseis supersônicos surgiram em 1957 e a partir deles, a Boeing desenvolveu sistemas de mísseis intercontinentais, incluindo a construção de bases e a instalação e manutenção de equipamentos correlatos.

A aprendizagem com a tecnologia de foguetes levou os engenheiros da companhia a criar veículos espaciais reaproveitáveis e manobrados por homens, que girariam em torno da órbita terrestre após terem sido lançado por um foguete, como Dyna-Soar e apesar do

---

117 A imagem e configurações do Stratojet B-47 poderão ser consultados no Apêndice A

118 A imagem e configurações do Stratofortress B-52 poderão ser consultados no Apêndice A

programa ter sido cancelado em 1963, o conceito foi recuperado posteriormente nos projetos dos ônibus espaciais Columbia e Discovery.

A Boeing também participou do programa Apollo - que colocou homens na Lua em 1969 - mas na década de 1970, sob o peso da crise do petróleo e do desgaste das finanças públicas com a corrida armamentista, o cancelamento do programa espacial e dos conseqüentes investimentos governamentais vinculados a ele, provocaram uma grande crise interna na empresa. Sem as encomendas do projeto espacial, a empresa não teve outra alternativa a não ser concentrar seu foco produtivo em aviões comerciais, como o Jumbo 747, apesar desse modelo ainda não haver se estabelecido devidamente no mercado, ter custos iniciais enormes e da empresa apresentar sérios problemas para cumprir prazos de entrega.

Além do cancelamento do programa espacial, a crise do petróleo também afetou de forma intensa todos os demais tipos de transportes e provocou o cancelamento do programa de Transporte Supersônico (SST), um projeto de pesquisa realizado pela Boeing em parceria com o governo federal, obrigando a fábrica de Seattle a dispensar quase 50% de seus funcionários<sup>119</sup>.

A recessão no setor só começou a ceder em meados da década seguinte (1980) com as vendas dos aviões B-737<sup>120</sup>. Os jatos estavam em plena ascensão no mercado aéreo e para atender os novos requisitos da globalização emergente com rapidez e economia, a Boeing criou o B-757, o B-767 e as versões ampliadas do B-737. Na área militar, para agregar os setores militar e espacial da empresa, foi criado o Boeing Defense and Space Group, separando-se das unidades da Boeing Commercial Plane Group e da Boeing Computer Services.

---

119 Durante o ano de 1971, a fábrica da *Boeing* em Seattle cortou cerca de 37.200 empregados de um total de 80.400. Sem emprego e sem perspectivas, milhares de trabalhadores abandonaram a cidade, migrando para outras regiões e provocando um sério problema para a cidade, que ficou literalmente às moscas.

120 Imagem e configurações do B-737 poderão ser encontrados no Apêndice A.



Hoje, a Boeing se destaca no mercado aeronáutico pelo *design*, desenvolvimento, produção, vendas e suporte técnico de jatos aéreos, aeronaves militares, satélites, mísseis de defesa, vôo espacial humano e serviços e sistemas de lançamento. Está posicionada em segundo lugar entre os maiores fabricantes mundiais de aviões comerciais com mais de 100 assentos e é a segunda maior empresa contratada pelo governo dos Estados Unidos para prover sua Defesa, conforme dados levantados pelo SIPRI em 2004.

Enquanto a maioria de suas operações ocorre no território norte-americano, seus parceiros, fornecedores e sub-contratados estão espalhados por todo o mundo, gerando empregos para cerca de 157.000 pessoas.

Além de seus departamentos de pesquisa, desenvolvimento e produção, a Boeing se destaca pelo fornecimento de suporte técnico a todos os seus clientes e por lhes disponibilizar soluções financeiras seletivas através da Boeing Capital Corporation, que também gerencia o *portfólio* de riscos da empresa.

A partir de 1996, seguindo a tendência do mercado e procurando adaptar-se a um novo tipo de demanda gerada por decisões políticas do governo norte-americano, a Boeing fez fusões com várias empresas da área. Uma das mais importantes foi a efetuada com a Rockwell International Corporation<sup>121</sup>, uma empresa de defesa e de produtos aeroespaciais, o que lhe permitiu diversificar sua área de atuação, investindo mais em tecnologia de ponta e lhe dando recursos para transformar a companhia em um enorme empreendimento global.

Sua receita total em 2004, entre vendas de produtos em geral e venda de serviços foi de US\$ 52,5 bilhões<sup>122</sup>. Comparando esses dados com os balanços da companhia nos últimos

---

121 Após ter se fundido com a Boeing, a *Rockwell International Corporation* foi renomeada como *Boeing North American Inc.* e posteriormente, fundiu-se com a *McDonnell Douglas Corporation*, aumentando ainda mais a fatia de mercado da Companhia.

122 Receita total, conforme os dados obtidos em seu Balanço Anual de 2004. A receita obtida com os setores de Defesa da Companhia corresponde US\$ 30,5 bilhões. Disponível em <<http://www.boeing.com/>> Acesso em 21 ago. 2005.

quatro anos, pode-se perceber que, o planejamento estratégico desenvolvido por seus dirigentes para sobreviver às turbulências do mercado, foi bem sucedido.

A queda de 32.7% no volume de venda de aeronaves comerciais no período de 2000 a 2004, ocorrida por causa da crise no setor de transporte civil, levou a companhia a compensar as perdas com maiores investimentos na área de Sistemas Integrados de Defesa, que no período dos primeiros cinco anos desta década indica um crescimento de mais de 52%.

Essa mudança de rumo só foi possível por causa da fusão que havia sido feita nos anos 1990 com empresas de alta tecnologia - como a Rockwell International - e que provou-se altamente compensadora, pois além de ter sido responsável pela manutenção da receita da companhia em momentos de crise aguda, ainda apresentou uma leve alta nos resultados, em relação aos números publicados nos balanços do ano 2000<sup>123</sup>.

*Tabela 14 - Balancete consolidado da Boeing: 2000–2004*

<b>Vendas e outras receitas de Operações</b>	<b>2004 (US\$ bi)</b>	<b>2003 (US\$ bi)</b>	<b>2002 (US\$ bi)</b>	<b>2001 (US\$ bi)</b>	<b>2000 (US\$ bi)</b>
Aeronaves comerciais	US\$ 21,0	US\$ 22.4	US\$ 28.4	US\$ 35.1	US\$ 31.2
Sistemas Integrados de Defesa <sup>a</sup>					
- Sistemas de Aeronaves e Armamentos	US\$ 11,4	US\$ 10.8	US\$ 10,5	US\$ 9,5	US\$ 9,3
- Sistemas Integrados de Rede	US\$ 11,4	US\$ 9,4	US\$ 8,1	US\$ 6,0	US\$ 2,7
- Sistemas de Apoio	US\$ 4,7	US\$ 4,2	US\$ 3,5	US\$ 3,0	US\$ 4,7
- Sistemas Orbitais e de Lançamento	<u>US\$ 3,0</u>	<u>US\$ 3,0</u>	<u>US\$ 2,8</u>	<u>US\$ 4,3</u>	<u>US\$ 3,3</u>
Total de Sistemas Integrados de Defesa	US\$ 30,5	US\$ 27.4	US\$ 24.9	US\$ 22.8	US\$ 20.0
Boeing Capital Corporation <sup>b</sup>	US\$ 1,0	US\$ 1,0	US\$ 0,8	US\$ 0,6	US\$ 0,3
Outros	US\$ 0,5	US\$ 0,9	US\$ 0,5	US\$ 0,4	US\$ 0,5
<u>Diferenças contábeis</u>	<u>(US\$ 0,5)</u>	<u>(US\$ 1,4)</u>	<u>(US\$ 0,8)</u>	<u>(US\$ 0,9)</u>	<u>(US\$ 0,8)</u>
	US\$ 52,5	US\$ 50.3	US\$ 53.8	US\$ 58.0	US\$ 51.2

**Fonte:** Balanço Financeiro de 2004 - Boeing Company e Subsidiárias, disponível em <<http://www.boeing.com/>> e acessado em 21/08/2005.

**Notas:** (a) Todos os valores relacionados neste item correspondem à Defesa e perfazem 58% do total da produção da Boeing. (b) Até 2002 esse item era identificado como Financiamento Comercial e de Clientes.

A mudança de foco estratégico da companhia, iniciada com as fusões em fins da década de 1990, levou a Boeing a buscar uma aproximação maior com o governo federal. Ao longo dos pleitos eleitorais da década de 1990, até os nossos dias, pode-se observar que a

<sup>123</sup> US\$ 52,5 bilhões em 2004, comparativamente a US\$ 51.2 bilhões em 2000, indicando um crescimento de 2.5%.

empresa participou ativamente do processo eletivo dos parlamentares norte-americanos e em especial, daqueles que ocupariam cargos em Comissões de Compra nos Departamentos de Estado, de Defesa Civil e Segurança e no Pentágono. Os valores despendidos pela empresa foram gradativamente crescentes, como pode ser observar abaixo.

*Tabela 15 - Contribuições eleitorais da Boeing: 1990-2004<sup>124</sup>*

Ano	Valor	Democratas	Republicanos	Total Setor	Participação Empresa
<b>2004</b>	US\$ 312,595	43%	57%	US\$ 16,183,303	1,9%
2002	US\$ 311,434	39%	61%	US\$ 15,902,294	1,9%
<b>2000</b>	US\$ 212,574	71%	29%	US\$ 14,151,176	1,5%
1998	US\$ 420,837	24%	76%	US\$ 9.756,568	4,3%
<b>1996</b>	US\$ 464,640	26%	74%	US\$ 13,089,979	3,5%
1994	US\$ 313,156	55%	45%	US\$ 9,500,584	3,3%
<b>1992</b>	US\$ 440,068	42%	58%	US\$ 8,780,004	5,0%
1990	US\$ 412,135	38%	62%	US\$ 7,043,920	5,8%
<b>Total</b>	<b>US\$ 2,887,439</b>	<b>42.2%</b>	<b>57.8%</b>	<b>US\$ 94,407,828</b>	<b>3.0%</b>

Fonte: Open Secrets. Disponível em <<http://www.opensecrets.org>> . Acesso em 27 set. 2005.

Nota: os valores referentes a 1990-1996 constam da lista de contribuintes sob o nome da Rockwell. Até então, a Boeing não fazia parte da listagem dos 20 maiores contribuintes, o que vai ocorrer apenas a partir de 2000, quando a Rockwell já havia sido adquirida por ela.

Ao longo dos últimos 15 anos, ao fazer suas contribuições financeiras para as campanhas eleitorais, a empresa investiu US\$ 2,89 bilhões, dos quais em média 42,2% foram destinados aos candidatos do Partido Democrata e 57,8% para o Partido Republicano.

Nos anos de 1992 e 1996, o pleito à presidência foi vencido pelo candidato democrata Bill Clinton. Nesse período, os maiores conflitos nos quais os Estados Unidos intervieram foram a guerra dos Bálcãs e a ajuda aos Talibãs no Afeganistão. Nos de 2000 e 2004, os Republicanos voltaram ao poder com George W. Bush.

Vale a pena lembrar que até 1996, apenas a Rockwell constava da lista dos 20 maiores contribuintes do setor nos pleitos eleitorais e que os valores indicados acima são referentes às suas contribuições. A partir de 1998, após a fusão, já consta o nome da Boeing entre os

<sup>124</sup> Nos anos de 1992 e 1996, o pleito à presidência foi vencido pelo candidato democrata Bill Clinton. Nesse período, os maiores conflitos nos quais os Estados Unidos intervieram foram a guerra dos Bálcãs e a ajuda aos Talibãs no Afeganistão. Nos de 2000 e 2004, os Republicanos voltaram ao poder com George W. Bush.

maiores contribuintes, mas os valores se mantiveram num patamar bem inferior ao que havia sido seguido pela empresa de alta tecnologia, como pode ser observado acima

Também é importante ressaltar que o setor armamentista norte-americano é um dos que menos aplica capitais em campanhas eleitorais, mas é o que mais direciona as doações: somente financia candidatos à reeleição e que já pertençam a comissões congressionais tais como os sub-comitês de Apropriações de Defesa - que lida com o dinheiro aplicado em armamentos - e com os comitês de Serviços Armados - que exercem influência na política militar do país.

Sendo uma empresa cujas receitas advêm em grande parte de contratos federais, a Boeing é um dos contribuintes de campanha que procuram adotar a estratégia do equilíbrio nos donativos para ambos os partidos, pois acredita que na concorrência por encomendas do governo, é importante ter amigos em altas posições dos dois lados.

### *3. BAe Systems*

A BAe Systems é uma empresa europeia com características muito representativas da atual tendência mundial no setor: sua atividade está centrada na junção entre a grande tecnologia eletrônica e de informação com a produção de armas tradicionais.

Foi formada em novembro de 1999 com a fusão entre a British Aerospace (BAe) e a Marconi Electronic Systems, o braço de defesa da General Electric Company (GEC)<sup>125</sup>. Na época, os especialistas econômicos acreditavam que a BAe iria incorporar a Deustch

---

<sup>125</sup> Não confundir com a GE americana. A GEC lida com eletrônicos, comunicações e engenharia voltada para a defesa e para o consumo geral e está sediada na Inglaterra.

Aerospace AG (DASA)<sup>126</sup> para formar uma gigantesca empresa pan-européia do setor aeroespacial, mas a BAe escolheu a imersão com os negócios eletrônicos de defesa da GEC.

Essa estratégia - que acabou reforçando seu papel de empresa britânica, ao invés de ter criado um enorme empreendimento anglo-germânico - abriu para a BAe possibilidades muito maiores de penetrar no riquíssimo mercado de defesa norte americano e permitiu-lhe ocupar em 2004, o terceiro lugar entre as maiores empresas produtoras de armas do mundo.

Isso foi possível porque, após ter dominado a indústria da defesa no continente europeu, a BAe Systems aproveitou-se das ligações político-militares existentes entre Inglaterra e Estados Unidos e adquiriu naquele país a Lockheed Martin Control Systems (LCMS) uma empresa de alta tecnologia que produz controles para o bombardeiro B-2 Spirit, para a nave de controle estratégico C-17 Globemaster, para os caças F/A-18<sup>127</sup> e para os jatos comerciais Boeing-757 e Boeing-767.

De todas as atividades da companhia, a mais lucrativa é o contrato *Al Yamamah*, feito com o governo da Arábia Saudita para suprir e dar suporte à sua Força Aérea. Esse acordo representa quase a metade dos rendimentos da empresa, ou seja, em 2003, esse valor era de aproximadamente US\$ 700 milhões, em uma receita total de US\$ 1,7 bilhões.

Em razão de seu interesse em ter maior competitividade no mercado de defesa norte-americano – indiscutivelmente o maior do mundo – e apesar de já ter feito a fusão com a Lockheed Martin Control. Systems e desta já ter lhe rendido cerca de US\$ 9 bilhões em vendas feitas para o Pentágono, a BAe Systems completou suas aquisições naquele país em junho de 2005, adquirindo a United Defense Industries (UDI), um dos maiores fabricantes

---

126 Empresa composta pela Deutsche Aerospace AG, Daimler Benz Aerospace AG e DaimlerChrysler Aerospace AG. A DASA se fundiu com a Aerospatiale francesa e com a Construcciones Aeronáuticas SA (CASA) espanhola para criar a European Aeronautic Defence and Space Company (EADS).

127 Imagem e configuração do F/A-18 e do Boeing 757 poderão ser encontrada no Apêndice A.

norte-americanos de sistemas terrestres de combate, ou seja, de veículos de guerra, sistemas de artilharia, canhões navais, munição e lançadores de mísseis de precisão teleguiados.

Em resumo, a BAe Systems é uma empresa internacional com sede na Inglaterra e cujas atividades estão voltada para o desenvolvimento, produção e suporte de sistemas aeroespaciais avançados de defesa para uso no ar, em terra, no mar e no espaço. Ela desenha, manufatura e dá suporte a aeronaves militares, embarcações de guerra, submarinos, veículos bélicos, radar, sistemas de aviação, comunicação e de armas por controle remoto ou eletrônico.

Em aviação, a empresa é líder absoluta na Europa na criação de projetos conjuntos para construção de aeronaves civis e militares, tais como a Eurofighter, a Joint Strike Fighter e o Airbus, em parceria com outras conceituadas empresas de aviação do mercado. Na área da Marinha, destaca-se no *design* de navios mercantes e militares para todos os países, construindo fragatas, submarinos e porta-aviões, bem como radares, mísseis, sistema C4ISRAF e torpedos. É a principal contratada da Royal Navy da Inglaterra para o fornecimento do novo destróier Type 45 e do submarino nuclear de ataque Astuce.

Em terra, a BAe se destaca no desenvolvimento de radares, redes de C4ISRAF, de artilharia e de armas teleguiadas e de eletro-ópticas. No espaço, disponibiliza a seus clientes tecnologia em sistemas de imagens de alta definição para fotogrametria, foto interpretação e aplicações de mapeamento, cartografia e geodésia<sup>128</sup> (MC&G).

A companhia também desenvolve, integra e produz equipamentos de teste para avançados sistemas eletrônicos, incluindo os de lançamento espacial e de satélites. É ela quem fornece sistemas de equipamentos e instrumentos de aviação para foguetes de lançamento dos programas Atlas e Titan.

---

128 Geodésia é um ramo das Geociências que faz levantamento e representação da forma e da superfície da Terra, global e parcial, com as suas feições naturais e artificiais.

Os projetos de P&D da companhia cobrem tecnologias e a criação de ambientes materiais e sintéticos, tais como os de realidade virtual e de 3D. A alta qualidade de *softwares* desenvolvidos em seus sistemas avançados lhe granjeou considerável presença comercial, tanto na Europa e Estados Unidos, quanto no Oriente Médio, Ásia e Austrália, com a prestação de serviços de logística e de suporte, além de operações e de gerenciamento de fábricas locais, de treinamento, reparo e vistoria de produtos e de fornecimento de suporte logístico profissional.

Seus especialistas em Modelação e Simulação de Sistemas criam e empregam uma grande quantidade de ferramentas e de tecnologias para desenvolver sistemas bélicos como o Sistema de Canhão 155-mm Avançado (AGS) e o Sistema de Combate Futuro (FCS)<sup>129</sup>, além de simulações detalhadas de protótipos virtuais, que permitem testes em tempo real e uma interface direta com o meio ambiente externo dos jogos de guerra.

Em 2004, a BAe Systems gerou emprego direto para 97.500<sup>130</sup> pessoas em suas *joint ventures* nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Suécia, em Israel e na África do Sul. Nos últimos anos, através dos processos de compra e de fusão pelos quais passou, a companhia sofreu uma transformação radical, deixando de ser um simples fabricante britânico local para se transformar em um grande negócio multinacional e com bases mundiais, como é mostrado na tabela a seguir.

---

129 AGS para *Armored Guns System* – Sistema de canhões blindados. Em Janeiro de 2003, a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada em Defesa (DARPA) e o Exército dos Estados Unidos selecionaram a BAe Systems para juntar-se à General Dynamics Land Systems (GDLS) e a Lead Systems Integrator (BOEING/SAIC) para projetar os veículos de solo do Sistema de Combate Futuro (FCS), um componente crítico da planejada transformação de forças do Exército norte-americano. O FCS irá utilizar significativo conhecimento de campo de batalha para melhorar o poder de combate de sua rede de veículos, sensores e armas.

130 BAe Systems Annual Report 2004. Disponível em <[http://www.baesystems.com/fin\\_info/reports](http://www.baesystems.com/fin_info/reports)> e acessado em 06/08/2005.

Tabela 16 - Demonstrativo de resultados da BAE Systems em 2003-2004

Divisão	Vendas (£b)		Lucros (£b)		Capital Circulante (£b)		Empregados (mil)	
	2003	2004	2003	2004	2004	2004	2003	2004
Programas Gerais	11,3	14,2	2,4	2,9	0,1	0,1	19,4	18,4
Soluções e Apoio ao Consumidor	2,6	2,9	2,2	2,2	0,4	0,4	10,8	10,7
Parcerias	6,8	6,5	1,7	1,9	0,1	0,1	13,6	13,2
Aviação	2,3	2,5	1,1	1,1	0,1	0,1	9,4	8,9
América do Norte	2,4	2,5	2,7	2,8	0,2	0,2	23,1	27,4
Aeroespaço Comercial	21,4	20,9	2,9	2,9	0,2	0,2	12,1	12,6
Sede e outras Atividades	1,1	2,3	2,9	0,6	0,2	(0,1)	4,0	6,3
Custos	(1,9)	(1,8)	(0,8)	(0,8)	(...)	(...)	(...)	(...)
<b>TOTAIS</b>	<b>46,1</b>	<b>50,0</b>	<b>12,6</b>	<b>13,5</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>92,4</b>	<b>97,5</b>

Fonte: BAe Systems Annual Report 2004. Disponível em <[http://www.baesystems.com/fin\\_info/reports](http://www.baesystems.com/fin_info/reports)> e acessado em 06/08/2005.

Em 2004, seus lucros foram de £13,5 bilhões, inclusive os gerados por suas *joint ventures* e por suas vendas na ordem de £50.1 bilhões. Dentre as empresas que fizeram esses pedidos, há antigos clientes do Airbus, como a China Southern Airlines, a China Eastern Airlines, Jetblues Airways e Turkish Airlines e há também novos clientes como a Air Berlin, a Atihad Airways e a Spirited Airlines.

Por ser uma empresa de capital inglês, apenas sua subsidiária nos Estados Unidos, a BAe Systems North America, participou com contribuições para as eleições governamentais de 2004, desembolsando oficialmente um total de US\$ 482,9 milhões na campanha.

Desse total, 42% foi destinado a candidatos democratas e 57% para os republicanos<sup>131</sup>. A BAe Systems North America tem feito essas contribuições desde o ano de 2000: nas eleições presidenciais daquele ano, sua doação foi de US\$ 119.1 milhões para os Democratas e US\$ 178.6 milhões para os Republicanos. Nas eleições para o Congresso e Senado de 2002,

131 Center for Responsive Politics . Federal Election Commission Report, publicados em 11/07/2005. Disponível em: <<http://www.crp.org/>>. Acesso em 18 dez. 2005.



a contribuição foi de US\$ 513,0 milhões, dos quais 36% ficaram com os Democratas e 64% com os republicanos.

Hoje a empresa ocupa o terceiro lugar no ranking das vinte maiores empresas produtoras de armas no mundo, ficando atrás apenas na Lockheed Martin e da Boeing em volume de vendas na área. Seu planejamento estratégico está voltado para o domínio mundial de seu *métier*, expandindo-se também por outros continentes além da Europa e da América, como se pode observar por suas fábricas situadas em Israel e na África do Sul.

#### *4. Raytheon Manufacturing Company*

A Raytheon Manufacturing Company<sup>132</sup> foi fundada em 1922 sob o nome de American Appliance Company. A década de 1920 se caracterizou nos Estados Unidos por ser um período de grande desenvolvimento tecnológico, impulsionando a indústria com o advento do automóvel, do rádio e dos refrigeradores. Acompanhando o progresso, a indústria elétrica estava espalhando redes de energia por todo o país e sob a perspectiva desses avanços modernos, os telefones também estavam se expandindo e se tornando comercializáveis.

Nessa época, Laurence Marshall, um engenheiro, homem de negócios e físico experiente, une-se a Vannevar Bush, que era cientista e professor de engenharia elétrica na Massachusetts Institute of Technology (MIT) e embalados por toda a euforia do desenvolvimento industrial e de olho no mercado potencial dos aparelhos domésticos que se expandia - juntamente com outros pequenos investidores - juntaram um pouco de capital e se associaram a Charles G. Smith, um jovem cientista que havia desenvolvido um protótipo de

---

132 Dados históricos sobre a companhia poder ser encontrados em < <http://www.raytheon.com/about/history/early/index.html>>. Acesso em 14 out. 2005.

refrigerador doméstico que usava esfriamento artificial. Havia grande expectativa em torno da comercialização do invento, mas, como muitos outros empreendimentos do gênero, aquele refrigerador movido a esfriamento artificial nunca saiu do laboratório.

Decepcionados com o fracasso, mas tentando dar um novo rumo à pequena empresa que haviam formado, Marshall e Bush sugeriram ao jovem Smith uma mudança no projeto: ao invés de trabalhar no refrigerador, ele deveria concentrar-se na criação de uma espécie de tubo gasoso que permitisse que rádios pudessem ser conectados a uma tomada na parede e funcionar com eletricidade ao invés de usar baterias, que eram muito caras e com isso impediam a disseminação popular do aparelho.

Smith comprou a idéia dos sócios. Em pouco tempo, seus projetos para a pequena companhia superaram as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas em grandes aglomerados como a RCA e a Westinghouse e com criatividade, ele criou um aparato que, além de transformar radicalmente toda a indústria do produto, rendeu mais de US\$ 1 milhão em vendas no ano seguinte e por aproximadamente vinte anos, colocou a American Appliance no topo do *ranking* de produção de tubos de rádio.

Em 1925, em homenagem ao tubo de rádio que a deslanchara no mercado, a American Appliance Company mudou oficialmente seu nome para Raytheon<sup>133</sup> Manufacturing Company.

Foi no início da 2<sup>a</sup>. Guerra, a partir das perspectivas abertas pela necessidade de novos recursos técnicos para lutar contra os alemães, que a Raytheon começou a trabalhar com projetos voltados para a defesa.

Cientistas britânicos haviam desenvolvido uma espécie de radar de ondas curtas para identificar aeronaves inimigas, mas não conseguiram produzir em massa a quantidade de

---

133 “Ray” para ‘raio’ e “Theon” para ‘vindo dos deuses’.

tubos de *magnetron* que seriam necessários para seu funcionamento. Por considerarem o radar a mais importante vantagem que tinham contra os ataques aéreos nazistas - pois ele lhes permitia “ver” à noite quando os nazistas não podiam fazê-lo - os britânicos precisavam urgentemente da energia de dezenas de milhares desses tubos e pediram ajuda às indústrias norte-americanas.

A Raytheon já havia feito alguns experimentos com tubos de ondas curtas e com tubos de produção e transmissão, mas ao tentar participar da licitação com os ingleses, foi considerada pequena demais. O Laboratório de Radiação do MIT<sup>134</sup>, um dos mais importantes e conceituados nos Estados Unidos, sugeriu aos ingleses um encontro entre os principais cientistas britânicos e um engenheiro da Raytheon, Percy L. Spencer, para que pudessem trocar experiências.

Apesar de possuir pouca formação acadêmica, Spencer era um cientista criativo e cheio de curiosidade pelo mundo que o cercava. Quando os britânicos lhe explicaram como era o método que haviam desenvolvido para produzir tubos de *magnetron*, ele lhes sugeriu uma forma muito mais prática e conseguiu convencê-los a lhe entregar o tubo que haviam desenvolvido – um dos mais valiosos segredos de guerra dos britânicos - por alguns dias.

Trabalhando no projeto que tinha em mente por pouco mais de uma semana, Spencer não apenas fez mudanças radicais no projeto, facilitando sua produção, mas também sugeriu aos britânicos uma série de melhorias que iriam implementar a funcionalidade do radar. Impressionados com o jovem Spencer, os britânicos deram à Raytheon - através do Laboratório de Radiação do MIT - um pequeno contrato para suprir uma parte dos

---

<sup>134</sup> É interessante recordar que Vannevar Bush, um dos sócios fundadores da Raytheon, era professor do MIT e renomado cientista pesquisador do Laboratório de Radiação, além de, por suas conexões pessoais, ter-se tornado um dos conselheiros militares do Presidente Roosevelt.

*magnetrons* necessários a seus radares, mas preocupados com a acanhada capacidade de produção da Raytheon, passaram a parte do leão para a gigantesca General Electric (GE).

Durante a guerra, a Raytheon acabou se estabelecendo como a maior fornecedora de *magnetrons* para radares e após seu término, estava produzindo 80% de toda a produção dos tubos, deixando para trás a Western Electric, RCA, GE e outros gigantes da área. Foi nessa época que Vannevar Bush tornou-se membro do Projeto Manhattan e firmou-se como conselheiro militar do Presidente Roosevelt.

No período em que os Aliados lutaram contra os alemães, os objetivos da defesa de cada país diferiam, conforme suas condições geo-estratégicas. Enquanto a Inglaterra e os outros países europeus concentravam suas defesas principalmente em contra-ataques por terra e por ar, as condições geográficas dos Estados Unidos eram muito mais suscetíveis a um ataque marítimo e se esse ataque fosse bem sucedido e eles fossem derrotados, haveria interrupção de todo e qualquer contato com seus aliados na Europa e no Pacífico.

Como havia submarinos alemães fortemente armados circulando por todo o Oceano Atlântico e pondo em risco a armada norte americana, a criação e desenvolvimento de radares de bordos e de instrumentos de identificação à distância passaram a ser cruciais para a defesa estratégica dos Estados Unidos. Foi em função dessa necessidade que Fritz Gross, outro dos jovens e talentosos engenheiros da Raytheon, desenvolveu o radar de microondas SG, um artefato muito superior ao que era utilizado em aviões, pois os submarinos alemães não podiam sintonizar em sua frequência.

A partir de 1942, a Raytheon começou a manufaturar o radar SG para os barcos de Patrulha de Torpedos e no final da guerra, não havia uma única embarcação militar norte-americana que não fosse equipada com ele. Os SG tiveram grande importância nas batalhas

do Atlântico ao proteger os comboios aliados, permitindo que tivessem maior visibilidade à noite e que pudessem identificar e destruir os submarinos alemães que os ameaçassem.

Apesar dos bons resultados obtidos pelos radares SG em terra e mar durante a 2<sup>a</sup>. Guerra, suas configurações ofereciam pouca defesa contra aviões como os voados pelos Kamikases japoneses, que surgiam subitamente no horizonte e voando em rasantes, para bombardear os navios norte-americanos.

As pesquisas feitas para aumentar a capacidade do radar em isolar o movimento de objetos próximos, tais como o vento, folhas ou pássaros, tomando a velocidade como referência, ao invés de distância, abriram novas possibilidades para a criação de mísseis teleguiados - que não somente procurariam, mas que também teriam capacidade para destruir qualquer alvo inimigo que fosse lançado do ar.

Em 1948, a Raytheon foi a primeira indústria norte-americana a desenvolver um míssil com controle remoto que poderia atingir um alvo no ar. Os primeiros modelos experimentais, inclusive o Lark<sup>135</sup>, carregavam um sistema de controle, onde tanto o radar transmissor, quanto o receptor, eram carregados no nariz do míssil. Como esse tipo de sistema tinha alcance limitado, a Raytheon desenvolveu um procurador semi-ativo com um radar transmissor estacionário e o colocou na ponta do míssil.

O receptor, que captava o sinal que era emitido pelo alvo, foi colocado no bojo do míssil. A partir de então, a Raytheon passou a produzir mísseis Sparrow<sup>136</sup> ar/ar para a Marinha e mísseis Hawk<sup>137</sup> terra/ar para a Aeronáutica. Hoje esses artefatos são utilizados pelos Estados Unidos e por várias nações aliadas em todo o mundo.

---

135 Imagens e configurações do Lark poderão ser encontrado no Apêndice A.

136 Imagem e configurações do Sparrow poderão ser encontrado no Apêndice A.

137 Imagens e configurações do Hawk poderão ser encontrado no Apêndice A.

Em 1967, a companhia recebeu uma solicitação do Exército norte-americano para produzir um sistema de caçadores de mísseis que provesse defesa contra aeronaves de alta performance e criou o SAM-D (Surface-to-Air Missile Development).

Após nove anos de pesquisa o SAM-D passou a ser produzido em escala e em 1976, foi renomeado de Patriot<sup>138</sup> em homenagem às celebrações do bicentenário da independência dos Estados Unidos. Em 1986, um míssil Patriot atualizado com capacidade avançada (PAC-1) interceptou e destruiu um míssil Lance<sup>139</sup> em vôo, provando-se capaz de prover defesa contra mísseis balísticos de curto alcance.

Foi na Guerra do Golfo que o sistema anti-mísseis Patriot foi testado em um verdadeiro conflito militar - ao ser lançado para interceptar e destruir os Scud iraquianos lançados a partir de Israel e da Arábia Saudita - e tido sucesso. Tendo sido creditado com o mérito de salvar vidas e de mudar o curso da Guerra, o Patriot foi reconhecido mundialmente como o primeiro míssil na história a destruir um míssil hostil em combate.

Apesar de ser principalmente fornecedora de material de defesa para o Governo dos Estados Unidos – como todas grandes as empresas de seu ramo que contribuem para o processo expansionista norte-americano - a Raytheon também tem procurado expandir seus negócios para o mercado global.

Em 2004, foi selecionada para participar da fase de implantação do Sistema Tático de Efeitos Conjuntos de Alvos do exército britânico; recebeu prêmios da Royal Air Force da Austrália pelo seu simulador de vôo para o caça F/A-18 Hornet e também por ter promovido uma série de *upgrades* em mísseis de defesa das bases militares do Japão.

---

138 Imagens e configurações do Patriot poderão ser encontrados no Apêndice A.

139 Imagem e configurações do Lance poderão ser encontrados no Apêndice A.

Atualmente com quase 80.000 empregados em suas fábricas, é política da empresa atrair talentos que a ajudem a desenvolver soluções cada vez mais inovadoras e com essa finalidade, sempre contribue para a formação de novas gerações de cientistas e pesquisadores. Em 2004 a Raytheon fez a doação de US\$ 850 mil para a Universidade de Tuskegee<sup>140</sup>, na expectativa de incentivar estudantes mais habilitados em engenharia e ciências da computação a desenvolver pesquisas na graduação.

Seu sistema de mísseis (SM) - que em 2004 vendeu US\$ 3,8 bilhões de um total de US\$ 20,2 bilhões de produtos comercializados – lidera os sistemas de informações criados para os Estados Unidos e para suas forças aliadas.

Em 2003 a remanufatura de mísseis Tomahawk<sup>141</sup> e Sparrow para a Marinha ocupou toda a força de produção das fábricas, além de também terem sido desenvolvidos alguns programas de transição para a produção de mísseis interceptadores (AIM-9x) e do Tomahawk Tático.

Essa produção foi acelerada, com a fábrica trabalhando com capacidade total para atender à demanda criada pela guerra do Iraque, com grande lucratividade, conforme demonstrado em tabela a seguir.

---

140 A Universidade de Tuskegee, Alabama, foi criada em 1881 pelo governo do Estado para atender à população negra e até hoje, tradicionalmente, mantém essa característica.

141 Imagem e configurações do Tomahawk poderão ser encontrados no Apêndice A.

Tabela 17 - Demonstrativo de resultados da Raytheon: 2000-2004

	2004			2003			2002		
	Vendas (US\$ b)	Renda Operações (US\$ b)	%	Vendas (US\$ b)	Renda Operações (US\$ b)	%	Vendas (US\$b)	Renda Operações (US\$ b)	%
Vendas Líquidas									
- SID <sup>1</sup>	3,466	0,417	12.1%	2,864	0,331	11.6%	2,366	0,289	12.2%
- SII <sup>2</sup>	2,215	0,198	8.9%	2,045	0,194	9.5%	1,887	0,180	9.5%
- SM <sup>3</sup>	3,844	0,436	11.3%	3,538	0,424	12.0%	3,038	0,373	12.3%
- SCR <sup>4</sup>	3,114	0,274	8.8%	2,809	0,019	7.0%	3,091	0,278	9.0%
- SAE <sup>5</sup>	4,078	0,568	14.0%	3,677	0,492	13.4%	3,243	0,428	13.2%
- ST <sup>6</sup>	2,075	0,151	7.3%	1,963	0,107	5,5%	2,133	0,116	5.4%
- Aeronaves	2,421	0,063	2.6%	2,088	0,002	0,1%	2,040	(0,039)	(1.9%)
- Outros	0,675	(0,040)	(5.9%)	0,573	(0,034)	(5,9%)	0,210	(0,012)	(5.7%)
- C/E	(1,622)	(0,474)	-	(1,448)	(0,109)	-	(1,248)	0,210	-
- FAS <sup>7</sup>	-	(0,205)	-	-	(0,110)	-	-	(0,040)	-
<b>Total</b>	<b>20,245</b>	<b>1,389</b>	<b>-</b>	<b>18,109</b>	<b>1,316</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,783</b>	<b>-</b>

Fonte: Balanço Anual da Raytheon - 2004. Disponível em < <http://www.raytheon.com/investor/2004/index.html> > e acessado em 14/10/2005.

Notas (1) Sistemas Integrados de Defesa; (2) Sistemas de Inteligência e Informação; (3) Sistema de Mísseis; (4) Sistemas Centrais de Rede; (5) Sistemas Aéreos e Espaciais; (6) Serviços Técnicos ; (7) Corporativos/Eliminados. (8) FAS - Financial Adjustment of Security (Ajuste de Pensões). Em 2004, a Raytheon empregava 79.400 pessoas, 2,18% a mais que 2003 (77.700 pessoas) e 3,92% a mais que em 2002 (76.400 pessoas).

Os itens que apresentaram maior lucratividade foram os de Sistemas Integrados de Defesa (12,1%), Sistemas de Mísseis (11,3%) e Sistemas Aeronáuticos e Espaciais (14,0%), áreas que têm tido grande demanda pelos contratadores do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ao longo dos últimos três anos.

Em 2004, as vendas feitas ao governo norte-americano foram de 67% do total da produção da companhia, mas esse índice pode ser elevado para 74% se forem consideradas as vendas militares para países aliados<sup>142</sup> por intermédio do Pentágono. As vendas internacionais efetuadas em 2004 foram de US\$ 3,8 bilhões (18% do total), enquanto em 2003 e 2002 os valores foram de US\$ 3,5 bilhões cada.

As margens de lucros da companhia poderiam ter sido maiores nos últimos anos, mas isso não foi possível em função de ainda estarem diluindo em seus balanços os custos de uma grande reformulação estrutural ocorrida entre os anos de 1997 e 2000, com a venda de várias

<sup>142</sup> Em 2003, esses percentuais foram, respectivamente 65% e 74%. Em 2002, também respectivamente, 62% e 72%.



subsidiárias e de sua sede corporativa e com a aquisição de outras empresas mais afinadas com o clima de alta tecnologia em voga na área armamentista.

Em 2004, foram feitos os últimos lançamentos referentes a esses custos e nesse ponto, seria importante recordar que grande parte da providencialmente crescente receita que a Raytheon tem obtido na área de produção de mísseis é uma das conseqüência da atitude tomada pelo Presidente Bush em 2001, quando ele decidiu se retirar do Tratado de Anti-balística firmado com a União Soviética trinta anos antes, com a justificativa de que os termos do acordo haviam caducado frente às novas ameaças representadas pelo terrorismo internacional.

Por esse motivo e sob o novo conceito estratégico concebido pelo governo (Doutrina Bush - 2002), inclusive com a criação de uma Agência de Mísseis de Defesa e a construção de silos no Alaska e na Califórnia, a produção de mísseis contra ataques balísticos foi retomada a todo vapor, favorecendo muito convenientemente os interesses de uma Raytheon reconfigurada e preparada para enfrentar as disputas do mercado globalizado e expansionista da Era Bush.

Em termos políticos, entre as cinco grandes do setor a Raytheon é terceira maior contribuinte de campanhas eleitorais, com um total de US\$ 5,68 bilhões nos pleitos de 1990 a 2004.

Vale notar que ao longo das últimas oito eleições, a empresa está colocada em 3º. lugar na lista de contribuintes do setor para as campanhas políticas dos futuros fazedores de leis norte-americanas, atrás apenas da Lockheed, que contribuiu com US\$ 14,555,837 e da Northrop Grumman, com US\$ 9,428,892.

Tabela 18 - Contribuições eleitorais da Raytheon: 1990–2004

Ano	Valor	Democratas	Republicanos	Total Setor	Participação Empresa
<b>2004</b>	US\$ 961,252	44%	56%	US\$ 16,183,303	5,9%
2002	US\$ 1,088,189	42%	58%	US\$ 15,902,294	6,8%
<b>2000</b>	US\$ 1,100,015	39%	61%	US\$ 14,151,176	7,8%
1998	US\$ 735,104	44%	66%	US\$ 9.756,568	7,5%
<b>1996</b>	US\$ 790,644	39%	61%	US\$ 13,089,979	6,0%
1994	US\$ 342,780	69%	31%	US\$ 9,500,584	3,6%
<b>1992</b>	US\$ 339,574	63%	37%	US\$ 8,780,004	3,9%
1990	US\$ 325,600	49%	51%	US\$ 7,043,920	4,6%
<b>Total</b>	<b>US\$ 5,683,158</b>	<b>48%</b>	<b>52%</b>	<b>US\$ 94,407,828</b>	<b>5,8%</b>

Fonte: *Opoen Secrets* – Disponível em <<http://www.opensecrets.org>> e acessado em 27/09/2005.

Domesticamente, esse terceiro lugar em contribuições políticas e eleitorais e a reestruturação administrativa sofrida pela empresa, a tornam muito próxima do Departamento de Estado norte-americano e justifica os grandes contratos obtidos por seus setores de Sistemas Integrados de Defesa, do Sistemas de Mísseis e dos Sistemas Aeronáuticos e Espaciais.

No exterior, uma série de parcerias internacionais bem sucedidas contribuíram muito para o crescimento da Raytheon por todo o mundo. Sua área de Mísseis (SM) e a Raytheon Systems Limited estabeleceram uma fábrica global para produzir sistemas eletrônicos de direção para a britânica Paveway.

Essas duas áreas também desenvolveram com o Ministério da Defesa britânico um programa para reduzir o custo de munições de lançamento aéreo. Igualmente, no início de 2004, a MS e a Diehl Stiftung & Co de Nuremberg, Alemanha formaram a Diehl Raythoen Missile Systems para modernizar e colocar no mercado novas versões do Sidewinder.<sup>143</sup>

<sup>143</sup> Imagem e configurações do Sidewinder podem ser encontrados no Apêndice A.

## 5. Northrop Grumman Space Technology

A Northrop Grumman Space Technology é uma indústria bélica global e líder na aplicação de alta tecnologia em transformações militares, tendo sido fundada por John K. “Jack” Northrop em 1933, como Northrop Aircraft Corporation .

Em 1994, como as outras grandes do setor, começou um intenso processo de incorporações, comprando a Grumman Corporation, a Westinghouse Defense Electronics (1996), a Logicon Corporation (1997), a Teledyne Ryan Aeronautical (1999), a Lintton Industries e a Newport News Shipbuilding (2001) e a TRW Incorporated (2002).

A TRW foi criada em 1953 por Simon Ramo<sup>144</sup> e Dean Wooldridge sob o nome de Ramo-Wooldridge, quando estes receberam da Força Aérea dos Estados Unidos um contrato para cuidar do programa de Mísseis Intercontinentais de Balística (ICBM) que estava sendo desenvolvido no país. O empreendimento visava combinar sistemas de aerodinâmica, de propulsão e de comunicações, além de construir uma grande variedade de mísseis com controle remoto durante a administração de Eisenhower. Dois anos depois, a Ramo-Wooldridge forneceu à NASA o Pioneer I, o primeiro satélite construído por uma empresa privada.

Ao longo dos anos que se seguiram, a empresa construiu aeronaves de defesa e científicas, instrumentos avançados espaciais, sistemas de comunicação e integrou centenas de experimentos em suas aeronaves. Também foi responsável pelo desenvolvimento de

---

144 Ramo era um engenheiro eletrônico que começou sua carreira trabalhando para a General Electric em transmissão de microondas e de equipamentos detecção sonar, além de desenvolver seu microscópio eletrônico. Em 1946, mudou-se para a *Hughes Aircraft*, na Califórnia, onde desenvolveu sistemas de controle de fogo, de radar, de navegação, de computadores e vários outros relacionados com a eletrônica aérea. Também dirigiu o desenvolvimento dos sistemas eletrônicos da família do míssil ar-ar *Falcon*, usados na Guerra da Coreia, que tornou-se o armamento mais importante em muitos aviões de combate. Em 1953, ele e seu colega engenheiro Dean Wooldridge deixaram a *Hughes Aircraft* para formar a Ramo-Wooldridge Corporation, com apoio financeiro da Thompson Products, Inc. Pelos próximos quatro anos, a Ramo-Wooldridge seria responsável pelo desenvolvimento do Atlas, do Titan e do Minuteman ICBMS, bem como de outros mísseis que foram largamente utilizados nos últimos anos da década de 1950 e 1960 para defesa, pesquisa e testes exploratórios no espaço. Em 1958, a Ramo-Wooldridge fundiu-se com a Thompson Products para formar a Thompson, Ramo-Wooldridge nome mais tarde encurtado para TRW Inc.

muitas tecnologias emergentes, como as utilizadas em aparelhos micro-eletrônicos e *lasers* de alta potência.

Na década de 1960, após ter se unido à Thompson Products para formar a TRW Inc, a Northrop foi fornecedora dos motores do módulo lunar Apollo, do Intelsat III, o primeiro sistema comercial de satélite de comunicações e do DSCS II<sup>145</sup>, uma rede global de comunicações militares.

Nas décadas seguintes, além de terem criado o primeiro laser de alta potência; também desenvolveram o Pioneer 10, o primeiro artefato feito pelo homem a deixar o sistema solar; o VHSIC<sup>146</sup> Super Chip, e foram responsáveis pela criação do primeiro chip de circuito integrado monolítico milimétrico e de microondas.

Nos últimos anos, a Northrop Grumman construiu o Compton Gamma Ray Observatory, lançado do Space Shuttle para estudar fenômenos celestes de alta energia, como os raios gama e os pulsares. Além disso, em 1996, foi abatido em vôo o primeiro foguete armado de curto alcance com seu Tactical High Energy Laser, o primeiro sistema desenvolvido para detectar, acompanhar e destruir foguetes lançados em série.

As lentes superpoderosas do Observatório Chandra X-ray, também criado pela Northrop, revelam ao mundo uma quantidade imensa de novas descobertas, identificando inclusive os mais distantes objetos encontrados no universo.

Na entrada do século XXI, a Northrop Grumman construiu o Hyperion, o primeiro *imager* hiper-espectral a tornar-se operacional em órbita e desenvolveu uma nova ordem de circuitos integrados que permitiu toda uma nova geração de telefones celulares e de outros

---

145 DSCS II para 'Defense Satellite Communications System'.

146 VHSIC para 'Very-High-Speed Integrated Circuit', um tipo de circuito lógico digital e o primeiro artefato eletrônico do mundo a se auto-reparar.

produtos sem fio. Seu Aura Earth Observing System, ao ser colocado no espaço, fornece os melhores dados de gases da atmosfera terrestre.

Além de toda a tecnologia espacial que é fornecida ao governo, as fábricas de Northrop Grumman também produzem sistemas eletrônicos de batalhas, sistemas de defesa contra mísseis inimigos, sistemas aéreos com controle remoto e humano, gerenciamento de batalhas, sistemas de reconhecimento, vigilância e de inteligência, sistemas de navegação, construção de navios nucleares e não nucleares, sistemas de radar de defesa aérea e sistemas de detecção de ameaças química e biológica.

Atualmente, é a 5a. maior empresa produtora de armas de alta tecnologia do mundo. Sua receita em 2002 foi de US\$ 17,4 bilhões e em 2004, de US\$ 29.6 bilhões, apresentando no período um crescimento de 71,5%<sup>147</sup>.

Não houve aquisições no ano de 2004 e o crescimento de 13% nos resultados em relação ao ano anterior, está entre os índices mais altos obtidas pelas empresas do setor. A sua margem operacional cresceu 37% devido ao um maior volume de vendas, a melhora na *performance* da produção e os menores valores gastos com pensões.

Com a redução do Débito Líquido, houve uma queda nas despesas financeiras e o lucro da companhia cresceu 44% , quase atingindo US\$1,1 bilhões, como indicado na tabela que se segue:

---

147 Northrop Grumman Annual Report 2004. *Selected Annual Financial Highlights*. Disponível em <<http://northropgrumman.com/>>. Acesso em 28 out. 2005.

Tabela 19 - Demonstrativo de resultados da Northrop Grumman: 2002-2004

Histórico	2004 (US\$ mi)	2003 (US\$ mi)	2002 (US\$ mi)	% Crescimento
Receita	29,853	26,396	17,406	71,5%
Margem operacional	6,7%	5,6%	6,4%	4,7%
Receita Líquida Continuada	1,093	758	455	140,0%
Caixa de Operações	1,936	798	1,689	14,6%
Débito Líquido	3,928	5,597	8,260	(110%,3)

Fonte: Northrop Grumman Annual Report 2004. *Selected Annual Financial Highlights*. Disponível em <http://northropgrumman.com/>. Acesso em 28 out. 2005

A Northrop Grumman continua sendo o maior fornecedor mundial de sistemas avançados de radar e de guerra eletrônica, além do maior construtor de navios militares e líder no mercado para veículos aéreos com controle remoto, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 20 - Portfólio setorial da Northrop Grumman: 2004

Setores	Receitas (US\$ mi)	Participação %	Margem Operacional (US\$mi)
Navegação <sup>a</sup>	\$ 5,28	21	\$ 389
Sistemas Eletrônicos <sup>b</sup>	\$ 5,98	20	\$ 670
Tecnologia de Informações <sup>c</sup>	\$ 4,78	16	\$ 301
Sistemas Integrados <sup>d</sup>	\$ 4,78	16	\$ 412
Sistemas de Missão <sup>e</sup>	\$ 4,78	16	\$ 321
Tecnologia Espacial <sup>f</sup>	\$ 3,29	11	\$ 222
<b>Totais</b>	<b>\$ 29,90</b>	<b>100%</b>	<b>\$2,315</b>

Fonte: Relatório Anual de 2004 da Northrop Grumman. Disponível em <http://northropgrumman.com/>. Acesso em 28 out. 2005.

Notas: (a) Combatentes de superfície, Porta aviões, Anfíbios e auxiliares, Submarinos, Navios comerciais e Internacionais; Serviços e outros; (b) Sistemas aeroespaciais, C4ISR e Sistemas Navais, Sistemas Defensivos, de Navegação, de Governo, Espacial e Outros de Defesa; (c) Tecnológica de informação governamental, de empresas, comercial e Serviços de Tecnologia; (d) Sistemas de combate aéreo, Alerta antecipado aéreo e sistemas de guerra eletrônica, vigilância terrestre e aérea e sistemas de gerenciamento de batalhas; (e) Sistemas de Comando, controle e inteligência, Serviços técnicos e de gerenciamento; (f) Inteligência, reconhecimento e vigilância, Espaço civil, Rádios com software definido; satélites de comunicação, Mísseis e defesa espacial, Tecnologia.

Em 2004, a companhia tornou-se a maior fornecedora de serviços de tecnologia de informações para o Pentágono, sendo que US\$ 17, 940 milhões, ou 60% de sua produção, foram vendidos para atender aos interesses da Marinha, Força Aérea e Exército dos Estados Unidos.

Outros governos e Departamentos de Defesa aliados também se beneficiaram de compras de produtos de alta tecnologia fornecidos pela empresa, despendendo um total de

US\$ 8,97 milhões, ou 30% do total das vendas. O Comércio Doméstico e o Internacional completam a fração em 2004, com US\$ 2,99 milhões.

*Tabela 21 - Portfólio de clientes da Northrop Grumman: 2004*

<b>Clientes</b>	<b>Valores (US\$ mi)</b>	<b>Participação %</b>
Marinha	\$ 10,46	35%
Outros Governos	\$ 6,28	21%
Força Aérea	\$ 5,98	20%
Outros Departamentos de Defesa	\$ 2,69	9%
Internacional	\$ 1,49	5%
Exército EUA	\$ 1,49	5%
Comércio interno	\$ 1,49	5%
<b>Totais</b>	<b>\$29,90</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório Anual de 2004 da Northrop Grumman. Disponível em < <http://www.nortropgrumman.com/> >. Acesso em 28 out. 2005.

Cabe lembrar que, sendo a Northrop Grumman uma das maiores fornecedoras de Defesa do governo norte americano, sua contribuição para as campanhas políticas daquele país nos últimos oito pleitos foi de US\$ 9,43 milhões, como se pode ver a seguir:

*Tabela 22 - Contribuições eleitorais da Northrop: 1990–2004*

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>Democratas</b>	<b>Republicanos</b>	<b>Total Setor</b>	<b>Participação Empresa</b>
<b>2004</b>	US\$ 1,686,231	37%	63%	US\$ 16,183,303	10,4%
2002	US\$ 2,584,608	29%	71%	US\$ 15,902,294	16,2%
<b>2000</b>	US\$ 1,484,934	36%	63%	US\$ 14,151,176	10,5%
1998	US\$ 650,960	33%	67%	US\$ 9.756,568	6,7%
<b>1996</b>	US\$ 967,643	40%	60%	US\$ 13,089,979	7,4%
1994	US\$ 589,070	60%	40%	US\$ 9,500,584	6,2%
<b>1992</b>	US\$ 707,826	59%	41%	US\$ 8,780,004	8,1%
1990	US\$ 757,620	47%	53%	US\$ 7,043,920	10,8%
<b>Total</b>	<b>US\$ 9,428,892</b>	<b>42,6%</b>	<b>57,3%</b>	<b>US\$ 94,407,828</b>	<b>9,6%</b>

Fonte: The Center for Responsive Politics. *Defense: Top Contributors to Federal Candidates and Parties., 2004*. Disponível em <http://www.opensecret.org/industries/contrib.asp> . Acesso em 18 dez. 2005.

É interessante notar que, como seus pares, a Northrop Grumman tem contribuído principalmente para parlamentares em reeleição e que estejam fazendo parte de comissões de Compras do Departamento de Defesa ou do Pentágono, como é o caso de Duncan Hunter (Partido Republicano) e Ike Shelton (Partido Democrata).

Atualmente, seu principal foco está no fornecimento de serviços de informação acurada para as tropas terrestres que usam o Global Hawk e o Hunter nas guerras do Afeganistão e Iraque e os controla através do sistema de Blue Force Tracking.

Presidente Prudente, março de 2006.